

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v.1, n.2	p. 1-256	Jul./Dez. 2016
---	--------------	----------	----------	-------------------

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE /CHIEF EDITOR

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR

Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia)

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)
Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO / EDITION ASSISTANTS

Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Rodrigo dos Santos Cassel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO / CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)
Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fantu Cheru (American University, EUA)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)
Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)
John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)
Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)
Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)
Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)
Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)
Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)
Tim Murithi (Free State University, África do Sul)
Renu Modi (University of Mumbai, Índia)
Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Capa e diagramação: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - Sala 18C - 1º andar
CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348
E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea
ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 1, n. 2 (jul./dez. 2016). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2016 -

Semestral.
ISSN 2448-3907.
e-ISSN 2448-3923.

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional.
4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

Editorial	7
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
África do Sul: cenário político atual	10
<i>Vladimir Shubin</i>	
África do Sul e a Arquitetura de Paz e Segurança da União Africana: velhas responsabilidades e novos desafios	30
<i>John Akokpari</i>	
Estudos Africanos na China no Século XXI: um levantamento historiográfico	51
<i>Li Anshan</i>	
Cooperação técnica em segurança & defesa: presença do Brasil na África	94
<i>Sylvio de Souza Ferreira, Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon</i>	
A política africana de Cuba: idealismo ou pragmatismo?	112
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
O papel da África na Nova Rota da Seda Marítima	124
<i>Diego Pautasso</i>	
Segurança regional no Chifre da África: conflitos, agendas e ameaças	137
<i>Nilton César Fernandes Cardoso</i>	
Processos de democratização e competição política na África dos anos 1990: os casos de Moçambique e Zâmbia	173
<i>Fidel Terenciano, Maria do Socorro Souza Braga, Carlos Augusto da Silva Souza</i>	
Psicologia Africana: diálogos com o Sul Global	197
<i>Simone Gibran Nogueira, Raquel Souza Lobo Guzzo</i>	
Questões de sustentabilidade na cadeia de fornecimento de bananas de Camarões	219
<i>Kingsly Awang Ollong</i>	

Parceiros	253
Normas de Submissão	255

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

Revista Brasileira de Estudos Africanos
e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.2, Jul./Dez. 2016

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2016

Os estudos africanos no Brasil têm avançado progressivamente, em boa medida, pelos esforços de cooperação acadêmica com diferentes instituições africanistas e africanas. As especificidades e, sobretudo, o novo papel estratégico conferido ao continente precisam ser compreendidos a partir de uma nova realidade geopolítica, em um mundo em transição. Se, por um lado, as debilidades dos países africanos são parte do processo de construção do Estado-nação, em que a sobrevivência político-econômica representa elemento básico, por outro, apesar das rivalidades internas e alianças externas divergentes, existe uma agenda comum aos Estados africanos. Portanto, nas relações com os grandes poderes internacionais, os africanos não constituem um polo passivo.

Após um breve período em que ocorreu a perda de importância estratégica decorrente do fim da Guerra Fria e do enfraquecimento do Não Alinhamento, a África voltou a ocupar uma posição importante pela presença de novos atores, fato que possibilita ao continente uma maior autonomia e desenvolvimento. Também se definem novas correlações de força e emergem potências regionais africanas. Nos próximos anos haverá crescente disputa global no continente, em torno da agenda securitária e de recursos naturais. Combinada a esta perspectiva, é crucial analisar a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul, frente a um cenário no qual o Oceano assume nova importância geopolítica. É necessário ressaltar que o Brasil utiliza a cooperação para promover a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul, que começou a alterar as relações de poder nesse espaço e que provocou uma nova presença, mais complexa, das potências tradicionais. Esse novo protagonismo, caracterizado por intervenções ou promoção da desestabilização interna (e regional) representa um desafio para os Estados africanos, e, fundamentalmente, para o mundo em desenvolvimento.

O segundo número da RBEA, nesse sentido, analisa esses novos

desafios. O artigo de Vladimir Shubin discute os dilemas do último processo eleitoral sul-africano, observados *in loco*; enquanto John Akokpari analisa o estabelecimento da Arquitetura de Paz e Segurança no âmbito da União Africana para prevenção e resolução de conflitos que permaneceram de forma endêmica no continente. Li Anshan, por sua vez, ao discutir os estudos africanos na China considera que os estudos acadêmicos são um reflexo do rápido desenvolvimento das relações China-África e africanistas fora da China têm mostrado grande interesse no engajamento acadêmico China-África. Sylvio de Souza Ferreira e Eduardo Migon, por seu turno, discutem a cooperação técnica brasileira em Segurança e Defesa com a África. Os autores afirmam que como parte do entorno estratégico brasileiro, o continente africano atrai a atenção do Brasil, ao passo que vem obtendo inserção crescente na agenda de pesquisa nacional, em especial na área de Segurança e Defesa. Analúcia Danilevitz Pereira analisa as relações cubano-africanas e seus traços de excepcionalidade. Desde os primeiros anos da Revolução, Cuba definiu sua linha de atuação no continente africano, marcada por múltiplas formas de cooperação.

Diego Pautasso analisa o lugar da África na construção da Nova Rota da Seda Marítima. Este é, justamente, um dos vetores do ambicioso projeto chinês de integração da Ásia, Europa e África, lançado em 2013 sob título de Iniciativa OBOR (*One Belt, One Road*). A dinâmica de Segurança no Chifre da África no período pós-independência é abordada por Nilton Cardoso, identificando os atores, agendas e desafios, bem como as “novas” ameaças e respostas internacionais e regionais. Discute, ainda, a importância estratégica da região para as potências tradicionais no pós-11 de Setembro de 2001 consumado no processo de securitização. Fidel Terenciano, Maria do Socorro Souza Braga e Carlos Augusto da Silva Souza analisam os processos de democratização e competição política na África em dois estudos de caso: Moçambique e Zâmbia. O trabalho parte da evidência de que a democracia é um sistema que deve permitir a confrontação das diversas forças políticas e sociais, e a sua legitimidade advém do reconhecimento dos atores envolvidos em seus processos políticos e eleitorais como um todo. Já Simone Gibran Nogueira e Raquel Souza Lobo Guzzo procuram localizar e estabelecer diálogo sobre a produção da Psicologia Africana dentro do contexto de produções científico-culturais do “Sul Global”. Por fim, o camaronês Kingsly Awang Ollong propõe um estudo de caso em torno de um dos principais produtos cultivados nos países em desenvolvimento (bananas), cuja receita por safra se configura como uma importante fonte de renda via exportação. Todavia, por décadas, a economia das bananas tem sido um exemplo de injustiça comercial.

A RBEA publica uma versão eletrônica bilíngue (português e inglês)

e uma impressa em inglês. Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Rafaela Serpa e Rodrigo Cassel e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos a Guilherme Thudium, Francine Juchem Salerno, Camila Kowalski, Marcelo Kanter, Maximilian Barone Bullerjahn e Joana Búrigo Vaccarezza pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.

ÁFRICA DO SUL: CENÁRIO POLÍTICO ATUAL¹

Vladimir Shubin²

Entre os eventos sediados na África do Sul nos últimos anos, três se destacam em grau de importância: a Cúpula dos BRICS em Durban (eThekwin³), a morte de Nelson Mandela e a eleição geral.

A Quinta Cúpula dos BRICS aconteceu em 26-27 de março de 2013 em Durban, sob o lema “Os BRICS e a África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”, o qual foi proposto pelas lideranças sul-africanas. Além da Declaração e Plano de Ação de eThekwini, esse encontro culminou em diversos acordos entre os líderes dos BRICS. O Conselho Empresarial dos BRICS foi definido dentro da estrutura de cooperação multilateral e a declaração sobre o estabelecimento do Conselho de *Think Thanks* dos BRICS foi adotada. Na iniciativa sul-africana “*The Retreat*”, um fórum de diálogo sobre o tema “Destravando o Potencial Africano: os BRICS e a África. Cooperação e Infraestrutura.” reuniu chefes de Estado e de governo, chefes de organizações continentais e regionais africanas e seus superiores, incluindo a Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma.

Em meio a um contexto em que os países que compõem o BRICS estão atravessando dificuldades econômicas consideráveis, há quem diga que essa organização não permaneceu fiel às expectativas em torno dela. No entanto, em um discurso em Ufa, na Sétima Cúpula dos BRICS, em julho de 2015, o Presidente sul-africano Jacob Zuma estava mais otimista. Ele assinalou que “tanto a África do Sul quanto o continente africano se beneficiaram da cooperação econômica com os nossos parceiros do BRICS. O comércio sul-africano total com o BRICS, em 2011, montava 268 bilhões

1 O presente artigo foi escrito com o apoio financeiro da *Russian Foundation for Humanities* Projeto 16-07-0038, “África do Sul, parceira estratégica da Rússia”

2 Instituto de Estudos Africanos, Academia Russa de Ciências, Moscou, Rússia. E-mail: vlgs@yandex.ru

3 eThekwini – nome do município metropolitano que agora inclui a cidade de Durban.

de rublos russos e, desde então, cresceu a 382 bilhões de rublos russos em 2014, um acréscimo de 70%. O comércio total do BRICS com a África dobrou desde 2007 até 2012 – 340 bilhões de dólares americanos – e projeta-se que vá atingir U\$500 bilhões até 2015”⁴.

Assim como a realização da Cúpula dos BRICS em Durban, a reação mundial à morte de Nelson Mandela, com a despedida a ele contando com a participação de dezenas de líderes mundiais em dezembro de 2013, reafirmou que a África do Sul exerce um papel especial não apenas no continente africano, mas também no cenário internacional. Foi em Johannesburg, na cerimônia de despedida, que o Presidente americano Barack Obama se aproximou do líder cubano Raul Castro e apertou sua mão, simbolizando o recomeço da normalização das relações bilaterais.

O terceiro evento importante – a eleição geral – aconteceu em maio de 2014. O Congresso Nacional Africano (CNA) venceu pela maioria, arrecadando 62,15% dos votos⁵, apenas 3,5% menos do que cinco anos antes. No entanto, deve-se considerar que menos do que 60% de cidadãos sul-africanos aptos a votar de fato exerceram seu direito. Assim, o número total de votos recebidos pelo CNA foi ainda menor do que o da última eleição geral, 20 anos antes.

O fato de que o CNA possui o apoio de uma vasta maioria e de que a oposição ainda não foi capaz de apresentar um desafio real em escala nacional foram confirmados, embora essa última eleição geral tenha sido a mais difícil para tanto. O CNA, o partido governante há 20 anos, atua em aliança com duas outras organizações – o Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (sigla COSATU, em inglês) e o Partido Comunista Sul-Africano (SACP, sigla em inglês) –, as quais não participam diretamente nas eleições, mas cujos membros participam do Parlamento e dos Ministérios como membros do CNA. No entanto, uma nova característica marcante da vida política sul-africana atual é o fato de que cada parte da “aliança tripartidária” vivencia uma série de problemas.

Jacob Zuma se tornou Presidente do CNA quando derrotou o então Presidente Thabo Mbeki em uma conferência do partido em Polokwane, em dezembro de 2007, recebendo o apoio de 60% dos delegados. Em maio de 2009, Zuma se tornou Presidente da República da África do Sul. Após, em dezembro de 2012, na seguinte conferência do CNA, em Mangaung, ele recebeu apoio ainda maior do que cinco anos antes – abarcando mais de 70% dos delegados. No entanto, o segundo candidato – o então vice-

4 Notas do Presidente Zuma na Sétima Cúpula dos BRICS, durante a sessão Plenária, Ufá, Rússia. <http://www.thepresidency.gov.za/pebble.asp?relid=20075>

5 <http://www.elections.org.za/resultsnpe2014/>

presidente do CNA e da República da África do Sul, Khalema Montlhanthe – praticamente não realizou campanha tanto para sua eleição quanto para sua reeleição para seu cargo anterior. Dessa forma, Cyril Ramaphosa acabou ocupando a segunda posição mais alta dentro do partido no poder. Assim como Montlhanthe, ele havia trabalhado como Secretário-Geral da União Nacional de Mineradores, depois como Secretário-Geral do CNA e até como segundo nome da chapa de Mandela na lista do partido nas eleições de 1994, embora o posto de Vice-Presidente da África do Sul, no último instante, fora proposto não para ele, mas sim para Thabo Mbeki. Após presidir o trabalho da Assembleia Constituinte, ele partiu para o mundo dos negócios e obteve, embora não imediatamente, grande sucesso, tornando-se um bilionário. Deve-se ressaltar, também, que dois outros candidatos ao posto de Vice-Presidente do CNA – Mosima “Tokyo” Sexwale and Matthews Phose – também são bem-sucedidos empresários.

Os delegados da conferência do CNA claramente manifestaram preocupação acerca de um lento ritmo de transformação econômica e social, o que encontrou expressão na adoção de provisões na “segunda fase de transição do colonialismo do *apartheid* a uma sociedade democrática nacional”, a qual “será caracterizada por ações decisivas para efetuar transformações econômicas e consolidação democrática, fatores críticos tanto para a melhora da qualidade de vida na África do Sul quanto para a promoção da construção da nação e da coesão social”⁶. De acordo com Zuma, durante tal estágio, uma mudança radical deve ocorrer, de modo que haja maior envolvimento estatal, o qual “necessita exercer um ativo papel em ajudar na democratização do controle da economia”⁷.

A chegada de Jacob Zuma ao mais alto cargo do partido dominante – e, após, ao próprio comando do país – para muitos representou uma “Virada à Esquerda” ou, pelo menos, uma “Potencial Virada à Esquerda”. Contudo, até agora, há pouca base para tal julgamento. Além disso, durante o segundo mandato de Zuma, a situação política no país foi deteriorada. Na sua campanha eleitoral, o CNA utilizou dois “aniversários” – o seu centenário, celebrado durante todo o ano de 2012, e o vigésimo aniversário do sistema democrático na África do Sul (1994). No entanto, no léxico político, especialmente no dos opositores ao governo, dois outros mandatos prevaleceram – Nkandla e Marikana.

No primeiro caso, houve a construção de diversas instalações, financiadas por dinheiro público, em propriedade privada de Jacob Zuma em

6 Declaração da 53ª Conferência Nacional do CNA <http://www.anc.org.za/events.php?t=53rd%20National%20Conference%20-%20>

7 <http://www.miningweekly.com/print-version/go-deeper-than-call-for-nationalisation-zuma-urges-anc-delegates-2012-07-06>

sua terra natal – Nkandla, em KwaZulu-Natal. A investigação dessa questão durou diversos meses, porém, por alguma razão, resultou em um relatório de quase 450 páginas realizado pelo Defensor Público Thuli Madonsela, em março de 2014, próximo ao período de campanha eleitoral. O texto argumentava que algumas dessas construções – o Centro de Visitantes, o centro de gado, a piscina – não podem ser justificadas nos termos do *South African National Key Points* (que inclui residências presidenciais). O relatório sugeria que Zuma deveria “pagar uma porcentagem razoável do custo de tais medidas, assim como determinado com a assistência do Tesouro Nacional”⁸. Naturalmente, tal relatório foi um “presente” para a oposição nas vésperas da eleição. No entanto, depois de um tempo, o Ministro da Polícia, Nathi Nhleko, alegou que o documento exagerara o valor em diversas ocasiões e que, em qualquer caso, o Presidente não era obrigado a devolver o dinheiro por causa de “recursos de segurança necessários”⁹. A sua posição foi apoiada pela maioria dos parlamentares do CNA. Isso não significou, no entanto, o final da história.

O segundo caso foi uma verdadeira tragédia. No dia 16 de agosto de 2012, 34 mineiros foram mortos e outros 78 ficaram feridos devido a um tiroteio policial nas proximidades da mina de platina Marikana, na Província Noroeste da África do Sul. Os operários participavam de uma severa greve que demandava um aumento de três vezes no valor de seus salários. Previamente ao ocorrido, outras dez pessoas haviam sido mortas, incluindo dois policiais e dois empregados da empresa Lonmin.

Essa tragédia causou um grande tumulto no país; ela foi comparada, inclusive, com o Massacre de Sharpeville de 21 de março de 1960. As ações policiais receberam duras críticas. No entanto, perante essa situação, o governo não “varreu a poeira para baixo do tapete”; as autoridades estabeleceram uma comissão de inquérito comandada por Ian Farlam – branco, proeminente advogado e juiz aposentado da Suprema Corte de Apelação sul-africana –, o qual possuía o poder de questionar policiais, mineiros, oficiais do governo e funcionários da empresa. As suas reuniões eram públicas, estando sujeitas, inclusive, ao televisionamento. Originalmente, a Comissão estava programada para trabalhar por quatro meses, porém seu período foi ampliado por mais de dois anos; o relatório final¹⁰, que contava com 660 páginas, foi entregue ao Presidente da nação

8 http://www.publicprotector.org/library%5Cinvestigation_report%5C201314%5CFinal%20Report%2019%20March%202014%20.pdf

9 <http://www.gov.za/speeches/report-minister-police-parliament-security-upgrades-nkandla-private-residence-president-28>

10 <http://www.thepresidency.gov.za/medialib/downloads/downloads/Full%20Report%20of%20the%20Marikana%20Commision%20of%20Inquiry.pdf>

em abril de 2015 para ser publicado, por alguma razão desconhecida, muito tempo depois, em junho. O documento contém avaliações críticas às ações da Lonmin¹¹, da polícia e do Sindicato da Associação de Mineiros e Construtores (*Association of Mineworkers and Construction Union*, sigla AMCU em inglês) –, que organizou a greve e sugeriu medidas para evitar tais tragédias. Nem todos acabaram felizes com o resultado do relatório, porém a investigação demonstrou uma faceta democrática do Estado sul-africano.

A tragédia em Marikana suplantou um evento muito importante na vida econômica e política da África do Sul: a publicação, no dia anterior, 15 de agosto de 2012, do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), preparado durante dois anos pela Comissão Nacional de Planejamento (CNP), sob o lema “Nosso Futuro. Faça dar Certo. 2030”¹². Esse extenso documento, que consiste em quase 500 páginas, proclama como seus principais objetivos a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade, indicando meios para atingir tais metas. Em particular, o PND almejava aumentar o número de cidadãos trabalhando de 13 milhões em 2010 para 24 milhões em 2030 e o crescimento anual do nível de renda per capita partindo de uma margem 50 mil até 120 mil¹³.

A elaboração do projeto pela CNP foi seguida de seis meses de “consulta pública, a fim de atingir um consenso e refinar o plano”¹⁴. Contudo, falar de um *verdadeiro* consenso seria errôneo. Em particular, o Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (sigla COSATU em inglês), a maior federação de sindicatos tanto públicos quanto privados, foi especialmente crítico. A opinião preparada pelo líder do COSATU foi a seguinte: “O PND propõe reformas *cosméticas* para a estrutura econômica. Em vez de transformar, de fato, a estrutura econômica, o plano almeja, no máximo, tornar as posses menos racistas”¹⁵.

Além disso, a implementação do plano está sendo mais vagarosa do que o esperado. Por exemplo, o crescimento econômico em 2015 foi de

11 Cyril Ramaphosa foi membro do conselho e proprietário das ações da referida empresa. No período que antecedeu o massacre, ele enviou e-mails a políticos e à polícia persuadindo-os a adotar medidas mais severas contra os mineiros grevistas, pois “os eventos em torno da greve eram criminosos e covardes e deveriam ser considerados como tais”. Ramaphosa desejava que a polícia agisse “de maneira mais severa” (<http://www.ft.com/cms/s/0/44d49cd4-2164-11e4-a958-00144feabdc0.html#axzz4AKdRuLUa>). O inquérito inocentou Ramaphosa perante as alegações de incitação ao assassinato, porém as famílias das vítimas ainda estão tentando “persegui-lo” através das cortes.

12 <http://www.gov.za/issues/national-development-plan-2030>

13 <http://www.gov.za/issues/national-development-plan-2030>, p. 34.

14 Ibid. p. 483.

15 <http://www.cosatu.org.za/docs/discussion/2013/NDPcritiquesummary.pdf>. p.11

apenas 1.3%¹⁶, em vez do número de 5.4% visado pelo Plano.

Anteriormente, as diferentes visões acerca do futuro do país apareceram na Conferência de Políticas do CNA, em junho de 2012. Embora a nacionalização das minas não fosse apoiada – devido ao medo de que tal passo espantaria os investidores e de que altíssimas quantias de dinheiro seriam gastas –, a proposta de “intervenção estatal” foi aprovada¹⁷. Em particular, uma única companhia mineradora estava quase controlando as ações estatais da indústria mineradora, enquanto fora sugerido que poderia ser ocupado apenas até 30% do total desse setor industrial. Tal empresa – a Corporação Africana de Finanças e Exploração Mineira (*African Exploration Mining and Finance Corporation*) – já havia sido estabelecida previamente, porém, em princípio, possui um objetivo modesto: suprir carvão para usinas pertencentes ao setor público. E, em 2016, o Estado possuía apenas duas minas de carvão e duas minas de diamante.

Agora, devemos analisar o espectro político da sociedade sul-africana. O mais proeminente partido de oposição é a Aliança Democrática (AD). Na eleição geral, o partido, até então liderado por Helen Zille – o primeiro-ministro de Cabo Ocidental –, fortaleceu significativamente a sua posição, não apenas nessa província, mas também no centro econômico da África do Sul – Gauteng. Ao redor do país, a AD recebeu 22.23% dos votos, 5.5% a mais do que 2009 – principalmente às custas de partidos menores.

No entanto, imediatamente após as eleições, a Aliança Democrática enfrentou uma desconfortável situação: a sua “estrela”, Lindiwe Mazibuko, que liderou a facção na Assembleia Nacional, preferiu uma bolsa de mestrado em uma universidade americana a um posto parlamentar.

O terceiro caso, para a surpresa de muitos, foi o partido formado apenas alguns meses antes das eleições, em outubro de 2013: os “Combatentes da Liberdade Econômica” (*Economic Freedom Fighters*, EFF, em inglês) receberam 6.35% dos votos. O seu “Comandante” é Julius Malema, o ex-líder da Liga Jovem do CNA. Inicialmente um fervoroso apoiador do Presidente incumbente do CNA em seu conflito com Thabo Mbeki (Malema tornou-se famoso e notório por causa de sua frase: “Eu matarei por Zuma”), ele começou a criticar Zuma pela defesa à liberdade econômica (por causa disso, surgiu o nome incomum do partido). Além disso, Malema também exigia a nacionalização da indústria mineradora. A liderança do CNA recorreu a recursos administrativos; Malema foi expulso da organização e, após, começou a criar a sua própria. Deve-se ressaltar que

¹⁶ <http://www.tradingeconomics.com/south-africa/gdp-growth>

¹⁷ Recomendações do Congresso Nacional Africano da 4ª Conferência de Políticas em junho de 2012, p. 35. <http://www.anc.org.za/list.php?t=Policy%20Documents>.

o seu estilo de vida está muito longe de ser um estilo de vida proletário. A Receita sul-africana quer que ele pague mais de 18 milhões de Rands (moeda sul-africana), incluindo juros¹⁸, enquanto o Ministério Público o acusa de estar envolvido em lavagem de dinheiro, corrupção, extorsão e fraude¹⁹.

Outro partido recente participou das eleições: o “Agang” (“Vamos Construir”, nas línguas Sesotho e Setswana), fundado por Mamphele Ramphele, conhecida, sobretudo, por ter boa relação com Steve Biko, um proeminente opositor do *apartheid* que morreu em 1977 em custódia policial logo após a sua prisão. Surpreendentemente, logo antes da eleição, foi anunciado que Ramphele seria uma candidata à presidência pela Aliança Democrática. Uma foto de um beijo entre duas mulheres – Ramphele e Helen Zille – viralizou na Internet e na grande mídia. No entanto, esse casamento homoafetivo, que é legal na África do Sul, durou apenas três dias e o “Agang” concorreu independentemente nas eleições. Como resultado, o partido ganhou dois assentos na Assembleia Geral, porém, estranhamente, Ramphele se negou a aceitar um deles e, logo após, retirou-se da vida política.

Enquanto isso, em maio de 2015, Helen Zille abdicou em prol do novo líder do seu partido, o jovem Mmusi Maimane²⁰, mantendo, no entanto, o posto de Chefe de Governo da província de Cabo Oriental. Tal movimento foi visto não apenas como uma tentativa da Aliança Democrática de se livrar da imagem de um partido predominantemente branco, mas também como uma tentativa de ganhar a maioria nas eleições municipais em Agosto de 2016 nas “Cinco Grandes” – as cinco maiores cidades, incluindo Joanesburgo e Tshwane (Pretoria). Muito menores eram as expectativas do Congresso do Povo, o partido dissidente do Congresso Nacional Africano (CNA); no fim, o partido recebeu, em 2014, menos do que 10% dos votos recebidos em 2009. Outro perdedor foi o Partido da Liberdade Inkatha, liderado pelo ex-Ministro-chefe de KwaZulu Bantustan, Gatsha Buthelezi, o qual, três décadas antes, reivindicara o posto de “líder nacional dos africanos”.

Dessa forma, confirmou-se que o Congresso Nacional Africano ainda mantém uma sólida maioria no parlamento. No entanto, há uma crescente decepção relacionada aos resultados das políticas do partido tanto

18 <http://www.polity.org.za/article/an-uncompromising-stance-the-dispute-between-sars-and-julius-malema-continues-2016-05-16>

19 <http://www.news24.com/SouthAfrica/News/LIVE-Tight-security-ahead-of-Malemas-court-appearance-20150803>

20 Maimane possui Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Witwatersrand e em Teologia pela Universidade de Bangor, no País de Gales. Ele também é pastor e membro antigo da conservadora Igreja da Liberdade.

entre os próprios membros do partido quanto entre outros aliados.

A liderança “radical” da União Nacional de Metalúrgicos (NUMSA, sigla em inglês), totalizando cerca de 350 mil, não apenas criticou o governo do CNA por adotar “um documento neoliberal tal como o Plano Nacional de Desenvolvimento²¹”, como também adotou, em sua conferência, a decisão de rejeitar o apoio do CNA nas eleições. Após, a NUMSA anunciou planos de criar um amplo movimento de oposição e um “partido político revolucionário Marxista-Leninista da classe trabalhadora”²².

O comitê organizador do novo movimento, denominado “Frente Unida”, foi formado em dezembro de 2014. Ao que parece, seus fundadores esperavam repetir o sucesso da Frente Unida Democrática (UDF, sigla em inglês), o qual reuniu diversos opositores do regime do *apartheid* três décadas atrás. No entanto, a diferença entre as Frentes logo tornou-se evidente: em contraste à UDF, a nova frente está sendo criada a partir do alto e com pouco sucesso: sua conferência de fundação foi postergada diversas vezes e uma data ainda não foi fixada. Em relação à criação de um novo partido, o qual seria praticamente um rival do Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), o processo não teve continuidade além da declaração de intenção.

Deve-se ressaltar, no entanto, que os planos de formar novas estruturas acentuou as divergências entre a esquerda sul-africana. Alguns ex-membros do Partido Comunista Sul-Africano (PCSA) estavam envolvidos. Ronnie Kasrils, ex-membro do Politburo que assumiu alguns cargos durante os governos Mandela e Mbeki, tornou-se membro da Frente Unida de Comissão Nacional de Trabalho (United Front National Working Committee, em inglês), e Mazibuko Jara, ex-porta-voz do Partido Comunista, tornou-se seu Secretário Nacional.

Seria incorreto, contudo, alegar ter havido uma “divisão” no PCSA ou uma significativa “evasão” no número de membros. Pelo contrário, a sua “força numérica” aumentou recentemente, “aos trancos e barrancos”, para 230 mil, sendo a maioria jovens²³. Várias dúzias de membros do PCSA são parlamentares; cinco – incluindo o Secretário-Geral do partido, Blade Nzimande, e o Presidente, Senzeni Zokwana – são Ministros e três Vice-Ministros. No entanto, todos ocupam tais posições como membros do CNA, porém propostas para participações independentes nas eleições, e não apenas na estrutura do Congresso, estão crescendo nos últimos anos, principalmente entre a Liga Comunista Jovem.

A liderança do PCSA está enfrentando um dilema: muitos

21 <http://www.fin24.com/Economy/Numsa-gears-up-for-special-congress-20131018>

22 <http://www.numsa.org.za/article/numsa-central-committee-statement-2/>

23 <http://www.iol.co.za/news/politics/sacp-membership-growing---cronin-1881800>

comunistas são críticos ao PND, porém, como membros do governo e funcionários públicos, eles têm de implementá-lo. Por exemplo, o primeiro vice-Secretário-Geral Jeremy Cronin escreveu: “O NDP não é uma implementação pré-fabricada, ele é algo mais próximo de uma visão. Ele consiste em recomendações, propostas intrigantes porém não testadas, resumos de projetos há muito tempo em curso, entre outros. Tais proposições estão no meio de uma seção de abertura cheia de poesias embaraçosas (‘A sabedoria de nossos líderes é nossa, porque nós sentimos a nossa sabedoria na deles...’) e uma desajeitada tentativa de apresentar uma teoria de contrato social. Desde o início, o PCSA advertiu contra a ‘monumentalização’ do PND – seja no ato de idealizá-lo, seja no ato de demonizá-lo (assim como foi com a estátua de Saddam Hussein em Bagdad). Todos os planos sérios necessitam deixar o seu final relativamente em aberto. Além disso, para um plano ser efetivo, ele deve estar sujeito ao aprendizado pela experiência”²⁴. No entanto, ao mesmo tempo, de acordo com Cyril Ramaphosa, Cronin, que é um vice-Ministro, está ao lado dele “liderando a execução dos programas estabelecidos no Plano Nacional de Desenvolvimento”²⁵.

Uma situação mais complicada está se desenvolvendo dentro do movimento sindical. Após a NUMSA ter sido expulsa do Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), em novembro de 2015, seus líderes procuram atrair outros sindicatos para, juntos, criarem uma “nova federação sindical, controlada pelos trabalhadores, democrática, não racista, não sexista, independente, autossuficiente financeiramente, internacionalista, socialista e militante”. A “Cúpula dos Trabalhadores” aconteceu no dia 30 de abril de 2016 e disseminou a esperança de que a “conferência fundadora [de tal federação] poderia acontecer, no máximo, até 2017, possivelmente antes”²⁶. Assim, os ambiciosos planos da liderança da NUMSA incluem o estabelecimento de uma alternativa a todos os três componentes da aliança liderada pelo CNA.

Tais ações estavam acontecendo contra o agravamento da situação política e econômica na África do Sul. Um dos mais dramáticos eventos foi uma onda de xenofobia que se alastrou por diversas cidades do país em abril de 2015, quando diversas pessoas (tanto estrangeiros quanto sul-africanos) foram mortos e outros milhares de cidadãos de outros países africanos abandonaram o país ou foram deportados como imigrantes ilegais.

O motivo para essa crise foi o descontentamento de muitos nativos, principalmente africanos, devido aos baixos níveis de transformações

24 <http://www.news24.com/Opinions/Jeremy-Cronin-responds-to-Trevor-Manuels-attack-on-the-SACP-20150719>

25 <https://www.enca.com/south-africa/government-will-not-turn-away-ndp-ramaphosa>.

26 <http://www.numsa.org.za/article/declaration-workers-summit-may-day-rally/>

socioeconômicas, o que foi catalisado pelo discurso do chamado “rei da nação Zulu”, Goodwill Zwelithini, o qual disse que “estrangeiros devem fazer as malas e irem para casa”. No entanto, seus defensores alegam que suas palavras, proferidas em língua Zulu, “foram distorcidas, pois se referiam apenas à deportação de imigrantes ilegais”²⁷. O CNA e seus aliados têm feito muito para conter essa nova onda – variando de passeatas em favor dos imigrantes até o envolvimento do exército para ajudar a polícia. A “Operação Fiela” (*Operation Fiela*, em inglês), uma campanha para retomar a ordem, seguiu um curso através do qual 9 000 habitantes foram presos e cerca de 15 000 foram repatriados²⁸.

Após, na segunda metade de outubro, 2015, a África do Sul encarou uma rebelião estudantil causada pelo aumento em mais de 12% na mensalidade de diversas universidades. Gigantes passeatas, acompanhadas, em alguns casos, por enfrentamentos com a polícia, ocorreram perto do parlamento, na Cidade do Cabo, perto da sede do CNA, em Johannesburgo e, por fim, perto dos Prédios da União, escritórios do Presidente sul-africano em Tshwane. A decisão de aumentar as mensalidades foi tomada pelos reitores das universidades, os quais, usualmente, recebem salários maiores do que Ministros e até o Presidente, porém a culpa se alastrou até o governo. Jacob Zuma foi obrigado a, pessoalmente, declarar que não haveria aumentos nas mensalidades estudantis no próximo ano escolar²⁹. No entanto, de vez em quando, ainda há incidentes que ocorrem de formas muito violentas, tais como incêndios a instalações universitárias.

A situação se tornou tão tensa que Jacob Zuma não virou apenas alvo de críticas, mas também houve pedidos diretos para que ele resignasse ao cargo. Essa nova onda de aviltamento está conectada à emergência de mais um termo no vocabulário político sul-africano: a “captura de Estado”³⁰ (*state capture*, em inglês), atribuído primeiramente à família Gupta. Os três irmãos Gupta, Ajay, Atul e Rajesh, foram da Índia para a África do Sul em 1993 e estabeleceram um empreendimento “versátil”, alegadamente utilizando suas conexões com o Presidente e sua família. Uma das esposas de Zuma, Bongis Ngema-Zuma, trabalhara para os Guptas; um de seus

27 <http://www.theguardian.com/world/2015/apr/20/south-africa-xenophobic-violence-zulu-king-goodwill-zwelithini>

28 <http://mg.co.za/article/2015-09-07-the-numbers-behind-operation-fiela>

29 <http://www.news24.com/SouthAfrica/News/Zero-increase-in-fees-Zuma-20151023>

30 Os esforços de um pequeno número de empresas (ou de grupos tais como militares, grupos étnicos e políticos cleptocráticos) para moldar as regras do jogo a seu favor através da provisão ilícita e não transparente de ganhos privados aos funcionários públicos, observase como exemplos os comportamentos que incluem a compra privada de votos legislativos, decretos executivos, decisões judiciais e financiamento de partidos políticos ilícitos.

filhos, Duduzane, fora diretor em uma das empresas da família Gupta; e a filha do Presidente, Duduzile, fora escolhida como diretora da empresa Sahara Computers, também da família Gupta, em 2008, logo após o seu pai ter sido eleito como líder do CNA, embora ela tenha renunciado³¹.

O primeiro grande escândalo os envolvendo aconteceu em 2013, quando um avião fretado partindo da Índia com convidados dos Gupta para um casamento da família aterrissou na Base Aérea Waterkloof, perto de Pretória, a qual é, normalmente, reservada para visitas de chefes de Estado e delegações diplomáticas³². Alguns acontecimentos mais sérios aconteceram no ano passado. No dia 9 de novembro, o Presidente Zuma, repentinamente, demitiu seu Ministro das Finanças, Nhlanhla Nene, substituindo-o por um membro do Parlamento que não ocupava nenhum cargo dentro do governo, Des van Rooyen³³. No dia seguinte, o novo ministro chegou ao Tesouro Nacional com seus dois conselheiros, os quais foram identificados com aliados dos Gupta. “A chegada deles, assim, chocou o Tesouro, fazendo com que o Diretor Geral ameaçasse se demitir. A sua equipe, imediatamente, apelidou o evento de “9/12”, uma referência ao desastroso acontecimento norte-americano de “9/11” de 2001³⁴.

A decisão de Zuma foi prejudicial para o sistema financeiro sul-africano: a moeda sul-africana se desvalorizou por dois em relação ao dólar americano e R500 bilhões desapareceram dos recursos sul-africanos. A contestação dentro do país foi tão grande que os membros da aliança tripartidária se distanciaram da decisão de Zuma. Em quatro dias, o Presidente teve de reverter a sua indicação, substituindo van Rooyen por Pravin Gordhan, que ocupara o mesmo cargo de 2009 a 2014³⁵.

Houve suspeitas de que, logo antes desses acontecimentos, “alguém, presumidamente com um conhecimento antecipado a respeito dos eventos que ocorreriam, realizou uma aposta multibilionária contra a moeda sul-africana (em termos técnicos, Venda a Descoberto). A manobra consistiu em pegar emprestado Rands para comprar Dólares; quando o Rand quebrou, houve uma imediata venda dos Dólares para Rands novamente, adquirindo, assim, vários bilhões de lucro”³⁶.

31 <http://www.bbc.com/news/world-africa-22513410>. Malema introduziu um novo termo: “Zuptas” – para se referir à alegada influência sobre Zuma.

32 Ibid.

33 <http://www.fin24.com/BizNews/named-van-rooyens-two-gupta-advisors-who-almost-hijacked-sa-treasury-20160215>

34 Ibid.

35 Ibid.

36 <http://www.sacp.org.za/main.php?ID=5353#sthash.kw2c7jC5.dpuf>

Ademais, Msebzizi Jonas, ex-Ministro das Finanças, anunciou publicamente que, na noite em que Nene havia sido demitido, os Guptas o ofereceram o cargo de ministro³⁷. Acusações similares foram feitas por outros oficiais. Sob essas circunstâncias, o Presidente e a sua família, rapidamente, distanciaram-se dos Guptas. O seu filho, por exemplo, imediatamente se demitiu do seu cargo³⁸, embora Zuma tenha insistido, perante o Parlamento, que nenhum de seus Ministros havia sido indicado “pelos Guptas ou por qualquer outra pessoa”³⁹; dois meses depois, reiterou que “não era do seu conhecimento as negociações dos Guptas ou de quaisquer outros”⁴⁰. O escândalo foi de tamanha seriedade que os irmãos Gupta optaram por deixar a África do Sul urgentemente. Além disso, o Comitê Executivo Nacional do CNA decidiu por investigar se a relação do Presidente com os Gupta havia iniciado um processo de “captura de Estado” (*state capture*)⁴¹. Por fim, em 27 de agosto, os Guptas anunciaram que venderiam todas as suas ações na África do Sul até o fim de 2016⁴².

Não muito tempo depois, mais notícias ruins vieram para o Presidente. O Tribunal Constitucional, por unanimidade, decidiu que o poder do Defensor Público de adotar medidas corretivas apropriadas possui efeito legal, bem como caráter vinculante. Dessa forma, Zuma seria obrigado a devolver o dinheiro que havia utilizado na sua casa em Nkandla; a quantia final seria determinada pelo Tesouro Nacional. Ademais, em palavras fortes e sérias, a Corte também considerou que, ao falhar em obedecer às demandas do Defensor Público, o Presidente também havia falhado em “apoiar, defender e respeitar” a Constituição. Por fim, a Corte estabeleceu que a resolução da Assembleia Nacional, baseada na ideia do Ministro da Polícia que exonerava o caráter confiável do Presidente, era inconsistente com a Constituição e, assim, ilegal⁴³.

Após, a Suprema Corte de Gauteng renunciou a decisão estabelecida pela Autoridade Nacional de Promotoria (ANP) de antes da eleição de 2009. Essa decisão revogava o caso criminal contra Zuma. Além disso, a Corte

37 <http://mg.co.za/article/2016-03-16-guptas-offered-me-finance-minister-position-mcebisi-jonas>

38 <http://www.fin24.com/Economy/breaking-guptas-resign-from-oakbay-20160408>

39 <http://www.ft.com/cms/s/0/d1d15888-ec4d-11e5-bb79-2303682345c8.html#axzz4AiSzXILC>.

40 <http://ewn.co.za/2016/05/17/Zuma-reiterates-he-never-lied-about-Nkandla>

41 <http://ewn.co.za/2016/03/21/ANC-to-investigate-Zuma-relationship-with-the-Gupta-family>

42 AAN7 TV, 27 August 2017.

43 <http://www.news24.com/SouthAfrica/News/full-text-constitutional-court-rules-on-nkandla-public-protector-20160331>

também declarou que ele “deveria enfrentar todos os encargos, assim como descrito na acusação”: 783 acusações de alegada corrupção, fraude e extorsão. Foi declarado, também, que a decisão de abandonar as acusações havia sido mal conduzida, visto que Mokotedi Mpshe, o então promotor-chefe, havia agido sob pressão⁴⁴. A fim de evitar a reabertura do caso, a ANP decidiu por entrar com um recurso contra a decisão da Corte e, conseqüentemente, “enviar uma clara mensagem de que interferência política em decisões da ANP não seriam toleradas”⁴⁵. Zuma se juntou à ANP para recorrer à decisão; no entanto, os recursos foram recusados⁴⁶.

Perante tais circunstâncias, os pedidos para que Zuma resignasse eram ouvidos em diversas alas políticas. Como de costume, a opinião mais radical era proveniente dos “Combatentes da Liberdade Econômica” (EEF), que também clamavam pela dissolução do Parlamento e por novas eleições gerais⁴⁷. Os pedidos diretos pela renúncia de Zuma foram realizados por Ahmed Kathrada⁴⁸, por antigos integrantes do CNA⁴⁹, por um grupo de líderes religiosos⁵⁰... Outros, tais como um grupo de comandantes e comissários *seniors* do *Umkhonto we Sizwe* (Exército Popular do CNA), requisitaram que a liderança do CNA “urgentemente convocasse uma Conferência Nacional extraordinária, a fim de avaliar tais desafios e traçar um caminho para restaurar o prestígio do nosso glorioso movimento e do nosso glorioso Estado”⁵¹.

No entanto, havia ânimos divergentes também. A Liga Jovem do CNA chegou, inclusive, a propor que Zuma fosse nomeado presidente do Congresso para um terceiro mandato⁵². Seus apoiadores levantaram as mãos com três dedos curvados, indicando um sinal de apoio a essa iniciativa. Ao contrário da Constituição sul-africana, a Carta do Congresso Nacional Africano não prescreve limitações ao número de mandatos que um mesmo

44 <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/04/29/south-african-court-clears-way-for-jacob-zuma-to-face-783-crimin/>

45 <http://www.bdlive.co.za/national/2016/05/24/appeal-looks-beyond-zuma-case-says-npa>

46 <http://allafrica.com/stories/201606250014.html>

47 <http://www.southcoastnews.co.za/eff-calls-for-dissolution-of-parliament/>.

48 <http://www.news24.com/SouthAfrica/News/ahmed-kathrada-asks-zuma-to-resign-read-it-in-full-2016042>

49 <http://www.ft.com/cms/s/0/cd6274a8-fcob-11e5-b5f5-070dca6doad.html#axzz4AmtYiek3>

50 <http://ewn.co.za/2016/04/08/Religious-leaders-tell-the-ANC-Zuma-mu-st-go>

51 <http://www.polity.org.za/article/anc-commanders-memorandum-from-senior-commanders-and-commissars-of-the-former-military-wing-of-the-anc-umkhonto-we-sizwe-2016-03-24>

52 <http://citizen.co.za/768228/third-term-for-zuma-shot-down-in-flames/>

líder pode exercer, porém é importante lembrar que atitudes similares, adotadas por Thabo Mbeki, acabaram levando à resignação ao cargo. Em outubro de 2015, durante o Conselho Geral do CNA, Zuma deixou claro que não participaria em eleições por um terceiro mandato como líder do partido, mesmo que o CNA “o implorasse”⁵³. No entanto, na circunstância do seu segundo mandato, ele também havia se comprometido a não concorrer para a Presidência do país, porém, no fim, mudou de ideia.

Mantendo a sua posição, Zuma também reiterou que não é hora de se pensar no problema acerca da sucessão dentro do CNA. Contudo, esse tópico está gerando um debate acalorado na África do Sul. As próximas eleições gerais sul-africanas ocorrerão em 2019. Após, o novo Presidente sul-africano será eleito pelo Parlamento. No entanto, haja vista que o esperado seja que o CNA mantenha a maioria no Parlamento, imagina-se que o nome do futuro chefe de estado seja determinado dois anos antes, na próxima Conferência do CNA, a qual elegerá o novo presidente do partido.

Até o momento, há dois prováveis candidatos para o posto (e, portanto, também para o cargo mais alto da vida pública): Cyril Ramaphosa e a ex-esposa de Zuma, Nkosazana Dlamini-Zuma. Há posições conflitantes quanto às opiniões políticas de Ramaphosa. Quando ele foi secretário-geral da União Nacional de Mineradores, ele abertamente advogava em favor do socialismo, porém, mais tarde, depois de sair do cargo público, se tornou um homem de negócios muito bem-sucedido. Quando perguntado se ele ainda era uma socialista, sua resposta foi peculiar: “Sim, eu sou. Entretanto, eu inventei a minha própria frase, a qual me descreve em diversos aspectos: eu sou um socialista, porém eu atuo em um mundo capitalista; sou, dessa forma, um capitalista com instinto socialista”⁵⁴.

As chances de Ramaphosa, catalisadas pelo seu cargo de vice-presidente de Zuma, parecem ser altas. No entanto, a África do Sul vem expressando um forte desejo de possuir uma mulher como Presidente. Recentemente, isso foi explicitado pela Presidente da Liga de Mulheres do CNA, Dlamini Bathabile⁵⁵, também Ministra do Desenvolvimento Social. Quanto a essa questão, o nome de Nkosazana Dlamini-Zuma é, na maioria das vezes, o nome mais citado. Com seu caráter forte e influente, ela, anteriormente, ocupou diversos cargos ministeriais e, em 2012, foi eleita presidente da Comissão da União Africana em Addis Ababa. Seu mandato acaba no final de janeiro de 2017 e a sua decisão de não concorrer a um segundo termo indica as suas pretensões de ocupar um cargo importante

53 <http://ewn.co.za/2015/10/11/Zuma-rules-out-3rd-term-even-if-ANC-begged-him>.

54 <http://mg.co.za/article/2015-09-10-is-ramaphosa-still-a-shoo-in>

55 <http://mg.co.za/article/2015-09-21-political-ill-discipline-a-danger-to-anc-unity-mantashe>

na África do Sul.

No geral, diante de uma complicada situação socioeconômica, a liderança do CNA está ciente dos problemas que emergem no âmbito da organização. “Corrupção (aparente ou real), partidarismo, má disciplina política e o uso de dinheiro para corromper processos democráticos internos colocam a unidade e coesão do Congresso Nacional Africano em sério perigo”, disse Gwede Mantashe, Secretário-Geral do Congresso (e membro do Partido Comunista Sul-Africano)⁵⁶. Não é surpreendente, portanto, que a quantidade de membros do partido caiu de 1 milhão em 2012 – quando o partido se tornou centenário – para 769.000 em outubro de 2015⁵⁷.

A seriedade do problema foi enfatizada pelo Segundo Vice-Geral Solly Mapaila, o qual alegou que os membros do CNA e de outros partidos aliados que se pronunciam contra a “captura de Estado” (*state capture*) podem estar colocando as suas vidas em perigo, e vários funcionários do partido – incluindo ele mesmo – receberam, recentemente, ameaças de morte⁵⁸.

A crescente tensão no cenário político sul-africano gera dúvidas quanto à possibilidade de haver influência de forças externas na situação que se desenrola. Isso não está limitado a irrelevantes “teorias da conspiração”; ao que tudo indica, informações mais graves apareceram quanto a isso. Por exemplo, Baleka Mbete, Presidente Nacional do CNA e Porta-Voz da Assembleia Nacional, alegou: “Esse pessoal do ‘Combatentes da Liberdade Econômica’ (EEF) não está trabalhando apenas com pessoas desse país; eles são peões em um esquema maior, no qual governos ocidentais estão envolvidos”⁵⁹.

Além disso, a Agência Estatal de Segurança da África do Sul (SSA, sigla em inglês), em março 2015, confirmou que estava investigando suspeitas de envolvimento da CIA – Agência Central de Inteligência estadunidense – com algumas pessoas proeminentes, tais como Thuli Madonsela, Julius Malema, Lindiwe Mazibuko e Joseph Matundzhvi, o líder sindical que organizou a greve em Marikana⁶⁰, o Sindicato da Associação de Mineiros e Construtores. Em outubro de 2015, a SSA afirmou que a investigação já estava em “um estágio avançado”⁶¹, porém os seus resultados

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ <http://www.iol.co.za/news/politics/pics-anc-4th-national-general-council-1.1927774#.VizUWCspqzk>

⁵⁸ <http://www.polity.org.za/article/you-risk-your-life-if-you-speak-out-against-state-capture-sacps-mapaila-2016-06-03>

⁵⁹ <http://mg.co.za/article/2015-03-05-ssa-investigating-political-leaders>

⁶⁰ <http://mg.co.za/article/2015-03-05-ssa-investigating-political-leaders>

⁶¹ <http://sa-monitor.com/top-10-bogus-anc-conspiracy-theories-bdlive-25-may-2016/>

nunca foram relatados.

De qualquer forma, não há dúvidas quanto ao fato de que a posição do partido dominante na África do Sul quanto a assuntos internacionais – a qual está expressa mais abertamente nos próprios documentos do CNA do que em declarações oficiais do governo – é uma preocupação para algumas forças ocidentais. Por exemplo, o Documento de Discussão preparado para o encontro de outubro de 2015 do Conselho Geral Nacional afirmou: “A Rússia não foi poupada da ira do imperialismo ocidental liderado pelos Estados Unidos... A guerra acontecendo na Ucrânia não diz respeito apenas à Ucrânia... A intenção é afetar a Rússia... Os vizinhos dos russos não apenas estão sendo mobilizados a adotarem uma postura hostil em relação a Moscou, como também estão sendo seduzidos a se juntarem à União Europeia e à OTAN”⁶².

A recente confirmação de envolvimento da CIA na prisão de Nelson Mandela em 1962 foi amplamente comentada na África do Sul. Nessa ocasião, a declaração realizada por Zizi Kodwa, porta-voz do CNA, revela uma grande quantidade de informação: “Nós sempre soubemos que houve colaboração entre alguns países ocidentais e o regime do *apartheid*... Recentemente, nós observamos que há esforços para enfraquecer o governo democraticamente eleito do CNA”, disse ele. “Eles nunca pararam de operar aqui. Isso ainda está acontecendo – a CIA ainda está envolvida com aqueles que desejam uma mudança no regime”⁶³.

Ainda assim, Pravin Gordhan estava certo ao salientar a origem doméstica dos problemas que o CNA vem enfrentando: “Nós precisamos revolucionar a nossa própria política. Se nós não mudarmos o modo através do qual nós realizamos as coisas, ninguém irá. Eu não acredito que nós estejamos sob ataque de pessoas de fora. Eu vejo que nós damos a eles as ferramentas para nos atacar”⁶⁴.

De fato, quaisquer que sejam as interferências externas, as chamadas “Revoluções Coloridas” – sejam elas no Norte da África, na Ásia Central ou na América do Sul – só podem ocorrer caso as condições locais deem espaço para que elas se alastrem.

Quanto a isso, a posição expressada pelo Doutor Bonginkosi “Blade”, o Secretário-Geral do Partido Comunista Sul-Africano, membro do Comitê Executivo Nacional do CNA e Ministro de Ensino Superior e

62 http://www.anc.org.za/docs/umrabulo/2015/ngc_disc_docsy.pdf

63 <http://www.theguardian.com/us-news/2016/may/15/cia-operative-nelson-mandela-1962-arrest>

64 <http://www.bdlive.co.za/national/politics/2016/05/22/pravin-gordhan-urges-unity-and-return-to-old-values-in-anc>

Profissional, merece atenção: “O fato é que a relação entre os Gupta, o nosso movimento e o governo é tóxica! Entretanto, ao mesmo tempo, nós devemos ressaltar que culpar apenas os Gupta não é suficiente. A questão que deve ser respondida é com quem essa família está trabalhando no lado do nosso movimento/governo?”⁶⁵.

A Secretaria Política do PCAS solicitou à liderança do CNA que “refletisse criticamente quanto às capacidades e motivações de um grupo de funcionários informais da presidência – cortesãos, adúladores, patronos, partidários e bajuladores. É um grupo que, de acordo com a nossa visão, continuamente e prejudicialmente expõe a presidência”⁶⁶.

Sob tais circunstâncias, a eleição do dia 3 de agosto, embora seu escopo fosse local, acabou adquirindo importância nacional. As discussões das quais o autor do presente artigo – Vladimir Shubin – participou na África do Sul, um pouco antes das eleições, mostraram que havia duas “linhas de pensamento” dentro do CNA: (i) alguns acreditavam que Zuma se tornou uma ‘corda em volta do pescoço’ do partido; (ii) enquanto outros viam que a sua resignação, nas vésperas da eleição, causaria o caos, danificando, assim, a posição do partido.

O segundo ponto de vista prevaleceu, porém o resultado das eleições acabou, inevitavelmente, trazendo à tona, novamente, a controvérsia. De início, a liderança do CNA se comportou como se o problema não lhes fosse importante/não lhes preocupasse, enfatizando, na sua declaração, que o partido havia recebido “mais votos do que nunca”⁶⁷. No entanto, na realidade, esses milhões constituem apenas 54.5% do cálculo dos votos, o que é quase 8% menos do que em 2011. “Na superfície”, entretanto, ainda não estava complicado. Os resultados haviam sido duas vezes maiores do que os da Aliança Democrática (AD), cujo desempenho aumentou em 3%. Quanto aos Combatentes da Liberdade Econômica (EEF), os seus resultados foram muito inferiores às suas ambições: em vez de dobrar ou, até, triplicar seu desempenho, o crescimento foi de apenas 2%. Apesar disso, o partido dominante sofreu um sério revés em todas as grandes municípios, à exceção de eThekweni (Durban). A Aliança Democrática fortaleceu a sua presença na Cidade do Cabo, adquiriu uma maioria relativa nos municípios de Tshwane – a capital administrativa – e de Nelson Mandela Bay (Port Elizabeth) e diminuiu a maioria relativa do CNA em Joanesburgo e em Erkhuhuleni. Dessa forma, assim como a imprensa sul-africana retratou,

⁶⁵ <http://politicsweb.co.za/news-and-analysis/blaming-the-guptas-alone-is-not-enough--blade-nzim>

⁶⁶ <http://www.sacp.org.za/main.php?ID=5240#sthash.6y9yVvUf.dpuf>

⁶⁷ <http://www.anc.org.za/content/many-more-vote-anc-2016-ever>

“a era de coalizões” chegou⁶⁸ e, apesar do terceiro lugar, os Combatentes da Liberdade Econômica receberam a chance de se tornarem *kingmakers*⁶⁹ em diversas situações.

A sua liderança “radical” se utilizou de táticas astutas. Eles mantiveram uma linha de conversa com o CNA, porém estabeleceram oito condições inaceitáveis, incluindo a “remoção” de Zuma. Após o fracasso dessa conversa, realizaram um acordo com a Aliança Democrática, da ala de direita. No entanto, Malema enfatizou que o seu partido não formaria coalizões, mas que apoiaria a AD em grandes metrópoles⁷⁰. Assim, com a assistência do EEF e de alguns pequenos partidos, a AD conseguiu adquirir controle não apenas de Tshwane e Nelson Mandela Bay, mas também de Joanesburgo – onde, contrariamente, o CNA recebeu mais votos do que o seu principal oponente.

Muitos membros importantes do partido colocaram a culpa pela queda do CNA em seu líder, cuja imagem foi arruinada pelos escândalos. No entanto, de acordo com o Secretário-Geral do CNA Gwede Mantashe, embora os membros do Comitê Executivo Nacional do partido tenham permanecido discutindo o “colapso” por diversos dias, “nenhuma proposta foi feita para que o Presidente deixasse o cargo”⁷¹. Apesar disso, mais vozes estão requisitando que a conferência nacional de eleição do CNA seja adiantada.

O Corregedor do CNA, Jackson Mthembu, adequadamente afirmou no parlamento que a queda do CNA era “autocriada” e “não porque qualquer outro partido seja superior”. No geral, o CNA venceu cerca de 78% das alas do país, porém perdeu metrópoles chaves, as quais são “muito importantes para a economia sul-africana, uma vez que controlam altos orçamentos”.

Além disso, o golpe moral para o CNA é difícil de superestimar. Zuma costumava dizer que as pessoas deviam aceitar o fato de que o CNA governaria “até que Jesus Cristo voltasse”⁷², porém, agora, essa frase teve um efeito *boomerang*. Após a eleição, uma piada de mau gosto se popularizou: “Zuma pode ter ido ao Aeroporto Internacional Oliver Tambo (OR Tambo) dar as boas vindas a Jesus”⁷³

68 <http://www.citizen.co.za/1237810/welcome-to-the-era-of-coalition-politics-2/>

69 Termo usado para ilustrar uma situação em que um jogador através das suas ações no jogo, determina o vencedor do jogo (que não ele próprio).

70 <http://mg.co.za/article/2016-08-17-malema-says-the-eff-wont-form-coalition-but-will-support-da-in-hung-metros>

71 <http://www.polity.org.za/article/coalition-talks-enter-critical-stage-2016-08-15>

72 <http://mg.co.za/article/2016-07-05-zuma-repeats-that-anc-will-rule-until-jesus-comes>

73 <http://www.citizen.co.za/1240868/where-is-zuma-maybe-hes-with-jesus/>

No entanto, a responsabilidade pelo “colapso” nas eleições não deve recair sobre apenas um homem. O Presidente do Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), Sidumo Dlamini, afirmou: “Nós devemos demonstrar que ouvimos aquele ‘tiro de advertência’, o qual parece clamar pela interrupção do partidarismo no movimento enquanto a classe trabalhadora está sob cerco. Eles [eleitores] esperavam que o CNA seria capaz de ser fiel à promessa de uma fase socioeconômica radical em nossa democracia, em troca de uma transformação em suas vidas”⁷⁴. De fato, o maior problema da África do Sul é mais profundo do que ações (ou falta delas) de um único político, por mais importante que ele seja, ou de seu “círculo”. Isso pode ser reduzido a uma questão: pode a condição da maioria ser muito melhorada sem empreender ações sociais e econômicas radicais?

Ainda assim, embora a África do Sul esteja enfrentando, atualmente, todos os tipos de problemas, causados tanto por questões internas quanto externas, toda a vez que você a visita⁷⁵ é possível ver um contraste entre a real situação e a imagem sendo ilustrada pela chamada mídia internacional. De acordo com Nzimande, “a África do Sul tem sido consistentemente retratada sempre como ‘cinco minutos para a meia-noite’, sempre à beira de um colapso e de uma transformação em um ‘Estado falido’”⁷⁶. Frequentemente, na mídia e em conversas fúteis, é possível ouvir reclamações quanto à “expulsão” de pessoas brancas da África do Sul. A situação existente, na realidade, é o oposto: em cinco anos, 359.000 imigrantes, ou seja, cerca de 40%, retornaram aos seus lares⁷⁷. Esse fato, por si só, permite que os sul-africanos e seus amigos, apesar de todas as dificuldades, possam olhar para o futuro através de uma perspectiva otimista.

74 <http://www.iol.co.za/news/politics/voters-have-fired-their-final-warning-shot-cosat-2056476>

75 Últimas visitas do autor foram em abril e agosto de 2016.

76 <http://www.sacp.org.za/main.php?ID=4810>

77 <http://homecomingrevolution.com/south-africa/>

RESUMO

Atualmente, a África do Sul enfrenta diversos dilemas políticos que influenciam toda a organização social do país. Dessa forma, a historicidade dos processos políticos que permeiam a sociedade sul-africana atualmente, os jogos de poder das elites do país, bem como as influências externas que agem internamente por meio dos partidos políticos da África do Sul, e a presença dessa importante nação africana dentro do âmbito dos BRICS são elementos essenciais para a compreensão do contexto da política sul-africana. Através de experiências vivenciadas in loco, se buscou nesse artigo uma análise minuciosa e abrangente acerca de tal conjuntura, apontando os agentes políticos que interferem ativamente nesse jogo e construindo possíveis cenários para o desenrolar dos eventos.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; processo político; ANC; Jacob Zuma.

Recebido em 20 de junho de 2016.

Aprovado em 28 de setembro de 2016.

Traduzido por Rodrigo dos Santos Cassel.

ÁFRICA DO SUL E A ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA: VELHAS RESPONSABILIDADES E NOVOS DESAFIOS

John Akokpari¹

Introdução

A Organização de Unidade Africana (OUA) foi oficialmente substituída pela União Africana (UA) em julho de 2002. Como a maior organização regional, a UA recebeu a tarefa de unir o continente e promover o desenvolvimento da África. Uma das razões para o desaparecimento da OUA foi sua incapacidade para se adaptar às mudanças globais que ocorrem após a Guerra Fria e, em particular, para responder ao novo conjunto de desafios e oportunidades que o continente enfrenta. Estes desafios incluem a marginalização da África na economia global, o seu crescente endividamento internacional, bem como restrições domésticas tais como HIV / AIDS, governança e, mais importante, os conflitos internos. A OUA permaneceu em grande parte invisível sobre estas questões e, como Packer e Rukare observaram, a organização foi apenas “discutida por muitos anos dentro e fora de sua sede em Adis Abeba” (Packer e Rukare 2002, 365). Os fracassos da OUA em um novo contexto global tornaram-na obsoleta. Havia, portanto, a expectativa popular dentro do continente para a UA tornar-se mais assertiva e ter sucesso onde a OUA falhou. Para distinguir-se das falhas do sua antecessora, a UA estabeleceu uma Arquitetura de Paz e Segurança (APS) no lugar destinado à prevenção, mas também à gestão de conflitos, que se tornou uma característica definidora da economia política de África. Enquanto APS da UA tem sido aclamada por fornecer uma nova abordagem para a paz, a segurança e a governança, foi criticada por sua incapacidade de superar os muitos desafios que enfrenta, incluindo a

¹ Departamento de Estudos Políticos, Universidade da Cidade do Cabo, Cidade do Cabo, África do Sul. Email: john.akokpari@uct.ac.za

incapacidade de alguns Estados membros em dar apoio pleno às resoluções da UA. Em alguns casos, alguns países contradizem abertamente a posição da UA.

Este artigo destaca os desafios enfrentados pela APS da UA. Ele observa que um desses desafios é a posição contraditória da África do Sul em algumas das decisões de paz e segurança da UA, incluindo os resultados das eleições presidenciais disputadas na Costa do Marfim, de Novembro de 2010, e a crise da Líbia, em março de 2011. Argumenta-se que a UA também enfrenta desafios relacionados à inadequação no aporte de fundos e à relutância dos estados membros em contribuir prontamente com tropas para as operações de manutenção da paz (OMP). Juntos, esses desafios viciam os esforços da UA para resolver rapidamente os conflitos e outras ameaças à paz e segurança regional. Ao abordar esta e outras questões conexas, este artigo ressalta a África como um teatro de conflitos. Em seguida, ele descreve as principais características da arquitetura de paz e segurança da UA, e, em seguida destaca os desafios enfrentados pelo projeto de paz e segurança. A conclusão resume os principais pontos do artigo.

África: o continente de conflitos

A escala e a frequência de conflitos na África são muito conhecidas para serem novamente relatadas. No entanto, basta dizer que nada menos do que 80 conflitos foram registrados na África entre 1960 e início dos anos 1990 (Adedeji 1999, 3), muitos dos quais ocorreram como consequência da Guerra Fria. Além disso, a maioria dos conflitos eram intraestatais. Apesar da redução global no número de guerras interestatais após a Guerra Fria, a África tem visto um aumento no número de conflitos intraestatais (Goodhand 2006, 79). Por exemplo, Laremont observa que apenas dois conflitos - Chade e Líbia; Ruanda e Uganda - eram interestatais entre o total de 16 guerras que ocorreram no continente entre 1990 e 1997 (Laremont 2002, 3). Enquanto os conflitos intraestatais continuam a proliferar, os únicos conflitos entre Estados em grande escala desde o alvorecer do novo milênio foram a guerra de fronteira Etiópia-Eritreia, que continua a irromper de forma intermitente; e, até 2011, o conflito entre o Norte e o Sul do Sudão. A onipresença de conflitos na África foi ainda revelada no fato de que enquanto 13% dos conflitos mundiais foram travados na África na década de 1960, este número aumentou para 35% até o início do século XXI.

A notoriedade da África como um teatro principal de conflitos é revelado, por outro lado, no fato de que atualmente abriga o maior

contingente de paz da ONU: cerca de 22.492 (composta de tropas, policiais, observadores militares e voluntários da ONU) na Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC - MONUSCO (United Nations 2016). O motim de soldados leais a Bosco Ntaganda, um ex-general do exército congolês em abril de 2012, e a contínua instabilidade no Leste da RDC, onde os rebeldes Ntaganda estão baseados, não sugere a retirada da MONUSCO em breve. A ONU também mantém uma força híbrida UA-ONU (UNAMID), em Darfur, no Sudão, que em janeiro 2016 estavam numeradas em 21.022 (*ibid*); e uma força de estabilização de 7.120 homens na Operação da ONU na Costa do Marfim - UNOCI (*ibid*). Assim, a Missão da UA na Somália (AMISOM) tinha uma força insignificante de 5.000 até agosto de 2011, antes de tal número ser aumentado por tropas quenianas, que entraram na Somália em setembro de 2011 em busca de militantes da Al-Shaabab suspeitos de estar por trás da onda de sequestros e atentados no Quênia e partes da África Oriental.

Igualmente notável, sobre os conflitos intraestatais na África, é o aumento no uso de crianças-soldados em frentes de batalha. Os conflitos na Libéria, Serra Leoa, República Democrática do Congo e da guerra rebelde no norte de Uganda envolvendo o Exército de Resistência do Senhor (LRA), liderado por Joseph Kony, e o exército nacional do Uganda, têm em comum em todos os envolvidos a utilização de crianças-soldados. No auge do conflito de Serra Leoa entre 1992 e 1996, por exemplo, um número estimado de 4.500 crianças, muitas das quais tinham 14 anos ou menos, foram recrutadas à força pela Frente Revolucionária Unida - RUF (Skinner 1999, 10). Da mesma forma, crianças do Norte de Uganda entre as idades de 10 e 18 foram rotineiramente raptadas pelo LRA e usadas como soldados, enquanto as meninas foram usadas como “mulheres de conforto” (MacMullin e Loughry 2004). Outras características dos conflitos no continente africano têm sido a violência sexual sistemática que os rebeldes perpetuam sobre as mulheres; a desumana mutilação e amputação de membros civis (Laremont 2002, 14), bem como as incidências crescentes de infecções do HIV / SIDA entre soldados e rebeldes (Ndinga-Muvumba 2008). O crescente uso de táticas terroristas, como os métodos de terra arrasada, a utilização de explosivos contra alvos fáceis, especialmente civis, tornou-se a nova definição das características de conflitos na África. Militantes de grupos fundamentalistas, incluindo Al Shaabab na Somália e Boko Haram na Nigéria, nos últimos anos recorreram ao uso sistemático do terror contra a Missão da UA na Somália (AMISOM) e a população nigeriana, respectivamente. Estes conflitos levaram a mortes, destruição de propriedade, enfraquecimento das instituições já frágeis dos governos, e uma enorme ameaça à paz e à segurança.

Enquanto a realidade e as implicações mais amplas dos conflitos para a paz e a segurança na África são indiscutíveis, as causas não obtiveram uma ampla gama de explicações. Uma explicação frequente para os conflitos da África tem sido associada à luta pelo Estado e recursos. Goran Hyden observa que, os conflitos da África são cada vez mais sobre os recursos naturais (Hyden 1992, 2). Assim, os conflitos africanos são agora cada vez mais referidos como “conflitos de recursos.” Outros observadores atribuem as causas a fatores políticos e em matéria de governança, tais como neopatrimonialismo, corrupção, má liderança, desrespeito aos direitos humanos e à democracia (Guest 2004); enquanto outros ligam as causas a adversidades econômicas e à pobreza (Adekanye 1995; Brown 1995). Igualmente, outros analistas vinculam os conflitos à postura partidária do Estado e sua tendência a marginalizar certas comunidades, tendo como consequência o irredentismo e sentimentos secessionistas (Adam 1995; Adejumobi 2001; Akokpari 2008); enquanto outros ainda entendem os conflitos africanos como refletindo a contestação sobre a agricultura e as terras de pastagem e outros recursos ambientais decrescentes. Esses analistas referem-se aos conflitos da África como essencialmente “eco-guerras” (Suliman e Omer 1994). Além disso, outros vêem os conflitos como um reflexo da fragilidade do Estado africano e da difusão da política étnica (Copson 1994). A ascensão do fundamentalismo religioso tornou-se também uma nova causa de conflitos na África. Essas diferentes perspectivas ressaltam a complexidade das causas dos conflitos da África e o caráter ilusório de uma única explicação causal.

Uma falha visível da OUA foi a sua incapacidade para resolver questões em torno da governança, cujos efeitos muitas vezes resultaram em conflitos. A má governança se refletiu no surgimento de líderes autoritários e, em grande parte, inexplicáveis, não só corruptos, mas que também sistematicamente violam os direitos humanos com impunidade. Aqueles que não violaram direitos humanos flagrantemente tornaram-se longos mandatários ou presidentes vitalícios. Esses líderes floresceram sob os olhos brilhantes da OUA. Muitos desses líderes caíram do poder, através de revoltas populares, como foi o caso de Mengistu Harmiriam (Etiópia) e Siad Barre (Somália); golpes militares, como no caso de Kwame Nkrumah (Gana); rebeliões armadas, como nos casos de Mobutu Sese Seko do Zaire (hoje República Democrática do Congo-RDC) e Samuel Doe (Libéria); eleições democráticas, como no caso de Kenneth Kaunda (Zâmbia); ou por morte natural, enquanto no poder, como foram os casos de Gnassingbe Eyadema (Togo) e Sani Abacha (Nigéria). Normalmente, esses líderes não receberam nenhuma condenação da OUA. Certamente a lógica da Guerra Fria foi em grande parte responsável pela persistência, até mesmo

a sobrevivência, de muitos desses líderes. Como aliados estratégicos dos protagonistas principais da Guerra Fria, esses líderes foram protegidos contra revoltas populares. Por exemplo, quando em 1978 o regime de Mobutu foi ameaçado por uma rebelião na província de Katanga, as tropas francesas e belgas, apoiadas pelos Estados Unidos, rapidamente vieram em seu auxílio (Schatzberg 1997, 80). Em grande parte como resultado desta importância estratégica, o Ocidente fez vista grossa à corrupção e às atrozes violações de direitos humanos cometidas por esses líderes contra os seus cidadãos. O fim da Guerra Fria, no entanto, atenuou a importância estratégica dos regimes africanos e alguns, como Samuel Doe e Mobutu prontamente caíram para os rebeldes em 1991 e 1997, respectivamente. Não só a OUA permaneceu em silêncio sobre questões de governança, mas também foi limitado pelo princípio antigo e desacreditado princípio de “não interferência” da Carta da OUA sobre intervenção em conflitos. Esta postura foi, no entanto, mudada sob Arquitetura de Paz e Segurança da UA (APS).

A Arquitetura de Paz e Segurança da UA

Reconhecendo a responsabilidade central de conflitos e da má governança na ameaça à paz e segurança, o Ato Constitutivo da UA lançou as bases para uma nova arquitetura de segurança no continente. O Artigo 3 (f) do Ato Constitutivo inclui a promoção da “paz, segurança e estabilidade no continente” como um dos objetivos fundamentais da UA, enquanto os artigos 3 (g) e 3 (h) procuraram promover a governança democrática e os direitos humanos, respectivamente. Assim, o Ato Constitutivo da UA a distinguiu de sua antecessora. Duas disposições do Ato Constitutivo particularmente relevantes para a APS são o artigo 4 (h) que, de acordo com a doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P) da ONU, autoriza a intervenção da União Africana nos Estados-Membros “em conformidade com uma decisão da Assembleia em caso de circunstâncias graves, nomeadamente crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”; e o artigo 4 (j) que concede “o direito dos Estados-Membros a pedirem a intervenção da União Africana, a fim de restaurar a paz e a segurança”. Estas disposições, em contraste com a postura da OUA, marcaram uma mudança na posição fundamental da UA de “não interferência” para “não indiferença” (Mwanasali 2008). Além disso, as disposições ressaltaram a determinação da UA de confrontar diretamente atos de impunidade e incidentes onde o Estado se torna uma fonte de ameaça para a segurança dos seus cidadãos (Akopari 2011). É importante ressaltar que as cláusulas de interferência redefiniram soberania, retirando-lhe o seu status absoluto anterior e priorizando a segurança das pessoas sobre a integridade territorial

dos Estados. Foi sob os poderes do artigo 4º (h) que a UA interveio nos conflitos na Somália (2007), Darfur (2007) e Costa do Marfim (2011), entre outros países.

A instituição notável do APS é o Conselho de Paz e Segurança (CPS), que foi lançado oficialmente em maio de 2004. Como principal órgão da UA, a participação no CPS foi uma forma de recompensa aos países que foram ativos anteriormente em sistemas de paz e segurança da OUA. Ao mesmo tempo, a adesão também serviu como um incentivo para que os países se tornassem mais envolvidos nas operações de paz e segurança no continente. Assim, como Adebajo Adekeye observa, a adesão é “baseada em quatro critérios básicos: experiência na manutenção da paz; capacidade de pagamento; contribuição financeira para o Fundo de Paz da UA; e compromisso com a governança constitucional (Adekeye 2008, 133). Os 15 membros do CPS foram selecionados dos países de cada uma das cinco sub-regiões do continente - norte, sul, leste, oeste e centro da África - referente à representação regional equitativa. Dez dos 15 membros são eleitos para um mandato de dois anos, enquanto que os restantes 5 servem em um mandato de três anos. Embora este acordo tenha assegurado sua continuidade, foi também um compromisso entre os Estados dominantes, como a África do Sul e a Nigéria, os quais queriam poder de veto por conta de sua contribuição financeira e material à UA desproporcionalmente maior, por um lado, e a ampla gama de países que eram oposição à ideia de veto. Assim, ao contrário do Conselho de Segurança da ONU, nenhum membro do CPS da UA exerce poder de veto. As decisões sobre questões de fundo são realizadas por uma maioria de dois terços de votos. Geralmente, o CPS funciona como o Conselho de Segurança da ONU em matéria de paz e segurança. O artigo 7 do Protocolo relativo ao CPS obriga-o a assumir plenas responsabilidades sobre questões relacionadas à paz e à segurança. Isto inclui a prevenção, resolução e gestão de conflitos e atendimento a eventuais problemas que ameaçam a paz e a segurança regionais (AU Protocol Establishing the Peace and Security Council, art. 2).

No Protocolo que estabelece o CPS está prevista uma Força Africana de Pronto Emprego (ASF) a ser composta por Brigadas de Pronto Emprego dos cinco blocos sub-regionais. Cada brigada sub-regional foi idealizado para número entre 3,500-5,000 tropas (Kent e Malan 2003: 76). Além de militares, a ASF também foi planejada para ter a polícia e os segmentos civis, e juntos somam 40.000 (Dersso 2009; Potgieter 2009). O CPS originalmente previu que a ASF estaria pronta para uma rápida implantação em pontos de conflito em 2010. No entanto, a ASF ainda está para ser montada e a UA, enquanto isso, vem tendo que chamar os Estados a contribuir com tropas, quando necessário. A implantação do ASF é de responsabilidade do CPS

(Sarkin 2008, 59). No exercício das suas funções, o CPS é aconselhado pelo Painel dos Sábios, um painel formado por cinco personalidades eminentes, que servem por um período de três anos de duração e são nomeados de novo para um segundo mandato. O Artigo 20 do Protocolo do CPS compele o envolvimento “ativo da sociedade civil nos esforços destinados a promoção da paz, segurança e estabilidade na África.” Outras instituições-chave da APS incluem um Sistema Continental de Alerta Antecipado (SCAA), sob o CPS. O trabalho do SCAA é usar apropriadamente “indicadores de alerta precoce”, como indicadores econômicos, políticos, humanitários e militares dos países, analisá-los e cuidadosamente controlar situações e tomar as medidas adequadas para evitar a eclosão de conflitos (Cilliers e Sturman 2004). A Comissão de Militares (MSC), composto por representantes do alto escalão militar dos países que constituem o CPS está estabelecido no âmbito do CPS. A principal função do MSC é aconselhar o CPS sobre as questões de paz e segurança. A última instituição no âmbito do APS é o Fundo Especial para o qual os países membros fazem suas contribuições financeiras obrigatórias e voluntárias. Em 2011, a UA aumentou a contribuição obrigatória dos Estados membros para o Fundo de seis para sete por cento (Report of the Executive Council 2011).

Igualmente digno de nota é a maior responsabilidade transferida para as organizações sub-regionais como parte da APS da UA. Em retrospectiva, a ideia de formalizar o papel das organizações regionais na resolução de conflitos e construção da paz foi desenvolvida a partir da *Agenda para Paz*, do ex-secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali de 1992. A *Agenda* solicitou a partilha de encargos entre a ONU e as organizações regionais, especialmente em áreas onde a primeira possuía limitada capacidade de manutenção da paz e a segurança (United Nations 1992). Na *Agenda*, Boutros-Ghali ressaltou a importância das organizações regionais como socorristas para o conflito como uma forma de reduzir a carga de manutenção de paz da ONU. Um relatório subsequente da ONU expandiu sobre os méritos de usar organizações regionais na manutenção da paz, observando sua “vantagem comparativa em tomar o papel principal na prevenção e resolução de conflitos e [ajudar] as Nações Unidas a contê-los” (United Nations, 1995, parágrafo 4). A proposta de Boutros-Ghali foi reforçada pela bem sucedida intervenção nos conflitos na Libéria, em 1990, e em Serra Leoa, em 1997, pela Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (CEDEAO) (Levitt, 1998). O abrandamento da Guerra Fria e a perda de importância estratégica da África para o Ocidente foi acompanhada por um declínio correspondente na disposição dos governos ocidentais, quer para comandar ou ser envolvido em operações de manutenção da paz (OMP) na África (Adekeye e Landsberg 2000). Assim, uma nova urgência foi

criada para a UA assumir maiores responsabilidades de gestão de conflitos no continente, se não assumi-las completamente. Os governos ocidentais estão, no entanto, dispostos a expor casos como os da Costa do Marfim e da Líbia, a fim de instigar “mudanças de regime” em países onde os líderes são percebidos como agindo de forma contrária às normas internacionais ou como um obstáculo para a agenda de política externa do Ocidente. Em tais situações, os governos ocidentais estão colocados do lado contrário à UA.

Idealmente, mesmo que o uso de organizações regionais na manutenção da paz tenha o perigo de promover o interesse paroquial dos países intervenientes, não deixa de ser visto como mais vantajoso do que o uso de uma força internacional. Entre outras coisas, as forças de paz regionais têm melhor familiaridade com a região, incluindo questões culturais, sociais e históricas, o que os torna mais eficazes no terreno. Este fator explica em parte porque, com seu armamento superior e tecnologia militar, os EUA não conseguiram desarmar milícias somalis durante a antiga intervenção em 1993-4. Além disso, a proximidade geográfica diminui o custo financeiro de intervenção e manutenção da paz por atores regionais. Ademais, as forças regionais podem ser montadas muito mais rápido do que uma força multinacional. Acima de tudo, o desejo enorme de diminuir os efeitos associados aos conflitos na região sob a forma de fluxos de refugiados, contrabando e proliferação de armas, assim como a insegurança geral, faz dos atores regionais mais comprometidos com a manutenção da paz do que os atores extrarregionais (Adekeye 2002, 16). Enquanto as vantagens das forças de paz regionais sobre as forças multinacionais extrarregionais ainda está para ser empiricamente demonstradas, é justo afirmar que os sucessos da CEDEAO nas intervenções nos conflitos em Serra Leoa e Libéria foram devidos em grande parte à vantagem única tida pelo Grupo de Monitoramento da CEDEAO (ECOMOG) como uma força de paz regional. No entanto, ao passo que a UA e as organizações sub-regionais têm mostrado uma forte inclinação para a manutenção da paz regional, face seus numerosos desafios, acabam por prejudicar a eficácia de longo prazo da iniciativa de paz e segurança da UA.

Desafios da Arquitetura de Paz e Segurança da UA

O antigo e perene problema de inadequação financeira e logística que afligia a OUA continua a minar a UA e sua APS. Em 2011, o orçamento UA ficou em US \$ 260 milhões, o que era manifestamente insuficiente para cobrir seus custos administrativos, operações de manutenção da paz e os salários do seu pessoal de 400 membros. Todo o orçamento da UA de 2011 foi menor do que os \$645.000.000 e \$1.800.000.000 gastos pela

ONU na UNOCI e na UNAMID, respectivamente, entre julho de 2011 e junho de 2012 (United Nations 2012). Mesmo assim, os membros da UA contribuíram com apenas 40 por cento do orçamento, a maior percentagem é proveniente da UE, EUA e China (The Economist 27 de janeiro de 2011). A maior fonte do desafio financeiro é a incapacidade dos Estados-Membros de pagar as suas contribuições anuais. Cinco membros - Argélia, Egito, Líbia, Nigéria e África do Sul - fazem as maiores contribuições financeiras. Em 2011, esses países contribuíram com \$15.000.000 enquanto a maioria dos Estados-Membros pagaram quantidades muito menores que variam de \$160.000 a tão pouco quanto \$20.000 por Malauí (The Economist 27 de janeiro de 2011). Esta capacidade truncada da maioria dos Estados para fazer contribuições significativas foi acoplada à crescente demanda da UA para assumir maiores deveres de manutenção da paz no continente.

Relacionada às restrições financeiras estão as logísticas inadequadas à disposição da UA. As forças de paz da UA são muitas vezes mal equipadas e sobrecarregadas. Em grande parte como resultado destas restrições, a UA teve de confiar em parceiros externos para o financiamento e apoio logístico nas suas OMP (Saxena 2004, 186). Os EUA e a União Europeia (UE) têm sido contribuintes financeiros e logísticos regulares para OMP da UA. A Missão da UA no Burundi (AMIB) foi quase inteiramente financiada pela África do Sul em 2003, até chegada da contribuição financeira da UE e dos EUA em 2004. Para essa operação, a UE contribuiu com cerca de €25 milhões, enquanto as contribuições de cada país da UE trouxe-nos um adicional de €30 milhões para AMIB. Além de apoio logístico, os EUA e a UE contribuíram com US \$220 milhões e €162 milhões, respectivamente em relação à AMIS desde o início da missão (União Africana 2006; Frazer 2006). A China vem desde 2000 fazendo contribuições para os esforços de gestão de conflitos da UA. Em 2008, ela doou US\$11 milhões e US\$1,8 milhão para, respectivamente, os esforços de assistência e de manutenção da paz humanitárias, em Darfur (Monitor Mundial Savvy 2008). Até o final de 2011, Pequim tornou-se o maior contribuinte para OMP da UA entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contudo seus homens são implantados principalmente em papéis de não combatentes, principalmente como engenheiros e especialistas em transportes (Ayenagbo et al 2012). Apesar de útil, a confiança regular sobre os financiadores extra-Africanos atrasa intervenções e prejudica a capacidade da UA em resolver conflitos com seus próprios termos (Akokpari 2011, 161). Outro desafio é a hesitação, e às vezes a falha, dos Estados membros em comprometerem-se com o envio de tropas e onde promessas foram feitas, a implementação tem sido lamentável. A UA tem tradicionalmente lutado para montar as forças de paz para a implantação rápida de zonas de conflito.

Posturas controversas da África do Sul: um novo desafio para a APS da UA?

Um novo e complicado desafio para a APS da África é a posição contraditória da África do Sul, um dos principais membros da UA, sobre questões cruciais de paz e segurança. Em perspectiva, o papel crucial da África do Sul nas iniciativas de paz e segurança na África não pode ser sobrevalorizado. Como já foi observado, AMIB foi inicialmente financiada principalmente pela África do Sul. Embora, Etiópia e Moçambique tenham fornecido tropas, a maior parte das forças AMIB foram retiradas da África do Sul. Junto com a CEDEAO, a África do Sul também desempenhou um papel central nas tentativas de resolver os conflitos anteriores na Costa do Marfim. Ela acolheu negociações de paz entre as facções beligerantes em ambos os conflitos da Costa do Marfim e da República Democrática do Congo entre 2003 e 2005 e ajudou como agente dos acordos de cessar-fogo. Os esforços mais recentes de resolução e mediação da África do Sul em conflitos no âmbito da APS da UA foram no Zimbábue, na Mauritânia e em Madagáscar. Nestes países, os conflitos foram resolvidos com sucesso, embora a paz tenha permanecido tênue. A contribuição de Pretória à APS da UA não pode ser subestimada.

Muitos dos recentes esforços de paz da África do Sul foram iniciadas por Thabo Mbeki, cujo envolvimento em negociações de paz continental não pode ser seriamente contestado. Mbeki foi fundamental nas iniciativas de resolução dos conflitos na Costa do Marfim entre 2003 e 2005, na RDC, no Zimbábue e tem servido como o principal negociador em Darfur e nos conflitos do Sudão e Sudão do Sul, embora como um enviado da UA. Dessa forma, Mbeki tem sido fundamental no reposicionamento de África na nova ordem política e econômica mundial, sob os auspícios da UA. Além disso, Mbeki fez parte dos cérebros que reestruturaram a OUA na União Africana (Tieku 2004), enquanto o seu papel na reordenação da governança no continente tem sido igualmente notável. Ele foi influente na promoção da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), que entre outras coisas, está ajudando a melhorar a proteção dos direitos humanos e boa governança na África em troca de ajuda ocidental e investimentos; e também no mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM), que avalia o progresso de um país para a democracia, os direitos humanos e a boa governança (Hope 2005). Mbeki tem usado diplomacia e tato ao lidar com a UA e os países individualmente. Ele domina a arte de lidar com os líderes africanos, incluindo os presidentes errantes como Robert Mugabe (Zimbábue) e Omar Al-Bashir (Sudão) para obtê-los, pelo menos, à mesa de negociações com os seus adversários.

No entanto, a abordagem suave e excessivamente diplomática de Mbeki foi criticada por falhar em resolver conflitos. Sua abordagem diplomática silenciosa no conflito do Zimbábue não conseguiu render dividendos (Akokpari e Nyoni 2009). Apesar do sucesso da intermediação de um acordo de paz entre o ZANU-PF e o Movimento para a Mudança Democrática (MDC), na forma do Acordo Político Global (GPA) em 2008, o governo de unidade resultante entre os dois partidos políticos rivais permanece frágil e caracterizado pela desconfiança mútua. Além disso, os abusos de direitos humanos e compromissos unilaterais em posições-chave foram feitas por ZANU-PF, sem consulta com o MDC como estipulado no GPA. Ademais, Mbeki controversamente tentou fazer com que o Tribunal Penal Internacional (TPI) revogasse o indiciamento de Al-Bashir das acusações por crimes de guerra e crimes contra humanidade, em razão de que a detenção e a acusação do líder sudanês poderiam complicar a resolução da questão de Darfur e os conflitos de Cartum-Juba (Akokpari 2011). A postura suave e sem repartição de culpa de Mbeki também foi evidente em seus esforços de mediação que fracassaram no conflito pós-eleitoral da Costa do Marfim em 2010 como um enviado da UA. Típico de seu estilo, Mbeki queria uma posição de compromisso pela formação de um governo de partilha de poder no Zimbábue que incluísse Alassane Ouattara e Laurent Gbagbo. A formação de um governo de unidade nacional era, no entanto, contrária à posição da CEDEAO e da UA, e ambas solicitaram que Gbagbo deixasse o poder após perder as eleições. Apesar disso, Mbeki jamais fez com que a África do Sul contradissesse abertamente a posição coletiva da UA sobre questões críticas de paz e segurança. Entretanto, esta não veio a ser a posição do seu sucessor, Jacob Zuma nos conflitos do Zimbábue, da Costa do Marfim e da Líbia.

África do Sul - um rasgo na diplomacia da UA?

A posição da África do Sul nas crises zimbabuana, marfinense e líbia levantou questões em torno da neutralidade de Pretória como um mediador e sobre se ela realmente representa a África. Acreditava-se que como um mediador designado pela SADC no conflito do Zimbábue, a África do Sul sob o comando de Jacob Zuma adotaria uma posição mais resistente e intransigente em relação ao Zimbábue, em contraste com uma diplomacia discreta, e em grande parte ineficazes de Mbeki. Durante sua campanha para a presidência, Zuma tornou-se abertamente crítico de Robert Mugabe, exigindo que o povo do Zimbábue tivesse a possibilidade de eleger livremente o seu líder. No entanto, ao assumir o cargo, o líder sul-africano surpreendentemente retraiu sua postura dura. Tal como o seu antecessor,

Zuma “repartiu o pão” com Mugabe para grande desgosto do MDC oposição. Em 2010, o presidente da Liga da Juventude do ANC (ANCYL), Julius Malema, um aliado próximo de Zuma, durante uma visita oficial ao Zimbábue, no qual o líder da ANCYL endossou abertamente Mugabe como o líder legítimo enquanto denunciava o MDC como um fantoche do Ocidente. Embora o ANC, eventualmente, tenha castigado Malema por suas declarações, estas ações não convenceram o MDC de que a África do Sul era um mediador imparcial no conflito. Enquanto isso, a situação no Zimbábue quase não melhorou, com violações de direitos humanos sendo perpetradas pela ZANU-PF contra os apoiadores do MDC, mesmo com a criação do governo de unidade em 2008 (Shaw 2011). A frustração com o progresso no Zimbábue levou os apoiadores do MDC e sul-africanos, que esperavam por uma pressão mais intensa sobre Mugabe, a questionarem a África do Sul sob o governo Zuma como um mediador neutro.

Embora não esteja diretamente envolvido como mediador, a posição da África do Sul no conflito marfinense foi igualmente controversa, se não de oposição à postura da CEDEAO e da UA. O conflito na Costa do Marfim entrou em erupção quando o presidente Laurent Gbagbo, que se acreditava amplamente tinha perdido as eleições presidenciais de 28 de novembro de 2010, recusou-se a ceder o poder ao seu rival, Alassane Ouattara. Embora, a CEDEAO e a UA tenham sido unânimes na defesa de que Laurent Gbagbo havia perdido as eleições e ameaçaram o uso da força para impor a vontade dos marfinenses se ele continuasse a se agarrar ao poder, o ministro da África do Sul de Relações Internacionais e Cooperação, Maite Nkoana-Mashabane, sustentou que o resultado da eleição foi inconclusivo (DIRCO 2011). Esta posição encorajou o presidente marfinense a ignorar os apelos pela sua renúncia. A suspeita da CEDEAO e da UA de apoio de Gbagbo pela África do Sul aumentou quando em janeiro de 2011, uma fragata naval sul-africana, a SAS Drakensberg, ancorou ao largo da costa da Costa do Marfim. A posição da África do Sul e a presença de seu navio de guerra ao largo da costa marfinense foram vistos pela CEDEAO como, não apenas a minar sua autoridade, mas também a contrariar os esforços da UA no sentido de conseguir que Gbagbo cedesse ao poder (Lynch 2011). Em meio às inúmeras chamadas regionais e internacionais para renunciar, Laurent Gbagbo foi encorajado a acreditar que ele ainda podia contar com sete dos 53 membros da UA, incluindo Angola, Uganda, África do Sul, República Democrática do Congo, Gâmbia, Guiné Equatorial, e Gana (ISS 2011). Suspeita-se amplamente que a posição da África do Sul foi em parte responsável pela recusa de Gbagbo em ceder o poder, na esperança de que as divisões dentro das fileiras dos membros da UA iria enfraquecer sua determinação. O impasse resultante prolongou a violência no país, que custou mais de 3000

vidas e gerou milhares de refugiados e deslocados internamente (Mail and Guardian 15 de Março de 2012). Os conflitos pós-eleições foram, além disso, caracterizados por enormes violações de direitos humanos que, se acredita, foram perpetradas pelas forças leais a ambos Gbagbo e Ouattara (Human Rights Watch 2011). Laurent Gbagbo acabou sendo preso em 11 de Abril de 2011 por uma força combinada de oposição e forças francesas.

Se a África do Sul minou os esforços regionais para a resolução do conflito pós-eleições na Costa do Marfim, ela traiu a UA em relação a crise líbia. Como a rebelião contra Muammar Kadafi ganhou força no final de 2011, a UA propôs um roteiro para a resolução do conflito. No núcleo do roteiro foram propostas conversações entre o líder líbio sitiado e os rebeldes, as quais levariam a reformas democráticas. O roteiro foi, porém, rejeitado pelos rebeldes por não quererem que Kadafi desempenhasse qualquer papel no futuro do país. Enquanto isso, mortes de civis eram perpetradas ao mesmo tempo em que os fluxos de refugiados da Líbia foram aumentados. Liderados pela França e pela Grã-Bretanha, os governos ocidentais propuseram uma zona de exclusão aérea para proteger os civis em uma aparente tentativa de enfraquecer a capacidade de Kadafi de sufocar a rebelião. À luz de uma possível marginalização na resolução do conflito, a UA decidiu não apoiar qualquer resolução do Conselho de Segurança da ONU que buscasse promover o uso a força ou a intervenção militar externa de qualquer tipo na Líbia. No entanto, menos de uma semana após a aprovação da resolução da União Africana, em 17 de Março, a África do Sul, um dos 10 membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU, surpreendentemente votou a favor da Resolução 1973. A resolução estabeleceu uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia e também autorizou a OTAN a usar “todas as medidas necessárias” para a proteção dos civis. O apoio da África do Sul para a resolução foi perturbador, não só por estar contradizendo a posição coletiva do continente, mas também por minar seriamente as propostas de paz da UA para a Líbia. África do Sul justificou seu apoio à Resolução 1973 em razão de suas preocupações na proteção dos civis das Nações Unidas (2011). No entanto, Pretória deveria ter previsto que uma resolução autorizando o uso de “todos os meios necessários” estava aberta a várias interpretações e dada a obsessão do Ocidente com “mudanças de regime” no Sul na era pós-Guerra Fria, a Resolução 1973 iria fornecer tanto o contexto quanto o pretexto para a derrubada de Muammar Kadafi. A África do Sul esforçou-se fortemente para a interrupção dos bombardeamentos da OTAN, uma vez que, segundo eles, o bombardeio da Líbia pela OTAN era um abuso da Resolução 1973 (Mail and Guardian 14 de junho de 2011). No entanto, já era tarde demais - o dano irreparável tinha sido feito; o Ocidente tinha agarrado plenamente a oportunidade que estava

procurando para efetuar a mudança de regime na Líbia.

Implicações da posição controversa da África do Sul

As ações da África do Sul tiveram implicação fundamental na unidade da UA, mas também para a APS da organização. Pode ser plausível argumentar que a incapacidade da UA para eleger o Presidente de sua Comissão - o trabalho de nível superior no corpo continental - em 30 de Janeiro de 2012 durante a sua Cimeira XVIII, em Addis Abeba, pode estar ligada à posição controversa de Pretória sobre as iniciativas de paz da UA. A eleição para o Presidente da Comissão da UA tornou-se uma corrida de duas vias entre Jean Ping, do Gabão, que foi eleito em 2008 e que estava à procura de um segundo mandato, e Nkosazana Dlamini Zuma, ministro do Interior sul-africano, que o estava desafiando. Depois de três rodadas de votação, nenhum dos candidatos conseguiu uma maioria de dois terços, necessária para a eleição. Durante a quarta rodada de votação, Jean Ping ainda não havia conseguido garantir dois terços do total dos votos mesmo depois da retirada de Dlamini-Zuma. O impasse foi sem precedentes; a eleição dos presidentes anteriores da Comissão - Amary Essy (Costa do Marfim) 2002-2003; Alpha Oumar Konare (Mali) 2003-2008; e Jean Ping 2008-2012 - nunca tinha exigido segundas rodadas de votação. Na verdade, nunca houve dois candidatos disputando ao mesmo tempo. O consenso foi sempre a norma de votação oficial para legitimar a escolha. Após o fracasso para obter um vencedor, uma nova rodada de votação foi marcada para a próxima cimeira da UA, em meados de Julho de 2012. Nas semanas anteriores à reunião de julho viu-se uma crescente pressão dos Estados africanos pelos candidatos em disputa. Quando os votos foram finalmente lançados, em 14 de Julho, Nkosazana Dlamini Zuma ganhou, com 60 por cento dos 54 votos durante a terceira rodada de votação (BBC 2012).

Alguns observadores argumentaram que as votações em janeiro e julho foram feitas ao longo de linhas linguísticas, com a África anglófona apoiando Dlamini Zuma e os países francófonos votando em Jean Ping (Cilliers e Okeke 2012, 1). Ficou também evidente que a divisão linguística foi sobreposta por divisões regionais entre os países da SADC alinhando-se atrás de Dlamini Zuma, e dos membros da CEDEAO atrás Jean Ping. Seja qual for a verdade, pode-se dizer que o adversário de Jean Ping deveria ter ganhado a eleição durante a votação de janeiro, por ser ex-Presidente da Comissão e assim contestado para um segundo mandato. O fracasso do candidato sul-africano para bater Jean Ping talvez tenha destacado a suspeita da África para com a África do Sul, uma suspeita reforçada pela posição controversa de Pretória sobre a crise na Costa do Marfim e na Líbia.

Sem as posições contraditórias de Pretória nas crises da Costa do Marfim e da Líbia não seriam levantadas questões desconfortáveis sobre a direção que poderia conduzir o continente. Alguns países poderão ter calculado que seria demasiado perigoso confiar a tarefa mais alta do continente nas as mãos de um país que não parece falar a mesma língua que o resto do continente. O fracasso da Dlamini-Zuma para ganhar a competição em janeiro de 2012 foi, portanto, uma rejeição da liderança da África do Sul na Comissão. Dada a sua tendência a seguir uma política externa unilateral diferente da posição coletiva do continente, junto com sua aproximação com o Ocidente, a pergunta inevitável que irradiou nas mentes dos líderes africanos era se Pretoria poderia ser um porta-voz confiável da África em questões críticas internacionais e na região.

A eleição de Nkosazana Dlamini Zuma pode ter entregue a presidência da Comissão da UA, mas pode não ter restaurado a unidade da UA, e nem poderia ser dito que preveniu os problemas potenciais para a organização. Pelo contrário, a eleição do candidato sul-africano pode ser o início de mais divisões e suspeitas da UA em uma série de razões. Primeiro, há um acordo não escrito entre os membros da UA que a presidência da Comissão da UA não deve ser contestada por qualquer um dos principais Estados-membros - Argélia, Egito, Líbia, Nigéria e África do Sul. Esta prática é semelhante ao que ocorre na ONU, onde o Secretário-Geral nunca foi eleito a partir de qualquer um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. A eleição de um candidato sul-africano violou, assim, este acordo de cavalheiros de longa data. Problemas e divergências poderiam surgir se a Nigéria que, como a África do Sul faz enormes contribuições para o orçamento da UA, decidir contestar para si o mandato da próxima vez. Em segundo lugar, a atuação sul-africana no continente e a eleição de Dlamini Zuma pode sugerir que a presidência da Comissão da UA é garantida apenas para os países com força financeira maior. Isso poderia criar uma “coalizão dos fracos”, que constantemente se oporia aos Estados-membros economicamente poderosos, criando assim uma nova e desconcertante linha de falhas na UA. É importante ressaltar que a eleição de longa data do presidente da Comissão da UA por consenso pode ter terminado, abrindo o caminho para políticas potencialmente geradoras de divisões e implicações negativas para a APS da UA.

Conclusão

A APS da União Africana foi uma inovação que visa solucionar proativamente os desafios de segurança aparentemente intratáveis da África. A APS também foi criada para distinguir a UA do OAU, que não

tinha qualquer programa de gestão de conflitos estruturado. Além do reconhecimento pela UA de organizações sub-regionais como parceiros-chave na gestão de conflitos regionais, a APS também foi caracterizada pelas instituições de aplicação de segurança como o Conselho de Paz e Segurança, a Força Africana de Pronto Emprego, o Painel dos Sábios, o SCAP, o Comitê Militar e o Fundo especial. Ao estabelecer a APS, a África mostrou compromisso e iniciativa, pelo menos em teoria, para enfrentar os conflitos perenes no continente. A APS foi, assim, idealmente ajustada para ser uma ferramenta eficaz. No entanto, ela enfrenta uma série de desafios, que incluiu não só o financiamento e a logística inadequada, bem como a falta de tropas suficientes para a implantação rápida para ameaças de segurança. Recentemente, no entanto, a posição contraditória da África do Sul em relação à posição da UA sobre as crises marfinense e líbia acrescentou um novo desafio para a lista das restrições continente. Não só a ação da África do Sul priva a UA de uma voz unida sobre questões de segurança graves, mas também divide a organização. Isto foi visto em parte na falha, amplamente divulgada, da UA para eleger o presidente da Comissão em Janeiro de 2012. Embora a cadeira tenha sido finalmente eleita em Julho de 2012, o efeito combinado destes desafios pode viciar a posição já frágil da UA na gestão de conflitos.

REFERÊNCIAS

- Adam, Hussein. 1995. "Somalia: a terrible beauty being born", in William Zartman (ed.) *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority* (Boulder: Lynne Rienner): 69-89.
- Adedeji, Adebayo. 1999. "Comprehending Africa's Conflicts", in Adebayo Adedeji (ed.) *Comprehending and Mastering African Conflicts: the Search for Sustainable Peace and Good Governance* (London: Zed Books)
- Adejumobi, Said. 2001. "Citizenship, Rights and the Problem of Conflicts and Civil Wars in Africa." *Human Rights Quarterly* 23(1): 148-170.
- Adekanye, Bayo. 1995. "Structural Adjustment, Democratisation and Rising Ethnic Tensions in Africa', *Development and Change*, 26(2):335-374.
- _____. 2002. *Building Peace in West Africa: Liberia, Sierra Leone and Guinea Bissau*, (Boulder, Co: Lynne Rienner).
- _____. 2008. "The Peacekeeping Travails of the AU' in John Akokpari, Tim Murithi and Angela Ndinga-Mvumba (eds.) *The African Union and its Institutions*, (Johannesburg: Jacana Press): 131-162.

- Adekeye, Adebajo, e Landsberg, Chris. 2000. "Back to the Future: UN Peacekeeping in Africa" *International Peacekeeping* 7(4): 161-188.
- African Union. 2006. "Report of the Chairperson, (PSC/PR/2 (XLV)" 12 Janeiro.
- African Union Protocol Establishing the Peace and Security Council. 2002. Article 2.
- Akokpari, John. 2008. "You don't belong here: citizenship and Africa's conflicts – reflections on Ivory Coast" in Alfred Nhema and Paul Zeleza (eds.) *Roots of African Conflicts: The Causes and Costs*, (Oxford: James Currey): 193-228.
- . 2011. "Limited Capabilities, Great expectations: the African Union and Regional Conflict Management" in Stefan Wolff and Christalla Yakinthou (eds.) *Conflict Management in Divided Societies: Theory and Practice* (New York: Routledge): 151-166.
- Akokpari, John, e Nyoni, Tavaka. 2009. "Reassessing the Politics of Neo-colonialism and African Solidarity: Contextualizing Thabo Mbeki's Quiet Diplomacy on Zimbabwe" *Affrika: Journal of Politics, Economics & Society*, 1(1): 117-133.
- Ayenagbo, Kossi; Njobvu, Tommie; Sossou, James, e Tozoun, Biossey. 2012. "China's peacekeeping operations in Africa: From unwilling participation to responsible contribution" *African Journal of Political Science and International Relations*, 16(2): 22-32.
- BBC. 2012. "AU chooses Nkosazana Dlamini-Zuma as leader" 15 July. Acesso em 20 outubro, 2015. <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-18846210>
- Brown, Michael. 1995. *Africa's Choices: After Thirty Years of the World Bank* (Harmondsworth: Penguin Books).
- Cilliers, Jackie, e Sturman, Kathrine. 2004. "Challenges facing the AU's Peace and Security Council" *African Security Review* 13(1): 97-104.
- Cilliers, Jakkie, e Okeke, Jide. 2012. "The Election of Dr Dlamini-Zuma As AU Commission Chairperson: Towards Pan-Africanism and African Renaissance?" *ISS Policy Brief*. No 33, July.
- Copson, Raymond. 1994. *Africa's Wars and Prospects for Peace* (New York: M.E. Sharp)
- Department of International Relations and Cooperation (DIRCO). 2011. "South African Government status on the Results of the Presidential Elections in Cote d'Ivoire" 24 March. Acesso em 12 de outubro, 2015. <http://www.dfa.gov.za/docs/2011pq/pq13.html>
- Dersso, Solomon. 2009. "The Role and Place of the African Standby Force

- within the African Peace and Security Architecture” Institute For Security Studies, ISS Paper.
- Frazer, Jendayi. 2006. “Briefing of the Assistant Secretary of State for African Affairs, 28 April. Acesso em 10 setembro, 2015. <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/ask/text/20060428.html>
- Goodhand, Jonathan. 2006. *Aiding Peace? The Role of NGOs in Armed Conflict*, (Boulder: Lynne Rienner).
- Guest, Robert. 2004. *The Shackled Continent: Africa’s past, present and the future*, (London: Macmillan).
- Human Rights Watch (HRW). 2011. “Ivory Coast inquiry into post-election violence lacks credibility” *Washington Post*, 23 fevereiro.
- Hyden, Goran. 1992. “Governance and the Study of Politics” in Goran Hyden and Michael Bratton (eds.) *Governance and Politics in Africa*, (Boulder: Lynne Rienner).
- Institute For Security Studies (ISS). 2011. “Cote d’Ivoire: Will AU Meeting Finally Resolve Political Standoff?”. Acesso em 15 outubro, 2015. <http://allafrica.com/stories/201103110916.html>
- Kampe Hope. 2005. “Toward Good Governance and Sustainable Development: The African Peer Review Mechanism” *Governance* 18(2) , April: 283-311.
- Kent, Vanessa, e Malan, Mark. 2003. “The African Standby Force: Progress and prospects” *Africa Security Review* 12(3).
- Lake, David, e Rothchild, Donald. 1996. “Containing Fear: the origin and management of ethnic conflicts” *International security*, 21(2): 41-75.
- Laremont, Ricardo. 2002. “The Causes of Warfare and the Implications of Peacekeeping in Africa”, in Ricardo Rene Laremont (ed.) *The causes of Warfare and the Implications of Peacekeeping in Africa*, (Portsmouth: Heinemann)
- Levitt, Jeremy. 1998. “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, *Temple International and Contemporary Law Journal*, 12(2): 333-375.
- Lynch, Colum. 2011. “On Ivory Coast diplomacy, South Africa goes its own way”. Acesso em 10 outubro, 2015. http://turtlebay.foreignpolicy.com/posts/2011/02/23/on_ivory_coast_diplomacy_south_africa_goes_its_own_way
- MacMullin, Colin, e Loughry, Maryanne. 2004. “Investigating Psychosocial Adjustment of Former Child Soldiers in Sierra Leone and Uganda” *Journal of Refugee Studies*, 17(4): 460-472.

- Mail and Guardian. 2011. "Zuma lashes Nato for 'abusing' UN resolutions on Libya" 14 June 2011. Acesso em 11 outubro, 2015. <http://mg.co.za/article/2011-06-14-zuma-lashes-nato-for-abusing-un-resolutions-on-libya>
- Mail and Guardian. 2012 "ICC finds mass graves in Côte d'Ivoire" 15 March 2012. Acesso em 10 outubro, 2015. <http://mg.co.za/article/2012-03-15-icc-finds-mass-graves-in-cte-divoire>.
- Mwanasali, Musifiky. 2008. "From Non-Interference to Non-Indifference: The Emerging Doctrine of Conflict Prevention in Africa" in John Akokpari, Tim Murithi and Angela Ndinga-Mvumba (eds.) *The African Union and its Institutions* (Johannesburg: Jacana Press): 41-62.
- Ndinga-Muvumba, Angela. 2008. "Accelerating the Response: An Evolving African HIV/AIDS Policy?" in John Akokpari, Tim Murithi and Angela Ndinga-Muvumba (eds.) *The African Union and its Institutions*, (Johannesburg: Jacana Press): 163-182.
- Obi, Cyril. 1997. "Economic Adjustment and the deepening of environmental conflict in Africa" *Lesotho Social Science Review*, 3(1):13-29.
- Packer, Corinne, e Rukare, Donald. 2002. "The New African Union and Its Constitutive Act" *The American Journal of International Law*, 96(2).
- Potgieter, J. 2009. "Peacekeeping Forces for Peace Support Operations in Africa". Acesso em 20 abril, 2015. <http://www.apsta-africa.org/news/article040809.php>.
- Report of the Executive Council, Eighteenth Ordinary Session, 24 - 28 January 2011, Addis Ababa, Ethiopia, p. 7. Acesso em 12 outubro, 2015. <http://www.peaceau.org/en/article/executive-council-eighteenth-ordinary-session-24-28-january-2011-addis-ababa-ethiopia>
- Sarkin, Jeremy. 2008. "Humanitarian intervention and the Responsibility to Protect in Africa", in John Akokpari and Daniel Zimble (eds.) *Africa's Evolving Human Rights Architecture* (Johannesburg: Jacana Press): 24-44.
- Saxena, Suresh. 2004. "The African Union: African Giant Step Towards Continental Unity" in J. M. Mbaku (ed.) *Africa at the Cross Roads: Between Regionalism and Globalisation*, (Wesport, CT: Praeger): 163-190.
- Schatzberg, Michael. 1997. "Beyond Mobutu: Kabila and the Congo" *Journal of Democracy*, 8(4): 70-84.
- Shaw, Angus. 2011. "Zimbabwe coalition failing to end violence" *Mail and Guardian* [Johannesburg] 11 Fevereiro. Acesso em 13 outubro, 2015. <http://mg.co.za/article/1970-01-01-zimbabwe-coalition-fail>

ing-to-end-violence

- Skinner, Elliott. 1999. "Child Soldiers In Africa: A Disaster for Future Families" *International Journal on World Peace*, 16(2): 7-22.
- Suliman, Mohamed, e Omer, Ahmed. 1994. "The Environment: a new dimension in Sudan's political and social landscape" *Africa World Review*, Novembro–Abril: 23-25.
- The Economist. 2011 "The African Union short of cash and teeth" 27 January 2011. Acesso 11 novembro, 2015. <http://www.economist.com/node/18014076>
- Tieku, Thomas. 2004. "Explaining the Class and Accommodation of interests of major actors in the creation of the African Union" *African Affairs*, 103(411): 249-267
- United Nations. 1992. *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping* (New York: United Nations).
- . 1995. *Improving preparedness for conflict prevention and peacekeeping in Africa: Report of the Secretary-General*, UN doc. A/50/711 and S/1995/911, 1 Novembro.
- . 2011. UNSC Resolution 1973 - "Security Council Approves "No-Fly Zone" Over Libya, authorizing "All Necessary Measures" to protect civilians, by vote of 10 in Favour with 5 abstentions'. Acesso em 15 outubro, 2011. <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/scio2000.doc.htm>
- . 2012. "Peacekeeping Fact Sheet". Acesso em 2 junho, 2016. <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml/>
- . 2016. "Peacekeeping Fact Sheet". Acesso em 2 junho, 2016. <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>
- World Savvy Monitor. 2008. 'The Situation in Sudan and Conflict in Darfur', Issue 1, 26 May 2008. Acesso em 20 novembro, 2015. http://worldsavvy.org/monitor/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=95.

RESUMO

A União Africana estabeleceu uma Arquitetura de Paz e Segurança para prevenção e resolução de conflitos que permaneceram de forma endêmica no continente. A iniciativa também serve para distinguir a UA de sua antecessora, a Organização de Unidade Africana, que teve um terrível histórico na resolução de conflitos. No entanto, além dos antigos desafios de restrições financeiras e conflitos perenes, a APS enfrenta um novo desafio na forma de posturas contraditórias da África do Sul sobre questões críticas de segurança. Juntos, esses desafios viciam a capacidade da UA de conter conflitos rapidamente. Também, posições contraditórias da África do Sul sobre certas questões de segurança minaram a unidade dos membros da UA. Este último foi demonstrado na falta inicial de consenso na eleição do Presidente da Comissão da UA.

PALAVRAS-CHAVE

OUA; UA; paz e segurança; conflitos; governança; África do Sul.

Recebido em 20 de junho de 2016.

Aprovado em 4 de agosto de 2016.

Traduzido por Rafaela Pinto Serpa.

ESTUDOS AFRICANOS NA CHINA NO SÉCULO XXI: UM LEVANTAMENTO HISTORIOGRÁFICO¹

Li Anshan²

Introdução

Estudos acadêmicos são sempre um reflexo da realidade. Com o rápido desenvolvimento das relações China-África, africanistas fora da China têm mostrado grande interesse no engajamento acadêmico China-África. Um dos aspectos importantes é o que tem sido feito na China em relação aos estudos africanos. Eu publiquei um artigo sobre estudos africanos na China e dividi em quatro fases, i.e, Contatando a África (antes de 1900), Percebendo a África (1900 – 1949), Apoiando a África (1949 – 1965), Entendendo a África (1966 – 1976) e Estudando a África (1977 – 2000) (Li 2005). Apesar do comércio da China com a África tenha aumentado de 10,5 bilhões de dólares em 2000 para 220 bilhões em 2014, os estudos africanos na China não tiveram tanta sorte quanto o comércio. Entretanto, o desenvolvimento dramático dessa relação tem dado novas oportunidades e desafios aos africanistas chineses. Este artigo vai elucidar o que os africanistas chineses têm estudado no período de 2000-2015. Por quais temas eles têm se interessado? Quais são as conquistas e fraquezas? O artigo foi dividido em quatro partes: foco e novos interesses, conquistas, novos acadêmicos, referências e considerações.

¹ Esta é uma versão revisada e ampliada de três artigos (Li 2008, 2009a, 2012c). Eu tentei cobrir vários trabalhos de africanistas chineses em diferentes campos. Como Presidente da Sociedade Chinesa de Estudos Históricos Africanos, eu gostaria de agradecer os membros que responderam meus e-mails de acordo com a informação das suas próprias publicações. Devido à falta de espaço, obras originalmente em línguas que não chinês com uma tradução chinesa têm o ano de publicação entre parênteses e artigos em chinês não estão incluídos com algumas exceções.

² Centro de Estudos Africanos, Universidade de Pequim, Pequim, China. E-mail: anshanli@pku.edu.cn

Foco e novos interesses

Durante os últimos quinze anos, o foco tem sido principalmente relações sino-africanas e nações africanas contemporâneas. O Fórum de cooperação China-África (FOCAC) tem promovido imensamente a relação econômica bilateral. Com mais empresas chinesas na África, eles precisam saber mais sobre a África e sua população. Um número considerável de estudos tem sido feito sobre as relações China-África e a situação atual dos países africanos. De acordo com as estatísticas, no período de 2000-2005, foram publicados 232 livros sobre África (Chen Hong & Zhao Ping 2006). Se adicionarmos os livros publicados de 2006-2015, o número total deve ser muito maior, cobrindo uma ampla gama de campos, como história, política, relações exteriores, direito, economia, cultura, geografia, etnologia, religião, etc.

Relações sino-africanas

As relações sino-africanas são um tópico em voga na China e no exterior. Alguns livros foram publicados quer sobre estudos gerais, cooperação e cooperação internacional para o desenvolvimento, ou migrações bilaterais. Já em 2000, a “Série do Guia de Investimentos para o Desenvolvimento da Agricultura Africana” composta por quatro volumes para celebrar a abertura do FOCAC foi publicada (Lu Ting-en 2000; Wen Yunchao 2000; He Xiurong, Wang Xiuqing and Li Ping 2000; Chen Zhongde, Yao Guimei and Fan Yushu 2000). Li estudou a ligação entre a Zona Econômica Africana e as empresas chinesas (Li Zhibiao 2000). Alguns guias de investimento também foram publicados em vários campos, tais como mineração, petróleo e gás, mercados emergentes, etc. Li Xinfeng, um jornalista, esteve na África por oito anos e viajou muito, vivenciou grandes ocasiões e escreveu muitos relatórios. Explorando a viagem para África de Zheng He, ele publicou um trabalho com dados na África e agitou tanto o leste da África quanto a China. Em outro trabalho, ele nos dá uma nova imagem da África e nos relata eventos importantes (Li Xinfeng 2005, 2006). Em 2012, outro livro tentou ligar Zheng He e África por meio de dados, a rota marítima da seda e vários registros (Li Xinfeng et al. 2012). A cooperação entre os arqueólogos de China-Quênia liderados por Qin Dashu na Universidade de Pequim na exploração da costa do Quênia trouxe algumas descobertas (Qin Dashu & Yuan Jian 2013).

A migração bilateral entre China e África é outro enfoque. Em 2000, a primeira história de chineses na África foi publicada, cobrindo três tópicos, início da história da relação sino-africana e a origem das

comunidades chinesas na África, a sobrevivência e a adaptação dos chineses na África, a transformação deles e sua integração. Afirma-se que haveria um enorme aumento no contingente de chineses indo para a África no século XXI. O livro foi resenhado na “*African Studies Review*” (James Gao 2001) e na “*Canadian Journal of African Studies*” (Brose 2002)³. A primeira parte desse livro foi traduzida para o inglês em 2012 (Li Anshan 2000, 2012). Um volume complementar com dados foi publicado com registros, reminiscências, artigos em revistas e jornais antigos de chineses na África (Li Anshan 2006). Agora, cada vez mais trabalhos são escritos sobre esse assunto, alguns por novos acadêmicos. Acadêmicos chineses estão também envolvidos nos estudos sobre comunidades africanas na China (Li Zhigang 2009, 2012; Bodomo & Ma 2010, 2012; Ma Enyu 2012; Xu Tao 2013; Li Anshan 2015a).

As relações China-África são caracterizadas pela diplomacia de cúpulas, igualdade, desenvolvimento conjunto e institucionalização da cooperação. Depois da Conferência de Pequim em 2006, foi publicado um laudo bilíngue em chinês e inglês (Li Weijian 2008). Em 2009, uma coletânea em inglês de acadêmicos chineses foi publicada para comemorar os 50 anos da cooperação sino-africana (Liu Hongwu & Yang Jiemian 2009). Outro livro analisou a teoria, a estratégia e as políticas da cooperação sino-africana para o desenvolvimento (Liu Hongwu & Luo Jianbo 2011). Uma monografia sobre o FOCAC trata sobre a posição da África na arena internacional, a estratégia da China em relação à África, o financiamento do FOCAC, o padrão da cooperação China-África (Zhang Zhongxiang 2012). O livro de Qi Jianhua sobre a novos acordos de parceria com cooperação bilateral em vários âmbitos, incluindo econômico/financeiro, político/legal, securitário/militar, cultural/social, integração regional africana, e os colaboradores incluem acadêmicos de países africanos de língua francesa (Qi Jianhua 2014). Um levantamento de estudos africanos em disciplinas variadas na China (1949-2010) foi incluído numa coletânea de trabalhos para a celebração do Instituto do Oeste Asiático e África (IWAA 2011).

Qual é a implicação da diplomacia econômica entre China-África para a cadeia global de valor? O trabalho de Tang investigou o assunto a partir da perspectiva do comércio, infraestrutura, mineração, agricultura,

3 Professor Qi Shirong, o Vice Presidente da Associação de Historiadores Chineses elogio imensamente no seu discurso de abertura na conferência “Estudo de História Mundial na China no século XX” realizado na Universidade de Pequim em Abril de 2000 e a Emissora internacional francesa relatou a publicação do livro em seu programa chinês. Professor Qi Shirong, the Vice Chairman of the Association of Chinese Historians praised it highly in his keynote speech at the conference “World History Study in China in the 20th Century” held at Peking University in April 2000 and the French international broadcast reported the publication of the book in its Chinese program.

zonas econômicas, indústria, transformação social, etc (Tang Xiaoyang 2014). O desenvolvimento da relação econômica e comercial sino-africana é abordado (Zhang Zhe 2014). A cooperação China-África para estratégias de desenvolvimento com baixas emissões de carbono é estudada em termos das leis internacionais, da cooperação internacional, da estratégia africana de desenvolvimento de baixo carbono, etc (Zhang Yonghong, Liang Yijian, Wang Tao & Yang Guangsheng 2014). Outro trabalho importante trata sobre a estratégia da cooperação econômica e comercial sino-africana na nova conjuntura (Shi Yongjie 2015). Entretanto, uma visão diferente argumenta que a China carecia de estratégia africana e “existe tudo chinês na África com exceção de uma estratégia” (Li Anshan 2011). Além disso, o ‘calcanhar de Aquiles’ da China reside na escassez de meios estratégicos e medidas específicas para realizar seus objetivos (He Liehui 2012).

Muitos trabalhos importantes têm coberto vários aspectos das relações sino-africanas. O trabalho de Zhang trata sobre a cooperação econômica entre África e as grandes economias, incluindo economias desenvolvidas e novas economias como Índia, Rússia, Brasil e China. Seu estudo também fez uma comparação entre os modelos de cooperação econômica da África com diferentes potências (Zhang Hongming 2012). Cobrindo uma ampla gama de campos, o trabalho de Yang estudou a estratégia abrangente da cooperação econômica sino-africana em termos de herança histórica, comércio, investimento, contratos de projetos, assistência, ciência e tecnologia (Yang Lihua 2013). Existem estudos de comparação da pobreza e da redução de pobreza entre China e África (Li Xiaoyun 2010a, 2010b).

Já para a ajuda internacional para o desenvolvimento, vários trabalhos têm sido publicados, incluindo estudo sobre a ajuda chinesa e ocidental para a África sob diferentes aspectos (Zhang Yongpeng 2012) e cooperação médica chinesa com a África, focando nas equipes de médicos chineses e em uma campanha contra a malária (Li Anshan 2011). Um trabalho sobre a ajuda da China para a África usou o conceito de “assistência orientada para o desenvolvimento” para descrever o modelo chinês (Zhang Haibin 2013). Outros estudos abordam parcialmente a cooperação sino-africana para o desenvolvimento (Zhou Hong 2013; Liu Hongwu & Huang Meibo 2013). A relação sino-africana é estudada de várias perspectivas, tais como a integração africana (Luo Jianbo 2006), ONGs africanas (Liu Hongwu & Shen Peili 2009), infraestrutura africana (Hu Yongju & Qiu Xin 2014), etc. “Entrando na África em busca de desenvolvimento” torna-se um tema de conferências realizadas pela Associação Chinesa de Estudos Africanos (CAAS – *Chinese Association of African Studies*) e ela publica coletâneas de trabalhos continuamente.

Estudo de País

Entender todos os países do mundo é difícil e um comitê especial foi estabelecido pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS – Chinese Academy of Social Sciences) em 2002, a qual é responsável pela série do Guia para os Estados do Mundo. O perfil do conteúdo é uniforme, focando em sete aspectos, i.e., terra e povo, história, política, economia, capacidades militares, educação (com aspectos culturais) e relações exteriores. Depois de muitos anos, o estudo de todos Estados africanos foi quase concluído para a primeira edição em 2010 com exceção da Nigéria, Serra Leoa e Namíbia. Muitos acadêmicos experientes estão envolvidos no trabalho, tais como Peng Kunyuan, Zhang Xiang, Gu Zhangyi, Pan Peiying, Li Guangyi, Yang Lihua, etc. Agora a nova edição começou.

Em 2006, o Instituto do Oeste Asiático e África (IWAA – Institute of West Asia and Africa) da CASS, a Sociedade Chinesa de Estudos Históricos Africanos (CSAHS – Chinese Society of African Historical Studies) e o Centro para Estudos Africanos da Universidade de Pequim decidiram executar um projeto sobre a bibliografia de estudos africanos na China durante o período de 1997-2005. Em relação às teses de graduação sobre países específicos, existem 152 títulos sobre 29 países. A África do Sul está no topo com 36 teses (Chen Hong & Zhao Ping 2006).

Tabela 1- Estatísticas das Teses de Graduação sobre Estados Africanos (1981-2005)

Egito: 35	Quênia 2	Nigéria: 18	Mali: 3	África do Sul: 36
Sudão: 5	Somália: 1	Camarões: 1	Congo (Brazzaville): 1	Lesoto: 2
Líbia: 2	Tanzania: 5	Benin: 1	Congo (Kinshasa): 4	Madagascar: 3
Argélia: 4	Uganda: 2	Togo: 1	Moçambique: 7	Ilhas Maurício: 2
Marrocos: 1	Burundi: 1	Gana: 2	Botsuana: 2	Zimbábue: 2
Etiópia: 4	Níger: 1	Costa do Marfim: 1	Zâmbia: 3	Total: 152

Como as estatísticas indicam, o estudo sobre Estados africanos se concentra em grandes países com a África do Sul e o Egito como maior foco. Dentre os mais de 4000 artigos publicados em mais de 800 periódicos, cinco países atraem mais atenção, e artigos sobre esses países contam mais do que um quarto do total. A África do Sul está no topo com cerca de metade do total de artigos, i.e. 620 sobre a África do Sul de 1256 (Chen Hong & Zhao Ping 2006).

O estudo de países africanos de língua portuguesa tem sido negligenciado por muito tempo devido à barreira da língua. Essa situação está mudando. O quarto volume da série publicada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de Pequim é uma coleção de artigos sobre o desenvolvimento desses países (Li Baoping, Lu Ting-en & Wang Cheng-an 2006). Existem ainda estudos específicos sobre países de forma individual, tais como a história de Gana (Chen Zhongdan 2000), Nigéria (Liu Hongwu et al. 2008, 2014) e Egito (Wang Haili 2014), o desenvolvimento da Tanzânia (Li Xiangyun 2014), a política e urbanização da África do Sul (Qing Hui 2013), etc.

Situação Atual

É necessário fornecer um levantamento da situação atual em diferentes campos. Recentemente, existem alguns estudos do gênero, tais como transporte africano (Luo Fujian, Huang Xinmin et al. 2010), turismo africano (Luo Gaoyuna 2010), agricultura africana (Jiang Zhongjin 2013), indústria e mineração na África (Zhu Huayou et al. 2014), educação africana (Liu Yan 2014; Lou Shizhou 2014; Wan Xiulan & Li Wei 2014), sistema jurídico (Hong Yonghong 2014), organizações internacionais (Li Bojun 2014) regime de segurança na África (Mo Xiang 2014), recursos e meio ambiente, AIDS (Cai Gaoqiang 2014), etc.

O trabalho mais importante é o *Oxford Handbook of Africa and Economics* (Manual de Oxford sobre África e Economia), editado por Célestin Monga e Jutin Yifu Lin, dois economistas proeminentes. O livro inclui dois volumes, o primeiro intitulado “Contexto e Conceito” e o segundo “Políticas e Práticas”. Levantando a questão sobre a ligação entre economia e África, o trabalho resulta de várias convicções firmes, i.e., a África ainda é objeto de uma quantidade insuficiente de pesquisa, e há grande negligência acerca da contribuição africana para o conhecimento econômico. Percebendo a África à ‘beira da decolagem’, o livro tenta servir como conhecimento útil para orientar a nova fase de desenvolvimento africano e fornecer orientações claras para os formuladores de política na África (Monga & Lin 2015). A introdução de ambos os volumes estabelece os fundamentos e os argumentos gerais do autor (Monga & Lin 2015a,b) e o capítulo de Lin indica a ligação entre a ascensão da China e a transformação estrutural da economia africana (Lin J.Y. 2015).

De acordo com as estatísticas de 2006 mencionadas acima, a maioria dos artigos são sobre assuntos atuais. Dentre os 1256 artigos, 424 são de economia, cerca de um terço do total, enquanto 208 artigos são sobre política e direito e 127 são sobre relações exteriores.

Tabela 2 - Classificação dos Artigos sobre Países Africanos Específicos (1997-2005)⁴

Assunto/País	Egito	Etiópia	Quênia	Nigéria	África do Sul	Total
Política & Direito	42	2	15	31	118	208
Economia	107	31	41	44	201	424
Relações Exteriores	61	14	3	6	43	127
Etnia		2			20	22
Religião	15				5	20
Exército/Forças Armadas	5	1			33	39
História & Arqueologia	68	3		1	7	79
Cultura	44	2	15	19	99	179
Sociedade	10	6	25	10	67	118
Figuras Importantes	9	2	2		27	40
Total	361	63	101	111	620	1256

É perceptível que os artigos de economia destacam-se como número 1 na lista dos cinco países, refletindo o foco da China hoje. Existem mais trabalhos sobre política/direito ou relações exteriores para Etiópia e Nigéria. História ocupa o segundo lugar no Egito devido à inclusão de Egitologia no tópico. Mais trabalhos sobre cultura e sociedade da África do Sul são uma indicação de que mais chineses estão se familiarizando com o país. É interessante que os escritos sobre África do Sul estejam no topo com 620 itens. As monografias de graduação (1981-2005) têm algumas implicações. Dentre 238 dissertações e teses de mestrado e doutorado, 73 títulos são sobre África em geral, 17 sobre política, 13 sobre economia, 26 sobre relações exteriores, 12 sobre história e 5 sobre cultura. Existem 4 sobre o Leste da África, 7 sobre o Oeste da África e 2 sobre o Sul da África. Atualmente, mais estudos focam em segurança, meio ambiente e mudanças climáticas.

A integração africana é outro foco. Vários trabalhos estudam essa questão (Luo Jianbo 2010). O CSAHS realizou sua conferência anual sobre “Cooperação China-África e Integração Africana” em 2013. A coletânea de trabalhos é dividida em Pan-africanismo e unidade africana, integração africana e cooperação China-África (Zhai, Wang & Pan 2013). Existem também estudos sobre integração regional. Xiao Hongyu enfatizou a ligação

⁴ A classificação não é muito rígida já que etnia e religião ou política podem estar interligados, assim como cultura e sociedade. Geografia é classificado entre sociedade ou cultura já que normalmente é ligado ao turismo, herança ou meio ambiente.

entre integração regional africana e desenvolvimento econômico. Tomando o Oeste da África como caso, ela estudou a interação entre integração e modernização (Xiao Hongyu 2014). A integração econômica africana é um fenômeno importante e Zhang Jing fez um estudo de caso de 30 anos do desenvolvimento da SADC (Zhang Jing 2014).

Monografias e Conquistas

História Africana

Apesar de agora a África contemporânea atrair mais atenção dos estudiosos chineses, o estudo histórico da África ainda é importante na China. Muitos acadêmicos da antiga geração publicaram seus trabalhos. Ai Zhouchang terminou um livro sobre a modernização na África do Sul (Ai Zhouchang et al. 2000). Lu Ting-en compilou seus artigos em um volume de quatro seções, i.e., história africana no período colonial, história dos partidos políticos e da política africana, história econômica africana e história das relações sino-africanas (Lu Ting-en 2005). Zheng Jiaxing ensinou história sul-africana na Universidade de Pequim desde o início da década de 1980. Como um resumo de seu ensino, seu livro estuda a história do estabelecimento da Cidade do Cabo até a formação do governo da Nova África do Sul, com um capítulo sobre literatura na África do Sul (Zheng Jiaxing 2010). Seu volume sobre colonialismo na África faz parte da “Série da História do Colonialismo” (Zheng Jiaxing 2000). Gao Jinyuan, um pesquisador sênior no CAAS, publicou dois trabalhos, sendo um uma coletânea de seus estudos sobre África, constituído por três seções, i.e., colonialismo e movimento de libertação, estudo de área/país, política contemporânea; e o outro sobre as outras relações Grã-Bretanha-África desde a época do tráfico de escravos até o presente (Gao Jinyuan 2007, 2008). Xu Yongzhang compilou seus artigos iniciais sobre a história das relações sino-africanas como parte da sua coleção e também publicou uma história abrangente sobre os países africanos (Xu Y. 2004, 2014).

O trabalho de Shu trata sobre os ajustes estruturais na África, um importante capítulo do desenvolvimento africano. Depois de uma análise da interferência do sistema financeiro internacional e da resposta dos países africanos, ele concluiu que o ajuste estrutural do Banco Mundial é um fracasso (Shu Yunguo 2004). A história da economia africana faz um panorama a partir do século XIX até 1990 com capítulos adicionais sobre a África do Sul, relações econômicas africanas com a China e outros países (Shu Yunguo & Liu Weicai 2013). Outro trabalho é uma introdução para estudos africanos que lida com dados, historiografia, tópicos e fontes.

Uma história do Pan-africanismo é um trabalho importante que divide o movimento em duas partes. A primeira trata sobre a sua origem, ideologia inicial, a primeira fase (1900-1945) e a segunda fase (1945-1963). A segunda parte (1963-2001) estuda o movimento durante o período da Organização da Unidade Africana até a fundação da União Africana (Shu Yunguo 2012, 2014).

O livro de Li sobre protestos rurais em Gana durante o período colonial é a primeira monografia em inglês por um africanista chinês. Baseado em documentos governamentais e pesquisa de campo, ele explorou os protestos dos ganenses através de estudos de caso, i.e., a população contra o governo colonial, camponeses contra chefes, líderes religiosos contra a autoridade secular e líderes locais menores contra chefes supremos (Li Anshan 2002), que rendeu uma resenha na *Journal of African History* (Gocking 2003)⁵. Outro trabalho apresenta antigos reinos em diferentes partes do continente africano (Li Anshan 2012). Como parte da “Série Modernização do Mundo”, o Volume da África cobre o processo de diferentes perspectivas da história, política, economia, construção de nações e integração, com estudos de caso da Etiópia, África do Sul, Nigéria, Gana, Tanzânia, Zâmbia, Angola e países francófonos (Li Anshan 2013c; Li Anshan et al. 2013)⁶.

Um excelente estudo sobre intelectuais africanos nos tempos modernos com um foco nos séculos XVIII e XIX, o livro de Zhang trata primeiramente sobre o contexto ideológico do tráfico de escravos através de personalidades importantes tais como como Antoin-Guillaume Amo, Olaudah Equiano e Ottobah Cugoano do século XVIII e, em seguida, sobre três tendências culturais da Ocidentalização, Africanização e Integração do século XIX com estudos de caso de Samuel Ajayi Crowther, Alexander Crummell, Samuel Lewis e, finalmente, com um foco sobre Africanus Horton e Edward Blyden (Zhang Hongming 2008). Um estudo sobre De Gaulle e a descolonização africana analisou os principais fatores, i.e., a mudança no cenário internacional, a luta das colônias, a demanda do capitalismo monopolista francês e a mudança de configuração social (Chen Xiaohong 2003). O estudo de Sun Hongqi tentou analisar o papel do colonialismo na África (Sun Hongqi 2008).

5 Ambas versões em inglês e chinês da monografia foram enviadas para Sr. Kofi Annan como um presente da Universidade de Pequim durante sua visita em 2015 e Sr. Kofi Annan ficou bastante surpreso ao saber que um livro sobre seu país foi escrito por um acadêmico chinês.

6 Processo de Modernização Mundial: Volume da África foi publicado no começo de março de 2013 por Jiangsu People's Press. Depois do presidente Xi Jinping mencionar o conceito de “Sonho Africano” durante sua visita à África, em 24-30 de março de 2013, Jiangsu People's Press decidiu republica-lo sob título diferente: O Sonho Africano: Em Busca do Caminha da Modernização e realizou o lançamento do livro em Nanjing.

Política, Relações Internacionais e Direito

No início do século XXI, o governo chinês convocou a articulação de uma grande diplomacia, que necessita esforço, experiência e ideias de todas as esferas da vida. “É reconhecível que deveria existir mais cooperação entre trabalho prático e pesquisa acadêmica. O governo precisa de informações, análise e avaliação, enquanto que a academia precisa de financiamento, estímulo e feedback” (Li Anshan 2005). A situação tem se desenvolvido intensamente. Acadêmicos foram requisitados para dar palestras aos grandes líderes ou para dar opiniões sobre os discursos dos líderes de Estado no FOCAC⁷. Africanistas assumiram projetos de vários ministérios a fim de fornecer seus pensamentos e ideias de forma a realizar a cooperação para desenvolvimento com a África. O Ministério da Educação promoveu a formação de *think-tanks* em universidades. Tudo isso mostra os ajustes do governo a uma realidade em transição e o aumento da interação com a academia.

O trabalho de Zhang Hongming discute os fatores internos e externos da política africana. Para os fatores internos, ele ilustrou a relação entre política e o Estado, o tribalismo, a cultura tradicional e a religião. Os fatores externos cobrem a cultura política ocidental, a cultura política oriental e a cultura política Islâmica e suas ligações com o desenvolvimento político (Zhong Hongming 1999). Xia Jisheng da Universidade de Pequim explorou a estrutura e as funções do sistema parlamentar da África do Sul e do Egito (Xia Jisheng 2005). O livro de Li Baoping é sobre a cultura e a política africana. Ele trata da cultura tradicional, transformação política e o estudo de caso da Tanzânia e da África do Sul. Ele discute a personalidade do Presidente Nyerere e sua contribuição, a democratização e sua filosofia diplomática e abordou a África do Sul e o colapso do *Apartheid*, o jogo dos grupos étnicos durante a transição e suas transformações políticas (Li Baoping 2011).

Estudando a origem e a evolução do nacionalismo na África, Li abordou o assunto a partir de suas diversas expressões, i.e., intelectuais nacionais, religião, campesinato, construção da nação, democratização, política internacional, e suas diferentes formas tais como o Pan-africanismo, nacionalismo africano, nacionalismo estatal e nacionalismo local. Usando “nacionalismo local” para substituir “tribalismo”, ele argumenta que o nacionalismo local tem sua origem na base social pré-colonial e foi fortificado pelo governo colonial indireto. Depois da independência, distribuição desigual de poder, as dificuldades econômicas e a interferência

⁷ Em maio de 2004, Li Anshan foi convidado para dar duas aulas sobre história Africana para o ex-presidente Jiang Zemin.

externa exacerbaram os conflitos étnicos (Li Anshan 2004). Com interesse crescente na democratização na África, o trabalho de He Wenping sobre o assunto enriquece nosso entendimento sobre o processo. O autor argumenta que diferentes países tomam diferentes formas e caminhos na busca pela democracia, usando estudos de caso da África do Sul, Nigéria, Quênia e Uganda. Como o autor diz, “Existe um desejo comum pela democracia, mas não há um caminho comum para sua realização. A democracia, na qual as pessoas são empoderadas, deve ser construída pela própria população. O caminho da democracia ‘transplantada’ forçadamente pelo ‘externo’ é de curta duração e dificilmente realizada” (He Wenping 2005).

Para entender a visão dos primeiros líderes comunistas sobre a África, um livro compilou os escritos de Marx, Engels, Lenin e Stalin sobre o Oriente Médio e a África (Cui Jianmin 2010). Existem estudos sobre as primeiras gerações de líderes africanos (Lu Ting-en et al. 2005) e líderes contemporâneos tais como o presidente Museveni (Mu Tao & Yu Bin 2013). Os trabalhos importantes de Nyerere foram traduzidos (Nyerere 2015). Outro foco é na diplomacia e relações exteriores africanas. A primeira história diplomática da África do Sul trata sobre a política externa durante o *Apartheid* e a reação internacional, a política dos vizinhos da África do Sul, o ajuste da “Nova Diplomacia” de De Clerk e a política externa da nova África do Sul (Mu Tao 2003). A relação entre o Egito moderno e os Estados Unidos, Rússia, Israel, Arábia Saudita e China foi estudada (Chen Tiandu et al. 2010). Existem estudos sobre as relações exteriores da Nigéria (Yang Guangsheng 2014) e da nova África do Sul (Fang Wei 2014).. A economia política da questão da terra da África do Sul é estudada (Sun Hongqi 2011). A questão de Darfur é examinada em termos de sua origem, sua relação com o norte e o sul do Sudão, com o petróleo, a geopolítica, a ONU, o Oeste, Darfur com a China e as Olimpíadas de Pequim, seu processo e impacto (Liu Hongwu & Li Xinfeng 2008; Jiang Hengkun 2014). Sistemas políticos são estudados, como o federalismo e a transformação política da Etiópia (Zhang Xiangdong 2012; Xiao Yuhua 2014), a democratização e a política do Egito (Wang Tai 2014), o socialismo islâmico na Líbia (Han Zhibing et al. 2014). O papel da União Africana também é estudado em termos da economia africana, da gestão de conflitos, política externa comum, desenvolvimento coletivo e sua contribuição para a política mundial (Luo Jianbo 2010).

Apesar da visão que questiona a existência de um sistema jurídico africano, Hong devotou seu tempo para estudar o direito africano por mais de dez anos. Depois dessa pesquisa primária, ele publicou outros livros sobre o assunto (Hong Yonghong 2005, 2014). Em outro trabalho, os autores tentam cobrir vários sistemas jurídicos praticados no continente, tais como o antigo direito egípcio, a islamização do direito africano, o

direito costumeiro africano, a *common law*, direito civil, jurisdição mista, etc (He Qinhua & Hong Yonghong 2006). Um importante trabalho é sobre o Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR – International Criminal Tribunal for Rwanda). Ele estudou o ICTR sob vários aspectos, i.e., sua origem, estrutura institucional, jurisdição, elementos criminais sob a jurisdição do ICTR, as regras de adjudicação, a contribuição do ICTR para o ICT (Hong Yongong 2009), o qual ajuda os chineses a entender este órgão e o caso. Hong realizou um estudo sobre direito africano com seus colegas e publicou continuamente trabalhos, incluindo traduções (Hong Yonghong & Xia Xinhua, 2010; Mancuso & Hong Yonghong 2009; Dickerson 2014; Zhu Weidong 2011, 2013). A West Asia and Africa publicou uma coluna para o estudo de direito africano por mais de dez anos (Institute of West Asian and Africa 2011).

No campo da geografia africana, os acadêmicos chineses também fizeram sua contribuição. O trabalho de Jiang oferece um levantamento abrangente da situação da agricultura na África, a avaliação dos recursos naturais agrícolas, a análise das condições econômicas-sociais na agricultura, a história do desenvolvimento agrícola, a distribuição regional e o tipo econômico da agricultura, etc; trata de diversos temas de recursos naturais agrícolas, culturas alimentares, pecuária, silvicultura, pesca, processamento de alimentos agrícolas, consumo de produtos agrícolas e segurança nutricional. Esse trabalho investiga as relações entre população, cultura da economia agrícola e meio ambiente (Jiang Zhongjin 2012). Como foco de pesquisa do Centro para Estudos Africanos da Universidade de Nanjing, a “Série de Estudos de Segurança no Desenvolvimento de Recursos e Cooperação Energética entre China e África” cobre vários assuntos, tais como cooperação energética sino-africana e segurança (Jiang Zhongjin & Liu Litao 2014), agricultura e desenvolvimento na África (Jiang Zhongjin 2014), economia portuária e desenvolvimento urbano (Zhen Feng 2014), recursos de terra e segurança alimentar (Huang Xianjin 2014), pesca e estratégia para o desenvolvimento (Zhang Zhenke 2014), e geografia humana africana moderna (Jiang Zhongjing 2014), etc. Geografia cultural também tornou-se um tópico de pesquisa (Chong Xiuquan 2014).

A arte africana é uma fonte rica e várias traduções foram publicadas, porém poucos estudos sérios foram feitos. Sete volumes sobre arte africana foram publicados em 2000, mas eles são mais para apreciação do que para reflexão. Um número considerável de obras de arte africana, especialmente arte e arquitetura egípcia, são editadas ou traduzidas. Existem muitos estudos culturais, tanto em geral (Ai & Mu 2001; Ai & Shu 2008; Zheng Jiaxing 2011) quanto sobre países específicos (Yang & Zheng 2001; Jiang Dong 2005), assuntos relacionados (Liu Hong Wu & Li Shudi 2010). O

trabalho mais importante é uma história da literatura da África do Sul por Li Yongcai, um acadêmico envolvido há muito tempo com o estudo de literatura africana (Li Yongcai 2009). E existem artigos de estudo da arte, escultura, cinema, literatura, dança, percussão, etc.

Publicações em Inglês e Jovens Acadêmicos

Um número crescente de acadêmicos chineses têm participação ativa na academia internacional. Alguns deles tornam-se os editores dos livros relacionados com as relações sino-africanas, alguns publicam artigos em periódicos, como capítulos ou em redes.

Publicações em Inglês

O engajamento com a produção acadêmica global é outra conquista. Existem alguns livros em inglês escritos ou editados por acadêmicos chineses na academia internacional (Li Anshan 2002, 2011, 2012, 2013; Li Anshan et al., 2012; Li & April 2012; Berhe & Liu 2013; Monga & Lin 2015; Sheldon, April & Li, 2015). A participação chinesa em conferências internacionais tem aumentado e seus pontos de vista aparecem em periódicos e revistas ((Zhang Hongming, Liu Lide & Xu Jiming 2001; Zeng Qiang 2002; He Wenping 2002, 2006, 2007, 2008a, 2008d, 2009, 2010c; Li Anshan 2005, 2007, 2008, 2009b, 2010, 2013a, 2015a, 2015b; Li Baoping 2008; Liu Haifang 2006, 2008, 2015a; Yang Lihua 2006; Luo & Zhang 2011; Xia & Gu 2011). Cada vez mais acadêmicos chineses estão envolvidos na cooperação internacional e seus trabalhos são incluídos em livros em inglês ou em coletâneas de artigos de conferências (He Wenping 2005, 2007a, 2008e, 2009a, 2010, 2010a, 2010b, 2012, 2012a,b; Li Baoping 2007; Hong Yonghong 2007, 2010; Zhang Yongpeng 2007; Li Zhibiao 2007; An Chunying 2007; Li Anshan 2007b, 2008a,b, 2009, 2010a, 2011a,b,e, 2012a, 2013, 2013b,c, 2015; Zeng Qiang 2010; Zhi & Bai 2010; Zhang Xinghui 2011; Liu Hongwu 2012; Tang Xiao 2012; Zhang Chun 2012; Liang Xijian 2012; Pang Zhongying 2013; Wang Xuejun 2013; Lin J.Y., 2015; Xu Liang 2015)⁸.

Depois de uma conferência internacional sobre “Relações China-África: Passado, Presente e Futuro” realizada na África do Sul em novembro

8 Por exemplo, Li Anshan foi convidado pela diretora geral da UNESCO, Irina Bokova no dia 8 de novembro de 2013 e tornou-se membro do Comitê Internacional Científico da UNESCO História Geral da África (Vol. 9). Ele foi eleito Vice Presidente do Comitê na sua primeira sessão, realizada em Salvador, Brasil, nos dias 20-24 de novembro de 2013.

de 2005, uma coleção de artigos foi editada pelo proeminente africanista ganense Kwesi Prah, muitos acadêmicos chineses contribuíram com suas ideias (Kwesi Prah 2007). A conferência “O Diálogo entre Sociedades Civis China-África” foi realizada em Nairóbi em abril de 2008 pela Fundação Heinrich Böll (HBF – Heinrich Böll Foundation) e 10 acadêmicos chineses foram convidados. A coleção foi publicada e 6 artigos de participantes chineses foram incluídos (Harneit-Sievers et al. 2010). Um seminário foi realizado em Nairóbi pela Rede Econômica Inter-regional (IREN – Inter Region Economic Network) como um resultado concreto do Programa Conjunto de Pesquisa e Intercâmbio China-África. No encontro compareceu uma delegação da China cujos discursos foram incluídos num volume editado por James Shikwati (Shikwati 2012). Em outubro de 2012, o Fórum de *Think Tanks* China-África (CATTF – China-Africa Think Tanks Forum) teve sua reunião na Etiópia, co-organizado pelo Instituto para Estudos de Paz e Segurança (IPSS – Institute for Peace and Security Studies) da Universidad de Addis Ababa e o Instituto de Estudos Africanos (IAS – Institute of African Studies) da Universidade Normal de Zhejiang e uma coletânea foi publicada incluindo os trabalhos de acadêmicos chineses (Berhe and Liu 2013). Alguns deles estão envolvidos ativamente com as redes inglesas, tais como He Wenping, Liu Haifang, Luo Jianbo e Zhang Xiaomin, etc. Alguns estudantes chineses estão estudando ou coletando dados na África e estão começando a mostrar sua capacidade acadêmica (Cheng Ying 2014, 2016; Zhang Qiaowen 2014, 2015; Xu Liang 2015, 2015a).

Mais estudantes jovens estão se engajando em estudos africanos e eles têm conseguido melhores oportunidades para ir para a África. Luo Jianbo fez trabalhos sobre integração africana e relações sino-africanas. Alguns estudantes PhD de diferentes disciplinas terminaram suas dissertações ou basearam-se em pesquisa de campo, tais como Chen Fenglan (2011) e Chen Xiaoying (2012) da sociologia; Ding Yu da arqueologia (2012, 2014); e Yang Tingzhi (2015) e Shen Xiaolei da ciência política (2015). Antropólogos ou cientistas sociais chineses foram para África por meio de diferentes canais ou fizeram pesquisa de campo lá, tais como Si Lin e Xu Wei (Shi Lin 2012; Xu Wei 2012, 2014).

Monografias Acadêmicas por Jovens Acadêmicos

Uma nova geração de africanistas tem mais oportunidades de contato internacional, ambiente acadêmico favorável e tempo melhor para estudos africanos. A maioria dos trabalhos deles são teses de doutorado revisadas. Bi estudou a ligação entre a modernização egípcia e a estabilidade política, cobrindo o período de 1805 até a década de 1990, analisando

diferentes regimes políticos, i.e., regimes militares e regimes presidenciais, e problemas relacionados tais como participação política, partidos políticos, Islã, violência política, urbanização, Asyut. Ele também analisou o impacto da economia, desemprego e fatores externos na estabilidade política (Bi Jiankang 2005). A primeira chinesa mestranda em língua hauçá na Universidade Ahmadu Bello da Nigéria, Sun publicou sua tese de doutorado em política educacional britânica no norte da Nigéria durante o período colonial. Baseando-se na sua pesquisa sobre dados originais em hauçá e inglês, ela estudou a interação entre poder e língua. Analisando a política linguística, sistema de exame, desenvolvimento de hauçá e política educacional, a autora explicou como o governo colonial britânico usou a língua hauçá como uma ferramenta na sua administração colonial (Sun Xiaomeng 2004, 2014). Luo publicou dois livros relacionados e um novo sobre a responsabilidade da China. Um analisava a conquista, problema e perspectiva da integração africana e também tentava explorar a ligação entre as relações sino-africanas e o processo de integração africano e o outro examinava a relação da União Africana com seus Estados membros em termos de desenvolvimento, cooperação econômica, gestão de conflitos, política externa e sua significância para o mundo (Luo Jianbo 2006, 2010, 2016).

O conhecimento indígena da África é um assunto novo e Zhang fez um estudo detalhado sobre seu papel em vários campos e sua relação com o desenvolvimento (Zhang Yonghong 2010). Li examinou a história da propagação do Islã no oeste da África e traçou sua origem histórica no oeste da África em tempos remotos, o movimento *jihadista* no século XIX, o Sufismo, o Islã durante o período colonial e no período contemporâneo (Li Weijian 2011). Zhu destacou-se no estudo do direito africano. Além da tradução de trabalhos relacionados, ele também publicou dois livros sobre o sistema legal (Zhu Weidong 2011, 2013). Jiang estuda o Sudão há muito tempo e seu trabalho sobre a questão de Darfur examinou as causas, os processos, as condições para uma solução pacífica e o impacto da crise (Jiang Hengkun 2014). Wang Tao estudou a o Exército de Resistência do Senhor em Uganda em termos de sua origem, desenvolvimento, influência e sua ligação com assuntos internacionais (Wang Tao 2014). Baseado no conhecimento das línguas árabe e inglesa, Huang Hui estudou tópicos berberes na Argélia de diferentes perspectivas (Huang Hui 2015).

Vários trabalhos importantes no estudo de economia africana são escritos por jovens acadêmicos. An estudou a pobreza e medidas de combate à pobreza na África focando nas teorias, características e origem da pobreza, políticas e medidas contra a pobreza, dinâmicas, ajuda internacional, etc; e concluiu que crescimento orientado para os pobres é

a solução da redução da pobreza (An Chunying 2010). Yang pesquisou a ligação entre dívida e desenvolvimento na África a partir da perspectiva das relações internacionais e estudou a teoria, a origem e o desenvolvimento da dívida na África, o tópico da dívida nos assuntos internacionais e o efeito e impacto de programas de redução de dívida, bem como o ajuste de políticas e o desenvolvimento com dívida (Yang Baorong 2011). Vantagem comparativa é uma perspectiva diferente em relação ao desenvolvimento econômico africano. Liang analisou sua teoria, os diferentes elementos e mudanças, o caminho para sua atualização, etc; e argumentou que a África pode desenvolver-se somente através de seu próprio caminho, não copiando os outros (Liang Yijian 2014). Huang Meibo, um economista, começou a pesquisar sobre economia africana.

Relatórios anuais, Biografias e Referências

Na China, associações e institutos de estudos africanos têm suas atividades acadêmicas anualmente e, normalmente, publicam seus trabalhos na forma de coletânea de artigos.

Relatórios anuais e Resenhas

A CAAS publicou uma coleção de artigos quase anualmente, predominantemente focados nas relações sino-africanas (Chen Gongyuan 2006, 2007, 2009, 2010; Feng Zuoku & Chen Gongyuan 2008). CSAHS realiza uma conferência anual e publica, normalmente, uma coleção de artigos. Diferentes instituições de estudos africanos publicam relatórios anuais regularmente. O mais importante é o *Livro Amarelo do Oriente Médio e África* pela IWWA da CASS, o qual tem um enfoque a cada ano. Por exemplo, o livro amarelo de 2001-2002 é focado na “África Unida e Auto-Fortalecedora” (Yang Guang & Wen Boyou 2002), enquanto o de 2004-2005 foi “Relatório Especial sobre Experiências Internacionais para a Prevenção de Crises de Petróleo” (Yang Guang & Chen Mo 2005), o de 2006-2007 é sobre “História e Realidade das Relações Sino-africanas” (Yang Guang & He Wenping 2007). Agora o livro amarelo das duas regiões foi separado e um se chama *Livro Amarelo da África*, com uma ênfase especial a cada ano. O livro de 2011-2012 é focado nas relações sino-africanas, o de 2012-2013 é sobre cooperação regional na África e o de 2013-2014 é sobre as novas tendências de políticas das grandes potências para a África (Zhong Hongming 2012; Zhang Hongming & Yao Guimei 2013; Zhang Hongming & An Chunying 2014).

O Centro de Estudos Africanos na Universidade Normal de Shanghai liderado por Shu Yunguo publica anualmente a *African Economy Review* e *African Economic Development Report*. O Instituto de Estudos Africanos da Universidade Normal de Zhejiang dirigido por Liu Hongwu conseguiu realizar com êxito vários Fóruns de *Think Tanks* da África e China e publica anualmente o *African Studies, African Development Report* e várias séries de estudos africanos. A Universidade Normal do Leste da China tem concentrado seus estudos no Leste da África e publicou uma biografia do Presidente de Uganda, Museveni, e a tradução das obras de Julius Nyerere. Tradicionalmente focando em línguas asiáticas e africanas, a Faculdade de Estudos Asiáticos e Africanos da Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim tem mandado estudantes de graduação para SOAS para estudos de área e publicou anualmente *Asian and African Studies* e duas séries de “Estudos Asiático-africanos” e “Tradução de Estudos Asiático-africanos”. Vários novos cursos de línguas africanas tem sido incluídas no currículo. O Centro para Estudos Africanos da Universidade de Pequim publicou quatro coleções, cobrindo as relações sino-africanas, a transformação africana, os líderes africanos e os países africanos lusófonos (CAS 2000, 2002; Lu Ting-en 2005; Li Baoping et al. 2006) e publicou sua *Annual Review of African Studies in China* desde 2011 e seu Semanal eletrônico “PKU Tele-Info africana” é emitido em casa e no exterior.

Biografias e Referências

Com a abertura da China, essa disciplina gradualmente se tornou menos rígida e oficiais começaram a escrever relatos ou memórias, especialmente depois de suas aposentadorias. Alguns diplomatas com experiência de trabalho na África contribuíram com artigos para um volume com o título “Uma Gloriosa Passagem pelas Relações Amigáveis entre China-África” (Lu Miaogeng, Huang Shejiao & Lin Ye 2006). Várias séries de diplomatas serviram como dados suplementares. “Testemunhe a História: Narração dos Embaixadores Republicanos” é uma série de experiências de vida de embaixadores. Wang Shu relatou sua vida como repórter na África desde o final da década de 1950 até o início da década de 1960, incluindo sua experiência pessoal durante o incidente no Congo (Wang Shu 2007). O trabalho de Guo Jing-an e Wu Jun está incluído na série “Diplomatas Olham para o Mundo”. Como ex-embaixador em Gana, Guo descreveu sua experiência em países africanos, e.g., o *rompimento* das relações diplomáticas com a Libéria por causa da questão de Taiwan, sua missão como enviado especial na Somália e como embaixador em Gana (Guo Jing-an & Wu Jun 2006). A “Série Diplomatas Chineses” atrai

estudantes de relações internacionais. *Diplomatas Chineses na África* inclui 19 artigos de diplomatas que trabalharam em países africanos. A coleção cobre diferentes tópicos, a sagrada “missão impossível” (Botswana), o seu sofrimento (Zâmbia), as testemunhas de eventos importantes em Gana, a estrada de ferro Tanzânia-Zâmbia, Camarões e África do Sul, lembranças de suas vidas, etc (Li Tongcheng & Jin Buoxiong 2005). O antigo vice-premiê e ministro de relações exteriores Huang Hua, um dos primeiros diplomatas e embaixadores chineses em Gana e no Egito, também publicou suas memórias do período (Huang Hua 2008). Vários Embaixadores descreveram suas vidas nos países africanos vividamente (Zhou Boping 2004; Jiang Xiang 2007; Yuan Nansheng 2011). Alguns embaixadores e diplomatas chineses na África também relataram suas histórias e lembranças (Cheng Tao & Lu Miaogen 2013; Chinese Embassy in Rwanda 2013).

A biografia do antigo vice premiê Qian Qichen é tão importante quanto os outros trabalhos citados, dado que ele começou sua carreira diplomática na África. Através da biografia de Qian, sabemos algo que não aparece em outros escritos, tais como as quatro cartas que o Presidente Jiang Zemin uma vez escreveu para o Presidente Mandela visando a promover a amizade e o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a África do Sul (Qian Qichen 2003, 245-87). Um relatório da visitas do ex-presidente Jiang Zemin no exterior dá uma descrição vívida de suas visitas aos países africanos, especialmente suas duas importantes visitas e conversas com vários líderes africanos em 1996 e 2002 (Zhong Zichen 2006). O ex-vice ministro do comércio, Wei Jianguo, devotou grande parte de sua carreira à África e em seus livros relatou diferentes eventos e experiências de vida (Wei Jianguo 2011).

Diferentes dicionários e enciclopédias foram publicados durante esse período. Dois dicionários importantes de diplomacia foram muito úteis devido a seus itens relacionados com a África. O *Dicionário sobre Diplomacia da China* contém vários contatos diplomáticos entre China e África na história (Tang Jiaxuan 2000). O *Dicionário sobre a Diplomacia do Mundo* publicado em 2005 abrange eventos, tratados e dados importantes da diplomacia africana (Qian Qichen 2005). A compilação da *Enciclopédia dos chineses no ultramar* com mais de 15 milhões de palavras chinesas foi terminada em 2002. O trabalho monumental inclui 12 volumes de diferentes assuntos nos quais cada volume contém alguns itens sobre chineses na África (Zhou Nanjing 1999-2002). O *Dicionário dos Eventos Educacionais do Mundo* cobre escolas e eventos educacionais na África (Gu Mingyuan 2000).

Alguns escritos por repórteres ou viajantes também oferecem material valioso para os estudos africanos. Suas experiências pessoais como testemunhas em vários eventos resultam em um entendimento único da

África (Wang Dongmei & Wang Guotai 2000; Zhang Yun 2000; Liang Yu 2000; Guo Chaoren 2000). Gui Tao ficou na África como repórter da Agência de Notícias Xinhua por dois anos e visitou muitos países africanos. Ele contou sua história e os costumes locais, religião, comida, etc. Chen Xiaochen foi para África e escreveu sobre sua viagem pela estrada de ferro Tanzânia-Zâmbia e descreveu suas experiências e pensamentos (Gui Tao 2012; Chen Xiaochen 2013; Chang Jiang & Yuan Qing 2013). Chineses ou comunidades chinesas na África também publicaram seus livros, registros, revistas, jornais, lembranças, etc (Anonymous 2014; Jian Hong 2003, 2007, 2010, 2010a).

Africanistas chineses tem sempre tentado apresentar o melhor trabalho sobre estudos africanos para estudantes chineses. Durante o período, a tradução do volume 5 (B.A. Ogot 2001) e o volume 8 (A.A. Mazrui 2003) da *História geral da África* da UNESCO marca a conclusão da tradução desse trabalho monumental. Nos últimos anos, diferentes editoras estão envolvidas na tradução de livros relacionados a questões africanas. A *Commercial Press*, como a editora mais antiga com uma longa tradição de tradução, começou um projeto de Biblioteca da História Mundial por meio da organização de um Comitê Editorial. Agora, selecionaram cuidadosamente mais de 70 histórias de países, regiões e continentes, sendo 11 de história africana, i.e., história da África, Norte da África, Egito, Líbia, Tunísia, Sudão, Etiópia, Nigéria, Gana, Zimbábue e Somália; incluindo alguns acadêmicos africanos tais como Toyin Falola, Brian Raftopoulos e Alois Mlambo, Saheed A. Adejumobi, etc. A *Democracy and construction Press* publicou 20 livros como a “Série de tradução da África” em 2015, cobrindo economia, direito, história, relações China-África, política, sociedade, etnia/religião, cultura/arte, etc. Ela tenta apresentar conhecimentos acadêmicos africanos como *Nzongola-Ntalaja*, *Terreblanche*, *Opoku*, etc. Existem alguns livros importantes traduzidos e o mais impressionante é *O Muqaddimah: uma Introdução à História* de Ibn Khaldun.

Conclusão e Reflexões

Existem muitas novas características no que tange aos estudos africanos durante os últimos 15 anos. Primeiro, com o aumento das monografias, mais acadêmicos concentram-se na atual situação tais como política, economia, cultura e sociedade, com economia estando no topo, e África do Sul como o Estado mais estudado. Todavia, a proliferação das publicações enfatizou a importância da qualidade de pesquisas, tema no qual os acadêmicos chineses tem ainda um longo caminho a percorrer. Segundo, vários estudos sobre países africanos ou tópicos relacionados

expandem o estudo interdisciplinar o que implica na importância da metodologia e de um trabalho de campo sólido e de longo prazo, com capacidade de entender a língua local sendo muito necessária. Terceiro, mais acadêmicos chineses tem participado em intercâmbios internacionais e suas visões têm gradualmente chamado a atenção do exterior, ainda que seja meramente concentrado nas relações sino-africanas. Jovens acadêmicos estão crescendo com melhores oportunidades para estudar a África e alguns têm demonstrado sua capacidade acadêmica. Finalmente, muitos livros de repórteres e chineses no exterior sobre a África foram lançados com suas aventuras e experiências pessoais na África, o que tem enriquecido o entendimento da África na China.

O estudo africano na China é promissor, mas precisa de mais esforço e trabalho duro.

REFERÊNCIAS

- Adejumobi, Saheed, A. 2007. *The History of Ethiopia*, Santa Barbara: Greenwood Press (2009).
- Ai Zhouchang, et al. 2000. *Nanfei Xiandaihua Yanjiu* (A Study on Modernization in South Africa), Shanghai: East Normal University Press.
- Ai Zhouchang & Mu Tao, 2001. *Zoujin Hei Feizhou* (Enter into Black Africa), Shang Literature and Art Publishing House,
- Ai Zhouchang & Shu Yunguo, 2008. *Feizhou Heiren Wenmine* African Black Civilization Fujian Educational Press.
- An Chunying, “Mining Industry Cooperation between China and Africa: Challenges and Prospects”, in Prah, ed., *Afro-Chinese Relations*, pp.309-330.
- , 2010. *Feizhou de Pinkun yu Fanpinkun Wenti Yanjiu* (The Study on the Issues of Poverty and Anti-Poverty in Africa), China’s Social Sciences Press.
- Anonymous, 2014. *Zhui Meng, Shanghai Ren Zai Feizhou* (Pursuing Dream: Shanghaiese in Africa), Shang Business Association in Southern Africa.
- Berhe, Mulugeta Gebrehiwot, & Liu Hongwu, eds. 2013. *China-Africa Relations: Governance, Peace and Security*, Institute for Peace and Security Studies (Addi Ababa University) and Institute of African Studies (Zhejiang Normal University), Ethiopia.
- Bi Jiankang, 2011. *Aiji Xiandaihua yu Zhengzhi Wending* (Modernization

- and Political Stability in Egypt),
- Bodomo, A. & Grace Ma, 2010. "From Guangzhou to Yiwu: Emerging facets of the African diaspora in China", *International Journal of African Renaissance Studies* 5(2), 283-289.
- Bodomo, A. & Grace Ma, 2012. "We are what we eat: food in the process of community formation and identity shaping among African traders in Guangzhou and Yiwu". *African Diaspora* 5(1), 1-26.
- Brautigam, Deborah. 2009. *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*, Oxford U.P. Beijing, 2012
- Brose, Michael C. 2002. "Book review: *A History of Chinese Overseas in Africa*," *Canadian Journal of African Studies*, 36:1, pp.157-159.
- Bureau of International Cooperation, CASS, Institute of West Asia and Africa, CASS & DFID, UK. 2006. *The Symposium of China-Africa Shared Development*, Beijing, 2006.
- Cai Gaojiang, 2014. *Feizhou Aizibing Wenti Yanjiu* (The Research on AIDS in Africa), Zhejiang People's Press.
- Center for African Studies of Peking University, ed. 2000. *Zhongguo yu Feizhou* (China and Africa), Beijing: Peking University Press.
- , ed. 2002. *Feizhou: Biange yu Fazhan* (Africa: Change and Development), Beijing: World Affairs Press.
- Chang Jiang & Yuan Qing, 2013. *Babel Caution: When China Meets Africa*, Peking University Press.
- Chen Fenglan, 2011. "Wenhua Congtu yu Kuaguo Qianyi Qunti de Shiyin Celue: Yi Nanfei Zhongguo Xinyimin Wei Li" (Cultural Clash and the Adaptive stratagem of Transnational Group of Migration), *Huaqiao Huaren Historical Studies*, No.3.
- Chen Gongyuan, ed. 2006. *Xin Shiqi Zhong-Fei Guanxi Fazhan yu Qianjing* (Development and Perspective of China-Africa Relations in the New Period), Beijing: CAAS, 2006.
- , ed., 2007. *Zhongguo yu Feizhou: Xinxing Zhanlue Huoban Guanxi Tansuo* (China and Africa: A Probe of New Strategical Partnership), Beijing: CAAS.
- , 2009. *Zhong Fei Guanxi yu Feizhou Wenti Tansuo* (A Probe to China-Africa Relations and African Issue). Beijing, CAAS.
- . 2010. *Zhong Fei Youhao Jiaowang Shi Chutan* (A Primary Study on the History of China-Africa Friendly Contact), Beijing: CAAS, 2010.
- Chen Hong & Zhao Ping, eds., 2006. *Feizhou Wenti Yanjiu Zhongwen Wenxian Mulu (1997-2006)* (Bibliography of Chinese Writings on African

- Issues, 1997-2006), Institute of West Asia and Africa of Chinese Academy of Social Sciences, Chinese Society of African Historical Studies and Center for African Studies, Peking University.
- Chen Xiaochen, 2014. *Xunlu Feizhou* (), Zhejiang University Press.
- Cheng Tao & Lu Miaogen, eds. 2013. *Zhongguo Dashi Jiang Feizhou Gushi* (Chinese Ambassadors Telling African Stories), World Affairs Press.
- Chen Tiandu, et al., 2010. *Dangdai Aiji yu Daguo Guanxi* (Modern Egypt's Relations with Great Powers), World Affairs Press.
- Chen Xiaochen, 2014. *Xunlu Feizhou: Tiegui Shang de Zhongguo Jiyi* (Finding Path in Africa: Chinese Memory in the Tracks), Zhejiang University Press.
- Chen Xiaohong, 2007. *Daigaole yu Feizhou de Feizhiminhua Yanjiu* (A Study on De Gaulle and African Decolonization), China Social Sciences Press.
- Chen Xiaoying, 2012. "Nanfei Zhongguo Xinyimin Mianlin de Kunjing Jiqi Yuanyin Tanxi" (Chinese New Immigrants' Dilemma and Causes in South Africa), *Huaqiao Huaren Historical Studies*, No.2.??
- Chen Zhongdan. 2000. *Jiana: Xunzhao Xiandaihua de Genji* (Ghana: Looking for a base for Modernization), Chengdu: Sichuan People's Publishing House.
- Cheng Ying, 2014. "Bàrígà Boys' Urban Experience: Making Manifest (Im) mobility Through 'Mobile' Performances", *SOAS Journal of Postgraduate Research*, Vol.7(Fall).
- <https://www.soas.ac.uk/research/rsa/journalofgraduateresearch/edition-7/>.
- , 2016. "Naija Halloween or wetin?": Naija superheroes and a time-traveling performance", *Journal of African Cultural Studies* Vol. 28, Issue 3. <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13696815.2016.1164029>
- Chinese Embassy in Rwanda, ed., 2013. *Erwen Mudu Luwangda* (Witness Rwanda), Party Building Books Publishing House.
- Chong Xiuquan, 2014. *Dangdai Feizhou Jishi Sheying Wenhua Dili* (The Cultural Geography of Contemporary African Documentary Photography), Zhejiang People's Press.
- Cui Jianmin, ed., 2010. *Makesi, Engesi, Lenin, Sidalin Lun Xiya Feizhou* (Marx, Engels, Lenin, Stalin on West Asia and Africa), China Social Sciences Press.
- Dickerson, Claire Moore, 2009. *Unified Business Laws for Africa: Common*

Law Perspectives on

OHADA, IEDP Press.

Dietz, Ton, et al., eds., 2011. *African Engagements: African Negotiating an Emerging Multipolar World*, Leiden: Brill.

Ding Yu (with Qin Dashu & Xie Rouxing), 2013. "2010 Niandu Beijing Daxue Keniya Kaogu ji Zhuyao Souhuo" (Peking University archaeological discovery in Kenya in 2010), in Li Anshan & Liu Haifang, eds., *Annual Review of African Studies in China (2012)*, Social Sciences Academic Press.

Ding Yu (with Qin Dashu). 2015. "Kenya Binghaishen Manbuluyi Yizhi de Kaogufajue yu Zhuyao Shouhuo" (Archaeological discovery in Manburui of Kenya Coast), in Li Anshan & Pan Huaqiong, eds., *Annual Review of African Studies in China (2014)*, Social Sciences Academic Press.

Fang Wei, 2014. *Xin Nanfei Duiwai Guanxi Yanjiu* (A Study on the Foreign Relations of the New South Africa), Zhejiang People's Press.

Feng Zuoku & Chen Gongyuan, 2008. *Jiaqiang Jingmao Hezuo Kaituo Feizhou Shichang* Strengthen Economic and Trade Cooperation and Open African Market , Beijing.

Freeman, Sharon T., 2009. *China, Africa, and the African Diaspora: Perspectives*, AASBEA

Publishers (Beijing, 2013).

Gao, James. 2001. "Book review: A History of Chinese Overseas in Africa," *African Studies Review*, 44:1, pp.164-165.

Gao Jinyuan, 2007. *Gao Jinyuan Ji* (Selection of Gao Jinyuan's Works), China Social Sciences Press.

Gao Jinyuan, 2008. *Yingguo-Feizhou Guanxi Shilue* (A Brief History of Britain-Africa Relations), China Social Sciences Press.

Glennie, Jonathan, 2008. *The Trouble with Aid: Why Less Could Mean More for Africa*, New York: Zed Books (Beijing, 2015).

Gocking, R., 2003. "Rural Protest in Colonial Ghana", in *The Journal of African History*, Volume 44, Issue 3, November, pp.531-532.

Gu Mingyuan, ed., 2000. *Shijie Jiaoyu Da Shidian* (Dictionary of World's Educational Events), Jiangshu Educational Press.

Guerrero, Dorothy-Grace, & Firoze Manji, ed., 2008. *China's New Role in Africa and the South, A Search for a New Perspective*, Fahamu.

Gui Tao, 2012. *Shi Feizhou* (Is Africa), China Encyclopedia Press.

Guo Chaoren, 2000. *Feizhou Biji* (Notes on Africa), Xinhua Press.

- Guo Jing-an & Wu Jun, 2006. *Chushi Feizhou de Suiyue* (The Years as Diplomats in Africa), Sichuan People's Press.
- Han Zhibin, et al., 2014. *Libiya Yisilan Shehuizhuyi Yanjie* (The Study of Libyan Islamic Socialism), Zhejiang People's Press.
- He Lihui, 2012. *Zhongguo de Feizhou Zhanlue* (China's Africa Strategy), China's Science and Culture Press.
- He Qinhua & Hong Yonghong, 2006. *Fezhou Falü Fada Shi* (A History of Development of African Law), Law PressChina.
- He Wenping, 2002. "China and Africa: Cooperation in 50 Years", *Asia and Africa Today (in Russian)*, Russian Academy of Sciences, No. 12.
- , 2005. "All Weather Friends: A Vivid Portrayal of Contemporary Political Relations Between China and Africa", Kinfe Abraham, ed., *China Comes to Africa: the Political Economy and Diplomatic History of China's Relation with Africa*, Ethiopia.
- , 2005a. *Feizhou Guojia Minzhuhua Jincheng Yanjiu* (The Study of Democratization Process in African Countries), Beijing: Current Affairs Publisher.
- , 2006. "China-Africa Relations Moving into an Era of Rapid Development", *Inside AISA*, No. 3&4, Oct/Dec, pp.3-6.
- , 2007. "The Balancing Act of China's Africa Policy", *China Security*, 3:3.
- , 2007a. "'All Weather Friend': The Evolution of China's African Policy", Prah, ed., *Afro-Chinese Relations*, pp.24-47.
- , 2008. "How to Promote 'All-round Cooperation' between China and Africa", *African Executive*, <http://www.africanexecutive.com/modules/magazine/articles.php?article=3157>.
- , 2008a. "Bottlenecks in China-Africa Relations", *African Executive*, <http://www.africanexecutive.com/modules/magazine/articles.php?article=3129>.
- , 2008b. "China Africa Cooperation: What's in it for Africa?", *African Executive*, <http://www.africanexecutive.com/modules/magazine/articles.php?article=3120>.
- , 2008c. "Neocolonialisti? No", in *Aspenia* (Italian) Rome No.41, 2008
- , 2008d. "Promoting Political Development through Democratic Change in Africa", *Contemporary Chinese Thought*, Vol.40, No.1.
- , 2008e. "China's Perspectives on Contemporary China-Africa Relations", in Chris Alden, Dan Large & Ricardo Soares de Olivei-

- ra, eds., *China Returns to Africa: A superpower and a continent embrace*, London: C. Hurst.
- , 2009. "China's African Policy: Driving Forces, Features and Global Impact", *Africa Review* (Journal of African Studies Association of India), , Vol.1, No.1, Jan.-June.
- , 2009a. "A Chinese Perception of Africa", in Sharon T. Freeman, ed. *China, Africa, and the African Diaspora: Perspectives* Washington, D.C.: AASBEA Publishers.
- , 2010. "Darfur issue and China's role", Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives*, pp.176-193.
- , 2010a. "The Darfur Issue: a New Test for China's Africa Policy", in Fantu Cheru and Cyril Obi, eds. *The Rise of China and India in Africa*, Zed Books.
- , 2010b. "China's Aid to Africa: Policy Evolution, Characteristics and its Role", in J. Stillhoff Sørensen, ed. *Challenging the Aid Paradigm: Western Currents and Asian Alternatives*, Houndmills: Palgrave Macmillan.
- , 2010c. "Overturning the Wall: Building Soft Power in Africa", *China Security*, Vol.6, No.1.
- , 2012. "Infrastructure and Development Cooperation: Take China in Africa as an Example", in Lim Wonhyuk, ed. *Emerging Asian Approaches to Development Cooperation*, Korea Development Institute.
- (with Sven Grimm), 2012a. "Emerging Partners and their Impact on African Development", in Erik Lundsgaarde, ed. *Africa Toward 2030: Challenges for Development Policy*, Palgrave Macmillan.
- , 2012b. "From "Aid Effectiveness" to "Development Effectiveness": What China's Experiences Can Contribute to the Discourse Evolution?" *Global Review*, August, No.9.
- , 2012c. "China-Africa economic relations: current situation and future challenges", in Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, pp.7-12.
- , 2013. "Development Cooperation Approaches to Pro-poor Growth: Strategies and Lessons from China", Korean Development Institute (KDI).
- Harneit-Sievers, Axel, et al., eds. 2010. *Chinese and African Perspectives on China in Africa*, Pambazuka Press.
- Hong Yonghong. 2005. *Feizhou Xingfa Pinglun* (Review on Criminal Law in Africa), China Procuratorial Press.
- , 2007. "The African Charter and China's Legislation: A Comparative Study of Ideas of Human Rights", in Prah, ed., *Afro-Chinese Rela-*

- tions, pp.88-100.
- , 2010. “Trade, investment and legal cooperation between China and Africa”, Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives*, pp.82-90.
- , 2014. *Dangdai Feizhou Falü* (Contemporary African Law), Zhejiang People’s Press.
- Hong Yonghong & Xia Xinhua, 2010. *Feizhou Falü yu Shehui Fazhan Bianqian* (Afric Law and Social Development), Xiangtang University Press.
- Hu Yongju & Qiu Xin, 2014. *Feizhou Jiaotong Jichu Sheshi Jianshe ji Zhongguo Canyu Celue* (The Present Situations and Developing Trend of African Transportation Infrastructure & China’s Participation Strategies), Zhejiang People’s Press.
- Huang Hua. 2007. *Qingli yu Jianwen: Huang Hua Huiyi Lu* (My Reminiscences), World Affairs Press.
- Huang Hui, 2015. *A Study on Berberism in Algeria*, Social Sciences Academic Press.
- Huang Xianjin, et al., eds., 2014. *Feizhou Tudi Ziyuan yu Liangshi Anquan* (African Land Resource and Food Security), Nanjing University Press.
- IWAA CASS, 2011. *Zhongguo de Zhongdong Feizhou Yanjiu (1949-2010)* (Middle East & African Studies in China (1949-2010)), Social Sciences Academic Press.
- Jian Hong, 2003. *Zhongguo Shangren zai Feizhou* (Chinese Merchants in Africa), China Economy Press.
- , 2007. *Zuihou de Jingkuang* (Last Gold Mines), China Times Economy Press.
- , 2010. *Mosangbike Zhinan* (Mozambique Guide Book), China Science Culture Audio-Video Press.
- , 2010a. *Chuanyue Dongnan Feizhou* (Cross Southeast Africa), Beijing Press.
- Jiang Hengkun, 2014. *Daefue Weiji: Yuanyin, Jincheng ji Yingxiang* (The Darfur Crisis: Causes, Processes and Impacts), Zhejiang People’s Press.
- Jiang Dong, 2005. *Niriliya Wenhua* (Nigerian Culture), Culture and Art Publishing House.
- Jiang Xiang, 2007. *Wo zai Feizhou Siqu Nian* (My Seventeen Years in Africa), Shanghai Lexicographical Publishing House.
- Jiang Zhongjin, ed., 2012. *Feizhou Nongye Tuzhi* (Graphical Records of Afri-

- can Agriculture Nanjing University Press.
- Jiang Zhongjing, ed., 2014. *Xiandai Feizhou Renwen Dili* (Modern African Human Geography), 2 Vols., Nanjing University Press.
- Jiang Zhongjin & Liu Litao, eds., 2014. *Zhong-Fei Hezuo Nengyuan Anquan Zhanlue Yanjiu* (A Study on Strategy of China-Africa Energy Cooperation and Security), Nanjing University Press.
- Jiang Zhongjin, et al., eds., 2014. *Feizhou Nonye yu Noncun Fazhan: Feizhou Jiuguo Shidi Kaocha Yanjiu* (African Agriculture and Rural Development: Fieldwork Research on Nine Countries), Nanjing University Press.
- Jing Men & Benjamin Barton, eds. 2011. *China and the European Union in Africa, Partners or Competitors?* Ashgate.
- Li Anshan. 2000. *Feizhou Huaqiao Huaren Shi* (A History of Chinese Overseas in Africa), Beijing: Overseas Chinese Publishing House.
- . 2002. *British Rule and Rural Protest in Southern Ghana*, New York: Peter Lang.
- . 2004. *Feizhou Minzu Zhuyi Yanjiu* (Study on African Nationalism), Beijing: China's International Broadcast Publisher.
- . 2005. "African Studies in China in the Twentieth Century: A Historiographical Survey", *African Studies Review*, 48:1.
- . 2006. *Feizhou Huaqiao Huaren Shehui Shi Ziliao Xuanji 1800-2005* (Social History of Chinese Overseas in Africa: Selected Documents 1800-2005), Hong Kong Press for Social Science Ltd.
- . 2007. "China and Africa: Policies and Challenges", *China Security*, 3:3.
- . 2007a. "Transformation of China's Policy towards Africa", *CTR Working Paper*, Hong Kong University of Science and Technology, <http://www.cctr.ust.hk/papers.htm>.
- . 2007b. "African Studies in China in the Twentieth Century", in Paul Tiyambe Zeleza, ed., *The Study of Africa, Global and Transnational Engagements*, Dakar: CODESRIA.
- . 2008. "Gli studi africanistici in Cina agli inizi del XXI secolo", *Afriche e Orienti*, No.2 (as part of the dossier, Cristiana Fiamingo, ed., *La Cina in Africa*).
- . 2008a. "China-Sudan Relations: The past and present", *Symposium on Chinese-Sudanese Relations*, London: Center for Foreign Policy Analysis, pp.4-12.
- . 2008b. "China's New Policy towards Africa", in R. Rotberg, ed., *Chi-*

- na into Africa: Trade, Aid, and Influence*, Brookings Institution Press, pp.21-49.
- , 2009. “China’s immigrants in Africa and China’s Africa policy: Implications for China-African cooperation”, in Sharon T. Freeman, ed., *China, Africa, and the African Diaspora: Perspectives*, Washington, D.C.: AASBEA Publishers, pp.94-105.
- , 2009a. “Zhong-Fei Guanxi Yanjiu Sanshinian” (The Study of China-Africa Relations in the Past Thirty Years), *West Asia and Africa*, No.4, pp.5-15.
- , 2009b. “What’s to be done after the Fourth FOCAC”, *China Monitor*, Nov. pp.7-9.
- , 2010. “Control and Combat: Chinese Indentured Labor in South Africa, 1904-1910”, in *Encounter*, No.3(Fall), pp.41-61.
- , 2010a. “African Studies in China: A historiographical survey”, in Axel Harneit-Sievers, et al., eds., *Chinese and African Perspectives on China in Africa*, Pambazuka Press, pp.2-24.
- , 2011. *Chinese Medical Cooperation with Africa: With a Special Emphasis on Chinese Medical Team and Anti-Malaria Campaign*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- , 2011a. “La coopération médicale Sino-Africaine: une autre forme d’aide humanitaire”, in Caroline Abu-Sada, ed., *Dans l’œil des Autre: Perception de l’action humanitaire et de MSF*, Suisse: Editions Antipodes.
- , 2011b. “From ‘how could’ to ‘how should’: The possibility of a pilot U.S.-China Project in Africa”, in Charles W. Freeman III, Xiaoqing Lu Boynton, ed., *China’s Emerging Global Health and Foreign Aid Engagement in Africa*, CSIS (Center for Strategic and International Studies), pp.37-46.
- , 2011c. “Cultural heritage and China’s Africa policy”, in Jing Men and Benjamin Barton, eds., *China and the European Union in Africa*, Ashgate, pp.41-59.
- , 2011d. *Feizhou Gudai Wangguo* (Ancient Kingdoms in Africa), Peking University Press.
- , 2011e. “Zhongguo Zoujing Feizhou de Xianshi yu Zhengxiang” (China’s Entry into Africa: Reality and Truth), *Social Observation*, (8):27-29. <http://www.docin.com/p-1411222581.html>.
- , 2012. *A History of Overseas Chinese in Africa till 1911*, New York: Diasporic Africa Press.
- , 2012a. “China and Africa: Cultural similarity and mutual learning”

- in James Shikwati, ed., *China-Africa Partnership: The quest for a win-win relationship*, Nairobi: Inter Region Economic Network (IREN), pp.93-97.
- , 2012b. “Neither Devil Nor Angel - The Role of the Media in Sino-African Relations”, *Opinion*, <http://allafrica.com/stories/201205180551.html>.
- , 2012c. “Zhong-Fei Guanxi Yanjiezhong de Fangfalun Chuyi--- Jiantan Ziliao Liyong Wenti” (On the Methodology of the Study of China-Africa Relations---How to Exploit the Data”, No.3.
- , 2013. “BRICS: Dynamics, resilience and role of China”, *BRICS-Africa: Partnership and Interaction*, Moscow, Institute for African Studies, Russian Academy of Sciences, pp.122-134.
- , 2013a. “Book review: *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*”, *Pacific Affairs*, 86:1, March, pp.138-140.
- , 2013b. “China’s African policy and the Chinese immigrants in Africa”, in Tan Chee-Beng, ed., *Routledge Handbook of the Chinese Diaspora*, Routledge, pp.59-70.
- , 2013c. “Chinese medical cooperation in Africa from the pre-FOCAC era to the Present”, in Li Anshan & Funeka Yazini April, eds., *Forum*, pp.64-80.
- , 2015. “A Long-Time Neglected Subject: China-Africa People-to-People Contact”, Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, eds., pp.446-475.
- , 2015a. “African Diaspora in China: Reality, Research and Reflection”, *The Journal of Pan African Studies*, 7:10 (May), pp.10-43.
- , 2015b. “Contact between China and Africa before Vasco da Gama: Archeology, Document and Historiography”, *World History Studies*, 2:1 (June).
- , 2015c. “10 questions about migration between China and Africa”, China Policy Institute. Acesso em 10 de junho, 2016. <http://blogs.nottingham.ac.uk/chinapolicyinstitute/2015/03/04/10-questions-about-migration-between-china-and-africa/>.
- , ed., 2013c. *Shijie Xiandaihua Licheng Feizhoujuan (World Modernization Process: Volume of Africa)* by Jiangshu People’s Press.
- Li Anshan, An Chunying & Li Zhongren, eds. 2009. *Zhong-Fei Guanxi yu Tangdai Shijie (China-Africa Relations and the Contemporary World)*, Chinese Society of African Historical Studies, Taiyuan.
- Li Anshan & Funeka Yazini April, eds., 2013. *Forum on China-Africa Cooperation: The Politics of Human Resource Development*, Pretoria: Africa Institute of South Africa.

- Li Anshan, et al., 2012. *FOCAC Twelve Years Later Achievements, Challenges and the Way Forward*, Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- , 2013. *Feizhou Meng: Tansuo Xiandaihua zi Lu* (African Dream: Search for Modernization), Jiangshu People's Press.
- Li Baoping, 2007. "Sino-Tanzanian Relations and Political Development", in Prah, ed., *Afro-Chinese Relations*, pp.126-141.
- , 2008. "Sulla questione della cooperazione tra Africa e Cina nel settore dell'istruzione", *Afriche e Orientali*, No.2 (as part of the dossier, Cristiana Fiamingo, ed., *La Cina in Africa*).
- , 2011. *Chuantong yu Xiandai: Feizhou Wenhua yu Zhengzhi Bianqian* (Tradition and Modern: African Culture and Political Transformation), Peking University Press.
- Li Baoping & Luo Jianbo, 2013. "Dissecting soft power and Sino-Africa relations in education and exchanges cooperation", in Li Anshan & Funeka Yazini April, eds., *Forum on China-Africa Cooperation*, pp.28-42.
- Li Baoping, et al., eds., 2006. *Yafei Puyu Guojia Fazhang Yanjiu* (A Study on the Development of Portuguese-speaking Countries in Asia and Africa), World Affairs Press, 2006.
- Li Bojun, 2014. *Dangdai Feizhou Guoji Zhuzhi* (Contemporary African International Organizations), Zhejiang People's Press.
- Li Tongcheng & Jin Buoxiong, 2005. *Chongguo Waijiaoguan zai Feizhou* (Chinese Diplomats in Africa), Shanghai People's Publishing House.
- Li Weijian, ed., 2008. *Beijing Summit & the Third Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation: Appraisal and Prospects*, Shanghai Institutes for International Studies.
- Li Xiangyun, 2014. *Dangdai Tansangniya Guojia Fazhan Jincheng* (Tanzania State-Building and Development), Zhejiang People's Press.
- Li Xiaoyun, ed., 2010. *Zhongguo yu Feizhou Fazhan Pinkun he Jianpin* (China and Africa: Development, Poverty and Poverty Reduction),
- Li Xiaoyun, ed., 2010a. *Zhongguo he Feizhou de Fazhan yu Huanpin* (Comparative Perspectives in Development and Poverty Reduction in China and Africa), China Financial and Economic Publishing House.
- Li Xiaoyun, ed., 2010b. *Zhongguo he Feizhou Fazhan Pinkun yu Jianpin* (Development, Poverty and Poverty Alleviation in China and Africa), China Financial and Economic Publishing House.
- Li Xinfeng, 2005. *Feizhou Ta Xun Zheng He Lu* (Following Zheng He's Footprints through Africa), Chenguang Press.

- Li Xinfeng, 2006. *Feifan Zhouyou-Wo Zai Feizhou Dang Jizhe* (An Unusual Journey across African Continent), Chenguang Press.
- Li Xinfeng, 2012. "Feizhou Huaqiaohuaren Shuliang Yanjiu" (A Quantitative Study of Chinese Overseas), *Chinese Overseas*, No.1-2, pp.7-12.
- Li Xinfeng, et al., 2012. *Zheng He yu Feizhou* (Zheng He and Africa), China's Social Sciences Press.
- Li Xinfeng, Wang Nan & Funeka Yazini April, 2013. "Assessing the complexities of Sino-African media exchange and cooperation", in Li Anshan & Funeka Yazini April, eds., *Forum on China-Africa Cooperation*, pp.81-96.
- Li Yongcai, *Nanfei Wenxue Shi* (A History of South African Literature),
- Li Zhigang, et al. 2009b. An African enclave in China: The making of a new transnational urban space. *Eurasian Geography and Economics* 50(6), 699 – 719.
- . 2012. China's 'Chocolate City': An Ethnic Enclave in a Changing Landscape, *African Diaspora*, 5, 51-72.
- Li Zhibiao, ed., 2000. *Feizhou Jingji quan yu Zhongguo Qiye* (African Economic Zone and Chinese Enterprises), Beijing Press.
- , 2007. "Contemporary Economic and Trade Relations between China and Africa", in
- Kwesi Kwaa Prah, ed., *Afro-Chinese Relations: Past, Present and Future*, ed., The Centre for Advanced Studies of African Society, pp.280-293.
- Liang Yijian, 2012. "Sustainable development and Sino-African low-carbon cooperation: China's role", in Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, pp.40-45.
- , 2014. *Bijiao Youshi Dongtaihua yu Feizhou Jingji Fazhan* (The Dynamics of Comparative Advantages and Africa's Economic Development), Social Sciences Academic Press.
- Liang Yu, *Zou Jin Hei Feizhou* (Enter Black Africa), Jilin People's Press, 2000.
- Lin, Justin Yifu, 2015. "China's rise and structural transformation in Africa": Ideas and Opportunities", in Monga & Lin, eds., *The Oxford Handbook of Africa and Economics*, Vol.2, pp.815-829.
- Liu Haifang, 2006. "China and Africa: Transcending "Threat or boon"", *China Monitor*, March, Centre for China Studies, South Africa.
- , 2008. "China-Africa Relations through the Prism of Culture: The Dynamics of China's African Cultural Diplomacy", *Journal of Current Chinese Affairs*.

- , 2010. “China’s development cooperation with Africa: Historical and cultural perspectives” *The Rise of China and India in Africa*, Cheru & Obi (eds.) Zed Book.
- & Jamie Monson, 2011. “Railway Time: Technology transfer and the role of Chinese Experts in the history of TAZARA”, Dietz et al. eds., *African Engagements*.
- , 2012. “Africa’s Emerging Endogenous Dynamics and New Ideas on Sino-African Cooperation”, *China’s Review of International Strategy* 2012, Beijing: World Affairs Press.
- . 2012a. “The untold story of Chinese perceptions of Angola”, Marcus Power and Ana Cristina Alves, eds., *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Pambazuka Press, an imprint of Fahamu Cape Town, Dakar, Nairobi and Oxford.
- , 2015. “Rising China, Foreign Aid and the World”, *China International Development Research Network Policy Recommendation*, NO.7 / Jan.12.
- , 2015a. “FOCAC VI: African initiatives toward a sustainable Chinese relationship”, *China Monitor*, special Edition, Centre for China Studies, South Africa.
- , 2016. “For the sake of Solidarity and Beyond: South Africa and China Comprehensive Strategic Partnership South Africa and China Comprehensive Strategic Partnership”, *Post-Apartheid South Africa’s Foreign Policy after Two Decades*, eds. by Kudrat Virk & Adekeye Adebajo (forthcoming).
- Liu Hongwu, 2012. “New impetus of African development and new path to sustainable development of China-Africa relations”, in Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, pp.177-181.
- Liu Hongwu, 2014. *Feizhou Wenhua yu Dangdai Fazhan* (African Culture and Contemporary Development), People’s Publishing House.
- Liu Hongwu & Bao Mingying, 2008, 2014. *Dongfei Siwaxili Wenhua Yanjiu* (Studies on Swahili Civilization in the East Africa), Zhejiang People’s Press.
- Liu Hongwu & Luo Jianbo, 2011. *Zhong-Fei Fazhan Hezuo Lilun Zhanlue yu Zhengce Yanjiu* (Sino-African Development Cooperation- Studies on the Theories, Strategies and Policies), China’s Social Sciences Press.
- Liu Hongwu, et al., 2000. *Cong Buzu Shehui dao Minzu Guojia: Niriliya Guojia Fazhan Shigang* (From Tribal Society to Nation-State: Introduction to the History of Development of Nigeria), Kunming: Yunnan University Press.

- Liu Hongwu, et al. 2014. *Niriliya Jianguo Bainian Shi (1914-2014)* (A Century History of Nigeria since its Foundation, 1914-2014), Zhejiang People's Press.
- Liu Hongwu & Li Shudi, eds., 2010. *Feizhou Yishu Yanjiu* (African Art Research), Yunnan People's Press.
- Liu Hongwu & Shen Peili, eds., 2009. *Feizhou Feizhngfu Zhuzhi yu Zhong-Fei Guanxi* (The African NGOs and Sino-African Relations), World Affairs Press.
- Liu Hongwu & Yang Jiemian, eds., 2009. *Fifty Years of Sino-African Cooperation: Background, Progress and Significance-Chinese Perspectives on Sino-African Relations*, Yunnan University Press.
- Liu Hongwu & Huang Meibo, et al., 2013. *Zhongguo Duiwai Yuanzhu yu Guoji Zeren de Zhanlue Yanjiu* (A Study on the Strategy of Chinese Foreign Aid and International Responsibility), China's Social Sciences Press.
- Liu Yan, 2014. *Houzhimin Shidai Feizhou Jiaoyu Gaige Moshi Yanjiu* (A Study of African Education Reform Modes in the Postcolonial Era), Zhejiang People's Press.
- Liu Yun, ed., 2014. *Feizhou yu Waibu Shijie de Lishi Bianhua* (Historical Changes in the Relations between Africa and the Outside World), World Affairs Press.
- Lou Shizhou, 2014. *Saineijiae Gaodeng Jiaoyu Yanjiu* (Studies on High Education in Senegal), Zhejiang People's Press.
- Lu Miaogeng, Huang Shejiao & Lin Ye, ed. 2006. *Tong Xin Ruo Jin-Zhong-Fei Youyi Guanxi de Huihuang Licheng* (United Hearts as Gold- A Glorious Passage of China-African Friendly Relations), World Affairs Press.
- Lu Ting-en, 2005. *Feizhou Wenti Lunji* (Treatises on Africa), World Affairs Publishers.
- Lu Ting-en, et al., eds., 2005. *Yingxiang Lishi Jingcheng de Feizhou Lingxiu* (African Leaders Who Effect Historical Passage), World Affairs Press.
- Luo Gaoyuan, 2010. *Dandai Feizhou Lüyou* (Contemporary Tourism in Africa), World Affairs Press.
- Luo Jianbo, 2006. *Feizhou Yitihua yu Zhong-Fei Guanxi* (African Integration and Sino-African Relations), Social Sciences Academic Press.
- Luo Jianbo, 2010. *Tongxiang Fuxing zi Lu: Feimeng yu Feizhou Yitihua Yanjiu* (The Road to Renaissance: Studies on the African Union and the African Integration), Chinese Social Sciences Press.

- Luo Jianbo & Zhang Xiaoming, 2009. "China's African Policy and its Soft Power", in *AntePodium* (Victoria University of Wellington), www.victoria.ac.nz/atp.
- , 2011. "Multilateral Cooperation in Africa between China and Western Counties: from Differences to Consensus", in *Review of International Studies*, Volume 37, Number 4, October
- , 2011. "China in Africa: devil or Angel?", *Pambazuka News*, 2014-08-06, Issue 690. ———, 2014. "China's foreign aid: How big is it and what is its aim?", *Pambazuka News*, 2014-02-19, Issue 666.
- Ma Enyu, 2012. Yiwu mode and Sino-African relations. *Journal of Cambridge Studies*, 7(3), 93-108.
- Mancuso, S. & Hong Yonghong, 2009. *Zhongguo Dui Fei Touzhi Falü Huanjing Yanjiu* (Research on Legal Environment for Chinese Investments in Africa), Xiangtan University Press.
- Marais, Hein, 2001. *South Africa: Limits to Change*, University of Cape Town Press (Beijing, 2003).
- Mazrui, A.A., et al., 1995. *General History of Africa, VIII, Africa since 1935*, Paris: UNESCO (Beijing, 2003).
- Men Jing & Benjamin Barton, eds., 2011. *China and the European Union in Africa: Partners or Competitors?* Ashgate (Beijing, 2011).
- Michel, Serge, Michel Beuret & Paolo Woods, 2008. *La Chinafrrique: Pekin a la compuete du continent noir*, Grasset & Fasquelle (Beijing, 2009).
- Ministry of Foreign Affairs, PRC, 2012. *The Fifth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation Documents and Speeches*, Beijing, July 2012, World Affairs Press.
- Mo Xiang, 2014. *Dangdai Feizhou Anquan Jizhi* (The Research on Security of Contemporary Africa), Zhejiang People's Press.
- Monga, Célestin & Justin Yifu Lin, eds., 2015. *The Oxford Handbook of Africa and Economics*, Vol. 1-2, Oxford University Press.
- , 2015a. "Introduction: Africa, the next intellectual frontier", Monga & Lin, eds., *The Oxford Handbook of Africa and Economics*, Vol. 1, pp.1-26.
- , 2015b. "Introduction: Africa's evolving economic policy frameworks", in Monga & Lin, eds., *The Oxford Handbook of Africa and Economics*, Vol.2, pp.1-20.
- Mu Tao, 2003. *Nanfei Duiwai Guanxi Yanjiu* (A Study on South African External Relations), East China Normal University Press.

- Mu Tao & Yu Bin, 2013. *Musaiweini Zhongtong yu Wuganda* (Y.K. Museveni: President of the Permanent Snow on the Equator and the Pearl of Africa-Uganda), Shanghai Dictionary Press.
- Nelson Mandela, *Long Walk to Freedom*, ??(2005).
- Nzongola-Ntalaja, G., 2002. *The Congo from Leopold to Kabila: A People's History*, Zed Books Ltd (2015).
- Nyerere, Julius Kambarage, 2015. *Nileier Wenxian* (Selected Works of Julius Kambarage Nyerere), 4 Volumes, East China Normal University.
- Ogot, B.A., 1992. *General History of Africa, V, Africa from the Sixteenth to the Eighteenth Century*, Paris: UNESCO (Beijing, 2001).
- Opoku, D.K., 2010. *The Politics of Government-Business Relations in Ghana, 1986-2008*, Palgrave Macmillan (2015).
- Pan Huaqiong, 2011. "China's Soft Power in Africa", *The African Executive*, November 2-9, https://www.africanexecutive.com/article.php?section_id=12%20&&%20article_id=%206184.
- , 2011. "La « redécouverte » de l'Afrique à travers l'enseignement de l'histoire du continent" in *Contient Premier Magazine*, Feb.20, <http://www.continentpremier.com/?article=1686&magazine=1>.
- , 2014. "Effects of the Touareg Rebellion on Chinese Interests: A Chinese Perspective", in *China and Sahel & Saharan Region: Interests and Policies*. Giza: RCSS (Regional Center for Strategic Studies, Cairo), 2014, pp.33-47.
- Pang Zhongying, 2013. "The non-interference dilemma: Adapting China's approach to the new context of African and international realities", Berhe Mulugeta Gebrehiwot, & Liu Hongwu, eds., *China-Africa Relations: Governance*, pp.46-54.
- Prah, Kwesi Kwaa, ed., 2007. *Afro-Chinese Relations: Past, Present and the Future*, CASAS Publisher.
- Qi Jianhua, 2014. *Fazhan Zhongguo yu Feizhou Xinxing Quanmian Hezuo Guanxi* (Developing China-Africa Partnership of New and Comprehensive Cooperation), World Affairs Press.
- Qian Qichen, 2003. *Weijiao Shiji* (Ten Stories of a Diplomat), World Affairs Press.
- Qian Qichen, ed., 2005. *Shijie Waijiao Da Cidian* (Dictionary on World's Diplomacy), 2 Vols, World Affairs Press.
- Qin Dashi & Yuan Jian, 2013. *Gu Sichou Zhilu* (Ancient Silk Road), Singapore.
- Qin Hui, 2013. *Nanfei de Qishi* (South Africa's Revelation), Jiangsu Literature

and Art Publishing House.

- Raftopoulos, Brian & Alois Mlambo, 2009. *Becoming Zimbabwe: A History from the Pre-colonial Period to 2008*. (2013)
- Shelton, Garth, Funeka Yazini April, Li Anshan, eds., 2015. *FOCAC 2015: A New Beginning of China-Africa Relations*, Pretoria: Africa Institute of South Africa.
- Shen Xiaolei, 2015. "Shixi Zhongguo Xinyimin Rongru Jinbabuwei de Kunjing" (Dilemma of Chinese new immigrants' integration in Zimbabwe). *International Politics Quarterly*, No.5.
- Shi Lin, 2012. "The ethnographic study of the contemporary Africa from the perspective of China", in Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, pp.104-109.
- Shi Yongjie, 2015. *Tuchu Baowei de Qiangguo Zhilu: Xin Xingshixia de Zhong-Fei Jingmao Hezuo Zhanlue Yanjie* (Strengthening the Nation Through Breaking the Siege: A Study on China-Africa Economic and Trade Cooperation in the New Situation), China Commerce and Trade Press.
- Shikwati, James, ed., 2012. *China-Africa Partnership: The quest for a win-win relationship*, Nairobi: Inter Region Economic Network (IREN).
- Shu Yunguo, 2012. *Feizhoushi Yanjiu Rumen* (An Introduction to African History), Peking University Press.
- Shu Yunguo, 2014. *Fanfei Yundong Shi 1900-2002* (History of Pan-Africanism 1900-2002), The Commercial Press.
- Shu Yunguo & Liu Weicai, eds., 2013. 20th *Shiji Feizhou Jingji Shi* (The Economic History of Africa in 20th Century), Zhejiang People's Press.
- Sun Hongqi, 2008. *Zhiminzhuyi yu Feizhou Zhuanlun* (On Colonialism and Africa),
- . 2011. *Tudi Wenti yu Nanfei Zhengzhi Jingji* (Land Problem and the Political Economy of South Africa), ??
- Sun Xiaomeng, 2004. *Rubutaccen Wasan Kwaikwayo a Rukunin Adabin Hausa: Muhimmancinsa da habakarsa* (A Study on Written Hausa Drama), MA thesis, Ahmadu Bello University.
- . 2008. *Haosa Yu Tingshuo Jiaocheng* (Hausa Baka), Foreign Language Teaching and Research Press.
- . 2014. *Yuyan yu Quanli: Zhimin Shiqi Haosayu zai Bei Niriliya de Yunyong* (Language and Power: The Application of Hausa in Northern Nigeria during the British Administration), Social Sciences Academic Press.

- Tang Jiaxuan, ed., *Zhongguo Waijiao Cidian* (Dictionary on China's Diplomacy), World Affairs Press, 2000.
- Tan Xiao, 2012. "African regional integration and Sino-Africa cooperation: Opportunities and challenges, ", in Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, pp.13-19.
- Tang Xiaoyang(with Deborah Brautigam),2009."China's Engagement in African Agriculture", *China Quarterly*, Vol 199, Cambridge, UK, pp. 686-706.
- , 2010. "Bulldozer or Locomotive – the impact of Chinese enterprises on the local employment market in Angola", *Journal of Asian and African Studies*, 45:3, pp.350-368
- (with Deborah Brautigam),2011."African Shenzhen: China's Special Economic Zones in Africa", *The Journal of Modern African Studies*, Vol 49 No. 1, pp 27-54
- (with Deborah Brautigam), 2012. "Economic statecraft in China's new overseas special economic zones: soft power, business or resource security?",*International Affairs* 88: 4, Oxford, UK, pp. 799-816.
- , 2014. ??? *China-Africa Economic Diplomacy and Its Implication to Global Value Chain*, World Affairs Press.
- (with Deborah Brautigam), 2014. "Going Global in Groups: China's Special Economic Zones Overseas".,*World Development*,Vol. 63, pp.78-91.
- , 2014."Models of Chinese Engagement in Africa's Extractive Sectors and Their Implications", *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 56:2, London, UK, pp. 27-30.
- , 2014.*The Impact of Asian Investment on Africa's Textile Industries*, Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy (<http://carnegietsinghua.org/publications/?fa=56320>)
- , 2014."Investissements chinois dans l'industrie textile tanzanienne et zambienne",*Afrique Contemporaine*, Vol 250, pp.119-136.
- (with Jean-Jacques Gabas), 2014. "Coopération agricole chinoise en Afrique subsaharienne",*Perspective:Stratégies de Développement*, No. 26.
- Terreblanche, S.J.S., 2012. *Lost in Transformation: South Africa's Search for a New Future since 1986*, KMM Review Publishing Company (2015).
- Thirty Years of Chinese Society of African Historical Studies Editorial Board, *Thirty Years of Chinese Society of African Historical Studies*,

- Beijing, 2011.
- Thompson, Alex, 2010. *An Introduction to African Politics*, Taylro & Francis, 2010 (Beijing, 2015)
- Tordoff, William, 2002. *Government and Politics in Africa*, Fourth edition, (Beijing, 2007).
- Wan Siulan, Li Wei, et al., 2014. *Bociwana Gaodeng Jiaoyu Yanjiu* (Studies on Higher Education in Botswana), Zhejiang People's Press.
- Wang Dongmei & Wang Guotai 2000. *Zou Jin Feizhou* (Enter Africa), China International Radio Press, 2000.
- Wang Haili, 2014. *Aiji Tongshi* (The History of Egypt), Shanghai Academy of Social Sciences Press.
- Wang Shu, 2007. *Wuzhou Fengyun Ji* (Stories of Five Continents), Shanghai Dictionary Publications.
- Wang Tai, 2014. *Aiji de Zhengzhi Fazhan yu Minzhuhua Jincheng Yanjiu* (A Study on Political Development and Democratization Process in Egypt), People's Press. ??
- Wang Tao, 2014. *Wuganda Shengling Dikangjun Yanjiu* (The Lord's Resistance Army in Uganda), Zhejiang People's Press.
- Wang Xuejun, 2013. "The Corporate Social Responsibility of Chinese oil companies in Nigeria: Implications for the governance of oil resources", in Berhe, Mulugeta Gebrehiwot, & Liu Hongwu, eds. 2013. *China-Africa Relations: Governance*, pp.128-145.
- Wei Jianguo, 2012. *Ci Sheng Nanshe Shi Feizhou* (My Life and Africa), World Affairs Press.
- Xia Jisheng, 2005. *Feizhou Liang Guo Yihui* (Two African Parliaments), China's Financial and Economic Press.
- Xia Xinhua, 2013. *Feizhou Falu Wenhua Shilun* (A Study on Legal Cultural History in Africa), China University of Political Science and Law Press.
- Xia Xinhua & Xiao Yaiping, 2011. "On Sino-Africa Relations and Legal Cooperation", *Botswana University Law Journal*, No.4, June.
- Xiao Hongyu, 2014. *Feizhou Titihua yu Xiandaihu de Hudong* (Interactive Nature of Modernization and Integration in Africa: The Case of Regional Integration in West Africa), Social Sciences Academic Press.
- Xiao Hongyu, 2015. "China's Role in Combatting Piracy", in Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, pp. 183-208.
- Xiao Yuhua, 2010. "Sino-African relations: reflections on civil society engagement", Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives*

- tives, pp.214-223.
2014. *Dangdai Aisaiebiya Zhengzhi Jincheng Yanjiu* (From Monarchy to Federalism: A Study on Ethiopia's Political Modernization), Zhejiang People's Press.
- Xu Liang (co-authored with Emmanuel Akyeampong), 2015. "The Three Phases/Faces of China in Independent Africa: Re-conceptualizing China-Africa Engagement", in *Oxford Handbook of Africa and Economics Volume 2: Policies and Practices*, edited by Celestin Monga and Justin Yifu Lin. Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 762-779.
- Xu Liang, 2015a. "Historical Lessons, Common Challenges and Mutual Learning: Assessing China-Africa cooperation in environmental protection", in Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*. pp.425-445.
- Xu Tao, 2013. *Zaihua Feizhou Shangren de Shehui Shiyong Yanjie* (The Social Adaptions of African Merchants in China), Zhejiang People's Press.
- Xu Wei, 2011. "Bociwana Yeyiren Tianye Diaocha Jiqi Guojia Jiangou zi Shikao" (Field work on the Wayeyi of Botswana and Thought on State-building), *African Studies*, Vol.1.
- Xu Wei, 2014. *Bociwana Zuqun Shenghuo yu Shehui Bianqian* (Ethnicity, Everyday Life and Social Change in Botswana), Zhejiang People's Press.
- Xu Yongzhang, 2004. *Zhongguo yu Ya Fei Guojia Guanxi Shi Kao Lun* (Research on the History of Relations between China and Asia-African Countries), Hong Kong Press for Social Sciences Ltd.
- Xu Yongzhang, 2014. *Feizhou Wu-shi-si Guo Jianshi* (A Brief History of Fifty-four African Countries), Zhejiang People's Press.
- Yang Guang & Wang Jian, eds., 2004. *Zhongdong Feizhou Fazhan Baogao (2003-2004)* (Middle East and Africa Development Report, 2003-2004), Social Sciences Academic Press.
- Yang Guang & Wen Boyou, 2002. *Zhongdong Feizhou Fazhan Baogao (2001-2002)* (Middle East and Africa Development Report, 2001-2002), Social Sciences Academic Press.
- Yang Guang & Wen Boyou, 2003. *Zhongdong Feizhou Fazhan Baogao (2002-2003)* (Middle East and Africa Development Report, 2002-2003), Social Sciences Academic Press.
- Yang Guang & He Wenping, eds., 2007. *Zhongdong Feizhou Fazhan Baogao (2006-2007) Zhongguo yu Feizhou Guanxi de Lishi yu Xianshi* (Annual Report on Development in the Middle East and Africa 2006-2007, History and Realities of Sino-African Relations), Social Sciences Academic Press (China).

- Yang Guangsheng, 2014. *Niriliya Duiwai Guanxi Yanjiu* (A Study on the Foreign Relations of Nigeria), Zhejiang People's Press.
- Yang Lihua, 2006. "Africa: A View from China", *South African Journal of International Affairs*, 13:1, Summer/Autumn, pp.23-32.
- Yang Lihua, 2015. "China, South Africa and the Continent: Political and economic perspectives", in Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, pp.354-386.
- Yang Lihua, et al., 2013. *Zhongguo yu Feizhou Jingmao Hezuo Fazhan Zhongti Zhanlue Yanjiu* (A Comprehensive Strategic Study on Development of China-Africa Economic Cooperation), China's Social Sciences Press.
- Yang Tingzhi, 2015. *Zanbiya Qiuzhang Zhidu de Lishi Bianqian* (On the Historical Evolution of Zambian Chieftaincy), China Social Sciences Press.
- Yang Xuelun & Zheng Xizhen, 2001. *Tu-ni-si Wenhua* (The Culture of Tunisia), Culture and Arts Press.
- Yao Guimei & Chen Zongde, eds., 2000. *Geguo Feizhou Nongye Gaikuang* (The Series of Development of African Agriculture), I & II, China Financial & Economic Publishing House.
- Ye Wei, Zhu Lidong, et al., 2014. *Dangdai Feizhou Ziyuan yu Huanjing* (Contemporary African Resources and Environment), Zhejiang People's Press.
- Yuan Nansheng, 2011. *Zoujin Feizhou* (Enter into Africa), China Social Sciences Press.
- Zeng Aiping, 2015. "China-Africa Governance Exchanges and Experiences", in Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, pp.80-106.
- Zeng Qiang, 2002. "Some Reflections on Expanding Sino-African Trade and Economic Cooperative Relations in the New Century (The Viewpoint of a Chinese Scholar)", *TINABANTU: Journal of African National Affairs*, 1:1, May.
- Zeng Qiang, 2010. "China's strategic relations with Africa", Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives*, pp.56-69.
- Zhai Fengjie, Wang Yuhua & Pan Liang, 2013. *Feizhou Yitihua Beijing Xia de Zhong-Fei Hezuo* (China-Africa Cooperation in the Integration of Africa), World Affairs Press.
- Zhang Chun, 2012. "China's engagement in African Post-Conflict Reconstruction: Achievements and future developments", in Shikwati, ed., *China-Africa Partnership*, pp.55-62.
- Zhang Jin, 2014. *Feizhou Quyu Jingji Yitihua Tansuo: Nanbu Feizhou Fazhan*

- Gongtongti 30 years* (Regional Economic Integration in Africa: Thirty years of Southern African Development Community), Zhejiang People's Press.
- Zhang Jin, 2015. "China and Africa regional economic cooperation: History and prospects", *PULA: Botswana Journal of African Studies*, Vol. 29, No. 1, pp.13-26.
- Zhang Haibing, 2013. *Fazhan Yingdaoxing Yuanzhu: Zhongguo Dui Fei Yuanzhu Moshi Yanjiu* (Development-Guided Assistance: A Study on the Model of Chinese Aid to Africa).
- Zhang Hongming, 1999. *Duowei Shiye zhong de Feizhou Zhengzhi Fazhan* (African Political Development in Multiple Perspective), Social Sciences Academic Press.
- , 2008. *Jindai Feizhou Sixiang Jingwei: 18-19 Shiji Feizhou Zhishi Fenzi Sixiang Yanjiu* (A Study on the Thoughts of African Scholars: 18th and 19th Centuries), Social Sciences Academic Press.
- , ed., 2012. *Zhongguo he Shijie Zhuyao Jingjiti yu Feizhou Jingmao Hezuo Yanjiu* (China and World Major Economies' Economic and Trade Cooperation with Africa), World Affairs Press.
- , ed., 2012. *Feizhou Huangpishu No.14 2011-2012* (Yellow Book of Africa No.14 2011-2012), Social Sciences Academic Press.
- Zhang Hongming & Yao Guimei, eds., 2013. *Feizhou Huangpishu No.15 2012-2013* (Yellow Book of Africa No.15 2012-2013), Social Sciences Academic Press.
- Zhang Hongming & An Chunying, eds. 2014. *Feizhou Huangpishu No.16, 2013-2014* (Yellow Book of Africa No.16, 2013-2014), Beijing: Social Sciences Academic Press.
- Zhang Hongming, Liu Lide & Xu Jiming, 2001. "Focus: Sino-African relations", *Africa Insight*, 31:2, 2001, pp. 33-42.
- Zhang Qiaowen, 2015. "China Africa Development Fund: Beyond a foreign policy instrument", *CCS Commentary*, January 13;
- , 2015a. "Responsible investing in Africa: building China's competitiveness", *CCS Commentary*, February 18.
- Zhang Weijie, 2015. "South Africa, China and the African Union", in Shelton, April, Li, eds., *FOCAC 2015*, pp. 64-79.
- Zhang Xiangdong, 2012. *Aisaiebiya Lianbangzhi: 1950-2010* (A Study on Ethiopia's Federalism: 1950-2010), China Economic Publishing House.
- Zhang Xinghui, "China's Aid to Africa: A Challenge to the EU?", in Jing Men and Benjamin Barton, eds., *China and European Union*, pp.209-224.

- Zhang Yonghong, 2010. *Feizhou Fazhan Shiyuzhong de Bengtu Zhishi* (Indigenous Knowledge in Africa's Development), China's Social Sciences Press.
- Zhang Yonghong, Liang Yijian, Wang Tao & Yang Guangsheng, 2014. *Zhong-Fei Ditan Fazhan Hezuo de Zhanlue Beijing Yanjiu* (A Study on the Background of China-Africa Low-Carbon Development Cooperative Strategy), World Affairs Press.
- Zhang Yongpeng, 2007. "Reality and Strategic Construction: Globalisation and Sino-African Relations" in Prah, ed., *Afro-Chinese Relations*, pp.268-279.
- , 2012. *Guoji Fazhan Hezuo yu Feizhou: Zhongguo yu Xifangyuanzhu Feizhou Bijiao Yanjiu* (International Development Cooperation and Africa: A comparative Study on Chinese and Western Aid to Africa), Social Sciences Academic Press.
- Zhang Yun, 2000. *Qin Li Hei Feizhou* (Personal Experience in Black Africa), People's Daily Press.
- Zhang Zhe, 2014. *Zhong-Fei Jingmao Guanxi Fazhan Yanjiu* (The Development of China-Africa Economic and Trade Relations), Zhejiang People's Press.
- Zhang Zhenke, 2014. *Feizhou Yuye Ziyuan ji qi Kaifa Zhanlue Yanjie* (A Study on the Strategy of African Fishery and Development), Nanjing University Press.
- Zhao Jun, 2013. "Lun Feizhou Huaqiao Huaren yu Zhongguo Duifei Gonggong Waijiao" (On Overseas Chinese in Africa and China's Public Diplomacy towards Africa), *African Studies*, 4:1, pp.206-218.
- Zhen Feng, 2014. *Feizhou Gangkou Jingji yu Chengshi Fazhan* (African Port Economy and Urban Development), Nanjing University Press.
- Zheng Jiaxing, 2000. *Zhiminzhuyi Shi* (History of Colonialism: Africa), Peking University Press.
- Zheng Jiaxing, 2010. *Nanfei Shi* (A History of South Africa), Peking University Press.
- Zheng Jiaxing, 2011. *Yifang Suitu Yangyu Yifang Wenming: Feizhou Wenming Zilu* (The Path of African Civilization), People's Press.
- Zhi Yingbiao & Bai Jie, 2010. "The Global Environmental Institute: Regulating the ecological impact of Chinese overseas enterprises, in Harneit-Sievers, et al., eds. *Chinese and African Perspectives*, pp.247-254.
- Zhong Zhicheng, 2006. *Weile Shijie Geng Meihao: Jiang Zemin Chufang Jishi* (For a More Beautiful World: Record of Jiang Zemin's Visit Abroad), World Affairs Publishers.

- Zhou Boping, 2004. *Feichang Shiqi de Waijiao Shengya* (Diplomatic days in an Unusual Period), World Affaris Press.
- Zhou Hong, ed., 2013. *Zhongguo Yuanwai 60 Nian* (China's Foreign Aid 60 Years in Retrospect), Social Sciences Academic Press.
- Zhou Nanjing, ed., 1999-2002. *Encyclopedia of Chinese Overseas*, 12 volumes, Chinese Overseas Publishing House.
- Zhu Huayou, et al., 2014. *Dangdai Feizhou Gongkuangye* (Contemporary Industry and Mining in Africa), Zhejiang People's Press.
- Zhu Weidong, 2011. *Nanfei Guoji Maoyi Falu ZHidu Zhuanli Yanjiu* (A Specific Study on Legal System of International Trade in South Africa), Xiangtan University, 2011.
- , 2013. *Feizhou Shewai Minshangshi Jiufen de Duoyuanhua Jiejue Jizhi* (Multiple Settlement Mechanism of Civil and Commercial Disputes)
- Zou Hengfu & Hao Rui, eds. 2009. *Feizhou Jinji he Touzhi Yanjiu* (A Study on African Economy and Investment), People's Daily Press.
- Zou Hengfu & Hao Rui, eds. 2010. *Feizhou Congtu Yanjiu* (A Study on Conflicts in Africa), People's Daily Press.

RESUMO

Com o rápido desenvolvimento das relações China-África, africanistas fora da China têm mostrado grande interesse no engajamento acadêmico China-África. Um dos aspectos importantes é o que tem sido feito na China em relação aos estudos africanos. Apesar do comércio da China com a África tenha aumentado de 10,5 bilhões de dólares em 2000 para 220 bilhões em 2014, os estudos africanos na China não tiveram tanta sorte quanto o comércio. Entretanto, o desenvolvimento dramático dessa relação tem dado novas oportunidades e desafios aos africanistas chineses. Este artigo vai elucidar o que os africanistas chineses têm estudado no período de 2000-2015. Por quais temas eles têm se interessado? Quais são as conquistas e fraquezas? O artigo foi dividido em quatro partes: foco e novos interesses, conquistas, novos acadêmicos, referências e considerações.

PALAVRAS-CHAVE

China-África; Estudos Africanos; africanistas chineses.

*Recebido em 19 de julho de 2016.
Aprovado em 28 de julho de 2016.*

Traduzido por Daiana Jung

COOPERAÇÃO TÉCNICA EM SEGURANÇA & DEFESA: PRESENÇA DO BRASIL NA ÁFRICA

Sylvio de Souza Ferreira¹
Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon²

Introdução³

O presente artigo tem por finalidade revisar a dinâmica de relações exteriores entre Brasil e África, especificamente no que concerne à cooperação técnica em Segurança & Defesa⁴

Pari passu com o incremento da ação externa, em um ambiente internacional multipolar e assimétrico, o Brasil vem assumindo o papel de país emergente de destaque e procurando participar de forma mais ativa na agenda de segurança global. Neste sentido, seu entorno estratégico constitui uma área prioritária, onde o país toma iniciativas de cooperação técnico-militar, a exemplo dos intercâmbios militares, dos acordos de Defesa e das ações sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) para imposição ou manutenção de paz⁵. Tais ações constituem ferramentas da Política

1 Programa de Pós-graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: sylvio98@hotmail.com

2 Programa de Pós-graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: eduardomigon@gmail.com

3 Conforme orientação recente da The Scientific Electronic Library Online (SCIELO/FAPESP), particulariza-se a participação autoral, como segue: o 1º autor participou da concepção da pesquisa; da coleta, análise e interpretação dos dados e da redação preliminar e final do texto. O 2º autor participou da concepção da pesquisa, da revisão crítica do texto e da redação final do mesmo.

4 Para uma melhor compreensão do termo Defesa, sugere-se a análise conceitual de Rudzit et Nogami (Rudzit and Nogami 2010). Já no tocante ao termo Segurança e sua ampliação, sugere-se consulta a obras, como (Buzan e Hansen 2012).

5 Os autores entendem as ações adotadas no âmbito das Nações Unidas como cooperação técnica, assim como (Valler Filho 2007) apontou e o embaixador (Soares 2015), em palestras

Externa Brasileira (PEB) para a inserção do país no cenário internacional, como se vê nos planejamentos político (MD (Ministério da Defesa) 2012c), estratégico (MD (Ministério da Defesa) 2012a) e na comunicação pública do Estado à sociedade brasileira (MD (Ministério da Defesa) 2012b).

A África constitui parte do entorno estratégico brasileiro, pelo que de algum modo tanto atrai a atenção do planejamento estatal (Kenkel 2013; Gabrielli 2010; Acioly e Moraes 2011; Teixeira da Silva, Oliva Neto, e Torre 2014; Coutinho 2014), quanto vem obtendo inserção crescente na agenda de pesquisa nacional, em especial na área de Segurança & Defesa (S&D) (Migon et al. 2014; Visentini, Pereira, e Migon 2014; Aguilar 2013; Pereira e Migon 2014; Martins, n.d.; Kenkel 2013). Trata-se de um espaço estratégico com perspectivas futuras (Ahlers, Kohli, e Sood 2013; Cilliers, Hughes, e Moyer 2011) com potenciais reflexos para o Brasil (Abdenur e Neto 2014). No que concerne às dinâmicas de S&D, é importante considerar que a região foi atingida como nenhuma outra pelas transformações na economia e política mundiais⁶, pelo que a questão da segurança tornou-se de primordial importância para o continente (Penna Filho 2004b; Freitas e Araújo 2014) e, mesmo, para o espaço sul atlântico como um todo (Vaz e Migon 2013; Coutinho 2014).

Dessa forma, o agravamento da crise econômica e a retirada do suporte internacional a alguns regimes fizeram com que os conflitos tomassem novo impulso na África e a crise econômica se aprofundasse. Com a escalada dessas crises e com as transmissões televisivas quase que em tempo real, a comunidade internacional foi forçada a dar uma resposta. A situação africana foi particularmente afetada pelo afastamento deliberado tanto dos Estados Unidos, quanto das antigas metrópoles coloniais. Algumas dessas respostas guardaram, portanto, estreita relação com a S&D, sendo muitas tomadas por meio de ações de Diplomacia Militar.

A presente comunicação pretende, portanto, tratar das ações do Estado brasileiro na cooperação técnica em Segurança & Defesa, para a agenda do continente africano. Inicialmente é feita uma breve exposição da perspectiva científico-metodológica, ao que se segue uma apresentação de aspectos das relações Brasil-África e da agenda de segurança do continente africano. Ao final, são analisadas as ações de cooperação técnica em Segurança & Defesa do Estado brasileiro, em prol da agenda do espaço geográfico em apreciação.

sobre a integração das Políticas de Defesa e Externa Brasileiras.

⁶ Em particular, no período pós-Guerra Fria, conforme afirmam (Penna Filho 2004a; Visentini 2013a)

Considerações epistemológicas e metodológicas

A perspectiva científica assumida de modo transversal à pesquisa foi a teoria da Complexidade (Waldrop 1992; Mitchell 2009). Significa dizer que entende-se, *a priori*, que o objeto de análise evidencia as características de um “sistema complexo” (Newman 2009), isto é, trata-se de realidade com múltiplos atores, que interagem e aperfeiçoam seus comportamentos e decisões ao longo do tempo, sendo difícil estabelecer relações diretas e determinísticas entre causas e efeitos. Em outras palavras, propõe-se que a análise de uma realidade complexa deve levar em consideração não apenas os atores propriamente ditos, mas também a relação entre os mesmos, inclusive no que concerne à dinâmica através do tempo.

Em termos epistemológicos, trata-se de esforço no sentido de buscar uma visão mais abrangente dos fenômenos sociais, indo além do estudo das partes e almejando uma melhor compreensão do todo. Parece ser perspectiva mais adequada quando se (re)lembra que os fenômenos sociais possuem ampla gama de estruturas, interações e agentes e que no seu inter-relacionamento emergem estruturas, aprendizados, dinâmicas de ação e reação, processos de mudança, etc. Em consequência, verifica-se que a realidade dos sistemas complexos não pode ser descrita por uma única regra, nem tão pouco reduzida a um único nível de explicação.

Mais do que uma teoria na área das ciências naturais, destaca-se que as interpretações e desdobramentos científico-filosóficos do paradigma que considera o todo maior do que a soma de suas partes oferece oportunidades de uma nova visão de mundo às mais diversas áreas científicas, em especial, no que de interesse do presente artigo, às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Byrne 1998; Bousquet 2009; Richardson, Mathieson, e Cilliers 2000; Richardson e Cilliers 2001).

Em termos metodológicos, trata-se de pesquisa qualitativa, apoiada em revisão sistemática de fontes bibliográficas e documentais, as quais foram objeto de análise qualitativa de conteúdo (Bardin 1977). Os marcos temporais não foram rígidos, tendo sido dedicada maior atenção aos séculos XX e XXI. O espaço de análise foi delimitado como sendo o Brasil e seu espaço estratégico de interesse na África, conceito de certo modo abrangente e que permite conectar perspectivas distintas como as associadas ao Atlântico Sul e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por exemplo.

As relações Brasil-África

As relações entre o Brasil e o continente africano são relevantes para

a Política Externa Brasileira, assim como para a Política de Defesa (Corrêa 2014), ainda que, observando-se um recorte temporal mais amplo, forçoso destacar que a aproximação Brasil – África evidencia mais contornos de descontinuidade e alternância do que de continuidade e progressividade, conforme se infere na retrospectiva disponibilizada por Amorim Neto (2011). Tais relações desfrutaram de pontos em comum, como a antiga condição de colônia das potências europeias, e destinos diferentes, como a ascensão brasileira a uma das maiores economias do mundo e status de potência média, em detrimento de condições distintas, nos casos dos países africanos.

Entre os séculos XVI e XIX, existiam fortes vínculos do Brasil com a África, como o tráfico de escravos, o fez do país a “segunda nação africana”. Com o tempo e o fim do tráfico negreiro, esse vínculo deixaria de existir. A partir das independências dos países africanos, ocorridas em especial ao longo do século XX, o Brasil retomou essa aproximação que chegaria a um ápice muitos anos depois (Visentini 2013b).

A Política Externa independente realizou esforços de internacionalização do Brasil e de aproximação com novos atores, tendo sua gestação ocorrido nos governos Vargas e Kubitschek. A partir de 1967, a política africana do Brasil ganhou consistência. Assim, os governos Costa e Silva e Médici formularam uma estratégia de inserção brasileira na África de forma politicamente independente, a exemplo do reconhecimento brasileiro à independência de Angola (O. D. A. Melo, n.d.). Em especial através de parcerias econômicas e comerciais (Santana 2003; V. D. S. de Melo 2011), tem-se que o relacionamento Brasil – África evidencia alguma relevância na ação externa nacional.

Na década de 1970, observava-se certo grau de universalismo que permitiu integrar a África subsaariana aos interesses estratégicos nacionais, em período que ficou conhecido pelo “pragmatismo responsável” do Estado brasileiro. Na década de 1980, as constantes crises econômicas que acometeram o Brasil arrefeceram o ímpeto da aproximação com a África, a qual ocupou espaço residual na agenda nacional, quadro revertido a partir das décadas seguintes (Migon e Santos 2013). No início da década de 1990, a ascensão do neoliberalismo abriu uma nova fase de distanciamento em relação à África. À época, a visão estratégica contida no Consenso de Washington que orientava a elite brasileira, relegava maior importância às relações verticais Norte-Sul, em detrimento das relações Sul-Sul, colocando a África em lugar secundário (Santana 2003; Visentini 2013b, 92).

No governo Itamar Franco (1992-1994), voltou a haver certa articulação com o continente africano, por ação dos chanceleres Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim. Nessa fase, foram priorizados alguns

países para a concentração dos esforços diplomáticos, tais como a África do Sul, a Angola e a Nigéria. Em 1993, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi reativada e o apoio à reconstrução de alguns países do continente foi prestado, por meio da participação em Operações de Paz, com destaque para Angola (Coutinho 2014; Vaz e Migon 2013; C. O. Ribeiro 2008). Surgiram, então, iniciativas mais concretas no sentido da cooperação com a agenda de segurança do continente africano.

Ainda modesto no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o lugar da África na pasta das Relações Exteriores brasileira contou com iniciativas relevantes e de uma relativa inflexão no segundo mandato de FHC. A partir de 1995, as Forças Armadas brasileiras participaram de forma mais robusta de missões de paz em Angola (UNAVEM III) e em Moçambique (ONUMOZ) (Nasser 2012; Oliveira Junior e Góes 2010; Lannes 1998; Freitas e Araújo 2014).

Verificou-se, portanto, que o relacionamento entre o Brasil e a África passou por momentos de intensidades distintas. Pode-se considerar que a emergência da África na pasta das relações exteriores do Brasil se deu na medida em que o Brasil esteve focado em seus próprios problemas internos e em suas condicionantes de desenvolvimento, em especial até o final do século passado. Até este período, observou-se a preponderância da aproximação com a América do Sul e a valorização da vertente terrestre. Como consequência das estabilidades econômicas e políticas, aliadas à visão de futuro do governo Lula, iniciou-se processo de retomada dos laços com a África, sob o eixo do “diálogo Sul-Sul”. Tal aproximação se estabeleceu sob incentivo da vertente política e da componente econômica, sendo esta inicialmente mais voltada às trocas comerciais em si do que ao desenvolvimento econômico dos parceiros africanos (Migon e Santos 2013; Rizzi et al. 2011).

Com os êxitos iniciais e o aumento do conhecimento recíproco, verificou-se a extrapolação da dinâmica de aproximação para outros setores, a exemplo das parcerias nas áreas de saúde, educação, agricultura e da segurança e defesa. A proximidade territorial, a convergência linguística e a maior semelhança cultural facilitaram essa opção pela África no âmbito das relações exteriores do Brasil. Diversos aspectos presentes na África despertaram, então, a atenção do governo brasileiro, em particular a partir do governo Lula, que aprofundou as relações do país com o continente africano, segundo sua lógica do Estado Logístico (Cervo e Lessa 2010). A existência de promissor mercado consumidor, a carência de serviços, as necessidades de infraestrutura e a disponibilidade de mão-de-obra constituem alguns exemplos de aspectos que motivaram a crescente atenção do governo brasileiro.

Verificou-se significativo crescimento da quantidade de ações governamentais, o que incluía ações da diplomacia presidencial, sem, contudo, ter sido tal realidade efetivamente integrada à Política e à Estratégia nacionais, em especial na área setorial de segurança e defesa, formalmente explicitadas. No entanto, houve iniciativas no setor, as quais serão tratadas no presente trabalho.

A Agenda de Segurança da África

Conforme visto, a África foi uma das regiões do mundo atingida como nenhuma outra pelas recentes transformações na economia e política mundial. Até o final da Guerra Fria, ainda havia interesse político-estratégico no continente, o que mantinha viva uma esperança para as soluções dos problemas da região. Com o fim desse período, esse interesse decaiu e o continente foi entregue à própria sorte, envolvido numa situação quase generalizada de insolvência. A questão da segurança foi, desde então, de primordial importância para o continente. Marcado por profundo quadro de instabilidade política e econômica, os Estados africanos não conseguiram solucionar seus problemas através da negociação político-institucional. Assim, uma crise política localizada com consideráveis elementos desestabilizadores levou a tentativas de solução através de meios violentos, muitas vezes trazendo instabilidade a toda uma região (Penna Filho 2004b).

As consequências imediatas desse quadro foram desastrosas para a agenda de segurança africana. Via de regra, houve envolvimento de países vizinhos em conflitos internos, destruição da enfraquecida estrutura econômica do continente, devastação ambiental e mortes, grandes deslocamentos populacionais, perpetuação da pobreza e do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento da enorme distância que separa o continente africano do mundo desenvolvido. Pode-se afirmar, portanto, que o incremento dos conflitos africanos nos anos 1990 esteve claramente associado ao fim da Guerra Fria.

O final deste período constituiu também uma fase durante a qual os conceitos de Segurança Internacional foram ampliados. Tais conceitos surgiram de estudos realizados no pós-2ª Guerra Mundial, quando eram debatidas formas de proteção dos Estados contra ameaças internas e externas. Embora de difícil delineamento, tais estudos privilegiavam quatro eixos estruturantes, a saber: o Estado como objeto de referência; inclusão de ameaças internas e externas; expansão da segurança para além do setor militar e do uso da força; e a ligação entre a segurança à ameaças, perigos e urgência (Buzan e Hansen 2012).

Com efeito, após o colapso do “socialismo real”, da queda do muro de Berlim e com o avanço do processo de globalização, cresceu o desinteresse por tudo que dizia respeito à África. O antigo envolvimento das superpotências com os assuntos africanos, típica da balança de poder mundial, sofreu, portanto, substancial alteração. O agravamento da crise econômica e a retirada do suporte internacional a alguns regimes agravaram a situação da África. Tal situação complexa, que transcendia o campo militar, confirmava a expansão do conceito de segurança, ocorrido ao fim da Guerra Fria.

Com a escalada das guerras civis, a matança de cunho étnico e, mais, com as transmissões televisivas quase que em tempo real via CNN, uma resposta da comunidade internacional teve de ser dada. O encaminhamento dado à questão se deu no âmbito das Nações Unidas, com a criação de várias missões de paz e com o incremento de ações de ajuda humanitária, desenvolvidas por agências da ONU e por Organizações Não-Governamentais (ONGs). Para se ter uma ideia do crescimento das missões de *peacekeeping* (com envolvimento de tropas) na África, observe-se que em 1988 a ONU estava envolvida em cinco casos, número que foi triplicado em 1994. Os dispêndios econômicos com as missões também foram reveladores: os valores se elevaram de US\$230 milhões em 1988 para US\$3,6 bilhões em 1994 (Penna Filho 2004b). Entretanto, apesar do papel desempenhado pela ONU no continente, os resultados não foram muito animadores. Na verdade, a complexidade dos conflitos, que, via de regra, possuíam causas múltiplas ou associadas, e a maneira como as operações eram conduzidas pelas Nações Unidas não possibilitaram resultados mais positivos.

A África evidencia uma complexa estrutura de segurança (E. de B. Ribeiro 2010; Escorrega 2010; Santos 2011). Além da atuação das Nações Unidas, um outro tipo de tentativa de resolução de conflitos foi experimentado por algumas lideranças africanas. Nesse sentido, medidas de segurança coletiva foram implementadas pelas organizações regionais africanas, especialmente as propostas pela Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (ECOWAS) e pela Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC). Desde o final dos anos 1980, a África Ocidental foi fortemente abalada por conflitos no interior de alguns Estados da região que tiveram grande êxito em atrair e envolver terceiros países, dando a eles uma complexidade muito maior. A guerra civil na Libéria⁷ inaugurou também uma outra modalidade de intervenção para solução de conflitos,

7 A Libéria é um país de pequenas proporções – 111.369 km² e 2,7 milhões de habitantes – e singular na história do continente africano por ter sido um pólo de atração de ex-escravos norte-americanos.

até então utilizada somente por patrocínio do governo norte-americano, e sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), para a intervenção na República Dominicana, em 1965, embora em contexto diverso do caso africano.

Dessa forma, com o desinteresse dos Estados desenvolvidos pelos assuntos africanos, os líderes regionais foram impelidos a buscar soluções para os problemas locais. Passou a surgir, então, o regionalismo, em sua vertente da segurança, que se mostrou uma solução viável para todo o continente africano e para a maior parte das regiões periféricas do mundo que experimentam situações de conflito. Tais fatos se deram, uma vez que a constituição de forças regionais poderia se transformar num fator extremamente útil para a estabilidade política e a paz regional (Buzan e Waever 2003).

Uma vez criados, os esquemas regionais de segurança aliviarão o peso econômico relacionado a gastos militares que recaíam sobre poucos países, diminuiriam a possibilidade de golpes de Estado e rapidamente teriam um significado especial como inibidor de aventuras violentas de tomada do poder por grupos políticos ou étnicos rebeldes. Ainda, para entrada em vigor de uma força internacional a qual teria, por exemplo, maior conhecimento da realidade local e maior rapidez para entrar em ação, um dos quesitos estava frequentemente relacionados como um dos maiores entraves para que as missões de paz das Nações Unidas: um tempo relativamente longo para operacionalização. Contudo, questões extremamente sensíveis surgiram, quando se considerou a criação de forças regionais para intervenções de qualquer tipo. Tal medida pôde, eventualmente, ter um efeito contrário ao desejado, uma vez que podia suscitar suspeitas contra a ação de potências regionais, alimentando diferenças e criando um clima propício à instabilidade regional. Ademais, havia uma série de outros aspectos pertinentes ao tema, que geralmente não foram ponderados quando as ações de intervenção tiveram lugar. Um deles era a questão da legitimidade da intervenção: sob que condições pode uma organização regional intervir em determinado país? E o que torna legítima essa intervenção? A primeira intervenção patrocinada por um agrupamento regional africano ocorreu em 24 de agosto de 1990, com o envio de tropas do Grupo de Monitoramento da Comunidade dos Estados da África Ocidental (ECOMOG) para tentar conter a crise na Libéria. A ECOMOG⁸, componente militar da ECOWAS, foi empregada também em mais duas ocasiões: na tentativa de solucionar conflitos em Serra Leoa (1997) e na Guiné-Bissau (1998).

8 A ECOMOG se tratava de uma Força Armada multilateral, formada por países componentes da ECOWAS. Para mais informações, os autores sugerem a consulta de (Berman e Sams 2000)

Em virtude de todos esses entraves, iniciativas bilaterais e/ou multilaterais foram vistas como boas soluções para otimizar a complexa agenda de segurança do continente africano. O Brasil, por razões já explicitadas, soube aproveitar, nos planos bi e multilaterais, e intervir na agenda de segurança do continente que constituía parte de seu entorno estratégico, a África. A seguir, tais iniciativas serão tratadas.

Cooperação Técnica em Segurança & Defesa: presença do Brasil na África

Com a descolonização na década de 1960, irromperam conflitos armados em prol da independência política das sociedades colonizadas do continente africano. Tais disputas provocaram desestabilização na região, como visto anteriormente. Como decorrência desse processo, surgiu um maior número de Estados Nacionais, ampliando a participação da África no sistema internacional.

No tocante à participação brasileira na agenda do continente africano, pode-se afirmar que essa ocorre, com mais ênfase, há quase cinco décadas, independente do grupo político que ocupou o poder. Tal fato sempre aproximou o tema dos valores estratégicos nacionais do que de ações episódicas ou eventualmente oportunistas. Entretanto, é necessário destacar que, ainda que sendo ação estratégica de longo prazo, as abordagens apresentaram particularidades de acordo com o projeto político do momento. Sob tal enfoque, merece destaque o paradigma do Estado Logístico, onde, sinteticamente, foram privilegiados os aspectos econômicos do processo, tendo as questões de segurança menor relevância (Cervo 2003), o que parece vem sendo revertido no âmbito da CPLP, em especial à luz das propostas existentes na Estratégia Nacional de Defesa do Brasil (Miyamoto 2009).

No entanto, iniciativas de cooperação na área da Segurança e Defesa surgiram. Nesse contexto, pode-se incluir a iniciativa brasileira da constituição de uma Zona de Paz e Cooperação, a ZOPACAS, que propôs o assunto no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1986. Formada por 22 países dos dois lados do Atlântico, a iniciativa buscava ampliar a cooperação em diversos campos, inclusive o da defesa (Miyamoto 1987). A Assembleia Geral da ONU oficializou a prática iniciada naquele ano, em 1994, por meio da Resolução no 41/II, mesmo com a abstenção dos Estados Unidos da América. Este mecanismo ganhou mais ímpeto a partir de 2007 com uma reunião ocorrida em Luanda. O processo de revitalização da organização prosseguiu durante a VII Reunião Ministerial, realizada em

Montevideu, em 15 de janeiro de 2013, que aprovou uma declaração sobre temas de política internacional e um plano de ação.

Ao considerar que a ZOPACAS devia prescindir de atores extrarregionais para se garantir um ambiente de paz e cooperação, tornou-se necessário que os países da região tivessem condições de garantir esta paz, justamente para minimizar a possibilidade da interferência. Nesse contexto, a existência de poderes navais adequados para a atuação regional contra ameaças neo-tradicionais, bem como a boa relação entre as marinhas brasileira e argentina, foram fundamentais. Questões relacionadas ao uso do espaço e ao uso do mar também foram efetivamente debatidas com os países africanos, sendo esta última, de relevância mais pragmática, desenvolvida tanto no contexto da ZOPACAS quanto, de modo alargado, na esfera da CPLP, no âmbito da qual foi lançada a “estratégia para os oceanos”.

Uma das grandes contribuições para a otimização da agenda de segurança do continente africano se deu no campo das Nações Unidas⁹. Na década de 1960, a contribuição brasileira envolvia apenas a cessão de militares - notadamente o envio de tropa para atuar no Egito (UNEF I) e a prestação de serviços de apoio aéreo no Congo (ONUC). Já a partir dos anos 1990, o aporte brasileiro ganhou novo impulso, visto que, além da cessão de militares - principalmente por intermédio do envio de tropas para servir em Angola (UNAVEM III) e Moçambique (ONUMOZ) — colocou à disposição da Organização, militares, civis e policiais. Segundo Kenkel (2013), para sinalizar interesse nos assuntos atinentes às Nações Unidas e demonstrar credenciais de democracia e status, o Brasil aumentou gradualmente seu envio de tropas para as Operações das Nações Unidas, nas décadas de 1980 e 1990, incluindo os grandes contingentes em Moçambique e Angola. Percebe-se que o Estado brasileiro considera as Operações de Paz como elemento de projeção internacional do país, observando-se certa priorização em relação à África, quer pelas fragilidades regionais que demandam tal tipo de operação, quer por intencionalidade e sinergia das política externa e de defesa em relação a um espaço de interesse estratégico nacional (Campos 2015; Rito 2013).

Segundo Rocha et Góes (2010), ao analisar o perfil das atuações do Brasil nas operações de paz mais recentes, sobressaem três aspectos: a atenção especial à cooperação para o desenvolvimento, especialmente quando em missões regidas pelo capítulo VII da Carta da ONU, isto é, quando se autoriza o emprego da força para se restabelecer a ordem; a consideração a

9 Segundo (Soares 2015), o Ministério da Defesa entende a participação do Brasil em Operações de Paz, como um dos mais importantes vetores de cooperação e projeção do país no cenário internacional, em particular, no que tange às Políticas de Defesa e Externa Brasileiras.

questões regionais, laços culturais e a possibilidade de envolver a diplomacia de grupos; e a tomada da decisão de participar, os meios empregados privilegiam pessoal, material e transporte, em detrimento de contribuições financeiras. Tais fatos foram notórios nas participações brasileiras em Operações de Paz na África. Isto se alinha, ainda, aos objetivos de longo prazo da Política Externa Brasileira, que buscam fortalecer a condição de liderança do país no mundo, particularmente entre países em desenvolvimento.

Na atualidade, há nove intervenções da ONU no continente africano em curso, a saber: UNMISS (no Sudão do Sul), UNISFA (em Abyei), UNAMID (em Darfur), MINUSCA (na República da África Central), MONUSCO (no Congo), UNOCI (na Costa do Marfim), UNMIL (na Libéria), MINURSO (no Saara Ocidental) e MINURCAT (na República Centro-Africana). Merece destaque o fato que há apenas dezesseis missões dessa natureza no mundo, ou seja, mais da metade dessas operações se desenvolve em solo africano. Dessas, o Brasil participa das missões no Sudão do Sul, Abyei, Libéria, Saara Ocidental, Costa do Marfim e República Centro-Africana, assim como participou das atualmente extintas missões em Uganda, Ruanda, Moçambique, Angola, dentre outras. Verifica-se, portanto, maior presença na África Subsaariana, assim como o desdobramento preferencial de Observadores Militares, ao abrigo do capítulo VI da Carta da ONU¹⁰.

No âmbito da cooperação técnico-militar merece destaque o significativo aumento de instrumentos formais entre o Brasil e os países da região, no período entre 2003 e 2013. Um total de nove acordos de cooperação de defesa em geral foram assinados com parceiros como Angola (2010), Guiné Equatorial (2010), Guiné-Bissau (2006), Moçambique (2009), Namíbia (2009), Nigéria (2010), São Tomé e Príncipe (2010), Senegal (2010), e África do Sul (2003) (Seabra e Seabra 2014). Cabe notar, em particular, a parceria naval com a Namíbia e a África do Sul, bem como o intercâmbio acadêmico com Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Há, ainda, acordos específicos de Defesa com estes países e também com Guiné Equatorial, Senegal, Cabo Verde e, conjuntamente com a CPLP, Guiné-Bissau (Abdenur e de Souza Neto 2013; Barroso 2010). Formadores brasileiros, assim como tropas especializadas, cooperam com vários países africanos na área de desminagem humanitária (Borlina 2015) e no combate à poluição marítima, enquanto exercícios multilaterais vêm sendo conduzidos no âmbito da CPLP (Exercício FELINO). Em Cabo Verde, a Força Aérea participa no auxílio à vigilância do espaço aéreo e marítimo (Migon e Santos 2013).

No tocante ao setor industrial de Defesa, a presença brasileira se

¹⁰ Para dados mais detalhados sobre a participação brasileira em missões de paz na África, como efetivos e períodos, sugere-se a consulta à Ferreira (2016).

deu por intermédio de empresas como a Embraer e a Engepron, sendo predominante o enfoque comercial, embora haja projetos conjuntos, a exemplo do levantamento hidrográfico da plataforma continental da Namíbia. Surgiram, dessa forma, mais iniciativas que visaram a diminuir os problemas da complexa agenda de segurança do continente africano.

Considerações finais

A agenda de segurança do continente africano é bastante complexa, como visto no decorrer do trabalho e sofreu forte influência do fim da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que reemergiam os estudos sobre a Segurança Internacional (Buzan e Hansen 2012). A ampliação do escopo destes estudos foi perfeitamente aplicável à África, que apresentava um quadro composto por várias das novas componentes do que vinha a chamar de “segurança”.

A relação entre o Brasil e o continente africano é bastante antiga e passou por momentos de maior e menor troca. Da escravatura, passando pela reaproximação feita pelos governos militares, pela estagnação típica dos anos 1980, pela ascensão da década de 1990 e pelo ápice durante o Governo Lula, o Brasil sempre se fez presente no continente que, além de possuir sua origem colonial comum ao país, constitui nosso entorno estratégico.

A variada gama de colonizadores, o processo acelerado e mal conduzido de descolonização e as conjunturas típicas do fim da Guerra Fria trouxeram à África um quadro de agravamento e surgimento de conflitos, com todos seus reflexos. Sendo assim, todos os campos da sociedade africana sentiram décadas de isolamento e falência de instituições. Naturalmente, a agenda de segurança da África foi brutalmente atingida por todos esses acontecimentos.

No sentido de cooperar com essa agenda, houve iniciativas brasileiras no setor da segurança e defesa, voltadas para o continente africano, as quais foram tratadas no decorrer da pesquisa, sejam no plano bilateral, como no multilateral. No entanto, pode-se concluir que tais iniciativas foram, ainda, pouco expressivas. Caso haja interesse político para tal, ações mais concretas e sistemáticas devem ser adotadas, tais como o aumento de acordos multilaterais, o fortalecimento dos já existentes e novas iniciativas de cooperação. A política exterior brasileira demonstrou, via de regra, um comportamento cauteloso no que diz respeito ao adensamento de sua diplomacia militar e à participação mais ativa na mediação de conflitos na África.

REFERÊNCIAS

- Abdenur, Adriana Erthal, and Danilo Marcondes de Souza Neto. 2013. "South South Cooperation and Democracy in Africa: Brazil's Role in Guinea-Bissau." *Africa Review* 5 (2): 104–17. (<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09744053.2013.855356>)
- Abdenur, Adriana Erthal, and Danilo Marcondes Souza Neto. 2014. "O Brasil E a Cooperação Em Defesa: A Construção de Uma Identidade Regional No Atlântico Sul." *Revista Brasileira de Política Internacional*. (<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00005.pdf>)
- Acioly, Luciana, and Rodrigo Fracalossi de Moraes, eds. 2011. *Prospectiva, Estratégias E Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América Do Sul E Amazônia*. Brasília, DF: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).
- Aguilar, Luiz Cruz. 2013. "Atlântico Sul: As Relações Do Brasil Com Os Países Africanos No Campo Da Segurança E Defesa." In *Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais: O Atlântico Sul Como Eixo Da Inserção Internacional Do Brasil*, 49–71. Porto Alegre, RS: UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Ahlers, Theodore, Harinder S. Kohli, and Anil Sood. 2013. "Africa 2050: Realizing the Continent's Full Potential." *Global Journal of Emerging Market Economies* 5 (3): 153–213. doi:10.1177/0974910113505790.
- Amorim Neto, Octavio. 2011. *De Dutra a Lula: A Condução E Os Determinantes Da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Bardin, Laurence. 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa (POR): Edições 70.
- Barroso, Luís Fernando Machado. 2010. "A Evolução Da CPLP Na Segurança E Desenvolvimento Do Continente Africano: A Relevância Do Instrumento Militar E O Papel de Portugal." *Revista Militar*, no. 2503. Lisboa, Portugal: 880–905.
- Berman, Eric, and Katie E. Sams. 2000. *Peacekeeping in Africa: Capabilities and Culpabilities*. Geneva : Pretoria: United Nations Institute for Disarmament Research ; Institute for Security Studies.
- Borlina, Marcelo Florentino. 2015. "A Desminagem Humanitária Como Instrumento Político Da Diplomacia Brasileira." *Coleção Meira Mattos (revista de Ciências Militares)* 9 (34). Rio de Janeiro, RJ: 9–20.
- Bousquet, Antoine. 2009. *The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity*. New York, NY (USA): Columbia University Press.

- Buzan, Barry, and Lene Hansen. 2012. *A Evolução Dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo, SP: EDUNESP.
- Buzan, Barry, and Ole Wæver. 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge, MA (USA): Cambridge University Press.
- Byrne, David. 1998. *Complexity Theory and the Social Sciences: An Introduction*. London (UK): Routledge (Taylor & Francis Group).
- Campos, Márcio Bessa. 2015. "A Projeção Do Poder Do Brasil Como Força de Paz Das Nações Unidas (ONU) Na África." *Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares* 9 (34): 69–86.
- Cervo, Amado Luiz. 2003. "Editorial - a Política Exterior: De Cardoso a Lula." *Revista Brasileira de Política Internacional* 46 (1): 5–11. doi:10.1590/S0034-73292003000100001.
- Cervo, Amado Luiz, and Antônio Carlos Lessa. 2010. "An Assessment of the Lula Era." *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 ((special edition)): 5–6.
- Cilliers, Jakkie, Barry Hughes, and Jonathan Moyer. 2011. "African Futures 2050: The Next Forty Years." Pretoria: ISS.
- Corrêa, Glauco Corbari. 2014. "A Política de Defesa Do Brasil No Século XXI." *Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares* 8 (31). Rio de Janeiro, RJ: 29–38.
- Coutinho, Isadora Caminha. 2014. "O Papel Da Zona de Paz E Cooperação Do Atlântico Sul (ZOPACAS) Para O Fortalecimento Do Entorno Estratégico Brasileiro: Da Criação à Revitalização (1986-2014)." Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Escorrega, Luís Falcão. 2010. "A Arquitectura de Paz E Segurança Africana." In *Boletim Do Instituto de Estudos Superiores Militares*, 135–71. Lisboa: IESM (Instituto de Estudos Superiores Militares).
- Ferreira, Sylvio de Souza. 2016. "A Participação Das Forças Armadas Brasileiras Nas Operações de Paz No Continente Africano (1990-2015): Um Estudo de Caso." *Anais Eletrônicos Do IX Encontro Nacional Da Associação Brasileira Dos Estudos de Defesa*.
- Freitas, Jeane Silva de, and Wembley Lucena de Araújo. 2014. "A Política Externa Brasileira Para a África: O Envolvimento Do Brasil Nas Operações de Paz Como Instrumento de Inserção Internacional No Continente Africano." *Revista Política Hoje* 23 (1). Recife, PE: 105–21.
- Gabrielli, José Sergio. 2010. "O Atlântico Sul E a Costa Ocidental Da África: Os Interesses Brasileiros E Questão Energética." In *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*, edited by Nelson Jobim, Sergio

- W. Etchegoyen, and João Paulo Soares Alsina Jr., 539–44. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Kenkel, Kai Michel. 2013. “O Brasil E a Segurança No Atlântico Sul: Política Externa E Estratégia de Defesa (projeto de Pesquisa).” Brasília, DF.
- Lannes, Ulisses Lisboa Perazzo. 1998. “O Brasil E as Operações de Manutenção Da Paz.” In *O Brasil E as Novas Dimensões Da Segurança Internacional*. São Paulo, SP: IEA (Instituto de Estudos Avançados).
- Martins, Mônica Dias. n.d. “A Defesa Do Atlântico Sul No Contexto Da Cooperação Brasil-África (projeto de Pesquisa).” Brasília, DF.
- MD (Ministério da Defesa). 2012a. “Estratégia Nacional de Defesa.” Brasília, DF: MD (Ministério da Defesa).
- . 2012b. “Livro Branco Da Defesa Nacional.” Brasília, DF: MD (Ministério da Defesa).
- . 2012c. “Política Nacional de Defesa.” Brasília, DF: MD (Ministério da Defesa).
- Melo, Vico Denis Souza de. 2011. “Do Despertar à Omissão Estratégica: A Política Econômica E Externa Africana Entre Os Governos Militar E Democráticos Da Década de 1990.” *Conjuntura Austral* 2 (5): 82–105.
- Melo, Ovidio De Andrade. n.d. “O Reconhecimento de Angola Pelo Brasil Em 1975.” *Comunicações & Políticas* VII (2): 75–133.
- Migon, Eduardo Xavier Ferreira Glaser, and Carlos Alexandre Geovanini dos Santos. 2013. “África & Brasil: Parceria Para O Desenvolvimento.” In *Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares Ciências Militares*, 7:134–55. Rio de Janeiro, RJ: SEBREEI.
- Migon, Eduardo Xavier Ferreira Glaser, Paulo G. Fagundes Visentini, Karl Gerhard Seibert, and Kamilla Raquel Rizzi. 2014. “A África Para a Segurança & Defesa Do Atlântico Sul.” In *Encontro Nacional Da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: Defesa E Segurança Do Atlântico Sul*. Brasília, DF: ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa).
- Mitchell, Melanie. 2009. *Complexity: A Guided Tour*. New York, USA: Oxford University Press.
- Miyamoto, Shiguenoli. 1987. “Atlântico Sul: Zona de Paz E de Cooperação.” *Lua Nova: Revista de Cultura E Política* 3 (3): 20–23.
- . 2009. “O Brasil E a Comunidade Dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).” *Revista Brasileira de Política Internacional* 52 (2). Brasília, DF: 22–42.
- Nasser, Filipe. 2012. “Pax Brasiliensis: Projeção de Poder E Solidariedade Na

- Estratégia Diplomática de Participação Brasileira Em Operações de Paz Da Organização Das Nações Unidas.” In *O Brasil E as Operações de Paz Em Um Mundo Globalizado: Entre a Tradição E a Inovação*, edited by Kai Michel Kenkel and Rodrigo Fracalossi De Moraes. Brasília, DF: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).
- Newman, M E J. 2009. “Complex Systems : A Survey,” no. I: 1–10.
- Oliveira Junior, Almir de, and Fernanda Lira Góes. 2010. “A Presença Brasileira Nas Operações de Paz Das Nações Unidas.” TD 1516. Texto Para Discussão. Brasília, DF (BRA): IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).
- Penna Filho, Pio. 2004a. “Segurança Seletiva No Pós-Guerra Fria: Uma Análise Da Política E Dos Instrumentos de Segurança Das Nações Unidas Para Os Países Periféricos - O Caso Africano.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 47 (1): 31–50. doi:10.1590/S0034-73292004000100003.
- . 2004b. “Segurança Seletiva No Pós-Guerra Fria: Uma Análise Da Política E Dos Instrumentos de Segurança Das Nações Unidas Para Os Países Periféricos - O Caso Africano.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 47 (1): 31–50. doi:10.1590/S0034-73292004000100003.
- Pereira, Analúcia Danilevicz, and Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon. 2014. “África E Atlântico Sul: O Papel Da Cooperação Técnica Internacional Na Resolução de Conflitos E Na Construção Nacional (Seminário Temático).” In *Defesa E Segurança Do Atlântico Sul*. Brasília, DF: ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa).
- Ribeiro, Cláudio Oliveira. 2008. “Crise E Castigo: As Relações Brasil-África No Governo Sarney.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 51 (2): 39–59.
- Ribeiro, Edgar de Bastos. 2010. *O Papel Da União Africana Na Prevenção E Gestão de Conflitos Em África*. Cadernos Navais. Lisboa, POR: Edições Culturais da Marinha.
- Richardson, Kurt A, and Paul Cilliers. 2001. “What Is Complexity Science: A View from Different Directions.” *Emergence* 3 (1). Garden City, NY (USA): 5–23.
- Richardson, Kurt A., Graham Mathieson, and Paul Cilliers. 2000. “The Theory and Practice of Complexity Science: Epistemological Considerations for Military Operational Analysis.” *SysteMexico* 1 (1): 25–68.
- Rito, Paulo de Ávila. 2013. “A Atuação Do Exército Brasileiro Na área Internacional E a Política Externa Do Brasil.” Brasília, DF: Universidade

de Brasília.

- Rizzi, Kamilla Raquel, Cristiana Maglia, Lucas Paes, and Marcelo Kanter. 2011. "O Brasil Na África (2003-2010): Política, Desenvolvimento E Comércio." *Conjuntura Austral* 2 (5): 61–81.
- Rocha, Antonio Jorge Ramalho da, and Fernanda Lira Góes. 2010. "Aspectos Do Financiamento Das Operações de Paz Da ONU: Implicações Para a Política Externa Brasileira." *Boletim de Economia E Política Internacional* 2 (Abr): 61–68.
- Rudzit, Gunther, and Otto Nogami. 2010. "Segurança E Defesa Nacionais: Conceitos Básicos Para Uma Análise." *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (1): 5–24.
- Santana, Ivo de. 2003. "Notas E Comentários Sobre a Dinâmica Do Comércio Brasil-África Nas Décadas de 1970 a 1990." *Revista Brasileira de Política Internacional* 46 (2): 113–37. doi:10.1590/S0034-73292003000200005.
- Santos, Luís Ivaldo Viallafañe Gomes. 2011. *A Arquitetura de Paz E Segurança Africana*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Seabra, Pedro, and Pedro Seabra. 2014. "A Harder Edge: Reframing Brazil's Power Relation with Africa." *Revista Brasileira de Política Internacional* 57 (1): 77–97. doi:10.1590/0034-7329201400105.
- Soares, Rodrigo de Lima Baena. 2015. "Política Externa E Política de Defesa." Palestra presented at the Viagem de Estudos Estratégicos, Ministério das Relações Exteriores.
- Teixeira da Silva, Francisco Carlos, Oswaldo Oliva Neto, and Pablo Celi de la Torre. 2014. "O Entorno Estratégico Brasileiro: Cooperação Com a América Do Sul E a África." In *Estratégias de Defesa Nacional: Desafios Para O Brasil No Novo Milênio*, edited by Perpétua Almeida and Luciana Acioly, 79–110. Rio de Janeiro, RJ: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).
- Valler Filho, Wladimir. 2007. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Thesaurus Editora.
- Vaz, Carlos Alberto Moutinho, and Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon. 2013. "O Brasil E as Alternativas Para O Incremento Da Cooperação Em Segurança & Defesa Na Zona de Paz E Cooperação Do Atlântico Sul (ZOPACAS)." *Revista Da Escola Superior de Guerra* 28 (56). Rio de Janeiro, RJ: 110–31.
- Visentini, Paulo G. Fagundes. 2013a. *A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul? : (a presença da China, do Brasil e da*

Índia). Porto Alegre: Leitura XXI.

———. 2013b. *A Projeção Internacional Do Brasil (1930–2012)*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.

Visentini, Paulo G. Fagundes, Analúcia Danilevicz Pereira, and Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon. 2014. “A Importância Da África Para a Segurança & Defesa Do Brasil (Projeto de Pesquisa).” Brasília, DF.

Waldrop, Melanie Mitchell. 1992. *Complexity: The Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*. New York, NY: A Touchstone Book.

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade revisar a dinâmica de relações entre Brasil e África, especificamente no tocante à cooperação técnica em Defesa, com ênfase nos séculos XX e XXI. Parte do entorno estratégico brasileiro, o continente africano atrai a atenção do Brasil, ao passo que vem obtendo inserção crescente na agenda de pesquisa nacional, em especial na área de Segurança & Defesa. No que concerne a essa dinâmica, cabe notar que a região fora atingida como nenhuma outra pelas transformações na economia e política mundiais, pelo que tais questões se tornaram primordiais para o continente e para o espaço sul atlântico como um todo.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança & Defesa; Política Externa Brasileira; Política Nacional de Defesa; Relações Brasil-África.

Recebido em 1º de novembro de 2016.

Aprovado em 7 de novembro de 2016.

A POLÍTICA AFRICANA DE CUBA: IDEALISMO OU PRAGMATISMO?

Analúcia Danilevicz Pereira¹

Há uma complexidade na dificuldade do desenvolvimento revolucionário. O socialismo precisa de forças produtivas e consciência social e cultural. Para tal, cabe ao Estado socialista assistir e se solidarizar com o desenvolvimento, dando ao Estado “aspirante” à socialista ajuda política, cultural e militar. Mas o progresso de um Estado deve ser resultante do trabalho de seu próprio povo.
(Yuri Andropov 1983)

A conexão entre cubanos e africanos pode ser definida como uma exitosa experiência de Cooperação Sul-Sul, que garantiu vantagens políticas e militares em curto prazo, tanto para os cubanos como para os africanos, a um custo relativamente reduzido, devendo ser estudado a fundo. O pequeno Estado cubano, individualmente ou por intermédio do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e da URSS, pode desenvolver uma política de potência média, com alto impacto militar. Há uma diversidade de estudos sobre as relações das grandes potências e das ex-metrópoles com a África e, mais recentemente, sobre as relações da China, da Índia, do Brasil e de alguns países árabes com o continente, mas muito poucos sobre Cuba. Além disso, regimes como os de Angola, como forma de granjear maior legitimidade interna e internacional, hoje produzem uma historiografia que reduz ao mínimo a participação cubana nos processos políticos africanos.

Nesse sentido, é importante observar uma excepcionalidade das relações exteriores africanas – a cooperação com Cuba. Cuba foi o único Estado economicamente subdesenvolvido que levou a cabo, com efetividade, uma política africana comparável com a das grandes potências. Seja por conta própria ou a partir de uma aliança com a URSS, o papel cubano na África não teve precedente. Nunca outro país do Terceiro Mundo projetou seu poder muito além da sua vizinhança. Intervenção intercontinental

¹ Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

se traduzia em atitude de superpotência, de poucos países europeus e da China (cujo papel foi menor que o de Cuba até recentemente). Importante observar também que a cooperação Cuba-África se manteve (embora tenha sofrido alguma redução) durante o período crítico dos anos 1990, ganhando novo fôlego nos anos 2000.

Os condicionantes da política africana de Cuba

O movimento revolucionário cubano, ao lutar pelo poder em um Estado “neocolonial”, se intensificou com o avanço dos movimentos de libertação nacional africanos. Cubanos e africanos mantinham contato antes do desencadeamento dos processos revolucionários (em Cuba e na África), sendo a conquista do poder em Havana simultânea às independências africanas, antecipando em apenas um ano o chamado “ano africano”. Em função da radicalização do processo revolucionário, Cuba logo ficou isolada na América Latina (chegando a reduzir suas relações apenas ao México) e, ao se definir como um Estado socialista aproximou-se da URSS. Nesse contexto ocorreu a criação no Movimento dos Países Não Alinhados, que se apoiava nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica definidos em Bandung, de perfil anti-hegemonista e baseado em um internacionalismo não socialista que apoiava os nacionalismos emergentes. Todavia, o radicalismo mal calculado da Revolução Cubana acabou por distanciá-la da URSS, sem lograr uma aproximação com a China (Kapcia 2008). Havana, assim, acabaria por enfatizar o seu perfil revolucionário terceiro-mundista em detrimento do perfil socialista.

O envolvimento cubano no Terceiro Mundo foi caracterizado pelo idealismo e pelo pragmatismo, apesar de, em muitos momentos, a *Realpolitik* ter se expressado com mais vigor do que os propósitos idealistas. De qualquer forma, a presença cubana no continente africano conjugou esses dois fatores. Embora os vínculos entre cubanos e africanos sejam anteriores aos episódios que marcaram a segunda metade da década de 1970, a política africana de Cuba se afirmou a partir da chamada Operação Carlota, em Angola. A partir de 1975, as relações de Cuba com o continente africano foram redimensionadas e se reafirmaram na Etiópia, em 1977, além de impactarem sobre os movimentos anti-*apartheid* na África do Sul (especialmente sobre o Partido Comunista Sul-Africano), para destacar alguns dos principais eixos de atuação cubana.

Até 1945, quase toda a África estava dividida em possessões europeias. Aproximadamente quinze anos depois, grande parte dos territórios já estava independente. Para os europeus, a manutenção do jugo colonial se chocou

com o desgaste sofrido nas duas Guerras Mundiais, embora novas formas de dominação (neocolonial) fossem elaboradas para garantir as vantagens dessa relação. A política europeia na África se manteve, em muitos casos pela via multilateral, apesar da presença de novos e importantes atores no continente – EUA e URSS. Os norte-americanos, em função do desgaste da *détente*, passaram a ver o continente africano como uma área instável e explosiva. Para eles, imaturidade política e ressentimentos contra Ocidente poderiam aproximar os novos países africanos da URSS ou da China. O espaço africano, a partir de então, tornou-se palco da Guerra Fria.

A fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, conferiu peso e importância ao continente e produziu impactos no cenário internacional. Os EUA tiveram que abafar protestos da população negra por direitos civis dentro do seu território e observar o continente africano com mais atenção. Porém, os EUA tinham duas vantagens – estavam melhor preparados do que a URSS e seus aliados europeus para auxiliar os novos Estados economicamente, e contavam com as ex-metrópoles coloniais, França e Reino Unido, para assumir “novas responsabilidades” na África. Entretanto, por vezes, os aliados europeus dos EUA tornavam a política norte-americana difícil de ser posta em prática, a exemplo de Portugal, que negava qualquer possibilidade de abandonar suas colônias sem lutar.

A preocupação do Ocidente com a evolução política africana ou com a capacidade de influência do outro lado da balança no continente se relacionava com o papel que a URSS ou a China pudessem desempenhar, e não com o de Cuba, cujo único laço com a África era representado pelos escravos que de lá certa vez vieram para trabalhar nas plantações do outro lado do Atlântico. Porém, o governo cubano pensava nisso. Dois anos após sua revolução, Cuba já enviava ajuda médica e militar aos rebeldes da Argélia, em 1962. Era o começo do importante papel cubano na África.

Apesar da dependência em determinadas áreas – a ajuda soviética preservava a economia cubana de um colapso e o fornecimento de armas garantia a integridade da ilha – Cuba não queria se subordinar à URSS. Na visão dos formuladores de política cubanos, a URSS buscava uma “acomodação” em relação aos EUA, o que afetava o apoio aos movimentos revolucionários no Terceiro Mundo. Na verdade, os cubanos se sentiam livres para criticar os EUA e perseguir políticas próprias. A dependência da ajuda econômica e militar de um poder estrangeiro, nesse sentido, intensificou a necessidade de permanente reafirmação da Revolução.

Em 1964, Che Guevara foi para África em uma iniciativa que mostrou mais claramente o interesse cubano na região. A ideia de que a revolução na África era iminente diante da instabilidade em Angola, em Moçambique, em Guiné-Bissau, no Congo e no Zaire, fez com que os

cubanos acreditassem na importância de estabelecer uma política africana. A viagem de Che foi monitorada pelos EUA através da CIA que, para conter os movimentos revolucionários, apoiavam e enviavam mercenários brancos para a África. Em 1965, havia 400 soldados cubanos na África Central, principalmente no Zaire e no Congo, mas também em Angola (Gleijeses 2003). Os cubanos tinham como objetivo ganhar proeminência junto ao Movimento dos Países Não Alinhados, e fazer com que os países socialistas apoiassem sua política externa.

O internacionalismo, ou melhor, o terceiro-mundismo da Revolução Cubana ganhou perfil institucionalizado com a realização em Havana, em 1966, da Conferência Tricontinental, que reuniu movimentos de libertação nacional e governos progressistas. Ela deu origem à Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina. Também ocorreu a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) para coordenar o apoio da esquerda continental a Cuba e às ações de guerrilha. Na primeira reunião de cúpula, Guevara propôs “criar dois, três, muitos vietnãs”. Logo depois ele saiu de Cuba, e se dizia haver sido morto por Fidel. Mas ele decidira se engajar na revolução de outros países, tendo estado na África e depois rumado para a Bolívia, onde foi capturado e morto em 1967. Tornou-se uma figura emblemática, mundialmente reverenciada por certo romantismo revolucionário, mas que contém os valores básicos do socialismo.

Para a academia ocidental, as relações Cuba-África são enfatizadas pela questão militar. No entanto, esse foco omite outros importantes aspectos, substancialmente os políticos e os de cooperação civil, enraizados nessa relação. Em termos comparativos, a política africana de Cuba foi continuada e coerente, sendo o compromisso cubano com a África anterior a aliança com a URSS, transcendendo-a de certa forma. Assim, torna-se importante observar as motivações da ação cubana e o estabelecimento da sua diplomacia. Se, por um lado, as potências mundiais buscaram criar zonas de influência ou até mesmo promover uma distribuição de poder, por outro, as elites políticas africanas, muitas vezes pressionadas pelos problemas e conflitos domésticos, frequentemente buscaram o apoio externo. Na verdade, trata-se da dialética entre autonomia africana e intervenção externa. Os africanos buscavam aumentar sua liberdade de ação enquanto as grandes potências tentavam intervir de acordo com suas próprias agendas. Assim, os interesses africanos em torno da autonomia e do desenvolvimento estiveram condicionados pela lógica global de rivalidade entre as principais potências.

A “grande diplomacia” cubana

Com a intensificação dos processos descolonizatórios no continente africano, a rivalidade Leste-Oeste representou a mudança mais significativa no ambiente externo para os novos Estados africanos. A Guerra Fria, assim, conduziu os EUA e a URSS à condição de principais atores nas relações internacionais africanas. Enquanto a Europa preservava sua relação essencialmente comercial, as superpotências rivais entraram no continente pela via política. Para a URSS, a descolonização dos países africanos significava a oportunidade de adquirir laços com os novos Estados, principalmente com aqueles onde emergiram fortes movimentos anti-imperialistas. Já para os EUA, as independências africanas apresentavam a oportunidade de manter as ex-colônias europeias dentro de uma órbita de influência ocidental. No entanto, a reduzida experiência e o pouco conhecimento sobre a África fizeram as superpotências tropeçarem na política africana, mas suas capacidades econômicas e militares foram importantes para estabelecer seus papéis no continente².

A identificação de Cuba como um país de Terceiro Mundo e o isolamento na América Latina ampliou, em termos de relações exteriores, a empatia pela região e a ideia de que teria um papel especial a desempenhar nesse espaço. Soviéticos e europeus do Leste, mais ricos e brancos, ou chineses, que não entendiam uma cultura distinta da sua, diferenciavam-se dos cubanos e de sua capacidade de projeção no continente negro. Sendo composto por latino-americanos com descendência africana, mais pobre e ameaçado por um poderoso inimigo, e um país socialista sensível aos problemas do Terceiro Mundo, o Estado cubano buscou ocupar seu espaço

2 Importante enfatizar que entre os anos 1960 e 1990 a política francesa manteve-se vigorosa na África. O Império africano foi uma das maiores conquistas da história francesa, especialmente a partir de 1830, quando chegaram à Argélia. No final do século XIX, a França tomou o controle de uma vasta parte do Saara, do Sahel e da costa do Atlântico, estendendo sua presença até o Congo, no sul. Nos vinte anos posteriores, a França conquistou protetorados no Marrocos, no Togo e em Camarões. Esse extensivo domínio através dos mares foi crucial para as fortunas da “França Livre”, sob a liderança do General Charles De Gaulle, durante a Segunda Guerra Mundial. Quando o presidente De Gaulle, posteriormente, presidiu a descolonização deste império, tomou muito cuidado para preservar um relacionamento estreito com a “África francesa”. De Gaulle e seus sucessores haviam criado uma atmosfera de “clube”, que oferecia prestígio às elites dos Estados francófonos. Os franceses mantiveram suas bases militares nas ex-colônias e continuaram fornecendo armas e treinamento policial e militar. No entanto, a França não era a única nem a principal fornecedora de armas para os países do “clube francófono”. A URSS assumiu a posição de principal fornecedora de armas para a região. Importante ressaltar que as elites francófonas se acostumaram com o tratamento especial do governo francês no mais alto nível. A manutenção desse relacionamento foi, na verdade, a alternativa francesa à hegemonia das superpotências. Ver Chazan et al. 1992 e Visentini 2010.

em um mundo em conflito entre desenvolvidos e não desenvolvidos e na luta anti-imperialista.

Portanto, os traços dominantes da política africana de Cuba podem ser assim definidos: a) coerência – correspondência entre o discurso político e a ação concreta; b) imutabilidade – permanência dos princípios básicos através dos anos apesar da necessidade de certos ajustes e mudanças; c) adaptabilidade – capacidade de operar em cenários e condições de mudança que afetaram a África e Cuba de forma geral³. Cuba tinha como propósito o estímulo aos processos revolucionários e a sobrevivência da Revolução Cubana. Assim, era importante tornar Cuba viável e preservar o *status* independente e de prestígio. Sendo um pequeno país bloqueado e sofrendo a imposição de uma política de guerra não declarada, acreditavam as lideranças cubanas que se a revolução no continente africano acontecesse, os EUA se veriam obrigados a negociar e aceitar os novos países revolucionários. Os dois motores – autopreservação e zelo revolucionário – foram as bases da política externa cubana.

Por outro lado, os Estados africanos rapidamente alcançaram 27% dos assentos na ONU e compuseram 1/3 dos países Não Alinhados. A África, nesse contexto, tornou-se um espaço viável para a projeção da Revolução Cubana. A revolução cultural em Cuba permitiu a oferta de ajuda aos africanos e o envolvimento nos processos revolucionários, bem como nas guerras, sem que isso abalasse a coesão interna e a ideologia revolucionária. Pelo contrário, foi um instrumento de reafirmação permanente dos propósitos da Revolução.

A maior prova do internacionalismo cubano aconteceu em Angola. Em 1975, o MPLA, ameaçado por dois grupos rivais, a FNLA e a UNITA – o primeiro com apoio da China e o último com apoio dos EUA e da África do Sul – recorreu ao apoio cubano. Dada a ligação entre suas lideranças e as cubanas, o MPLA, na figura do presidente Agostinho Neto, requisitou assistência militar cubana, no momento em que os rebeldes da UNITA avançavam em direção à capital com apoio militar sul-africano. Antes de mandar suas tropas a Angola, Fidel pediu apoio a Brejnev. Por um lado, essa era uma situação inédita para Cuba, pois o país nunca havia pedido apoio antes para realizar uma operação militar, mas, por outro lado, Havana também nunca havia realizado uma ação tão ampla e em outro continente. Pedir ajuda a URSS seria de bom senso nesse momento. No entanto, a URSS se negou a apoiar e Cuba se viu na posição de, ou intervir, ou selar o destino do MPLA. Dessa forma, e em um momento decisivo, o governo cubano enviou suas tropas sem o apoio soviético, correndo o risco de não

3 Essas ideias se baseiam em López 2002.

receber endosso. Havana lançou, então, a chamada Operação Carlota.

Em novembro de 1975, desembarcaram 4 mil cubanos na costa de Luanda. Dentro de semanas, a força cresceu para 7 mil com apoio logístico dos soviéticos, que foram convencidos a se envolver no conflito. Posteriormente, a força aumentou para 20 mil homens. Em 1976, os soviéticos realizaram inúmeros acordos econômicos com Cuba, com envio de armas mais sofisticadas para Havana. A ação cubana em Angola foi um sucesso, resultando em enorme popularidade e legitimidade à Revolução e ao governo cubano, dentro e fora do país. Os cubanos admiraram o papel que seu pequeno país desempenhou, ainda que sufocado pela rivalidade das grandes potências, ao se sacrificar para libertar uma ex-colônia e, ainda, resistir à agressão da poderosa força militar da África do Sul e dos EUA. Resistir ao cerco dos EUA em casa era uma coisa. Entretanto, resistir a este cerco em outro *front* era algo ainda maior, principalmente quando também fora enfrentado com vitórias o odiado regime racista sul-africano.

Outra grande intervenção ocorreu na Etiópia em 1977-1978. Os cubanos foram chamados para apoiar o governo revolucionário de Mengistu Haile Mariam ao lado de assessores soviéticos. Entre dezembro de 1977 e abril de 1978, as tropas cubanas passaram de 400 para 16 mil combatentes (Azicri 1988). O conflito havia sido iniciado pela Somália, que passou a contar com a assistência norte-americana. Inicialmente, os cubanos estavam relutantes em se envolver no conflito, pois a Somália era um antigo aliado e país de Terceiro Mundo. Houve enorme esforço para evitar o confronto com a ida de Fidel para dialogar com etíopes, eritreus e somalis, tentando criar uma federação socialista entre eles, mas não foi possível. As forças cubanas lutaram bem – viraram a guerra em sete semanas na Etiópia e em dezessete semanas em Angola. No entanto, o fato do conflito na Etiópia ter ocorrido entre duas nações do Terceiro Mundo e da URSS estar envolvida, fez com que o papel desempenhado em Angola tivesse maior repercussão.

Houve outros envolvimento militares na África, a exemplo do apoio à União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF) e à Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), na Namíbia. Assim, ao final dos anos 1970, Cuba mantinha seu pessoal espalhado por vários países na América, na África e na Ásia.

Entretanto, as decepções e a nova conjuntura mundial que marcou o final dos anos 1970 levaram os cubanos a uma posição menos militante e mais próxima da URSS. Observadores apressados afirmaram que Cuba havia perdido seu entusiasmo pela Revolução, portanto, perdido seu comprometimento heterodoxo com a mesma. No entanto, o que acontecia era o estabelecimento de uma postura consistente e pragmática, diante das transformações mundiais. Antes, Cuba, cercada, não tinha nada a perder.

Agora, em um novo contexto, e depois das muitas conquistas da Revolução, era necessário se autopreservar para sobreviver. Todavia, esses aspectos não significaram o esvaziamento da política africana, tampouco da visão terceiro-mundista, por exemplo. Justamente nesse contexto, a África se tornou um local fecundo para demonstrar o comprometimento com a Revolução.

Crise e redimensionamento da cooperação Cuba-África

Os valores defendidos por Cuba – defesa do princípio de igualdade soberana entre as nações; extensão da solidariedade múltipla aos demais países subdesenvolvidos; e o apoio aos movimentos de libertação nacional em todo o mundo –, esboçaram os traços dominantes da política africana de Cuba. Todavia, se o internacionalismo revolucionário é um resultado das revoluções, isso também vale para seu oposto – o internacionalismo contrarrevolucionário.

Cabe lembrar que na passagem da década de 1980 para a de 1990, com os países socialistas na defensiva, Washington desenvolveu a estratégia dos Conflitos de Baixa Intensidade, desencadeando uma vigorosa contrarrevolução no Terceiro Mundo. O fim da bipolaridade fez com que o continente africano perdesse sua importância estratégica e sua capacidade de barganha. Nesse contexto, os Estados africanos sofreram duramente com os efeitos da crise e da reestruturação da economia capitalista mundial, iniciada nos anos 1970. Diante da fragilidade e da vulnerabilidade dos países africanos e de sua incapacidade em reagir de forma articulada, foi inevitável recorrer aos organismos financeiros mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A África entrava na chamada “década perdida”, regredindo economicamente, fato que produziu uma profunda crise social. Evidentemente, o fim da bipolaridade também atingiu o Estado cubano em seu conteúdo essencial – a força revolucionária garantida, em certa medida, pela presença cubana no Terceiro Mundo. Entretanto, a presença cubana na África desde os anos 1960 e a manutenção do esquema de cooperação no pós-Guerra Fria revelou as condições de *adaptabilidade* à realidade local, expressa pelas modestas condições em que vivem os técnicos e especialistas cubanos e o alto nível de *integração* e *aceitação* que alcançaram (López 2002).

Outro aspecto importante de considerar é o respeito cubano às Organizações atuam pela solidariedade internacional. Quando a Organização da Unidade Africana foi fundada e se dissolveram os grupos precedentes, a política cubana sempre levou em conta as posições dessa Organização e estendeu seu apoio a unidade do continente nos marcos do Terceiro Mundo, das lutas descolonizatórias, anti-imperialistas e anti-*apartheid*. O discurso

oficial cubano destacava como principal virtude da OUA a ausência das potências neocoloniais. Outra razão para o respeito cubano pela Organização se relacionava a sua defesa da soberania, da não ingerência exterior em assuntos internos das nações, bem como os princípios gerais do Direito Internacional. Importante ressaltar que quando Cuba enviou tropas à África, o papel dos contingentes se limitou estritamente a defender o país. Havia a clara orientação de não envolvimento em lutas internas, nem em missões de contrainsurgência. Ao cessar a agressão externa ou a ameaça, as tropas cubanas abandonaram pontualmente o território. Assim, por exemplo, os cubanos desempenharam um papel central ao negociarem a independência da Namíbia e, conseqüentemente, o fim do *apartheid* na África do Sul. A clara contrapartida se revelou no apoio diplomático dos Estados africanos a Cuba, que votaram contra o embargo e contra a acusação (condenação) de violação dos direitos humanos na ONU.

O pós-Guerra Fria abriu um novo momento de dificuldades para Cuba e para os países africanos, mas, ao mesmo tempo, criou novas condições para sua inserção internacional. Em termos comparativos, se o ano de 2001 produziu uma espécie de colapso internacional em função da chamada Guerra ao Terror patrocinada pelos EUA, na África, a constituição da União Africana (UA) e, no ano seguinte, da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), projetou o continente positivamente. Se considerarmos as transformações no sistema internacional, perceberemos que alguns Estados africanos se consolidaram como potências médias e, entre esses Estados, alguns adquiriram o *status* de potências regionais. Ao mesmo tempo, na medida em que as guerras na África foram finalizando, a cooperação cubana se expandiu para outros países beneficiários. Em 2000, na Conferência Sul do Grupo dos 77, em Havana, vários países africanos de relativo poder econômico se comprometeram a contribuir com um fundo que possibilitaria a 3 mil médicos cubanos prestar serviços na África. Assim, até o ano 2000, dos 138.805 técnicos civis cubanos que haviam trabalhado no exterior, 76.771 (55%) atuaram na África. Em agosto de 2008 havia 1.886 cooperantes cubanos em 30 países africanos (López 2002).

Nessa perspectiva, assumir uma postura mais ampla e coletiva se converteu em um importante objetivo para o conjunto regional africano, bem como para os cubanos. Os líderes africanos foram obrigados a se esforçarem nesse sentido. Eles entenderam muito bem as conseqüências de relações desiguais de poder para não trabalharem por um movimento de igual para igual. Essa perspectiva explica, em parte, porque, mesmo em tempos de neoliberalismo galopante, foi importante manter o funcionamento da cooperação com Cuba. Apesar dos prognósticos de colapso da cooperação cubano-africana em função da séria crise econômica

dos anos 1990, houve a manutenção das relações, mesmo em um cenário pouco favorável. Entre 1990 e 1999, a cooperação cubano-africana sofreu um redimensionamento e uma readaptação de acordo com as novas circunstâncias. Entretanto, o impacto da formação de gerações de técnicos, especialistas e até mesmo políticos nos cenários africanos atuais garante uma nova fase para as relações cubano-africanas.

Gradativamente, os processos de democratização, paralelos às tentativas de resolução dos conflitos e guerras civis têm significado um avanço importante para a construção de um novo cenário político e econômico que possa se traduzir em oportunidades de desenvolvimento. Nesse contexto, os cubanos são importantes atores, embora sua presença no continente tenha sido relegada a segundo plano por boa parte da literatura especializada. Contudo, resta compreender como um pequeno país, sem recursos materiais e com a tarefa de construir as novas bases do Estado foi capaz de desempenhar um papel permanente e decisivo nas relações internacionais contemporâneas. Hoje, Cuba mantém relações diplomáticas com 51 dos 54 países africanos, hospeda missões diplomáticas de 23 países africanos, conta com embaixadas em 30 países, sem falar da cooperação educacional (Ilha da Juventude). Entre 1961 e 2007 se graduaram em Cuba 30.719 alunos provenientes de 42 países da África Subsaariana (17.906 em nível médio; 12.813 em nível superior; 5.850 recebem treinamento de especialistas cubanos), além do programa de alfabetização cubano que é aplicado em 5 países da África Subsaariana e já atingiu 73.000 pessoas; mais de 7.000 estão cursando.

Na área da saúde, entre 1960 e 2000, 138.805 técnicos civis cubanos haviam trabalhado no exterior, sendo 76.771 (55%) na África; 2.809 especialistas cubanos trabalharam em 84 países, sendo 1.157 na África até 1998. O Programa Integral de Saúde deu cobertura de saúde a mais de 48 milhões de pessoas na África Subsaariana (quase 20% da população). 5.463 cooperantes cubanos alcançaram 42 milhões de consultas, 6 milhões de trabalhos domiciliares, 600.000 partos, 1,7 milhões de atividades cirúrgicas, 5 milhões de vacinas. A Operação Milagre recuperou a visão, em um centro oftalmológico no Mali, de 6.247 pacientes do país e 1.065 angolanos. O Grupo Empresarial Laboratório Farmacêutico (Labiofam), transfere tecnologias para o desenvolvimento das nações do continente (o Grupo trabalha também pela eliminação da malária). Ainda há possibilidades de cooperação em setores como a biotecnologia, o de comércio e o de investimentos.

Contudo, é necessário estabelecer os elementos essenciais da formação do Estado revolucionário, dos condicionantes da política externa desses Estados, mas, fundamentalmente, do conflito social como uma

questão internacional. Segundo Halliday, “existe uma suposição de que os objetivos dos Estados revolucionários são semelhantes aos dos outros Estados (...)”. No entanto, segundo o autor, “todos os Estados revolucionários, quase sem nenhuma exceção, buscaram promover a revolução em outros Estados. O desafio que eles colocaram para o sistema internacional não reside em uma nova forma de diplomacia ou de relacionamento interestatal, mas no conteúdo de sua política externa que tem como prioridade, percebida quase como um direito ou uma obrigação, a transformação das relações sociais e políticas dos outros Estados” (1999). Sobre essa realidade histórica se assentam as relações cubano-africanas.

REFERÊNCIAS

- Azicri, Max. 1988. *Cuba. Politics, Economics and Society*. London/New York: Pinter Publishers.
- Chazan, Naomi; Mortimer, Robert; Ravenhill, John; Rotchild, Donald. 1992. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Falk, Pamela S. 1986. *Cuban Foreign Policy: Caribbean Tempest*. EUA: Lexington Books.
- Gleijeses, Piero. 2003. *Conflicting Missions: Havana, Washington, Pretoria*. South Africa: Galago Books.
- Halliday, Fred. 1999. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/FAPA.
- Kapcia, Antoni. 2008. *Cuba in Revolution. A history since the fifties*. London: Reaktion Books.
- Grande, William M. 1980. *Cuba's Policy in Africa, 1959-1980*. California: Institute of International Studies University of California.
- _____. 1982. “Foreign Policy, The Limits of Success”. In: Dominguez, Jorge J. *Cuba: Internal and International Affairs*. Beverly Hills/ London/ New Delhi: Sage Publications.
- López, David Gonzáles. 2002. “Relaciones Cuba-África: Marco para um Bojeo Bibliográfico”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3.
- Mesa-lago, Carmelo. 1974. *Cuba in the 1970s. Pragmatism and Institutionalization*. Mexico: University of new Mexico Press.
- Ratcliff, William E. 1976. “Castroism and Communism in Latin America, 1959-1976”. *The Varieties of Marxist – Leninist experience*. Washing-

ton: AEI- Hoover policy studies.

Visentini, Paulo. 2010. *A África na Política Internacional. O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá.

Volsky, George. 1981. "Cuba". In: Henriksen, Thomas H. *Communist Powers and Sub-Saharan Africa*. California: Hoover Institution Press.

RESUMO

As relações cubano-africanas são marcadas por traços de excepcionalidade. A Revolução Cubana coincide, temporalmente, com o aprofundamento do processo descolonizatório na África. Desde os primeiros anos da Revolução, Cuba definiu sua linha de atuação no continente africano, marcada pela cooperação militar e civil. A política africana de Cuba, foi, assim, definida pela autopreservação e zelo revolucionário.

PALAVRAS-CHAVE

Política externa de Cuba; África; Cooperação Sul-Sul.

Recebido em 28 de setembro de 2016.

Aprovado em 21 de outubro de 2016.

O PAPEL DA ÁFRICA NA NOVA ROTA DA SEDA MARÍTIMA

Diego Pautasso¹

Introdução

A Iniciativa OBOR (*One Belt, One Road*), também conhecida como Nova Rota da Seda, foi divulgada no segundo semestre de 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping. Trata-se do mais ambicioso projeto chinês para alavancar sua inserção internacional. Como destaca Yiwei (2016), este projeto oferece alternativas ao estilo de globalização conduzida pelos EUA considerada por ele insustentável.

Indiferente às retóricas oficiais, é inquestionável que esta iniciativa chinesa tem potencial para reordenar a Eurásia e a configuração de forças do sistema internacional. Apesar das contradições que separa discurso das práticas e as intenções das realidades, também parece plausível sugerir que a estratégia de inserção da China difere daquela adota pelos EUA. Além de buscar lançar luzes sobre estas problemáticas de fundo, o presente artigo pretende compreender como a diplomacia chinesa tem buscado articular a Iniciativa OBOR à sua política africana. Em suma, trata-se também de compreender como o renascimento da Ásia, tendo a China em seu epicentro, está a influenciar a transição sistêmica (Arrighi 2008, 17).

Para tanto, na primeira seção do artigo apontamos alguns elementos centrais da inserção internacional chinesa, progressivamente mais assertiva. Na segunda, explicamos as características da Nova Rota da Seda, bem como as capacidades e os objetivos que permeiam sua implantação. Terceiro, retomamos alguns aspectos importantes da política africana da China para compreender, por fim, como a África enquadra-se na dimensão marítima da Nova Rota da Seda.

¹ Departamento de Relações Internacionais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: dgautasso@gmail.com

China: da reconstrução nacional à assertividade global

A Nova China surgida da revolução de 1949 lançou as bases para um multifacetado e sinuoso processo de reconstrução nacional. A primeira geração de dirigentes liderada por Mao Tsé-tung tornou o país independente, retomou a integração territorial, lançou os alicerces da indústria de base e da infraestrutura física (transportes, comunicação e energia). A segunda geração, tendo à frente Deng Xiaoping, lançou a política de Reforma e Abertura em meados dos anos 1970, retomando o processo acelerado de desenvolvimento, internalizando tecnologia, diminuindo o atraso em relação aos países desenvolvidos e criando novos padrões institucionais para o país. A terceira geração, sob a coordenação de Jiang Zemin (1993-2003), teve o desafio de resistir à conjuntura decorrente do colapso do campo soviético e ainda dar continuidade e aprofundar tais políticas iniciadas por Deng.

A partir do século XXI com a quarta geração de Hu Jintao (2003-13) e a quinta de Xi Jinping (2013-...), a inserção internacional chinesa ganhou novos contornos. Como destaca Visentini (2011, 131), se a consolidação da Nova China representou a recuperação de sua soberania e o lançamento das bases do desenvolvimento nacional, a Novíssima China pós-Reformas começa a transformar o próprio sistema mundial. Os desafios da China são complexos, pois o país depara-se com as contradições do mundo Pós-Guerra Fria e o envelhecimento do capitalismo contemporâneo em seus centros históricos.

Com o fortalecimento chinês, o país passou a exercer maior protagonismo junto às organizações internacionais. O ingresso na Organização Mundial do Comércio em 2001 e o maior peso junto ao FMI são ilustrativos. Da mesma forma, tem sido notável a liderança chinesa dos processos de integração regionais. Assim, como destaca Zhao (2013), a diplomacia chinesa ficou mais assertiva, deixando de lado a política externa de baixo perfil de Deng, sobretudo em temas cruciais dos seus interesses nacionais, como bem ilustra a presença na África e o envolvimento securitário no Mar do Sul da China. A China tem criado condições objetivas e subjetivas para desenvolver uma diplomacia multilateral ativa, deixando de ser um simples participante para ser protagonista e assumir grandes responsabilidades (Tianquan 2012, 182).

Nessa direção, a assertividade e o ativismo no espaço regional é precondição para sua consolidação como potência mundial. Daí a importância de conduzir e liderar os processos de integração regionais, direcionados tanto para o Pacífico (ASEAN Plus Three e Regional Comprehensive Economic Partnership também chamado de ASEAN+6) e para a Eurásia (Organização para a Cooperação de Xangai). Com efeito, a Nova Rota da Seda Continental

e Marítima (One Belt, One Road) lançada pelo governo chinês visa a dar base física e argumento político para integrar toda a Eurásia. Ou seja, se fortalecem os argumentos a favor de que a China está reconstituindo um sistema sinocêntrico (Pautasso 2011).

Assim, é nítido que a China tem buscado lançar discursos voltados a legitimar sua ascensão. Primeiro, surgiu o conceito de Ascensão Pacífica, cunhado por um proeminente membro do Partido Comunista da China, Zheng Bijian, em 2002. Foi cunhado também como resposta aos recorrentes argumentos de ‘ameaça chinesa’ ou ‘colapso da China’. O conceito foi rejeitado, entre outras razões, porque provocava desconfiança nos países vizinhos em razão da noção de ‘ascensão’. De acordo com Tianquan (2012, 188), o Relatório do 17º Congresso do Partido Comunista Chinês em 2007 adotou a ideia de Desenvolvimento Pacífico e Mundo Harmonioso.

Já em 2004, um britânico, Joshua Ramo, passou a falar no Consenso de Beijing. Comele, a China tem apresentado um caminho alternativo baseado tanto no reconhecimento das necessidades locais do desenvolvimento de cada país, quanto no reconhecimento do multilateralismo e na cooperação como forma de construir uma nova ordem mundial (Arrighi 2008, 383). Embora não tenha sido cunhado pela elite chinesa, o fato é que o modelo chinês, com forte atuação do Estado no desenvolvimento e baseado nos históricos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (1955), é percebido como diferente – e até divergente – da supremacia neoliberal consagrada no Consenso de Washington e do intervencionismo dos EUA.

Recentemente, a elite chinesa tem enfatizado a ideia de Sonho Chinês. Este é concebido como o rejuvenescimento do país, a revitalização e a renovação da sua civilização, para promover a transformação da civilização humana, e materializar o desenvolvimento. O sonho chinês está entrelaçado à ‘agenda dos dois centenários’ (criação do Partido Comunista Chinês em 2021 e da proclamação da República Popular da China em 2049) que determinam os horizontes da construção um país e de uma sociedade modestamente confortáveis.

Está claro, pois, que a China está buscando conceitos e formatos capazes de dar identidade à inserção internacional do país. Reagindo a conceitos como os de “ameaça chinesa” e proporcionando alternativas aos padrões de governança liderados pelos EUA e seus aliados europeus. Não se trata, contudo, de uma disputa de conceitos; a trajetória da China tem estado em contraste com a do Ocidente. Como sublinha Losurdo (2016), na China, o Estado de Bem-Estar Social está em construção, com os sobressaltos e desafios de um país continental e de mais de 1,3 bilhão de habitantes, com ampla mobilidade social e ampliação da classe média, além do recuo das desigualdades regionais. No Ocidente, ao contrário, os direitos sociais estão

em vias de dismantelamento, enquanto as polarizações social e regional crescem. Assim, o desenvolvimento é um imperativo para a legitimidade do regime, para a soberania nacional e para a inserção internacional autônoma do país asiático (Losurdo 2016, 343).

A política chinesa da Nova Rota da Seda

Depois de apresentada por Xi Jinping em 2013, a Nova Rota da Seda ganhou um documento elaborado pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Comércio e pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma cujo título era *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*². O documento enfatiza que há mais de dois milênios atrás as pessoas integraram civilizações da Ásia, Europa e África através da Rota da Seda. Segundo o governo chinês, a Nova Rota da Seda busca os seguintes elementos da cooperação: a coordenação das políticas, a conectividade instalações, o comércio desimpedido, a integração financeira e o intercâmbio de pessoas. Para tanto, os objetivos são alinhar e coordenar as estratégias de desenvolvimento desses países; criar demandas e oportunidades de emprego; promover confiança, paz e prosperidade. O plano deixa claro a disposição do governo chinês em arcar com mais responsabilidades e obrigações dentro das suas possibilidades e de promover os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Segundo o documento, há Nova Rota subdivide-se no Cinturão Econômico ligando a China-Ásia Central-Rússia-Europa (Báltico); e a Rota Marítima, projetada para ir da costa da China para a Europa através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico em uma rota, e da costa da China através do Mar do Sul da China para o Pacífico Sul na outra (Figura 1).

O projeto da Nova Rota da Seda está estruturado em 6 corredores: Corredor Econômico China-Mongólia-Rússia, Nova Ponte de Terra da Eurásia, Corredor Econômico China-Ásia Central, Corredor Econômico China-Península Indochinesa e Corredor Econômico Marítimo. Esse processo de integração envolveria cerca de 65 países e 63% da população mundial de três continentes (Ásia, Europa e África). A ideia é o rejuvenescimento e a integração da Eurásia, a região que Mackinder havia chamado de World Island, envolvendo diversas civilizações (chinesa, árabe, persa, indiana, bem como as diversas religiões, dos islâmicos aos cristãos) e sem replicar o modelo expansão e colonização adotado pelas potências ocidentais (Yiwei 2016, 187-188).

² Ver documento original disponível no site oficial do governo da China: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html

Figura 1 - Cinturão Econômico da Rota da Seda e Nova Rota da Seda Marítima.



Fonte: Resource Reports

A estratégia chinesa da Nova Rota da Seda parece bem concebida pois se baseia em explorar as principais capacidades à disposição do país asiático. A primeira delas é capacidade produtiva chinesa, o que inclui uma gigantesca indústria de base: a produção de aço é ilustrativa, pois a China terminou 2014 com uma produção de quase 823 milhões de toneladas, contra 110,7 do Japão e 88,3 dos EUA³. A outra é sua enorme infraestrutura portuária, com 7 dos 10 maiores do mundo⁴, e nada menos que 21 das cem maiores construtoras do mundo (sendo ainda 8 japonesas e 7 estadunidenses, para ilustrar)⁵. Por fim, a China tem mobilizado sua capacidade financeira para impulsionar a integração concebida pela Nova Rota da Seda. Ressalte-se a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, o estabelecimento de instituição financeira da Organização para Cooperação de Xangai, o Fundo Rota da Seda e dos bancos chineses de fomento. Ou seja, tal capacidade financeira serve tanto para alavancar sua inserção internacional quanto para pressionar a emergência de uma nova arquitetura financeira e geoeconômica em âmbito global.

3 Ver notícia do Valor “Produção global de aço cresce 1,2% no mundo e cai 0,7% no Brasil” disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3873604/producao-global-de-aco-cresce-12-no-mundo-e-cai-07-no-brasil>.

4 Ver ranking no site World Shipping Council disponível em: <http://www.worldshipping.org/about-the-industry/global-trade/top-50-world-container-ports>.

5 Ver ranking das grandes construtoras mundiais disponível em: http://www.enr.com/toplists/2015_Top_250_International_Contractors1.

Dessa forma, a Nova Rota da Seda articula três objetivos fundamentais do governo da China, como sua capacidade econômica, suas estratégias de política externa e suas reservas financeiras. Esses três objetivos se entrelaçam com a conformação de uma nova arquitetura financeira e geoeconômica. Primeiro, o governo chinês vem sinalizando, desde a crise de 2008, a necessidade de superar as vulnerabilidades de uma economia global ancorada em uma moeda nacional (dólar) e pressionando para que sua divisa fizesse parte da cesta de moedas do FMI – como ocorreu a partir de 2016, quando o yuan passou a representar 10,92% dessa cesta atrás do dólar (41,7%) e do euro (30,9%) e à frente da libra (8,1%) e iene (8,3%)⁶. Segundo, com a iniciativa do grupo BRICS que redundou na criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Acordo Contingente de Reservas na sua 6ª Cúpula em Fortaleza, em julho de 2014⁷. Terceiro, com a ampliação do papel chinês como financiador de obras no mundo através do Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e do Eximbank, criados em 1994 como bancos estatais de fomento. Quarto, o crescimento dos investimentos externos diretos (IED) e os contratos da China⁸ - o que explica a vertiginosa ampliação do número de empresas chinesas na lista das 500 maiores da Fortune para 106 empresas em 2015⁹. Quinto, o governo criou um sistema internacional de pagamento (*China International Payment System-CIPS*) em outubro de 2015¹⁰ - alternativo ao tradicional domínio ocidental do SWIFT (*Society for the Worldwide Interbank Financial Telecommunication*). Assim, o governo chinês trabalha para a “desdolarização” global e a internacionalização da sua moeda, o yuan, buscando ampliar sua autonomia do mercado financeiro centrado nos EUA/ União Europeia. Em suma, a dialética entre poder e capital tem estruturado o sistema internacional contemporâneo e, portanto, vale para compreender como a hegemonia dos EUA foi constituída a partir de Bretton Woods, mas também para refletir sobre a sinalização de importantes mudanças que vêm ocorrendo no plano internacional (Pautasso 2015).

E o que poderia fazer a Iniciativa OBOR viável? Primeiro, não se trata de complexos arranjos institucionais de integração que pressupõe

6 Ver reportagem do Estadão “Entrada do yuan na cesta do FMI ocorrerá em outubro de 2016” disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1250761.htm>

7 Ver nota publicada pela embaixada chinesa no Brasil “Premiê chinês pede que EUA aprovem reforma de cotas do FMI” de 31/03/2015, disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1250761.htm>

8 Ver estudo detalhado disponível em: <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map>.

9 Ver notícia do China Daily “More Chinese firms in Fortune 500” disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2016-07/20/content_26161051.htm.

10 Ver notícia da Russia Today “China launches global yuan payment system” disponível em: <https://www.rt.com/business/318103-china-payment-system-yuan/>.

grandes concessões e consensos. Segundo, se viabiliza a partir de um interesse objetivo e quase irrecusável dos países por infraestrutura. Terceiro, viabilizada a obra, a partir das capacidades à disposição da China (indústria de base, engenharia, financiamento, etc.), enraízam-se os fluxos comerciais que permite o exercício do poder gravitacional de sua economia. Por fim, o poder econômico cria condições para o exercício de um poder político e, com efeito, os meios para deslocar progressivamente a supremacia dos EUA ao integrar a Eurásia.

A África na política externa chinesa

O colapso do socialismo soviético teve um impacto muito maior para as relações internacionais e sociedade do que geralmente é reconhecido. A ofensiva neoliberal e o expansionismo dos EUA através de uma política externa unilateralista e intervencionista talvez sejam suas facetas mais aparentes. Contudo, seus desdobramentos possuem dimensões múltiplas, cujos desdobramentos ainda hoje têm se feito sentir. Para o continente africano e para a China não têm sido muito diferentes.

Na África, mesmo favorecendo o fim dos conflitos convencionais apoiados pelas superpotências (EUA e URSS), o fim da Guerra Fria fez sucumbirem ou mudarem suas orientações políticas os governos progressistas surgidos das lutas de libertação nacionais. Os ajustes neoliberais desarticularam os embrionários Estados africanos, proporcionando regressões econômicas e institucionais. O resultado foi uma certa marginalização do continente das relações internacionais, enquanto prosperavam conflitos identitários, miséria e epidemias (Visentini 2010, 155).

Para a China, a repressão na Praça da Paz Celestial garantiu a manutenção do regime e das reformas iniciadas por Deng, enquanto os demais países socialistas se desintegravam e adentravam numa década de regressão ao adotarem a terapia do choque neoliberal. Ainda assim, o país se viu diante da tentativa de isolamento promovida pelo Ocidente. Nesse sentido, a aproximação com a África foi parte crucial da estratégia chinesa não só para romper o cerco, como para universalizar sua política externa e ampliar a sinergia econômica que vinha alimentando seu dinamismo econômico.

A partir de meados dos anos 1990, se aprofunda a sinergia entre China e demais países africanos. O comércio da China com o continente africano ultrapassou 174 bilhões de dólares em 2014. A África e destino de cerca de 4,2% dos produtos exportados e origem de 4,8% das importações

da China¹¹. Em 2009, o comércio da China com a África, que havia partido de módicos 1,3 bilhão em 1992, já havia superado o volume transacionado pelos EUA e o continente. O crescimento do comércio é ilustrativo, entretanto, de uma interação multifacetada que se institucionalizou com a criação do Fórum de Cooperação China-África.

O FOCAC foi formalmente estabelecido em 2000 entre China e 50 estados africanos. A Conferência Ministerial é realizada a cada três anos, buscando o aprofundamento da cooperação China-África através de vários outros fóruns ligados à agricultura, ciência e tecnologia, direito, finanças, cultura, grupos de reflexão, a juventude, as ONG, as mulheres, a mídia e governança local, etc. Nesse período, diversos documentos tem sido assinados, entre eles o Plano de Ação de Addis Ababa (2004-2006), cujo objetivo foi aumentar assistência para os países africanos e dar o tratamento de tarifa zero aos produtos exportados para a China a partir de alguns dos países menos desenvolvidos de África. Cada novo cúpula desenvolveu um novo Plano de Ação a ser implementado no período subsequente (Plano de Ação para a Cooperação-Beijing China-África 2007-2009; Plano de Ação el-Sheikh Sharm Sharm el-Sheikh 2010-2012; Plano de Ação de Pequim de Cooperação China-África 2013-2015). Ademais, o governo chinês tem estendido linhas de crédito bilionárias para diversos setores da economia africana¹². Em outras palavras, o FOCAC fortalece a relação bilateral da China com os países africanos, garantindo recursos naturais, novos mercados e para oportunidades de investimentos, enquanto granjeia comprometimento dos países africanos junto à China nas Organizações Internacionais (Lopes, Daniele e Javier 2013)

Esta institucionalização das relações da China com a África impulsiona diversas outras iniciativas. Primeiro, ampliou a ajuda internacional da China para a África, com capacitação de profissionais, cooperação técnica, ajuda humanitária, etc. Segundo, o desenvolvimento infraestrutural do continente tem progredido substancialmente, com a construção de prédios públicos, usinas de produção de energia, estradas, escolas e centros de desenvolvimento agrícola, hospitais, entre outros. Terceiro, os investimentos externos diretos da China têm impulsionado Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Livre Comércio em diversos países africanos, compensando a perda de empregos decorrente das exportações chinesas. Como destaca Visentini (2014), estas são, marcadamente, características da Cooperação Sul-Sul e estão contribuindo para criar um

¹¹ Ver estatística do comércio chinês do Observatory of Economic Complexity disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/#Destinations>.

¹² Ver detalhes no site oficial do FOCAC disponível em: <http://www.focac.org/eng/ltda/ltjj/t933522.htm>.

espaço geopolítico meridional baseado no espírito da Conferência de Bandung. Ou seja, é nesta Conferência, no Movimento dos Não-Alinhados e no G-77 que se lançam as bases das relações Sul-Sul e de sua organização em torno de princípios, valores e ideias comuns (Pereira e Medeiros 2015).

É, evidente, portanto, que a política chinesa para a África é baseada no seu auto interesse e em suas considerações políticas e estratégicas. Isso difere bastante do discurso ocidental voltado a caracterizar como ‘imperialismo chinês’. São inegáveis que os ganhos e as capacidades são assimétricos; mas inegável também que a relação da China com os países africanos não reedita o domínio territorial, o intervencionismo militar, a ingerência sobre a gestão econômica, o etnocentrismo acerca das organizações políticas, a imposição de padrões culturais, etc. que caracterizaram o imperialismo do século XIX e XX.

A África e a Nova Rota da Seda Marítima

A China está entrelaçando, de forma persuasiva, retórica e capacidades para levar adiante a Iniciativa OBOR. Segundo Yiwei (2016, 15-60), a Nova Rota da Seda Marítima rejeita o caminho anteriormente adotado pelas potências ocidentais, baseado na expansão, conflito e colonização, em favor de um novo tipo de civilização marítima caracterizada pela integração dos homens e dos mares, com coexistência harmoniosa e desenvolvimento sustentável.

Para tanto, o objetivo da China é estabelecer ligações entre os principais mercados do Oriente Médio, Ásia Central e África. A Nova Rota da Seda Marítima visa a consolidar uma infraestrutura portuária para fortalecer corredores comerciais e energéticos do Mar do Sul da China, do Golfo Pérsico ao Mar Vermelho, englobando as penínsulas da Indochina, do Indostão, da Arábia e do Chifre da África. É uma forma de aumentar a presença chinesa diante dos *checkpoints* existentes na região, como são os casos do estreito Bab el-Mandeb entre o Mar Vermelho e o Índico, do estreito de Ormuz entre Golfo Pérsico e o Índico e o estreito de Málaca entre o Índico com o Mar do Sul da China.

No caso do continente africano, as regiões do Nordeste e Chifre da África são o outro extremo da ligação da via marítima da Iniciativa OBOR. A posição de países como Egito, Djibuti e Quênia revela que o Chifre da África é o outro extremo da Nova Rota da Seda Marítima. Essa região, por sua vez, permite potencializar a política africana da China (Figura 2). Diga-se, aliás, que muito da experiência chinesa por detrás da Nova Rota da Seda, baseada na construção de infraestrutura como forma de impulsionar novos fluxos e

novas parcerias, ganhou seus contornos mais robustos através das relações sino-africanas.

Figura 2 - A África e a Rota da Seda Marítima



Fonte: Mercator Institute for China Studies

Sendo assim, o Egito é particularmente crucial na Nova Rota da Seda Marítima, na medida em que o Canal de Suez representa o principal ponto de trânsito entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Quando de sua visita ao país africano em janeiro de 2016, Xi Jinping incentivou expressamente as empresas chinesas a participarem em grandes projetos no país, incluindo o desenvolvimento do Novo Canal de Suez e a construção de uma nova capital administrativa fora do Cairo¹³.

Não muito diferente é o caso do Djibuti, estrategicamente localizado no cruzamento do Mar Vermelho e do Golfo de Áden. Apesar de pequeno, o país africano também tem importância para a Nova Rota da Seda Marítima, inclusive para abrigar a primeira base naval ultramarina da China – onde os EUA já têm Comando Africano do Pentágono (AFRICOM) utilizado para operações com *drones* da CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA). O objetivo alegado pelo governo chinês é de tratar-se de instalações de apoio logístico para os esforços de combate à pirataria, de assistência humanitária e de manutenção da paz. Embora a China resista a aceitar a designação de

13 Ver artigo de Shannon Tiezzi no The Diplomat “Xi’s Visit Cements Egypt’s Place on the ‘Belt and Road’ disponível em: <http://thediplomat.com/2016/01/xis-visit-cements-egypts-place-on-the-belt-and-road/>.

‘base militar’, é nítido o esforço do país asiático para construir uma Marinha capaz de operar em águas oceânicas com alcance global – com apoio de seu primeiro porta-aviões, batizado de “Liaoning”¹⁴.

Da mesma forma, no Quênia, o governo da China firmou acordo para a construção do Porto de Lamu. O objetivo é integrar com o Sudão do Sul e com a Etiópia através de outras obras de infraestruturas, incluindo rodovias, ferrovias, aeroportos, refinarias de petróleo e cabos de fibra ótica. Assim, a emergente indústria de petróleo e gás do Leste da África deve estar integrada ao dinâmico mercado da Ásia¹⁵. Essa região está, por sua vez, intimamente ligada também aos interesses chineses no Sudão.

Com efeito, pode-se concluir que a Iniciativa OBOR amarrar um conjunto grande objetivos do governo chinês – já desenvolvidos em outros estudos (Pautasso 2012). Primeiro, permite, em âmbito doméstico, aprofundar a integração territorial nacional com a formação de uma economia continental, dado que o leste do país desenvolve o “braço” marítimo da Rota, o Oeste desenvolve o “braço” continental, conectando mais de 10 províncias chinesas. Segundo, aprofunda a integração regional e fortalece as condições para a recriação do sistema sinocêntrico. Terceiro, a universalização da política externa chinesa, com a forte presença na África, torna-se um campo de prova das disputas sino-americanas, reveladoras dos modelos de desenvolvimento em disputa na atualidade.

Em suma, a Nova Rota da Seda é nitidamente uma estratégia chinesa para i) integrar a Eurásia, ii) consolidar um novo sistema sinocêntrico e iii) criar as condições para a China se firmar como potência mundial. É a um só tempo uma estratégia e um discurso para legitimar sua ascensão em parâmetro distintos daqueles enunciados pelos EUA no pós-Guerra Fria.

Considerações finais

A história (e a das relações internacionais, por óbvio) é um processo contraditório. E o entendimento e a leitura de suas contradições, das forças em disputas, é ofuscado pelo envolvimento com a contemporaneidade. Durante o início do século XXI, ensaiou-se o renascimento da África, o fortalecimento de governos de matriz popular na América Latina e a projeção

¹⁴ Ver notícia da Sputnik Brasil “China construirá sua 1ª base naval ultramarina perto de base dos EUA no Djibouti” disponível em: <http://br.sputniknews.com/mundo/20151127/2900669/china-base-baval-ultramarina-eua-djibouti.html>.

¹⁵ Ver notícia do Estadão “Grupo chinês firma acordo para construir porto do Quênia” disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-chines-firma-acordo-para-construir-porto-do-quenia,1537830>.

internacional dos emergentes – depois reunidos sob o acrônimo BRICS. Ensaaiavam-se movimentos de cooperação Sul-Sul e a retomada de processos iniciados com a descolonização da periferia e com o surgimento do Terceiro Mundo e de seus movimentos sob o signo da Conferência de Bandung. A crise de 2008, por sua vez, reativou as forças neoconservadoras, as mesmas já fortalecidas com o colapso da URSS e com o advento do neoliberalismo, reunidos sob a liderança dos EUA.

Nesse sentido, a experiência de modernização da China, a construção de processos de integração e desenvolvimento articulados sob a iniciativa da Nova Rota da Seda representam, sem dúvida, mais do que um projeto, mas uma das forças em jogo nessa conjuntura de encruzilhada das relações internacionais. Se o ambicioso projeto de integração da Ásia, Europa e África proporcionar uma alternativa aos polos centrais do capitalismo e ao Consenso de Washington, a China poderá exercer um protagonismo fundamental para o século XXI. E nesse sentido a África, paradoxalmente, assume um papel decisivo: de continente marginalizado, pode converter-se na nova fronteira das experiências de desenvolvimento e cooperação Sul-Sul. A inclusão do continente africano na Nova Rota da Seda também representa a oportunidade de dar forma global a esta iniciativa e, por sua vez, ao próprio lugar da China na nova configuração de poder global.

REFERÊNCIAS

- Arrighi, Giovanni. 2008. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo.
- Lopes, Bárbara; Nascimento, Daniele e Vadell, Javier. 2013. “FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana”. In: *Carta Internacional*. v. 8, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 81-99.
- Losurdo, Domenico. 2016. *A esquerda ausente*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Pautasso, Diego. 2015. “A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura”. In: *Meridiano 47*. v. 16, 2015, pp. 12-19.
- . 2012. “A economia continental chinesa e seu ‘efeito gravitacional’”. In: *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 19, 2012, pp. 45-56.
- . 2011. “China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica”. In: *Conjuntura Austral*, v. 1, 2011, pp. 1-16.
- Pereira, Analúcia e Medeiros, Klei. 2015. “A emergência da periferia no Sis-

- tema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)". In: *Austral*. v. 4, n. 7 (2015): 119-138.
- Tanquan, Cheng. 2012. *The Road of China*. Beijing: China Renmin University Press.
- Visentini, Paulo. 2014. "A África e as potências emergentes". In: *Austral*. v.3, n.5, Jan-Jun. 2014, pp. 41-68.
- . 2011. "A Novíssima China e o sistema internacional". In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011, pp. 131-141.
- . 2010. *A África na política internacional*. Curitiba: Juruá.
- Zhao, Suisheng. 2013. "Chinese Foreign Policy as a Rising Power to find its Rightful Place". In: *Perceptions*. Spring 2013, v. XVIII, nº 1, pp. 101-128.
- Yiwei, Wang. 2016. *The Belt and Road Initiative*. Beijing: New World Press.

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar o lugar da África na construção da Nova Rota da Seda Marítima. Este é justamente um dos vetores do ambicioso projeto chinês de integração da Ásia, Europa e África, lançada em 2013 sob título de Iniciativa OBOR (*One Belt, One Road*). Na medida que os desafios da reconstrução nacional são superados, a China torna-se mais assertiva e dá forma à sua estratégia de inserção mundial. Nesse sentido, a Nova Rota da Seda agrega os objetivos centrais da diplomacia da China para o século XXI, reservando à África a condição de trampolim para que o projeto se torne global.

PALAVRAS-CHAVE

China; Nova Rota da Seda Marítima; África.

*Recebido em 15 de agosto de 2016.
Aprovado em 26 de outubro de 2016.*

SEGURANÇA REGIONAL NO CHIFRE DA ÁFRICA: CONFLITOS, AGENDAS E AMEAÇAS

Nilton César Fernandes Cardoso¹

Introdução

O início dos anos 2000 foi marcada por importantes transformações econômicas e políticas no continente africano. Após passar por duas décadas de instabilidade política, problemas sócio-econômicos e marginalização, a África emergiu como uma nova fronteira comercial e de investimentos e como objeto de interesses geopolíticos, econômicos e estratégicos por parte das potências tradicionais e emergentes, aumentando significativamente a sua importância no cenário internacional (Oliveira e Cardoso 2015). Em grande medida, esse novo momento vivido pelo continente está diretamente ligado ao crescimento exponencial que a maioria das economias do continente teve na última década, a renovação dos processos de integração regional, com destaque para a substituição da Organização da Unidade Africana (OUA) pela União Africana (UA) em 2002, que almeja dar respostas mais eficazes aos problemas africanos, bem como as diversas iniciativas complementares no âmbito do desenvolvimento, governança e, principalmente, da segurança (Adebajo 2013; Castellano 2013; Gordon 2013).

Nesse sentido, na última década e meia está emergindo uma nova literatura que aborda as dinâmicas regionais de segurança africana no início do século XXI, quase sempre focada nas capacidades e nas iniciativas da UA e do seu Conselho de Paz e Segurança (CPSUA) e da própria ONU na estabilização do continente. Contudo, as dinâmicas sub-regionais, talvez com exceção da África Austral e Ocidental, têm sido pouco abordados e analisados. Nesse contexto, este trabalho procura contribuir para este debate, mediante um estudo que analisa a dinâmica regional de segurança do chifre

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudo Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: nilton-id@hotmail.com

africano, uma região complexa e importante para a segurança internacional, porém pouco estudado na literatura que versa sobre o tema, principalmente aqui no Brasil.

O Chifre da África² é caracterizado pela alta incidência de guerras intraestatais (vide quadro 1), alto grau de penetração (*penetration*) de potências extrarregionais na agenda de segurança regional com alto grau de polarização (eixos de rivalidades Etiópia-Eritreia, Etiópia-Somália e Sudão-Sudão do Sul), baixa capacidade de interação entre países pertencentes à região (déficits de infraestruturas de comunicação e transporte) e vulnerabilidades no âmbito das unidades (Estados) (instabilidade política interna, baixa capacidade em prover segurança e déficits de desenvolvimento social) (Buzan e Wæver 2003; Cardoso 2015).

Por outro, é nesta região que ocorreu a única revolução social que a África moderna já vivenciou (Clapham 2001). Trata-se da Revolução Etíope de 1974, que teve transformações profundas na estrutura social, econômica e política interna no país, bem como importante impacto regional e sistêmico. Além disso, a dinâmica regional de segurança verificada ao longo período da Guerra Fria e após o fim da bipolaridade, reconfigurou o mapa do continente africano com a criação de dois novos Estados na região, Eritreia (1993) e Sudão do Sul (2011).

A posição geográfica estratégica do Chifre da África, próximo dos países produtores do Oriente Médio e da importante rota marítima internacional que liga o Oriente ao Ocidente através do canal de Suez, conferiu a região grande relevância no contexto da Guerra Fria no continente africano, atraindo atenção das duas superpotências, EUA e URSS, a partir da década de 1970 (Chazan et al. 1999; Westad 2005). A presença das superpotências polarizou as forças políticas na região entre as nações pró-Estados Unidos e os pró-União Soviética, o que potencializou as rivalidades já existentes entre os Estados da região.

Com o final da Guerra fria, e consequentemente, o colapso da União Soviética, em 1991, a região perdeu grande parte da sua importância estratégica. Após o fracasso da intervenção humanitária na Somália (1992-1994), houve uma retirada estratégica dos Estados Unidos do Chifre da África, que só foi retomada com os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, especialmente, após a declaração da guerra global ao terrorismo, passando por um processo de securitização³, marcado não só por discursos, mas pela

2 Para o propósito deste trabalho a região do Chifre da África refere-se aos países membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). São eles: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda.

3 Os estudos sobre o processo de securitização têm como ponto referencial a Escola de Copenhague, cujos principais expoentes são Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde. O

criação de projetos concretos, como a Força Tarefa Conjunta Combinada – Chifre da África (CJTf-HOA), a Operação Liberdade Duradoura – Chifre da África (OEF-HA), a Iniciativa Contraterrorismo no Leste da África (EACTI) e o Comando dos EUA para a África (AFRICOM), entre outros (Cardoso 2015; Schmidt 2013).

No âmbito regional, com a chegada ao poder de novas lideranças, como Meles Zenawi, na Etiópia, Isaias Afewerki, na Eritreia, os quais se juntaram a Yoweri Museveni, na Uganda, houve um breve período de *détente* (1991-1994), caracterizado pelo adensamento das interações e por diversas iniciativas regionais para a resolução dos conflitos na Somália, no Sudão e no Djibuti, bem como pelos processos de integração econômica envolvendo países da região. Contudo, questões como a guerra civil em andamento no Sudão e na Somália, a instabilidade política no Djibuti, os grupos insurgentes que operavam em diferentes territórios, somado a instalação de um governo islâmico no Sudão com forte apelo para o fundamentalismo, foram fatores relevantes para a deterioração das relações regionais após 1994 (Cardoso 2015; Cliffe 1999).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica de segurança no Chifre da África no período pós-independência, identificando os atores, agendas e ameaças. Para tanto, ele se divide em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte, faz-se uma análise da dinâmica de segurança no Chifre da África durante o período da Guerra Fria, focando-se nas rivalidades regionais e na penetração das potências extrarregionais. Na segunda parte são discutidas as transformações ocorridas na região no imediato pós-Guerra Fria, focando nas dinâmicas de segurança internas das unidades (Estados) e regionais. Por fim, a última parte busca identificar as “novas” ameaças e as repostas internacionais e regionais, bem como a nova importância estratégica da região para as potências tradicionais

tema foi introduzido por Ole Wæver em 1995, em um esforço importante na tentativa de desconstruir o conceito de segurança vigente durante a Guerra Fria – e amplamente defendido pelos teóricos realistas das relações internacionais – que o associava exclusivamente à sobrevivência do Estado. Para os autores, o processo de securitização não diz respeito ao que é, ou não, ameaça, mas sob quais condições algo pode se tornar uma ameaça. Portanto, é um processo construído socialmente, no qual os atores buscam trazer temas da agenda política – ou politizados – para a agenda de segurança, isto é, para o locus de decisão securitária (Buzan; Wæver; e Wilde 1998; Cepik 2001). Ao afirmar que ameaças são socialmente construídas, os autores não negam que uma ameaça de facto exista, mas atestam que, no processo de securitização, certas questões podem ser transformadas e percebidas como ameaças, em detrimento de outras que podem representar ameaças efetivamente reais. Em linhas gerais, o movimento securitizante se inicia por meio de uma representação discursiva (speech act) sinalizando a existência de uma ameaça que, devido ao seu caráter urgente, não pode e não deve ser tratada por vias normais da política, necessitando assim do recurso a medidas extraordinárias e emergenciais (Buzan; Wæver; e Wilde 1998).

no pós-II de setembro de 2001 consumado no processo de securitização.

Chifre da África: rivalidades regionais e extrarregionais (1960-1991)

O Chifre da África⁴ é tradicionalmente conhecido por ser uma das regiões mais instáveis do sistema internacional, em razão do crescente número de conflitos armados e instabilidade política verificada desde meados da década de 1950 (vide quadro 1). Além disso, a região é classificada como sendo uma das mais pobres do mundo, em função dos problemas sócio-econômicos, da fragilidade dos Estados e da fragilidade de seus indicadores sociais, como a renda *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Mengisteab 2011; Woodward 2013). Reflexo disso pode ser encontrado no *ranking* do Índice de Estados Falidos publicado anualmente pela *Fund for Peace* (FFP) desde 2005, baseado em doze indicadores amplos⁵. Nele, países como Somália, Sudão do Sul e Sudão encontram-se nas piores posições, ocupando atualmente 1^a, 2^a e 4^a posição, respectivamente (FFP 2016)⁶.

A partir da análise do quadro abaixo, nota-se que houve o predomínio de guerras intraestatais na região no período pós-independência. De modo geral, os Estados africanos enfrentaram, historicamente, mais ameaças internas do que externas, devido, principalmente, a diminuto incentivo de ocupação e domínio do território nacional como um todo. Logo, devido à ausência da necessidade de fortalecimento das capacidades estatais para uma eventual defesa do território nacional, os Estados coloniais e pós-coloniais africanos foram caracterizados, em geral, por um território comandado por uma cidade capital relativamente forte, assegurada por fronteiras distantes e internacionalmente legítimas, porém, com um vácuo de poder nas regiões

4 Neste trabalho a região do Chifre da África refere-se aos países membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). São eles: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda.

5 São eles: pressões demográficas, movimentos massivos de refugiados e deslocados internos, perseguições de grupos internos, êxodo de recursos humanos, desenvolvimento econômico desigual, declínio econômico acentuado, criminalização do Estado, deterioração dos serviços públicos, violação dos direitos humanos, autonomia do aparato de segurança, ascensão de elites divididas e intervenção de atores externos (FFP 2016).

6 Por Estado Falido referimo-nos “[...] àquele que não consegue manter a ordem política interna e a ordem pública, incapaz de oferecer a segurança às populações, controlar fronteiras e todo o território nacional, manter o funcionamento de sistemas legislativos e judiciários independentes, e prover educação, serviços de saúde, oportunidades econômicas, infraestrutura e vigilância ambiental” (Rotberg 2003, 5-6). Não se entra na discussão do mérito desse conceito, cujo objetivo nesse trabalho redonda tão somente fazer caracterização inicial da região Chifre da África atualmente.

periféricas (Castellano 2012; Clapham 1996; Herbst 2000)⁷. Nesse sentido, a OUA defendia que se um governo africano controla a capital, ele tem direito legítimo do controle do Estado e não pode ser contestado por outros grupos nacionais, sub-nacionais ou estrangeiros (Herbst 2000).

Quadro 1- Principais conflitos ocorridos no Chifre da África entre 1950 e 2015⁸

Guerra	Data	Teatro de operações	Natureza dos conflitos ¹	Nº de Mortes (aprox.)
Primeira Guerra Civil Sudanesa	1956-1972	Sudão	Intraestatal	500 mil
Guerra de Libertação da Eritreia	1961-1991	Eritreia	Intraestatal	220 mil
Guerra do Ogaden (Somália-Etiópia)	1977-1978	Etiópia (leste)	Interestatal	30 mil
Guerra Uganda-Tanzânia	1978-1979	Uganda	Interestatal	100 mil
Guerra Civil Ugandesa	1981-1986	Uganda	Intraestatal	300-500 mil
Segunda Guerra Civil Sudanesa	1983-2005	Sudão (sul)	Intraestatal	1,9 milhão
Insurgência do Exército da Resistência do Senhor	1987-...	Uganda, RDC, Sudão, RCA	Intraestatal	12 mil
Guerra Civil Somali	1987-...	Somália	Internacionalizada	300-400 mil
Guerra Etiópia-Eritreia	1998-2000	Fronteira Etiópia-Eritreia	Interestatal	100-300 mil

⁷ Em seu livro *States and Power in Africa: Comparative lessons in authority and control* (2000), Jeffrey Herbst faz uma ampla análise dos principais desafios que envolvem a construção do Estado na África. Para o autor, a vasta extensão territorial e a relativa escassez demográfica foram um dos principais problemas que envolveram a construção do Estado no continente africano.

⁸ Em relação à natureza dos conflitos utilizamos a taxonomia desenvolvida por Meredith Sarkees (2011) para o projeto *Correlates of War (COW)*. Portanto, por Guerra Interestatal entendemos guerras entre dois ou mais Estados; Guerra Intraestatal diz respeito às guerras entre governo de um Estado e grupos de oposição (insurgentes) sem intervenção externa; e por fim, Guerra internacionalizada referimo-nos aos conflitos internos com intervenção externa (Gleditsch et al. 2002; Sarkees 2011).

Guerra de Darfur	2003- ...	Sudão (Oeste)	Intraestatal	180-300 mil
Guerra Ogaden II	2007-2008	Etiópia (leste)	Intraestatal	1 mil
Guerra Civil Sul Sudanesa	2013 -	Sudão do Sul	Intraestatal	-

Fonte: Adaptado de Castellano (2012, p.34-35) e complementado com informações obtidas em Arnold (2008); Clayton (2001), Mengisteab (2011, 2013); Mesfin (2011); Mulugeta (2009); Reno (2011); Pumphery et al. (2003); Sarkees (2011); Williams (2014).

Evidentemente, os Estados africanos enfrentaram também ameaças externas. Contudo, segundo Castellano (2012), tais ameaças eram relativamente menos importantes, pois, em geral, não punham em risco a territorialidade e transformavam-se em ameaças internas quando adentravam o território nacional, ou estavam conectados com os conflitos intraestatais. Assim sendo, as guerras entre Somália e Etiópia (1977-1978), Uganda-Tanzânia (1978-1979) e entre Eritreia e Etiópia (1998-2000) figuram entre os poucos conflitos interestatais convencionais ocorridos no continente africano no período pós-independência.

O número de mortos também importa à nossa análise por permitir que tenhamos a noção da intensidade e escala dos conflitos ocorridos na região. Tal dado se torna ainda mais relevante se comparado com o total das fatalidades geradas pelas guerras ocorridas na África desde a década de 1950. De acordo com Castellano (2012), as guerras africanas produziram um total de 13,16 milhões de mortos entre 1945 e 2010. Nesse contexto, a Segunda Guerra Civil Sudanesa, por exemplo, foi o segundo conflito armado que mais ceifou vidas humanas na África Subsaariana no período pós-colonial, ficando atrás apenas da Segunda Guerra do Congo (1998-2003) - que produziu um saldo aproximado de 3,8 milhões de mortos (Reno 2011; Williams 2014).

O cenário regional de segurança tornou-se mais complexo a partir da década de 1970 com a penetração das potências extrarregionais. A partir da segunda metade do século XX, num momento em que as outras regiões do globo (Europa, Ásia e Oriente Médio) já haviam sido divididas em zonas de influência dos dois sistemas socioeconômicos liderados pelos Estados Unidos (capitalista) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (socialista), o continente africano tornou-se uma região crítica para a defesa das superpotências (Adebajo 2013; Visentini 2010; Westad 2005).

Para a URSS, a descolonização dos países africanos significava a oportunidade de adquirir laços com os novos Estados, principalmente com aqueles onde emergiram fortes movimentos anti-imperialistas. Para os

Estados Unidos, por outro lado, a imaturidade política e ressentimentos contra o Ocidente poderiam aproximar os novos países africanos da URSS ou da República Popular da China (RPC) (Pereira 2013; Schmidt 2013). Nesse contexto, o espaço africano tornou-se palco da Guerra Fria e, nele, a confrontação entre as duas superpotências se encarregaram de estabelecer um sistema de governança sobre os Estados africanos que, de fato, quaisquer que fossem seus méritos, usurpou-lhes a soberania (Adebajo 2013; Cepik e Martins 2012).

Uma das principais características da Guerra Fria na África foi a chamada guerra por procuração (*Proxy*)⁹, embora esse tipo de guerra não tenha se limitado a esse período (Abbink 2003; Schmidt 2013; Westad 2005)¹⁰. Em alguns conflitos, as forças externas tiveram papel de protagonista principal e foram decisivas para a definição dos conflitos. De acordo com Castellano (2012), isto se deveu, por um lado, às determinações da estrutura e à fragilidade dos Estados africanos recém-independentes e, por outro, às próprias decisões dos estadistas.

No caso do Chifre da África os conflitos foram marcados pelo suporte de países vizinhos e de potências externas ao continente aos grupos insurgentes (Záhorík 2014). Na esfera regional, ambos os países da região usaram elementos *proxy* para desestabilizar governos vizinhos. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, por exemplo, a Etiópia apoiou a insurgência do Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A) no sul do Sudão¹¹, da Frente Democrática de Salvação Somali (SSDF) e Movimento Nacional Somali (SNM) na Somália, enquanto que Sudão e Somália

9 Guerra por procuração (*Proxy*) é um conflito armado no qual dois países utilizam terceiros – os proxies - a fim de evitar um confronto direto. De acordo com Castellano (2012, 36), “[...] sua característica essencial é a intersubjetividade, o grau de autonomia entre as forças que travam o combate e seus fomentadores, ou financiadores [...] a guerra proxy não é uma mera insurgência, o apoio do exterior permite que faça frente com relativa facilidade às gendarmarias os guardas nacionais. É possível caracterizar a guerra proxy através de presença de dois ou mais indicadores que seguem:a) alinhamento político-ideológico (válido sobretudo para a época da Guerra Fria); b) financiamento mediante contrapartida ou usufruto de enclave – diamante, cobre, ouro, etc; c) presença de assessores; e d) fornecimento de material bélico e munições”.

10 Como exemplo, podemos citar o apoio do então presidente da Libéria, Charles Taylor, ao grupo rebelde Frente Revolucionária Unida (RUF) em Serra Leoa em 1991, o apoio dos presidentes da Uganda, Yoweri Museveni, e da Ruanda, Paul Kagame, ao grupo insurgente Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), liderado por Laurent-Desiré Kabila na República Democrática do Congo em 1997 e o apoio da Guiné e da Costa do Marfim aos grupos insurgentes Liberianos Unidos para a Reconstrução e Democracia (LURD) e o Movimento pela Democracia na Libéria (MODEL) na Libéria em 1999 (Castellano 2012; Francis 2006; Reno 2011).

11 Em contrapartida, o SPLM/A participou ativamente na guerra civil no sudoeste da Etiópia ao lado das forças governamentais (Johnson 2003).

apoiavam grupos rebeldes dentro da Etiópia, como a Frente de Libertação da Eritreia (ELF), Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF), Frente de Libertação dos Povos Tigrinos (TPLF), Frente de Libertação Oromo (OLF) e a Frente de Libertação Nacional do Ogaden (ONLF). Além disso, com a chegada do Movimento de Resistência Nacional (NRM) ao poder em Kampala em 1986, o primeiro grupo insurgente a derrubar um governo na África subsaariana, Cartum passou apoiar a insurgência do Exército da Resistência do Senhor (LRA) no norte da Uganda, em retaliação ao apoio prestado pelo novo governo Ugandês à SPLM/A (vide quadro 2) (Adar 2000; Berhe 2014; Cliffe 1999; Doop 2013).

No âmbito sistêmico, a posição geopolítica do Chifre da África (estratégica para os interesses soviéticos e estadunidenses, pelo fato de estar próximo dos países produtores de petróleo do Oriente Médio, bem como das importantes rotas navais internacionais), transformou a região num palco de disputa sistêmica. De fato, países como Etiópia, Somália e Sudão assumiram uma posição de destaque no confronto bipolar verificado no continente africano (Murithi 2009; Patman 1990; Westad 2005). Os Estados Unidos haviam estabelecido uma parceria estratégica com o regime imperial etíope na década de 1950, enquanto que a Somália, após o golpe militar que levou o General Mohamed Siad Barre ao poder em 1969, definiu-se como socialista, estabelecendo relações próximas com a URSS. Entretanto, foi somente na década de 1970, com a aliança sino-americana e a Doutrina Nixon, definiu-se a inserção do Chifre da África no sistema da Guerra Fria. Buscando conter a influência e expansão alheia, as duas superpotências tiveram de jogar de acordo com a polarização já existente na região. Como esperado, a presença das superpotências polarizou as forças políticas na região entre as nações pró-Estados Unidos e os pró-União Soviética, o que potencializou as rivalidades já existentes entre os Estados da região (Clapham 1996; 2001; Patman 1990; Westad 2005).

Entre 1971 e 1974 o regime militar somali recebeu vultosa ajuda econômica e militar da URSS. Em contrapartida, em 1972 a União Soviética estabeleceu uma base militar no norte do país, em Berbera, cujo objetivo era aumentar a sua presença e conter a presença militar dos Estados Unidos no Oceano Índico e no Golfo Pérsico (Schmidt 2013). Em julho de 1974, durante a visita do presidente soviético, Nikolai Podgorny, à Somália, Mogadíscio e Moscou consolidaram as suas relações com assinatura de um Tratado de Cooperação e Amizade (TFC) de vinte e um anos¹². Após a assinatura do

¹² Nos termos do acordo, os dois lados se comprometeram cooperar em todas as áreas para garantir a preservação e aprofundamento das relações socio-econômicas entre os dois os povos; expandir a cooperação econômica, técnico-científico e militar; opor ao imperialismo e colonialismo e todas as suas formas e manifestações; por fim, declararam não fazer parte de

TFC, Somália recebeu da URSS modernos e sofisticados sistemas de armas, como aeronaves de combate MiG-21, bombardeiros Ilyushin-28, tanques T-54, torpedos e sistemas de mísseis SAM-2 para Mogadíscio (Ofcansky 1992; Patman 1990).

Em setembro do mesmo ano, no entanto, o ambiente regional sofreu grandes transformações. Um golpe militar derrubou o imperador etíope, Haile Selassie, aliado dos Estados Unidos, e um governo militar (DERG) foi instaurado no país com o apoio popular. A Revolução etíope teve um impacto fundamental na polarização regional, em razão de que o novo regime definia-se como socialista e aproximava-se da URSS (David 1979; Patman 1990; Visentini 2012).

Em julho de 1977, acreditando que Etiópia não teria condições de se defender devido à instabilidade política interna provocados pelos grupos insurgentes internos, Afar, Oromo, Tigres e Eritreus, a Somália invadiu o deserto de Ogaden (Somália Ocidental para os somalis) em apoio ao grupo insurgente Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF) – formado por nativos somalis que lutavam pela autonomia da região desde 1963 - na tentativa de anexar o deserto formando uma “grande Somália”¹³. A superioridade técnica e tática aérea e terrestre da Somália foi decisiva nos primeiros meses da campanha, contribuindo para ocupação de 90% do deserto pelas forças somalis. Entretanto, o governo revolucionário de Mengistu Haile Mariam reagiu enviando o exército para a região e, com o apoio de 16.000 soldados cubanos auxiliados pelos assessores soviéticos¹⁴, o exército somali foi rapidamente derrotado e expulso do Ogaden em março de 1978¹⁵ (Cliffe 1999; David 1979; Tareke 2000; Schwab 1985). Com o fim do conflito, a Etiópia emergiu como um dos Estados mais militarizado e poderoso do Chifre da África.

nenhuma aliança militar ou ações dirigidas contra o outro (Patnam 1990).

¹³ A “Grande Somália” é uma ideologia nacionalista pan-somali (de certa forma incentivada pelos britânicos no momento da independência) de reunir todos os territórios habitados por somalis no Chifre da África (Ogaden, Djibuti e norte do Quênia) sob o mesmo governo. Essa ideologia foi defendida pelos líderes somalis desde a independência do país em 1960. Nesse contexto, a anexação do deserto do Ogaden seria o primeiro passo para concretizar este projeto pan-somali (Cliffe 1999; Tareke 2009).

¹⁴ Em dezembro de 1977, as armas soviéticas, tanques e caças MiGs começaram a chegar, seguidos de 200 técnicos cubanos que treinariam os militares etíopes para a utilização desses armamentos (Schmidt 2013).

¹⁵ Houve um enorme esforço por parte dos soviéticos e dos cubanos para evitar o confronto e buscar uma solução pacífica para a questão do Ogaden. O presidente cubano, Fidel Castro, por exemplo, foi enviado à região para dialogar com etíopes, somalis e eritreus, tentando criar uma federação socialista entre eles, contudo, não foi possível, a proposta foi recusada por todas as partes (Chazan et al. 1999; Pereira 2013; Visentini 2012).

Quadro 2 - Principais grupos insurgentes no Chifre da África no período pós-independência

País	Seletores grupos insurgentes	Ano de criação	Motivação	Apoio regional
Djibuti	Frente de Restauração da Unidade e Democracia	1991	Mudança de regime	Eritreia
Eritreia	Jihad Islâmico Eritreu	1989	Mudança de regime	Sudão
	Aliança Democrática da Eritreia	-	Mudança de regime	Etiópia
	Frente Democr. Afar do Mar Vermelho	1998	Autonomia	Etiópia
	Frente de Libertação da Eritreia	1961	Secessão	Sudão, Somália e Egito
Etiópia	Frente Popular de Libertação da Eritreia	1972	Secessão	Sudão e Arábia Saudita
	Frente de Libert. dos Povos Tigrinos	1975	Autonomia e Mudança de regime	Sudão, Somália e Etiópia
	Frente de Libertação Oromo	1976	Secessão	Sudão, Somália e Eritreia
	Frente de Libert. da Somália Ocidental	1961/1976	Secessão	Somália
	Frente de Libert. Nacional do Ogaden	1986	Secessão	Somália e Eritreia
	Frente Popular Patriótico da Etiópia	1998	Mudança de regime	Eritreia
Quênia	Shiftawar	1963	Secessão	Somália
Somália	Frente Democrática de Salvação Somali	1979	Mudança de regime	Etiópia
	Movimento Nacional Somali	1981	Secessão	Etiópia
	Al Itihad Al Islamiya	1983	Islamização	Sudão e Eritreia
	Movimento Patriótico Somali	1989	Mudança de regime	-
	Congresso Somali Unido	1989	Mudança de regime	Etiópia
	Harakat Al Shabab Al Mujahedeen	2006	Mudança de regime	Eritreia

Sudão	Congresso Beja	1958	Autonomia	Eritreia
	Anyanya	1960	Secessão	Etiópia
	Exército Popular de Libert. do Sudão	1983	Secessão	Etiópia, Líbia, Uganda, Eritreia e Quênia
	Aliança Democrática Nacional	1995	Mudança de regime	Eritreia e Etiópia
	Movimento de Igualdade e Justiça	2003	Darfur	Eritreia e Chade
Uganda	Movimento de Libertação do Sudão	2003	Darfur	Eritreia
	Exército de Resistência Nacional	1981	Mudança de regime	-
	Exército de Resistência do Senhor	1987	Autonomia	Sudão

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Berhe (2014); Clayton (2001); Cliffe (1999); International Crisis Group (2008); Mengisteab (2011), (2013); Mesfin (2011); Møller (2013); Reno (2011); Williams (2014).

De acordo com Weiss, “os soviéticos não só lançaram uma impressionante ponte aérea e marítima que enviou armamentos para a Etiópia, mas também aumentaram as suas forças navais nas águas adjacentes à zona de guerra, ajudaram na implantação das forças cubanas na Etiópia e planejaram e dirigiram as campanhas militares cubano/etíope¹⁶ que levou retirada do exército somali do Ogaden em 1978” (Weiss 1980, 12, tradução nossa). Com esse apoio, “[...] o Exército etíope foi capaz de proceder à tática *vertical envelopments*, ao transportar 70 tanques via helicóptero até a retaguarda somali; as tropas etíopes foram capazes de cercar as forças do exército inimigo, impossibilitando a recuada.” (Kruys 2004, 21, tradução nossa). Estima-se que durante a guerra o regime etíope recebeu US\$ 1 bilhão em armamentos da URSS (quatro vezes maior que o imperador Haile Selassie recebeu em vinte e cinco anos de parceria com EUA), incluindo centenas de tanques T-34, T-54, T-55 e T-62, cerca de setenta MiGs-17, 21 e 23, trinta helicópteros Mi-6 e Mi-8, centenas de mísseis SAM-7, artilharia, unidade de radar móvel e milhares de armas leves (Patnam 1990; Tareke 2009; Westad 2005).

Apesar de proclamado socialista desde 1975, a aliança entre a Etiópia e a URSS só foi consolidada em 1977, principalmente devido à invasão somali. Até então, a URSS relutava em aumentar seu vínculo com Adis Abeba, tanto por razões estratégicas como por desconfianças em relação ao DERG. Estrategicamente, a União Soviética era aliada da Somália, que não tinha boas relações com os vizinhos. Além disso, questões como a inexistência de um partido político, a permanência do conflito com a oposição civil e a ambiguidade em relação à independência da Eritreia, incomodava os dirigentes soviéticos (Patman 1990; Tareke 2009; Visentini 2012).

Em novembro de 1978, o governo etíope assinou com URSS¹⁷ um Tratado de Amizade e Cooperação e aproximou-se de outros países socialistas, como República Democrática Alemã (RDA), Vietnã, Bulgária, Líbia, Iêmen do Sul e Cuba, oficializando o alinhamento em âmbito regional. Nesse contexto, após o alinhamento da Etiópia com a União Soviética, países como Cuba, Líbia e Iêmen do Sul suspenderam apoios que vinham prestando ao EPLF - embora esse movimento se mantivesse fiel à ideologia marxista-leninista até 1987 – quando abandona o socialismo. No caso de Cuba, essa recusou apoiar a Etiópia na guerra contra os grupos insurgentes eritreus, tendo em vista a ideologia do Movimento dos Países Não Alinhados, do qual

¹⁶ A campanha foi planejada e dirigida pelos Generais soviéticos Vasilií Ivanovich Petrov e Barisov e pelo Coronel etíope Mesfin Gabreqal (Tareke 2009).

¹⁷ A URSS estabeleceu uma base naval no estratégico arquipélago de Dahlak no Mar Vermelho (Chazan et al. 1999).

o país é membro (Clapham 1996, 2001; Schmidt 2013; Westad 2005).

A Somália, por sua vez, renunciou o Tratado de Cooperação e Amizade com a URSS, expulsou os assessores soviéticos do país e rompeu relações diplomáticas com Cuba. Por outro lado, estabeleceu uma parceria estratégica com os Estados Unidos e, ao longo da década de 1980, recebeu vultosa ajuda econômica e militar. Em contrapartida, os EUA receberam as estratégicas bases navais e aéreas em Berbera no Golfo de Áden, Kismayo e Mogadíscio no Oceano Índico¹⁸ (Tareke 2000; Schmidt 2013; Woodward 2013). Além disso, a Somália estabeleceu relações próximas com os aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio como Egito, Arábia Saudita e Irã (antes da revolução de 1979), passando receber ajudas militares destes (Ofcansky 1992; Samatar 1992; Schraeder 1996).

No plano interno, a derrota frente à Etiópia, que também simbolizou a derrocada do projeto pan-somali, aliada ao aprofundamento da crise econômica interna e ao autoritarismo de Siad Barre, levaram a um aumento crescente da insatisfação da população somali com o governo e a proliferação de movimentos insurgentes. Além disso, o incremento da dissidência interna resultou em uma tentativa de golpe, em 1978, encabeçada por um grupo de militares. Como resultado, dezenove mentores do golpe foram executados publicamente e os que conseguiram fugir para a vizinha Etiópia, sob liderança do Coronel Abdullahi Yusuf Ahmed, criaram, em 1979, a Frente de Salvação Somali (SSF) com base de sustentação no clã Majerteen (Darod) (Clapham 1993; Harper 2012; Hooglund 1992).

Em outubro de 1981, a SSF se juntou à ala radical do Partido dos Trabalhadores Somali (SWP) e a Frente Democrática para Libertação da Somália (DFLS) e formaram a Frente Democrática de Salvação Somali (SSDF), prometendo intensificar a luta política e militar contra o regime Barre. A SSDF recebeu apoio econômico e militar da Etiópia e da Líbia e manteve uma atuação ao longo da década de 1980 baseadas em tática de guerrilha com objetivo de desestabilizar o governo somali. No mesmo ano, surgiu no norte do país um novo grupo insurgente, o Movimento Nacional Somali (SNM), com base de sustentação no clã Isaaq, que buscava a deposição do governo (Lewis 2008; Ofcansky 1992; Woodward 2002).

As ex-colônias britânicas na região (Quênia, Uganda e Sudão) e a ex-colônia francesa (Djibuti) foram incorporadas à zona de influência do Ocidente. Entre 1976 e 1989, o Sudão se tornou um dos principais parceiros dos Estados Unidos no continente africano, o que lhe conferiu o *status* de maior receptor de ajuda econômico e militar estadunidense

¹⁸ No contexto da Revolução Iraniana (1979), da crise dos reféns da embaixada estadunidense em Teerã, e da intervenção soviética no Afeganistão (1979), os Estados Unidos passaram a buscar bases para reforçar sua presença no Oceano Índico e no Golfo Pérsico.

durante administração Jimmy Carter (1977-1981)¹⁹ (Schmidt 2013). Durante o governo Ronald Reagan (1981-1989), Cartum recebeu vultosas ajudas militares para conter o avanço da Líbia no leste da África e a influência soviética na Etiópia. Inclusive, com a eclosão da Segunda Guerra Civil em 1983, os EUA apoiaram Cartum contra o SPLM/A apoiado por sua vez pela URSS, Cuba e Etiópia. Com a chegada dos islâmicos ao poder em 1989 através de um golpe militar perpetrado pelo General Omar Hassan al-Bashir, apoiado por Hassan al-Turabi da Frente Nacional Islâmica (NIF) e pelas elites do norte, as relações entre os dois países deterioraram-se (Adar 2000; Cohen 2000; Woodward 2013).

A intensificação de um discurso islâmico radical, as relações próximas do governo Omar al-Bashir com os grupos considerados pelos Estados Unidos como terroristas (especialmente Hamas, Hezbollah, *Egyptian Islamic Jihad* e al-Qaeda) e o apoio prestado ao Iraque durante a Guerra do Golfo (1990-1991) levaram os EUA a romper as relações diplomáticas com o Sudão em 1991, e incluí-lo na lista dos Estados patrocinadores do terrorismo, em 1993²⁰ (Cohen 2000; Johnson 2003; Woodward 2006). Como resposta, através dos Estados vizinhos (*Frontline States Initiatives* - Etiópia, Eritreia e Uganda), os Estados Unidos passaram a apoiar os rebeldes do sul, especialmente o SPLM/A liderado por John Garang de Mabior²¹, que havia perdido o apoio dos seus principais aliados externos (URSS e o regime militar etíope) no início da década de 1990 (Berhe 2014; Cohen 2000; Kagwanja 2006; Woodward 2006).

Na Somália, em 1989, sob pressão do congresso, o governo estadunidense suspendeu todas as ajudas militares ao país com a exceção do programa *International Military Education and Training* (IMET), em razão das crescentes denúncias de violação de direitos humanos (Hooglund 1992;

19 No início da década de 1970 o Sudão era um importante comprador de armas soviéticas, principalmente, através do Egito. As mudanças na conjuntura interna e externa após 1974 afastou o país do bloco soviético e aproximou cada vez mais dos Estados Unidos (Schmidt 2013).

20 Em 1996, o Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções contra o Sudão que permaneceu até 2001 e no ano seguinte os EUA impôs um embargo financeiro e comercial ao Sudão que prejudicaram os interesses das grandes corporações petrolíferas norte-americanas que mantinham negócios com Cartum, como a Chevron, que passara décadas explorando petróleo e finalmente havia iniciado a prospecção deste (Johnson 2003; Oliveira 2007).

21 As derrotas militares frente às forças governamentais e, consequentemente, perda de território no início da década de 1990, impactaram na estrutura/liderança da SPLM/A, favorecendo a divisão do grupo em duas facções: a SPLA/Mainstream (grupo Torit liderado por John Garang) e SPLA/United (grupo Nasir liderado por Riek Machar). Com o objetivo de enfraquecer a oposição sulista, Cartum passou a financiar a facção liderada por Riek Machar (Cohen 2000; Johnson 2003; Doop 2013).

Schraeder 1996; Woodward 2002). Cientes da deterioração das capacidades combatentes do regime ocasionada pelo colapso econômico e pelo fim do apoio estadunidense, e com objetivo de fortalecer as suas posições, três grupos beligerantes (Movimento Nacional Somali - SNM, Movimento Patriótico Somali - SPM e Congresso Somali Unido - USC) formalizaram uma aliança, em 1989, para derrubar o presidente Siad Barre. Nesse contexto, foi assinado um pacto que previa formação de um governo de coalizão a ser integrado pelos três grupos após a queda do regime (Harper 2012; Reno 2011).

Em finais de 1990, sob o comando do líder do USC, Mohamed Farah Aidede, os grupos insurgentes lançaram uma ofensiva em direção à capital. Encontrando pouca resistência no caminho o grupo chegou à capital Mogadíscio no início de 1991. Após intensos confrontos com as forças governamentais, Siad Barre foi derrubado e fugiu da capital em janeiro de 1991. Contudo, os grupos beligerantes não chegaram a um acordo para estabelecer um governo alternativo na Somália, levando a divisão do país entre senhores de guerra que passaram a lutar entre si pela supremacia política, contribuindo para o colapso do Estado²². Com a divisão interna do USC, a capital Mogadíscio passou a ser disputada pelas milícias ligadas a Aidede e a Ali Mahdi (antigos aliados). No sul, Mohamed Said Hershi Morgan, líder da SPM disputava o poder com os senhores de guerra locais. No norte, a SNM autoproclamou a independência da região norte do país em março de 1991, que passou a ser chamada de República da Somalilândia, estabelecendo a capital em Hargeisa. Contudo - nenhum Estado reconheceu a independência da região (Harper 2012; Hooglund 1992; Lewis 2008; Woodward 2013).

Na Etiópia, a instabilidade interna, a crise econômica e a perda do apoio do principal aliado externo do regime (URSS) no final da década de 1980, teve impacto profundo sobre o governo. Além disso, as ofensivas conjuntas da Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF) e da Frente Popular de Libertação do Tigray (TPLF) foram fundamentais para a derrota do exército etíope em várias regiões. Nesse contexto, percebendo a fragilidade do regime, em 1989, a TPLF reuniu os grupos menores²³ que combatiam o DERG e formou uma coalizão, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF). Após intensos confrontos entre a EPRDF e as forças

22 Com a destituição de Siad Barre do poder, um dos líderes da USC, Ali Mahdi Mohammed, se autoproclamou presidente interino da Somália, rompendo com o pacto assinado em 1989, contudo, os outros líderes recusaram aceitar a legitimidade do governo interino e passaram a combatê-lo (Hooglund 1992).

23 Movimento Democrático Nacional Amhara (ANDM), Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO) e o Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (SEPDM) (Tareke 2004).

governamentais em Adis Abeba, em 1991, Mengistu Haile Mariam, fugiu do país e se asilou no Zimbabuê. A EPRDF, sob a liderança de Meles Zenawi, formou um novo governo em Adis Abeba. Em relação à Eritreia, após um referendo, o novo governo etíope aceitou a independência proclamada em 1993 pela EPLF²⁴ (Tareke 2004; Schmidt 2013; Vestal 1999; Westad 2005).

Pós-Guerra Fria (1991-2001): novos e “renovados” desafios de segurança

Com o final da Guerra Fria, em 1989, e o colapso da União Soviética, em 1991, a dinâmica de segurança na região modificou substancialmente, em função da desintegração do Estado na Somália, da auto-proclamação da independência da região norte da Somália (Somalilândia), do colapso do governo marxista-leninista etíope em 1991 e da independência da Eritreia em 1993. Tais acontecimentos reduziram momentaneamente as tensões entre os países da região. No entanto, mesmo com o fim do apoio oficial etíope aos grupos insurgentes no Sudão e na Somália, e destes aos grupos insurgentes etíopes, o predomínio das tensões entre Etiópia e Somália, Etiópia e Eritreia, Etiópia e Sudão, Sudão e Eritreia, somado às guerras civis em andamento no Sudão e na Somália, permaneceram sendo fatores relevantes na agenda de segurança regional no imediato pós-Guerra Fria (Berhe 2014; Sharamo e Mesfin 2011; Schmidt 2013).

De fato, no início da década de 1990 existia uma esperança de pacificação do Chifre da África com a chegada ao poder dos grupos insurgentes na Etiópia e na Eritreia apoiados por Sudão e Somália. Segundo Cliffe (1999), houve um breve período de *détente* entre 1991 e 1994, caracterizado por diversas iniciativas regionais para a resolução dos conflitos na Somália, no Sudão e no Djibuti, bem como pelos processos de integração econômica envolvendo países da região²⁵.

24 A Eritreia foi conquistada pela Itália em 1890 e fora ocupada por forças britânicas entre 1941 e 1952, quando, por recomendação da Assembleia Geral da ONU, foi formalmente entregue à Etiópia como uma unidade federativa que deveria submeter-se à soberania etíope, ainda que mantivesse sua autonomia em questões domésticas. Em 1962, no entanto, tal autonomia foi revogada e a Eritreia foi formalmente incorporada à Etiópia como uma das suas catorze regiões, o que desencadeou uma guerra de libertação nacional, encabeçada por EPLF, que durou trinta anos. Em 1991 com a tomada de poder em Adis Abeba pela TPLF/EPRDF sob liderança de Meles Zenawi, o novo governo etíope aceitou a independência da Eritreia e após um referendo popular, em maio de 1993, a República da Eritreia se tornou independente (estabelecendo a capital em Asmara); assim, o Secretário-Geral da EPLF, Isaias Afewerki, foi eleito presidente do país (Clapham 1996; Cohen 2000; Reno 2011; Schmidt 2013).

25 Pode-se citar o exemplo da institucionalização do Mercado Comum da África Oriental e

Como exemplo, podemos citar o papel assumido pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) no gerenciamento dos conflitos e das crises políticas na região a partir do início dos anos de 1990. Em 1993, após três tentativas fracassadas de resolução de conflito entre Cartum e SPLM/A, o presidente al-Bashir solicitou formalmente à IGAD para mediar a guerra civil no país, possibilitando uma série de conversações entre as partes beligerantes que culminou na assinatura do Acordo de Paz Abrangente (CPA) em 2005, que pôs fim a Segunda Guerra Civil Sudanesa que iniciou em 1983. Na Somália, apesar das várias tentativas de resolução do conflito levadas a cabo pela IGAD desde o início da crise, não foi possível estabilizar o país e estabelecer uma autoridade capaz de manter a ordem e a paz. Em 2002, no entanto, chegou-se a um acordo que estabeleceu, em 2004, um Parlamento Federal de Transição e um Governo Federal de Transição (TFG), em 2005 (Cardoso 2015; Healy 2014; Williams 2013).

Todavia, as rivalidades históricas e as disputas ainda pendentes que geram desconfianças mútuas entre os países da região, continuaram sendo fatores de relevância na agenda de segurança regional nesse período. O primeiro eixo de rivalidade verificado no pós-Guerra Fria foi entre Etiópia e Eritreia.

As tensões entre a Etiópia e a Eritreia têm suas origens no desentendimento entre os governos da TPLF e da EPLF²⁶, que levou à eclosão de uma guerra convencional de grande escala entre os dois países em maio de 1998. Importa ressaltar que estes foram os principais responsáveis pelo colapso do regime militar etíope em maio de 1991 (Cliffe 1999; Kornprobst 2002; Marcus 2002). Nos primeiros anos após a independência da Eritreia as relações entre os dois países foram positivas e cooperativas. Reflexo disso pode ser encontrado nos vários acordos assinados ao longo da primeira metade dos anos 1990 entre Asmara e Adis Abeba, visando alcançar integração econômica e cooperação política. Pode-se citar o Acordo de livre comércio e de cooperação econômica²⁷, o acordo que facilita o uso dos portos eritreus de Assab e Massawa pela Etiópia, o uso do birr etíope como a moeda comum e o acordo de defesa mútua (Abbink 2003; Berhe 2014). Além disso, acertou-se a colaboração para reconstrução das infraestruturas

Austral (COMESA) em 1994, e a transformação da Autoridade Intergovernamental para Seca e Desenvolvimento (IGADD) em Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em 1996, com a inclusão de uma agenda de segurança.

26 Em fevereiro de 1994 a EPLF foi renomeada como Frente Popular para a Democracia e Justiça (PFDJ).

27 Tendo em vista a complementaridade comercial entre Asmara e Adis Abeba, no qual a Eritreia exportava os seus bens manufaturados para Etiópia e importava desta café e maioria dos bens alimentícios consumidos internamente, foi acordado um mecanismo de controle da inflação e sincronização das políticas comerciais (Tareke 2000).

dos países, destruída durante a guerra (Clapham 1996; Mulugeta 2011; Yobi 2000).

Em 1997, no entanto, quando Adis Abeba adotou uma política econômica ortodoxa (em convergência com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI), diminuiu-se o fluxo de capital da Etiópia para Eritreia e as relações entre os dois países começaram a deteriorar. Além disso, a Etiópia enfrentava problemas econômicos devido à baixa do preço de café (sua principal *commodity*) no mercado internacional. Devido à profunda interdependência das economias, principalmente a dependência da Eritreia do mercado etíope, os problemas econômicos etíopes tiveram reflexos na Eritreia. Na tentativa de reverter tal situação e pressionar a Etiópia, em novembro de 1997, o governo eritreu abandonou o uso do birr e criou a sua própria moeda -nakfa²⁸ - e aumentou as tarifas sobre a utilização dos portos (Mulugeta 2011; Schneider 2010; Woodward 2006).

As disputas fronteiriças agravaram as já estremecidas relações entre os dois Estados. Os quase 1000 quilômetros de fronteira entre os dois países não haviam sido claramente definidos no momento da independência da Eritreia, e permaneciam alguns pontos de disputas. A Eritreia baseava as suas reivindicações no mapa da colônia italiana, enquanto que a Etiópia baseava suas demandas nos tratados entre a Itália e o império etíope no início do século XX (ICG 2003; Marcus 2002; Tareke 2009).

A guerra eclodiu em maio de 1998 quando as Forças de Defesa da Eritreia invadiu e ocupou a cidade etíope de Badme. No início de junho, o conflito se intensificou com campanhas terrestres e aéreas de ambos os lados. As causas do conflito continuam sendo pouco claras; alguns autores classificam como uma mera disputa por território, enquanto outros, como Peter Woodward (2006), Gebru Tareke (2009), Kidist Mulugeta (2011), argumentam que o território foi o estopim, e não a causa da guerra (Hamilton 2000; Mulugeta 2011; Tareke 2009; Woodward 2006). Apesar das tentativas de resolução do conflito, mediadas por Estados Unidos, Ruanda e, posteriormente, pela OUA, não foi possível restabelecer a paz entre Asmara e Adis Abeba.

A Eritreia foi derrotada em termos convencionais pela Força de Defesa Nacional da Etiópia (ENDF) em junho de 2000 e, em julho do mesmo ano, através da resolução 1298, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) estabeleceu a Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia

28 De acordo com Schneider (2010), isto foi mal recebido pelas autoridades etíopes, que em retaliação, declararam que o comércio entre os dois países seria, a partir de então, conduzido comumente – através da utilização de moeda estrangeira. Além disso, no final de 1997, foram lançadas novas notas do birr, o que inviabilizava uma possível desistência Eritreia lançar nova moeda.

(UNMEE), com o mandato de monitorar o cessar-fogo e vigiar a zona tampão/desmilitarizada de 25 quilômetros entre as duas fronteiras. Em dezembro, sob auspícios da OUA, ONU, União Europeia e Estados Unidos, foi assinado o Acordo de Paz de Argel, que determinava, entre outros termos, que a disputa de fronteiras fosse submetida a dois órgãos independentes e imparciais a serem indicados pelos Secretários Gerais da OUA e da ONU, bem como pelos dois países. O primeiro era a Comissão de Requerimento Eritreia-Etiópia, responsável por analisar as reivindicações quanto às perdas na guerra e o segundo, a Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia (EEBC), composta por cinco membros - cabia a esta última demarcar os limites de acordo com os tratados coloniais de 1900, 1902 e 1908 (Algiers Agreement 2000; ICG 2003; Mulugeta 2011; Tareke 2000).

Em abril de 2002, a EEBC decidiu sobre a demarcação da fronteira: a cidade de Badme ficaria no território Eritreu; a Etiópia recusou-se a aceitá-lo, conduzindo a uma situação de impasse (ICG 2010b; Kornprobst 2002; Lyons 2006; Yobi 2000). Em 2004, o primeiro ministro etíope, Meles Zenawi, propôs um plano de diminuição da tensão que foi bem recebida pela comunidade internacional, mas não foi aceito pelo governo eritreu, devido ao não reconhecimento etíope da resolução de EEBC. Em 2008, o CSNU decidiu pela não renovação do mandato da UNMEE e o impasse permanece – a Etiópia se diz prejudicada e a Eritreia não disposta a negociar, uma vez que está satisfeita como com a decisão da EEBC (Schneider 2010).

Quanto às rivalidades entre Adis Abeba e Cartum, a chegada dos grupos insurgentes apoiados pelo Sudão ao poder na Etiópia indicava que haveria melhoria das relações. Contudo, o apoio de Cartum aos grupos insurgentes islâmicos dentro da Etiópia afastou os dois países. As relações bilaterais deterioraram-se ainda mais quando os terroristas ligados ao grupo *Islamic Brotherhood*, responsáveis pela tentativa de assassinato do presidente do Egito, Hosni Mubarak, em junho 1995, em Adis Abeba, durante a Cúpula da OUA, fugiram para o Sudão – o que confirmou, supostamente, a participação deste país no atentado. Como resposta, o novo governo etíope passou a oferecer importante apoio financeiro e militar ao SPLA, o que permitiu a reversão da situação frente ao governo sudanês (Adar 2000; Cliffe 1999; Doop 2013; Schmidt 2013).

Com a eclosão da guerra com a Eritreia, Adis Abeba procurou melhorar as relações com Cartum, a fim de diminuir as frentes em que lutava e redirecionar atenção e os esforços para a fronteira norte do país. Aliado o enfraquecimento da retórica islâmica por parte do governo sudanês, tal fato permitiu que as relações entre os dois países melhorassem no final da década de 1990, possibilitando maior cooperação nas questões de segurança regional. Em 2004, por exemplo, Sudão, Etiópia e Iêmen

firmaram uma aliança informal para contrapor a Eritreia, que se opunha a ambos os regimes (ICG 2010a; Prunier 2012; Schmidt 2013).

Por sua vez, as tensões entre Sudão e Eritreia remontam ao início da década de 1990, quando Cartum passou a apoiar grupos fundamentalistas islâmicos eritreus, como o Jihad Islâmico Eritreu (EI) (Cliffe 1999; ICG 2010b; Prunier 2012). Em resposta, Asmara passou a apoiar, tanto por meio de ajuda militar como via auxílio financeiro, os grupos contrários ao governo de Omar Hassan al-Bashir - especialmente o SPLA e a Aliança Democrática Nacional (NDA). O suporte eritreu foi fundamental para a vitória do SPLA sobre as forças governamentais no Estado de Nilo Azul em 1997 (ICG 2010a). A Eritreia rompeu as relações diplomáticas com Sudão em dezembro de 1994 e, em junho do ano seguinte, sediou a conferência de todos os grupos de oposição ao regime de al Bashir (SPLA, civis e exilados), momento em que foi formado a Aliança Democrática Nacional (NDA). A NDA ficou sediada na embaixada do Sudão em Asmara, fechada de 1994 até 2000, ano em que as relações diplomáticas entre os dois países foram restabelecidas (Cliffe 1999). Em 2003, no entanto, o governo Eritreu foi acusado de apoiar os grupos insurgentes em Darfur - principalmente o Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM) (Prunier 2012).

As relações entre Sudão e Uganda tornaram-se tensas desde a década de 1980, após o presidente Yoweri Museveni oferecer apoio financeiro e militar ao SPLA. Em resposta, Cartum passou oferecer armas, inteligência militar e treinamento para grupos insurgentes ugandenses, como a LRA, a Frente do Banco Ocidental do Nilo (WBNF) e a Força Democrática Aliada (ADF) (Cliffe 1999; Reno 2011). Na década de 1990, as relações diplomáticas entre os dois países foram cortadas. Com a assinatura do acordo de paz em 2005 no Sudão as relações entre os dois Estados melhoraram substancialmente (ICG 2010a; Prunier 2012).

No final da década de 1990, a dinâmica de segurança na região sofreu uma leve guinada em função da guerra entre Etiópia e Eritreia e, principalmente, do atentado terrorista de agosto de 1998 contra a embaixada dos EUA em Nairóbi, no Quênia. Tal atentado matou ao menos 220 pessoas, incluindo 12 americanos, e feriu aproximadamente 5 mil pessoas, sendo que, minutos depois um segundo atentado terrorista contra a embaixada dos EUA em Dar es Salaam, na Tanzânia, deixou dezenas de mortos (Carson 2005; Mesfin 2009; Muhula 2007). A autoria dos dois ataques foi atribuída à rede terrorista al-Qaeda, encabeçada por Osama bin Laden. Em resposta, os EUA bombardearam com mísseis de cruzeiro uma fábrica farmacêutica no norte de Cartum, em retaliação ao apoio concedido pelo presidente Omar al-Bashir à al-Qaeda, e também devido à desconfiança de que o país estaria desenvolvendo um programa clandestino de armas

químicas (Adebajo 2003; Kagwanja 2006; Lyman 2009; Møller 2009). Principalmente por pressão dos EUA, em 1996, bin Laden foi expulso do Sudão e retornou para o Afeganistão, onde ficaria sobre proteção do regime Talibã até a queda deste em 2001.

Pós-11 de setembro (2001-2015): agendas, atores e “novas” ameaças

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos²⁹ alteraram novamente a dinâmica de segurança na região, ao colocarem o terrorismo³⁰ no centro da agenda. O Chifre da África foi o primeiro alvo da securitização estadunidense no continente africano pós-11 de setembro; além de estar próxima do Oriente Médio, foi também a região onde a rede terrorista al-Qaeda iniciou as suas operações em grande escala (Quênia e Tanzânia em 1998). Esta nova percepção de ameaça baseia-se numa confluência de fatores característicos da região, como as atividades de grupos radicais islâmicos, o potencial desagregador dos Estados fracos/falidos, as parcelas de territórios não governados e a ideia de que tais características sirvam como atrativos para refúgio e recrutamento de organizações terroristas, sobretudo para a rede al-Qaeda.

Com a publicação da Estratégia Nacional de Segurança (NSS), conhecido também por Doutrina Bush, em setembro de 2002, iniciou-se formalmente a macro-securitização estadunidense em várias partes do mundo, através da chamada Guerra Global contra Terror (GWoT). Nesse documento, os Estados Unidos reconheceram atores não-estatais como sendo inimigos importantes e Estados fracos como perigosos. Além disso, o NSS defendia que era necessário responder às ameaças antes que estas estivessem completamente formadas e justificou a preempção (*preemption*)

29 “Em 11 de setembro de 2001, quatro aviões de passageiros sequestrados dentro dos Estados Unidos, de companhias locais, American Airlines e United Airlines, e comandados por terroristas, atingiram símbolos tradicionais do poderio econômico e militar norte-americano, causando milhares de mortos. Em Nova Iorque, dois ataques de boeings provocaram a explosão e o desabamento das torres gêmeas do World Trade Center e, na capital Washington DC, o Pentágono foi atacado (...). O quarto avião caiu em uma floresta em Pittsburgh, aparentemente sem ter atingido seu objetivo, que seria Camp David.” (Pecequillo 2011, 374).

30 Não existe uma definição clara e consensual do terrorismo. Para o propósito deste trabalho utilizaremos o conceito desenvolvido por Eugenio Diniz, que define o terrorismo como “[...] um tipo de uso da força ou ameaça do uso da força caracterizado pela indiscriminação dos alvos, pela centralidade do efeito psicológico que se busca causar e pela virtual irrelevância, para a correlação de forças entre as vontades antagônicas envolvidas no conflito, da destruição material e humana pela ação terrorista.” (Diniz 2010, 165-166).

como autodefesa antecipada (Crenshaw 2010; Nasser e Teixeira 2010; Pecequillo 2011).

O processo de securitização do Chifre da África teve início em outubro de 2002, quando o governo George W. Bush iniciou a construção de uma rede de defesa militar antiterrorista na região, ao estabelecer uma base militar no Djibuti – *Camp Lemonnier* – o qual veio ser a base da Força Tarefa Conjunta Combinada – Chifre da África (CJTF-HOA), sob a responsabilidade da *U.S. Central Command* (CENTCOM)³¹. Esta tem por o objetivo localizar e destruir redes terroristas internacionais no chifre e leste da África, Iêmen e nas ilhas adjacentes no Oceano Índico³² (Adebajo 2003; Fisher e Anderson 2015; Lyman 2009). No ano seguinte, os Estados Unidos lançaram a Iniciativa Contraterrorista no Leste da África (EACTI), um programa de US\$ 100 milhões para combater o terrorismo no Quênia, Tanzânia, Uganda, Eritreia, Etiópia e Djibuti (Fisher 2013; Kagwanja 2006; Møller 2009). Essa dinâmica do Chifre da África foi ligada à própria GWoT no Oriente Médio, devido à proximidade geográfica das regiões e ao ataque terrorista contra o Destróier estadunidense *USS Cole* em outubro de 2000 no porto do Aden no Iêmen – feito atribuído aos terroristas Iemenitas ligado ao al-Qaeda (Buzan e Wæver 2003; Rotberg 2005; Schmidt 2013).

Em 2002, os EUA também lançaram a Operação Liberdade Duradoura – Chifre da África (OEF-Horn of Africa) voltada ao combate ao terrorismo no Chifre da África, especialmente na Somália, e ao combate à pirataria na costa leste da África (FISHER, 2013; KIAMBA, 2008). Em fevereiro 2007, o Pentágono anunciou a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), responsável por operações, exercícios, capacitação dos soldados e cooperação securitária com os países africanos - com exceção do Egito que faz parte da CENTCOM (Adebajo 2013; Oliveira e Cardoso 2015; Pham 2014). Operacional desde outubro de 2007, o AFRICOM é um dos seis comandos militares estadunidenses espalhados pelo mundo³³.

31 Após a criação de comando africano separado, a US Africa Command (AFRICOM) em outubro de 2007, a responsabilidade da CJTF-HOA ficou sob responsabilidade desta.

32 Paralelamente a securitização do Chifre da África, os EUA lançaram em novembro de 2002 a Iniciativa Pan Sahel (PSI, do inglês Pan-Sahel Initiative), um programa de US\$ 7,75 milhões que visa oferecer apoio logístico e treinamento militar contra insurgente na região do Sahel que inclui os governos da Mauritânia, Mali, Níger e Chade. Em 2005, o PSI foi expandida e transformada na Iniciativa Contraterrorista Trans-Shariana (TSCTI) que passou a incluir além os países do Magreb, Marrocos e Tunísia, Nigéria, Senegal e Burkina Faso passaram a fazer parte dessa iniciativa. Além disso, o orçamento foi expandido para US\$ 100 milhões anuais (Adebajo 2013; Schmidt 2013).

33 *U.S. Northern Command* (NORTHCOM), *U.S. Central Command* (CENTCOM), *U.S. Southern Command* (SOUTHCOM), *U.S. European Command* (EUCOM) e *U.S. Pacific Command* (PACOM). Ressalta-se que antes da criação da AFRICOM as atividades militares dos EUA para a África eram centralizadas na EUCOM.

Percebido como um instrumento para garantir os interesses estratégicos norte-americanos no continente e manutenção de regimes-chave no poder (principais exportadores de petróleo, Quênia e Etiópia), através da venda de armas e de treinamento de suas forças armadas, o AFRICOM foi largamente rejeitado pela grande maioria dos países africanos (Keenan 2009; Taylor 2010; Volman e Keenan 2009). Tal rejeição pode ser vista na recusa de todos os Estados africanos, com exceção de Libéria e Marrocos, em acolher a sede da AFRICOM - que permanece em Stuttgart, na Alemanha, com base de apoio no Djibuti, no Mar Vermelho, e na Ilha de Ascensão, no Atlântico Sul (Keenan 2009; Visentini 2013). Os ex-presidentes da África do Sul, Thabo Mbeki, e da Nigéria, Olusegun Obasanjo, por exemplo, acreditavam que a instalação de bases estadunidenses deixaria o continente mais suscetível à ação de terroristas.

Em 2009, já sob a administração Obama, foi estabelecida a Parceria Regional Contraterrorista para o Leste da África (PREACT), voltada para o combate ao terrorismo em Burundi, Comores, Djibuti, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda. Desde a sua criação, o Departamento de Estado norte americano já disponibilizou cerca de US\$ 104 milhões para as atividades da PREACT (FISHER, 2013; US. Department of State, 2014).

Algumas contradições importantes surgem através da análise da GWOt no Chifre da África. Um primeiro fator a ser identificado diz respeito às relações bilaterais entre os Estados Unidos com os países da região. Quanto aos Estados que já eram aliados - Etiópia, Quênia e Uganda - a GWOt representou a consolidação de suas relações com os EUA. Em relação aos países com os quais os EUA haviam se mantido antes relativamente afastados, como Sudão e Eritreia, estes tiveram suas relações com Washington subitamente transformadas. O Sudão, transformado em pária internacional (*rouge State*) na década 1990, acabou beneficiando-se da GWOt, ao ser reintegrado à comunidade internacional após a suspensão das sanções³⁴ (Fisher e Anderson 2015). De fato, após o lançamento da GWOt, com temor de sofrer uma intervenção militar dos Estados Unidos, como ocorreu no Afeganistão, o presidente Omar al-Bashir diminui a retórica islâmica em sua política externa e expulsou do seu governo Hassan al-Turabi, um dos principais ideólogos islâmicos do país (Schneider 2010; Woodward 2013). Cartum tornou-se um aliado importante dos Estados Unidos na região na luta contra o terrorismo, uma vez que passou a usar suas conexões e passou a fornecer informações ao governo norte-americano (Johnson 2007; Malwal 2003; Schmidt 2013).

34 Entre 2001 e 2004, o Sudão tornou-se o principal receptor da assistência econômica estadunidense na África subsaariana.

Com o estreitamento das relações com Washington e a construção de uma rede transnacional antiterrorista no Chifre da África, todos os países da região, em graus variados, apropriaram-se desse quadro para securitizar seus problemas internos (Fisher e Anderson 2015; Oliveira e Cardoso 2015). A Etiópia foi o que mais beneficiou desse processo. Como exemplo, enquadrou os grupos internos contrários ao governo, como a Frente de Libertação do Oromo, Frente de Libertação Nacional do Ogaden, Frente Islâmica para a Libertação de Oromia e a Ginbot 7³⁵, responsáveis por vários ataques no país, na categoria de organizações terroristas (Kagwanja 2006; Mulugeta 2014; Rotberg 2005).

De modo semelhante, o presidente ugandês, Yoweri Museveni, enquadrou o LRA e a ADF na categoria de grupos terroristas. Com apoio financeiro e logístico dos Estados Unidos, em março de 2009, a Força de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) iniciou uma grande operação (*Operation Lightning Thunder*) contra as forças combatentes da LRA e o seu líder Joseph Kony, desmantelando as suas bases na República Democrática do Congo (RDC) – isto obrigou o grupo a fugir para a República Centro Africana (RCA). Em outubro de 2010, em Bangui, na RCA, foi firmado um acordo entre a RDC, RCA, Uganda e Sudão para a criação de uma força regional permanente para atuar, sobretudo, contra as forças combatentes da LRA (Fisher e Anderson 2015; Giacobelli 2010). Todavia, a proposta não saiu do papel. Em 2011, os Estados Unidos enviou 100 assessores militares para África Central, com o objetivo declarado de auxiliar o governo ugandês no combate ao LRA.

Desse modo, deve-se questionar: de onde surge o terrorismo como um problema de segurança regional? A ausência de tal perspectiva crítica faz com que o combate ao terrorismo assuma uma forma apriorista de identificação de uma ameaça em detrimento de outras, quicá mais importantes. Deve-se buscar as raízes históricas do terrorismo na região. Em muitos países do Chifre, os movimentos de oposição moderados foram historicamente cooptados pelo regime, ao passo que movimentos oposicionistas mais radicais viram-se relegados à exclusão completa do sistema político (Kiamba 2008).

Por outro lado, a proliferação de ataques terroristas no Quênia, Etiópia e Uganda fez com que o tema assumisse importância na agenda de segurança regional. Reflexo disso pode ser encontrado nas várias iniciativas continentais, regionais e nacionais voltadas ao combate ao terrorismo e proteção de civis. No âmbito continental, em julho de 1999, durante a Cúpula Ordinária da OUA, em Argel, os Estados membros da

35 Ginbot 7 é um partido político etíope fundado por Berhanu Nega e foi um dos principais partidos de oposição nas eleições de 2005 (Mulugeta 2014).

OUA adotaram a Convenção para a Prevenção e Combate ao Terrorismo e, em 2002, estabeleceu-se o Centro Africano para Estudo e Pesquisa sobre o Terrorismo (ACSRT) (Kagwanja 2006).

No âmbito regional, em 2005, durante a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD, realizada em Cartum, formulou-se um plano de ação para o combate ao terrorismo na região. Trata-se da Estratégia sobre Paz e Segurança da IGAD. No ano seguinte, foi lançado o Programa de Fortalecimento Institucional contra o Terrorismo da IGAD (ICPAT), assentado em quatro principais componentes: no reforço da capacidade judicial, na cooperação interdepartamental, controle de fronteiras, treinamento e cooperação estratégica (Kagwanja 2006; Woodward 2013). Em 2011, criou-se o Programa de Setor de Segurança da IGAD, voltado para a segurança marítima e combate ao crime organizado e ao terrorismo, bem como para a Reforma do Setor de Segurança (RSS).

No nível nacional, os países da região adotaram políticas para prevenção e combate ao terrorismo - Sudão, Uganda e Quênia, por exemplo, ratificaram todas as vinte convenções e protocolos internacionais para o combate ao terrorismo e aprovaram leis para prevenir os ataques terroristas (Rotberg 2005; Sousa 2013).

No Quênia, país que vem sofrendo nos últimos anos com o transbordamento (*spillover*) do terrorismo na Somália³⁶ para o seu território, o combate ao terrorismo foi adotado como prioridade na política de defesa. Desde os ataques terroristas de 1998, em Nairóbi, e de 2002, em Mombasa, teve início o desenvolvimento, ainda que incipiente, das capacidades contraterrorista por parte das autoridades quenianas. Já em 1999, foi criado o Serviço de Inteligência e de Segurança Nacional (NSIS) e, em abril de 2003, foi publicado o projeto de Lei de Supressão ao Terrorismo (*Suppression of Terrorism Bill*) e criada a Unidade Especial de Contraterrorismo (*Anti-Terror Police Unit*). No ano seguinte, sancionou-se um projeto de lei para proteger testemunhas (*Witness Protection Bill*) em caso de terrorismo,

³⁶ Em outubro de 2011, em resposta aos sequestros de turistas na fronteira com a Somália, atribuídos ao grupo fundamentalista somali *al Shabaab*, numa operação contraterrorista denominada de operação *Linda Nchi*, o *Kenya Defence Forces* (KDF) interveio militarmente na vizinha Somália com o objetivo de localizar e destruir células do *al Shabaab*. Em fevereiro de 2012, os soldados quenianos integraram oficialmente a *African Union Mission in Somalia* (AMISOM) - o país mantém atualmente na missão 4.664 contingentes (AMISOM 2014; Pham 2014). Em resposta a esse papel desempenhando pelo Quênia no conflito da Somália, milícias ligadas ao *al Shabaab* começaram a realizar atentados terroristas de baixa intensidade no território queniano. Em setembro de 2013, no entanto, o *al Shabaab* planejou e executou o seu maior ataque fora do território da Somália, contra um luxuoso centro comercial de propriedade israelense (*Westgate Shopping*) na capital do Quênia, Nairóbi. Tal atentado deixou 67 mortos de várias nacionalidades e centenas de feridos.

foi estabelecido o Centro Nacional Anti-Terrorista (NCTC), bem como a publicação da Estratégica Nacional Anti-Terrorista. Em 2006 foi publicado a *supplemental Anti-Terrorism Bill* (Kagwanja 2006; Muhula 2007; Rotberg 2005). Ademais, o país promove um extenso programa de cooperação com os Estados Unidos e Inglaterra para o combate ao terrorismo.

Conhecida desde o início da década de 1990 pelo epítome de Estado falido, em razão da instabilidade política interna, a Somália transformou-se num importante campo de batalha na Guerra contra o Terror. Embora os grupos islâmicos fundamentalistas somalis – como *Al-Itihaad-al-Islami* (AIAI)- apareçam desde 2002 na lista das organizações terroristas do Departamento de Estado norte americano, somente a partir de 2004, com a ascensão e o avanço da União das Cortes Islâmicas (UIC) - coalizão de milícias islâmicas defensoras da *Shari'a* (lei islâmica) - pelas regiões sul e central do país que a Somália se transformou no epicentro da guerra contra terror na África (Elmi 2010; Rotberg 2005; Samatar 2013). Um indicador de insegurança presente no território somali é representado pelo Índice de Risco Terrorista, que aponta a Somália como o país com maior risco de ocorrência de atentados terroristas (Maplecroft 2014).

Nesse contexto, através dos senhores de guerra e dos Estados vizinhos, os Estados Unidos criaram uma frente para combater o terrorismo islâmico na Somália. A CIA assumiu o importante papel nesse contexto, armando um grupo de senhores de guerra somali e, sob a liderança de Bashir Ragma e Musa Sude, criou a Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo (ARPCT) em fevereiro de 2006, visando lutar contra a afirmação da UIC. Entretanto, esta foi rapidamente derrotada pelas milícias islâmicas e expulsa das principais cidades. Em junho de 2006, a UIC já controlava as principais cidades nas regiões sul e central, incluindo a capital Mogadíscio. Em dezembro de 2006, no entanto, com o apoio tático e militar dos Estados Unidos, a Etiópia interviu na Somália em apoio ao recém-criado Governo Federal de Transição (TFG), visando conter a expansão territorial da UIC e enfraquecer suas capacidades políticas e combatentes, bem como legitimar o novo governo (Adebajo 2013; Lyman 2009; Woodward 2013).

A UIC foi militarmente derrotada em janeiro de 2007 e fragmentou-se em duas alas distintas, uma moderada e outra radical. A primeira, Aliança para a Re-libertação da Somália (ARS) liderada por Sharif Sheikh Sharif Ahmed, foi incorporada ao governo de transição como parte do acordo de paz de Djibuti (*Power-Sharing*); firmado em junho de 2008; Já a segunda, *Harakat al-Shabaab Mujihadeen* (*al Shabaab*), liderada por Sheikh Hassan Dahir Aweys, transformou-se no maior desafio à consolidação da paz na Somália. O *al Shabaab* aparece pela primeira vez na lista de organizações terroristas (*terror Black list*) do Departamento do Estado norte americano,

em março de 2008, pela suposta ligação com a rede al-Qaeda (Murithi 2008; Wekengela 2011). Em síntese, a eclosão da Guerra Global contra o Terror, oficializada pela Doutrina Bush em 2002, quaisquer que sejam seus méritos, alterou a agenda regional de segurança e as prioridades estratégicas dos países da região.

A pirataria marítima³⁷ consiste num outro importante desafio de segurança na região atualmente. Embora os números de ataques na costa da Somália³⁸ venham caindo nos últimos anos, de 237, em 2011; para 75, em 2012; chegando a 15, em 2013 (vide a figura 1) (Mschoa 2014), esse problema ainda representa um enorme desafio não apenas regional, mas, sobretudo, internacional, tendo em vista a localização estratégica do país e a importância dessa rota marítima para o comércio internacional, bem como pela proximidade do Golfo Pérsico (Cunha 2013; Fantaye 2014).

Nesse sentido, desde 2008, por decisão do CSNU (resolução 1851) e a pedido do TFG, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Somália vem sendo patrulhada pela comunidade internacional, com o objetivo de garantir a segurança do intenso tráfego marítimo que cruza o golfo de Áden e o Mar Vermelho diariamente. Atualmente, estão em curso três grandes operações de combate à pirataria na região: *Operation Atlanta - European Union Naval Force Somalia* (EUNAVFOR), da União Europeia, a *Operation Ocean Shield*, da OTAN, e uma força naval multinacional, a *Combined Task Force 151* (CTF-151), que compreende uma coligação de 29 países sob comando da Marinha estadunidense, sediada no Bahrein. Esta última conta com contribuições individuais de países que destacaram meios navais próprios sob o comando nacional, como China, Japão, Índia, Irã, Rússia e Arábia Saudita³⁹ (Fantaye

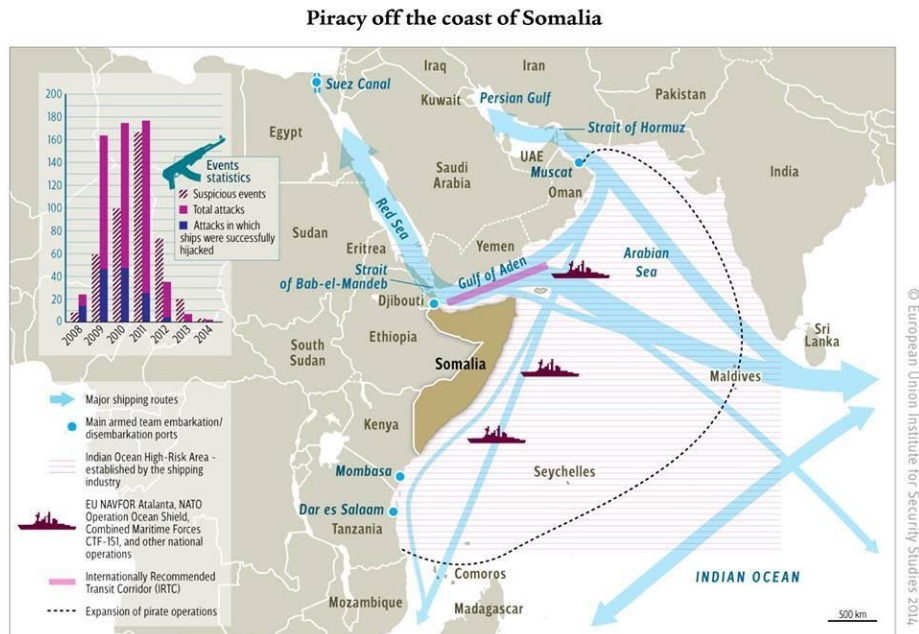
37 Para o propósito deste trabalho utilizaremos a definição de pirataria da Convenção de Montego Bay das Nações Unidas que consiste em todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometida, para fins privados, pela tripulação ou passageiros de um navio ou aeronave privados, e dirigidos contra: i) um navio ou aeronave no alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos; ii) um navio ou aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de um Estado. Por fim, todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata (ONU 1982).

38 A pirataria marítima na costa da Somália tem capturado crescente atenção da mídia internacional e dos operadores econômicos, preocupados com efeitos negativos desse fenômeno para a economia e segurança internacional. A partir de 2009, houve um aumento da pirataria marítima na costa da Somália e no golfo do Áden. Na maioria dos casos os piratas são ex-pescadores que sequestram navios cargueiros e petroleiros e exigem resgates milionários para a liberação dos navios e das suas respectivas tripulações.

39 Os custos com o combate à pirataria marítima são estimados em cerca de US\$ 7 bilhões anuais, sendo os gastos com o pagamento de resgates dos navios e das suas respectivas tripulações representam apenas 2% desse valor (Oceans Beyond Piracy 2011; International

2014; McKay 2011; Stratfor 2013; Woodward 2013).

Figura 1 - Pirataria e operações de combate na costa da Somália



Fonte: European Union Institute for Security Studies (2014)

É relevante considerar também a privatização de segurança marítima no combate à pirataria no Chifre da África. Várias empresas contrataram serviços de proteção armada de navios mercantes que transitam pela região. Como resultado, houve proliferação de empresas militares privadas que passaram a atuar na região: como exemplo podemos citar *Eos Risk Management*, *Hollowpoint Protection*, *Anti-Piracy Maritime Security Solutions*, *Secopex*, *Gulf of Aden Group Transits (GoAGT)*, *the Hart Group*, *the Olive Group*, *ISSG Holdings Ltd.*, *Muse Professional Group Inc* and *Xe Services* (Cunha 2013).

Ainda que não exista um consenso sobre as causas da pirataria no Chifre da África, para alguns autores, como Peter Woodward, Demessie Fantaye, entre outros, ela está diretamente ligada ao colapso do Estado na Somália. De fato, a grave crise interna vivida pelo país desde o início da década de 1990, bem como a debilidade de sua capacidade de vigilância e de controle, acabou permitindo a atuação de embarcações estrangeiras as quais, além de praticarem pescas predatórias na ZEE somali, também

contribuíram para danos ambientais por meio do despejo de resíduos tóxicos nas águas territoriais da Somália (Fantaye 2014; Woodward 2013).

Atualmente, as principais ameaças de segurança que envolvem os países da região atribuem-se a grupos insurgentes que operam em diferentes territórios, como o *al Shabaab*, na Somália, o LRA⁴⁰, em Uganda, a Frente de Libertação de Oromo, na Etiópia, bem como a pirataria marítima na costa da Somália, o conflito interno no Sudão (Darfur, Nilo Azul, Montanhas Nuba), a guerra civil na Somália e no Sudão do Sul⁴¹ (Bahta 2008; Doop 2013). Em nível interestatal, pode-se citar a disputa entre Sudão e Sudão do Sul pela região petrolífera de Abyei, a disputa territorial entre Eritreia e Djibuti, a rivalidade entre Etiópia e Eritreia e a disputa pela ilha Migingo entre Quênia e Uganda (Mesfin 2011). No entanto, tais contendas se mantêm no nível diplomático.

Somam-se a isto os desafios da segurança humana, como fracos indicadores sociais na maioria dos Estados da região e o elevado número de deslocados internos e de refugiados (Bakewell e Haas 2007). Somente no Quênia existem atualmente 442.170 refugiados somalis. A situação se mostra mais complexa se contabilizarmos os refugiados somalis nos demais países da região, bem como os refugiados sudaneses e sul sudaneses.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar a dinâmica de segurança no Chifre da África no período pós-independência, como forma de compreender as perspectivas e os desafios de segurança na região atualmente. Para tanto, fez-se uma análise dos atores, conflitos, agendas e ameaças desde o período da Guerra Fria até os dias atuais.

De modo geral, a dinâmica de segurança no Chifre da África no período pós-independência, portanto, teve impacto sobre todo o continente.

40 Em outubro de 2010 foi firmado um acordo entre a RDC, RCA, Uganda e Sudão para criação de uma força regional permanente para atuar, sobretudo, contra as forças combatentes da LRA.

41 A crise no Sudão do Sul tem as suas origens em julho de 2013, quando o vice-presidente Riek Machar foi dissolvido do cargo pelo presidente Salva Kiir, acusado de tentativa de golpe. Em resposta, Machar organizou suas milícias e criou a SPLM-Em Oposição (SPLM-IO) em dezembro, iniciando ataques aos campos petrolíferos nas províncias Jonglei, Unity e Alto Nilo, levando a eclosão da guerra civil no país (Jumbert 2013; Rolandsen et al. 2015). Atendendo ao pedido do presidente Salva Kiir, Uganda enviou um contingente militar para o Sudão do Sul em apoio às forças governamentais na tentativa de recapturar cidades no controle das milícias da SPLM-IO. Machar, por sua vez, recebeu apoio de Cartum (Jok 2015; Jumbert 2013).

O resultado de duas longas guerras civis na região (os casos da Etiópia e Sudão) reconfigurou o mapa africano no período pós-Guerra Fria. De fato, a criação de dois novos Estados na região, Eritréia (1993) e Sudão do Sul (2011), além de transformar a dinâmica securitária regional, reconfigurou o mapa da África. A importância desses dois acontecimentos se reflete no fato de que a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo foi uma das principais disposições defendidas pelas lideranças africanas no período pós-colonial, no âmbito da OUA e reafirmada na atual União Africana (UA). Os casos de Biafra (1967-1970), Katanga (1967-), Cabinda (1963-), Casamance (1982-), Somalilândia (1991) e Putilândia (1998) são exemplos claros dessa tradicional postura africana de não reconhecer movimentos separatista (Castellano e Oliveira 2011; Williams 2014; Woodward 2013).

Em grande parte, estas dinâmicas de segurança verificada no Chifre da África nesse período são dinâmicas domésticas e regionalizadas por diversos mecanismos de transbordamento (*spillover*), como o fluxo de refugiados, insurgências, tráfico de armas leves intensificados pela porosidade das fronteiras. Ele é resultado, por um lado, da existência de Estados pouco consolidados, com baixas capacidades estatais e fragilidade nos indicadores sociais; por outro, da concentração de disputas políticas internas, fronteiriças e de problemas relacionados ao terrorismo e tráfico de armas leves, entre outros desafios transnacionais. Tais limitações podem ser vistas no baixo nível de cooperação em matéria de segurança e defesa entre os países da região, esse fundamental para lidar com os problemas comuns de segurança.

Nesse contexto, ganha importante destaque a recente reaproximação de Etiópia, Sudão e Quênia – três dos maiores países da região – buscando um ambiente institucionalmente estável e economicamente desenvolvido. Isto se deve, em parte, ao crescimento exponencial das economias sudanesa, etíope e queniana na última década, que contribui para o aumento da interdependência econômica regional. Pode-se citar, por exemplo, a criação de um intercâmbio de serviços e comércio de eletricidade etíope por petróleo Sudanês⁴², que resultou em um aumento significativo no fornecimento de petróleo do Sudão para a Etiópia, que em 2009 ultrapassou 80% das importações etíopes do produto (Castellano e Oliveira 2011; Woodward 2013).

Além disso, podem-se citar também os projetos em curso na esfera

42 Está em curso a construção da hidrelétrica Grand Ethiopian Renaissance Dam no rio Nilo Azul em Benishangul-Gumuz, na Etiópia, com capacidade de produção de 6.000 MW, que irá fornecer energia elétrica barata para além da Etiópia, para o Sudão, Sudão do Sul e Egito. Ainda, segundo a estimativa da Ethiopian Electric Power Authority (EEPA), o país tem possibilidade de produzir mais de 45.000 MW de energia hidrelétrica.

de integração infraestrutural, tais como a construção de um oleoduto, o qual ligará os poços petrolíferos do Sudão do Sul aos portos de Djibuti e de Mombasa, no Quênia, o Corredor de Transportes Porto Lamu-Sudão do Sul-Etiópia (LAPSSET), este último financiado pela China. Quando concluído, o Sudão do Sul não só irá reduzir a sua dependência das infraestruturas do Sudão para exportar o seu petróleo, como também irá reduzir o custo de exportação do produto, na medida em que a distância será consideravelmente reduzida. A aproximação definitiva entre os três maiores países da região, com uma crescente interligação econômica, parece ser, ao mesmo tempo, pré-requisito e elemento contribuinte para a estabilização do Chifre da África por meio de cooperação política e construção de confiança mútua.

Entretanto, enquanto não ocorrerem investimentos pesados na construção de uma moderna infraestrutura comum aos países do Chifre da África – acrescidos de organizações intergovernamentais capazes de resolver os problemas comuns de segurança (insurgência armada, separatismo, extremismo político e religioso, tráfico de armas leves e pirataria) – tudo indica que não haverá um avanço real no sentido de estabilizar a região, fortalecer a integração regional e o desenvolvimento. Nesse sentido, a IGAD aparece como um mecanismo necessário e de extrema importância, porém, não suficiente para estabilizar a região.

REFERÊNCIAS

- Abbink, Jon. 2003. “Ethiopia-Eritrea: Proxy wars and prospects for peace in the Horn of Africa”. *Journal of Contemporary African Studies*, Boston, v.21, n.3, p. 407-425, Sept.
- Adar, Korwa G. 2000. “Conflict resolution in a turbulent region: The case of the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) in Sudan”. *Africa Journal in Conflict Resolution*, Pretoria, v.1, n. 2, p.39-66.
- Adebajo, Adekeye. 2003. “Africa and America in an age of terror”. *Journal of Asian and African Studies*, Leiden, v. 38, n. 2-3, p. 175-191, June.
- . 2013. *The curse of Berlin: Africa after the Cold War*. New York: Oxford University Press.
- Berhe, Mulugeta Gebrehiwot. 2014. “Regional peace and security co-operation under the Intergovernmental Authority on Development: Development and challenges”. *Eastern Africa Social Science Research Review*, Addis Ababa, v. 30, n. 1, p. 105-131, Jan.
- Buzan, Barry; Wæver, Ole; and Wilder, Jaap. 1998. *Security: A new framework*

- for analysis. Boulder: Lynne Rienner.
- Buzan, Barry and Weaver, Ole. 2003. *Regions and power: The structural international security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cardoso, Nilton César Fernandes. 2015. *Análise da Arquitetura Africana de Paz e Segurança: o papel da IGAD na estabilização do Chifre da África*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Castellano, Igor da Silva. 2012. *Congo, a guerra mundial africana: Conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- . 2013. “Mitologia e teoria das Relações Internacionais na África: Avanços do Novo Regionalismo”. *Revista Interação*, Santa Maria, v. 5, n.5, p.50-105 jul./dez..
- Cepik, Marco. 2001. “Segurança nacional e segurança humana: Problemas conceituais e consequências políticas”. *Security and Defense Studies Review*, Washington, v.1, n.1, p.1-19, Nov. / Dec..
- Cepik, Marco and Martins, José Miguel Quedi. 2012. *Prefácio*. In: castellano, Igor da Silva. *Congo, a guerra mundial africana: Conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI. Não paginado.
- Cliffe, Lionel. 1999. “Regional dimensions of conflict in the Horn of Africa”. *Third World Quarterly*, London, v.20, n.1, p 89-111, Feb.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the International System: The politics of State survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clayton, Anthony. 2001. *Frontiersmen: warfare in Africa since 1950*. Philadelphia: Taylor & Francis.
- Chazan, Naomi et al. 1999. *Politics and society in contemporary Africa*. 3th. ed. Boulder, Colo: Lynne Rienner,.
- Crenshaw, Martha. 2010. “A estratégia contraterrorista dos Estados Unidos”. In: HERS, Mônica; amaral, Arthur Bernardes (Org.). *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ Edições Loyola, p.25-46.
- David, Steven R. 1979. “Realignment in the Horn: The Soviet advantage”. *International Security*, Chicago, v.4, n.2, p. 69-90, Nov.
- Diniz, Eugenio. 2010. “A guerra contra a al-Qaeda: avaliação e perspectivas”. In: Hers, Mônica; Amaral, Arthur Bernardes (Org.). *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Edições Loyola, p.163-210.
- Doop, Volkert Mathijs. 2013. *How to handle your neighbours’ conflict: Ethio-*

- pia's relationships with Sudan and South Sudan*. [S.l.], Oct. (UNISCI Discussion Papers, 33).
- Fisher, Jonathan. 2013. "Some more reliable than others: Image management, donor perceptions and the Global War on Terror in East African diplomacy". *The Journal of Modern African Studies*, Cambridge, v. 51, n.1, p. 1 – 31, March.
- Fisher, Jonathan and Anderson, David M. 2015. "Authoritarianism and the securitization of development Africa". *The Royal Institute of International Affairs*, Oxford, v.91, n.1, p.131-151.
- Giacopelli, Daniel C. 2010. "Regional military force established to crack down on Lord's Resistance Army". In: *Open Democracy*. Open Security. [London], 18 Oct. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2016.
- Guglielmo, Matteo. 2011. "Unravelling the islamist insurgency in Somalia: the case of Harakat-al Shabaab Mujahideen". In: Sharamo, Roba; Mesfin, Berouk (Ed.). *Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, p.119-145.
- Harper, Mary. 2012. *Getting Somalia wrong?. Faith, war and hope in a shattered State*. London: Zed Books.
- Healy, Sally. 2014. "IGAD and regional security in the Horn". IN: HENTZ, James J. (Ed.). *Routledge handbook of African Security*. London/New York: Routledge, p.217-228.
- Herbst, Jeffrey. 2000. *States and power in Africa: comparative lessons in authority and control*. Princeton: Princeton University Press.
- International Crisis Group- ICG. 2003. "Ethiopia and Eritrea: war or peace?" *International Crisis Group*: Nairobi/Brussels, Sept. (Africa Report, 68).
- . "Sudan regional perspectives on the prospect of southern independence". 2010a. *International Crisis Group*: Nairobi, May (Africa Report, 159).
- . "Eritrea: the siege State". 2010b. *International Crisis Group*: Nairobi, Sept. (Africa Report, 163).
- Johnson, Douglas H. 2003. *The root causes of Sudan's civil wars*. Bloomington: Indiana University Press.
- Kagwanja, Peter. 2006. "Counterterrorism in the Horn of Africa: new security frontiers, old strategies". *African Security Review*, Pretoria, v. 15, n.3, p.72-86, Jan.
- Keenan, Jeremy. 2009. *The dark Sahara: America's war on terror in Africa*. London: Pluto.
- Kruys, George. 2004. "Lessons from african wars: implications for SANDF".

- Strategic Review for Southern Africa*, Pretoria, v. 26, n.1, p.15-39, May.
- Lewis, Ioan M. 2008. *Understanding Somalia and Somaliland: culture, history, society*. New York: Columbia University Press.
- Marcus, Harold G. 2002. *A history of Ethiopia*. Berkley: University of California Press.
- Mckay, Leanne. 2011. "Piracy off the coast of Somalia: towards a domestic legal response to an international concern". In: Sharamo, Roba; Mesfin, Berouk (Ed.). *Regional security in the post-Cold War Horn of Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, p. 221-256.
- Mengisteab, Kidane. 2011. "Critical factors in the Horn of Africa's raging conflicts". Nordiska Afrikainstitutet, Oslo, UPPSALA, (Discussion Paper, 67).
- Mesfin, Berouk. 2009. "The establishment and implications of the United States Africa command: an african perspective". *Institute for Security Studies*, Pretoria: (ISS paper, 183).
- . 2011. "The Horn of Africa security complex". In: Sharamo Roba; Mesfin, Berouk (Ed.). *Regional security in the post-Cold War Horn of Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, p.1-30.
- Mulugeta, Kidist. 2011. "The Ethiopian-Eritreia war of 1998-2000: an analysis of its causes, course, impacts and prospects". In: Sharamo, Roba; Mesfin, Berouk (Ed.). *Regional security in the post-Cold War Horn of Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, p.31-64.
- Møller, Bjørn. 2009. "The Horn of Africa and the US "War on Terror" with a special focus on Somalia". *DIIPER Research Series*, Copenhagen: (Working Paper, 16).
- Ofcansky, Thomas. 1992. "National security". In: Metz, Helen Chapin (Ed.). *Somalia: A country study*. Washington: GPO for the Library of Congress, p.179-226.
- Oliveira, Guilherme Z. and Cardoso, Nilton C. F.: 2015. "Renascimento e Securitização da África no Século XXI". Trabalho apresentando na VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Lima.
- Oliveira, Lucas K. and Castellano, Igor da S. 2011. "Sudão do Sul: novo país, enormes desafios". *Merediano* 47: Brasília, v.12, n.128, nov-dez., 25-35.
- Patman, Robert G. 1990. *The Soviet Union in the Horn of Africa: the Diplomacy of intervention and disengagement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pecequillo, Cristina Soreanu. 2011. *A política externa dos Estados Unidos*. 3.ed

Porto Alegre: Editora UFRGS.

- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2013. "A Revolução cubana: socialismo e o terceiro-mundismo (1959-2012)". In: Visentini, Paulo G. F. et al. (Org.). *Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI, p. 246-270.
- Reno, William. 2011. *Warfare in independent Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rotberg, Robert I. 2005. "The Horn of Africa and Yemen: diminishing the threat of terrorism". In: _____. (Ed.). *Battling terrorism in the Horn of Africa*. Washington: Brookings Institution Press, p.1-22.
- Samatar, Abdi Ismail. 2013. "The production of Somali conflict and the role of internal and external actors". In: Bereketeab, Redie (Ed.). *The Horn of Africa: Intra-State conflicts and security*. New York: Pluto, p.156-177.
- Samatar, Siad S. 1992. "Historical setting". In: Metz, Helen Chapin (Ed.). *Somalia: A country study*. Washington: GPO for the Library of Congress, p.1-54.
- Sarkees, Meredith. 2011. "The COW typology of war: defining and categorizing wars". *Correlates of War Project*, Michigan: (Version 4 of the Data).
- Schmidt, Elizabeth. 2013. *Foreign intervention in Africa: from Cold War to the war on terror*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schneider, Luíza Galiazzi. 2010. *O papel da guerra na construção dos Estados modernos: o caso da Etiópia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Tareke, Gebru. 2009. *The Ethiopian revolution: war in the Horn of Africa*. New Haven: Yale University Press.
- Visentini, Paulo G. F. 2010. *A África na política internacional: o sistema inter-africano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá.
- _____. 2012. *As Revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Unesp.
- Weiss, Kenneth G. 1980. *The Soviet involvement in the Ogaden war*. Virginia: Institute For Naval Studies.
- Westad, Odd Arne. 2005. *The global Cold War third world interventions and the making of our times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williams, Paul D. 2014. *War and conflict in Africa*. Cambridge: Polity Press.
- Woodward, Peter. 2006. *US foreign policy and the Horn of Africa*. Hampshire:

Ashgate.

———. 2013. *Crisis in the Horn of Africa: politics, piracy and the threat of terror*. New York: I.B. Tauris.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a dinâmica de segurança no Chifre da África no período pós-independência, identificando os atores, agendas e ameaças. Para tanto, ele se divide em três partes. Na primeira parte, faz-se uma análise da dinâmica de segurança no Chifre da África durante o período da Guerra Fria, focando-se nas rivalidades regionais e na penetração das potências extrarregionais. Na segunda parte são discutidas as transformações ocorridas na região no imediato pós-Guerra Fria, focando nas dinâmicas de segurança internas das unidades (Estados) e regionais. Por fim, a última parte busca identificar as “novas” ameaças e as repostas internacionais e regionais, bem como a nova importância estratégica da região para as potências tradicionais no pós-11 de setembro de 2001 consumado no processo de securitização.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança; Conflitos; Chifre da África.

*Recebido em 16 de outubro de 2016.
Aprovado em 26 de outubro de 2016.*

PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E COMPETIÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA DOS ANOS 1990: OS CASOS DE MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA¹

Fidel Terenciano²

Maria Do Socorro Souza Braga³

Carlos Augusto da Silva Souza⁴

Introdução

[...] A democracia e a democratização devem ser entendidas em seu contexto e dinâmicas de cada coletividade. O que ocorreu na Europa foi algo tipicamente Europeu; O que ocorreu na América Latina é típico da América Latina e o mesmo deve ser compreendido e válido para África [...] (Os autores 2015).

A democracia e a democratização devem ser entendidas em seu escopo, considerando as singularidades e os aspectos contextuais de cada sociedade. E as democracias da terceira onda, também contemplam singularidades que não podem ser mensuradas a partir dos entulhos dos outros contextos. A pretensão deste estudo é de analisar a democracia e democratização em Moçambique e Zâmbia, considerando dois elementos: o sistema eleitoral, e suas singularidades e, seguidamente, a formação e formato do sistema partidário. Relacionado a isso, concentramos a nossa análise em dois aspectos: primeiro, a competição política e eleitoral nos dois

1 Parte deste artigo foi apresentada no 12º Congresso Nacional de Ciência Política, em Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Agosto de 2015.

2 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: fideldeanarosa@gmail.com

3 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: msbraga2009@gmail.com

4 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. E-mail: carlossouza@ufpa.br

países, dando ênfase às flutuações partidárias no parlamento e em segundo lugar, analisamos a competição eleitoral na perspectiva da alternância no poder, que constitui uma das dimensões para mensurar o grau de estabilidade das democracias.

A nosso ver, a análise sobre a democracia e democratização pode ser limitada, se não houver inclusão de estudos teóricos e empíricos desenvolvidos por Dahl (1966), O'Donnell e Schmitter (1986); Huntington. (1991); Whitehead (2001); Carothers (2002); Nahlon (2011). E a análise sobre sistema eleitoral e partidário foi embasado nas abordagens de Sartori (1982) Pippa (1997); Ware (1996); Cintra (2007).

Pelos fins teóricos, o debate da democracia e disposições clássicas sobre tal discussão foram inicialmente desenvolvidas por autores da Grécia antiga como Sócrates, Platão, seguindo os contratualistas, doravante Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, etc. que pensaram os princípios teóricos para pensar a democracia. Habitualmente a ideia da democracia compreendida com a noção de que o povo deve ter o controle das decisões do governo sobre eles (Morlino 1986; Zovatto 2007). Entretanto, as democracias contemporâneas sempre foram acompanhadas da ideia de que é importante a participação dos diferentes segmentos na escolha dos políticos e das políticas, e de tal forma que a maioria determine os desígnios do povo (Lavalle e Araújo 2008; Pitkin 1967; Gaxie 1996). Por outro lado, a democracia pode ser entendida como sendo o regime cujos membros da coletividade podem participar da escolha real dos seus governantes, e participar diretamente ou indiretamente nas determinações sobre questões que abrangem todo povo (Held 1991).

Do mesmo modo, e democracia é um conceito e um processo sócio-histórico. Na perspectiva conceitual, a democracia é o governo do povo como avançado acima, e as formas históricas como o exercício da democracia na maioria dos países, se dão com o princípio da delegação (Feres Jr. e Pogrebinsc 2010; Hawkins 2016). No processo sócio-histórico, é possível verificar segundo Mafeje (1995) três modelações da democracia: a liberal, a social e a socialista, que comumente se desdobram em três formas de governo: liberalismo, a social democracia e o socialismo. Dahl (1996) sugere na compreensão da democracia incluir dois aspectos: um entendimento maximalista do que seria uma democracia, e um entendimento descritivo que preocupa se em descrever os elementos gerais das sociedades democráticas. Considerando as garantias mínimas para a democracia explicitadas na poliarquia, Schmitter e Karl (1991) adicionam algumas categorias: que órgãos eleitos têm de conseguir exercer os seus poderes constitucionais, sem estarem sujeitos a um poder sobrepujante de órgãos não eleitos; o sistema político deve ser independente.

Metodologicamente, trata-se de um trabalho exploratório. Consideramos os dados de forma comparativa, realizando uma combinação das medidas de produtividade qualitativa e quantitativa, para avaliar os processos políticos, eleitorais e as flutuações parlamentares nos dois Países. Analisamos a democratização a partir das dinâmicas do sistema político e eleitoral dos dois países, baseado nos dados dos resultados eleitorais oficiais agregados nos dois países, que se encontram disponíveis nos *sites* dos órgãos de gestão eleitoral dos dois países. O intervalo de análise compreende desde o processo de transição e democratização dos dois países, entre 1990 a 2011. A abordagem comparativa buscou entender os dois casos de estudo (n pequeno=2) conforme sugerida por Landmann (2008), Franzese (2007), que buscou incluir condicionalismo contextuais e a endogeneidade, como por exemplo: estrutura social da política, clivagens sociais e políticas, instituições políticas e o tipo de sistema eleitoral e partidário de Moçambique e Zâmbia. Assim, este artigo estrutura-se da seguinte maneira: na segunda seção realizamos uma discussão sobre as dinâmicas do processo de transição e democratização na África; Na terceira parte, apresentamos a trajetória histórica e estrutura social da democratização; Na quarta seção discutimos a competição política e eleitoral dos dois países em perspectiva comparada, e finalmente, a conclusão.

Dinâmicas Políticas e Transição para a Democracia na África

Como se refere Jibrin Ibrahim,

[...] de entre as características essenciais da transição democrática figura a autoridade constitucional, o multipartidarismo, mas igualmente uma transformação sociocultural muito mais profunda permitindo à equipa dirigente livremente eleita e à maioria da população civil de fazer prevalecer a sua primazia em relação às oligarquias militares, os grupos étnicos e regionalistas e/ou a nomenclatura[...] (Ibrahim 1997-98, 124).

Na perspectiva de Furtado (1997/98) a democratização das Sociedades e dos Estados está hoje na ordem do dia, e que durante os finais dos anos oitenta, notou-se um movimento robusto de democratização, que de alguma forma, comoveu os países africanos. Apesar dos fatores externos ou internacionais serem importantes, não deve-se negar os condicionantes históricos e estruturais endógenos dos países africanos no processo de democratização. Esta discussão é desenvolvida por Wiseman (1997) Visentini (2016) que explicam que o colapso do comunismo na URSS e o fim da Guerra Fria, criaram novas oportunidades para as transições políticas para a democracia em razão do fim da competição Leste-Oeste que tinha

fornecido apoio, ou protegia os regimes autoritários na África.

Sahr (1992) explica que o General Obasanjo, antigo chefe de Estado da Nigéria, discursava no Fórum de Líderes Africanos, em 1990, que:

[...] as mudanças que estão a ter lugar na Europa de Leste têm enormes implicações para o terceiro mundo em geral e para África em particular. Os ventos que derrubaram as ditaduras, os regimes autocráticos, os sistemas econômicos ultrapassados e promoveram a transição democrática e o respeito pelos direitos humanos, não são desconhecidos em África. Os ventos da mudança na Europa de Leste estão a trazer inúmeras oportunidades aos povos africanos para que intensifiquem a sua justa luta pela democracia [...] (Sahr 1992; Pavia s/d, 5).

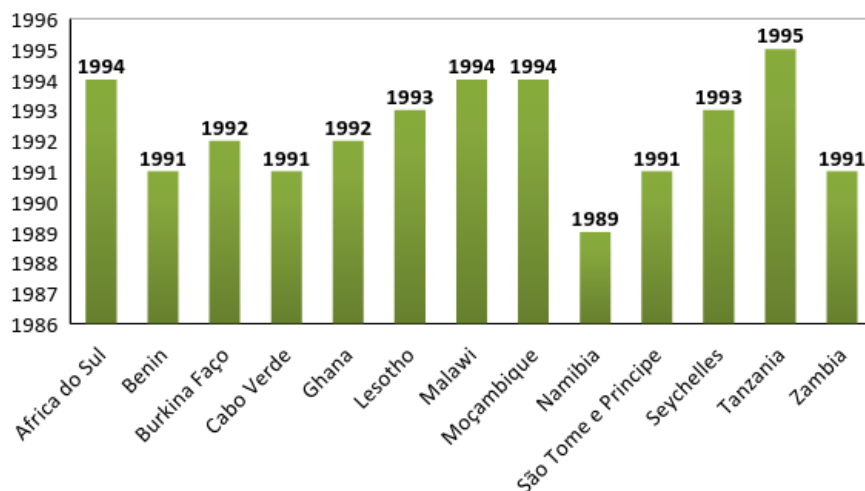
Dois movimentos históricos tiveram consequências em toda África. Ao nível endógeno, primeiro, foi à situação de Benin (1990), quando em uma Conferência Nacional das Forças Ativas da Nação, então convocada pelo regime monopartidário, para começar a realizar reformas constitucionais, que visava o restabelecimento de alguma legitimidade do regime, contrariando deste modo à tomada de poder pela força. Segundo evento, foi à situação na África do Sul, quando o Presidente Frederik de Klerk, legalizou o Congresso Nacional Africano (ANC) e libertou Nelson Mandela da prisão (1990), culminando com início da transição democrática naquele País (Pavia s/d; Southall 2003; Wantchekon e Jensen 2004).

No âmbito exógeno, Phiri e Macheve (2015) ilustram que as negociações que levaram ao fim do conflito no período pós-Guerra Fria, coincidiu com a Terceira Onda Democrática (Huntington 1991; Bratton e Van De Walle 1997). Em termos empíricos, após seis anos (1989 a 1994) uma onda de transições democráticas atravessou toda a África (Southall 2003, 9). Neste período, cerca de 40 países africanos passaram por eleições multipartidárias e em muitos destes houve efetivas mudanças de regime político. Entre eles contam-se, por exemplo, África do Sul, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia.

Whitehead (2001, 4), na sua análise sobre a democratização e o processo de transição, relaciona tais processos à dimensão internacional e propõe estudá-los a partir de três categorias: o Contágio, o Controle e o Consentimento. A primeira categoria *contágio*, que o autor apelida de fator dominó, que é a propagação da experiência de certo País para outros, por vias não coerciva e não intencional. Whitehead neste ponto mostra duas formas que este processo ocorreu no decorrer da segunda metade do séc. XX (a partir de 1950). Houve aquilo que ele chamou de contágio por proximidade, que se viveu na Europa no final da 2ª Segunda Guerra Mundial:

França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, Alemanha, Áustria, Itália. Em todos os países supracitados ocorreu dentro de um intervalo de cinco anos. Segundo, foi à série de 1989: que contém países como Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha de Leste, Hungria, Romênia, Bulgária, todos no espaço de um ano. Também fazem parte deste ciclo vários países Africanos como Namíbia, Lesoto, Malawi, Zâmbia, África do Sul, Moçambique, no período também de cinco anos (1990-94).

Gráfico 1 - Transição democrática e realização de Eleições Multipartidárias (1989-1994)



Fonte: Elaborado pelos autores. Com dados da Freedom House (2016).

Moçambique e Zâmbia foram influenciados pelo efeito contágio da África do Sul, ou seja, pode-se afirmar que os desenvolvimentos políticos na África do Sul, que era a potência regional e a libertação de Nelson Mandela, bem como a legalização do partido *African National Congress* (ANC) e finalmente a aceitação do princípio do sufrágio universal, que levou à realização, em Abril de 1994, das primeiras eleições multirraciais na África do Sul e à Constituição de um governo liderado por Nelson Mandela, teve um efeito de contágio em Moçambique e Zâmbia (Pavia s/d, 7).

A segunda dimensão é *controle*. Para Whitehead (2001) esta categoria é relacionada à promoção da ideia da democracia de forma intencional, utilizando-se medidas explícitas que de um modo podem incentivar e de outro penalizar. O Exemplo desta segunda dimensão ocorreu na África Austral, que desde 1989 notou-se uma pressão das potências mundiais

como EUA, Grã-Bretanha, França e outros, através dos seus programas econômicos e políticos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Ao conseguirem surtir o efeito desejado levou muitos países a uma reconciliação nacional e da democratização (Darrnholf 1997; Olk 2003; Southall 2003). Finalmente, a terceira categoria o *consentimento*, que é a categoria mais recente, e adaptada a uma situação de consolidação da democracia que envolve um conjunto de interações entre processos internacionais e grupos nacionais, resultando na produção de novas normas democráticas e expectativas de forma vertical (baixo para cima), que Whitehead (2001) considera a partir de quatro aspectos,

[...] 1º Os limites territoriais das sucessivas democratizações e as suas consequências para sistemas de alianças estabelecidos; 2º As principais estruturas internacionais que tendem a gerar consentimento para as mudanças de regime; 3º As formas como se podem constituir autênticos atores democráticos e nacionais a partir de grupos transnacionais relativamente difusos; 4º O papel dos efeitos de demonstração internacionais [...] (Whitehead 2001, 12).

O'Donnell e Schmitter (1986) propõem que a transição democrática ocorre em três fases: a liberação, a democratização e a consolidação. Estas etapas devem ser entendidas da seguinte maneira: A liberação significa o momento de queda do regime autoritário; democratização valerá no processo de construção do sistema político e de garantias democráticas e a consolidação que diz respeito à plenitude democrática. Nestes estudo, consideramos que transição para a democracia incide no intervalo entre um regime político não democrático para o democrático (O'donnell e Schmitter 1986; Horowitz 1991; Olk 2003), isto porque, o primeiro pressuposto das teorias da transição é de que a democratização não é uma situação, mas o processo que pode ser temporalmente longo.

Trajetória Histórica e Estrutura Social da Democratização em Moçambique e Zâmbia

A transição para democracia multipartidária em Moçambique

Moçambique como nação resultou da guerra contra o colonizador (Portugal) levada a cabo pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) entre 1964 a 1974. Este processo foi auxiliado a partir das bases recuadas na recém-independente Tanzânia de orientação socialista e a FRELIMO cedo estabeleceu a sua base central no planalto de Mueda, entre os simpatizantes das populações makonde (De Brito 1995; Terenciano e Souza

2015; Terenciano 2016). Com apoio militar da China, da URSS e de outros países do bloco do Leste, a Frente tinha expulsado os portugueses de zonas substanciais das províncias setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado. Quando do golpe militar de 1974, em Lisboa, derrubou Marcelo Caetano que abre caminho a independência de Moçambique, em 1975, sob o poder da FRELIMO (Pitcher 2002; Manning 2002; Pitcher 2004; Terenciano e Souza 2015; Terenciano 2016). A orientação socialista da FRELIMO foi consolidada em 1977, com a adoção oficial do marxismo-leninismo pelo partido. Sob a liderança do movimento de libertação (FRELIMO), Moçambique independente tornou-se um Estado socialista de partido único baseado nos princípios do centralismo democrático e um sistema político-administrativo altamente hierarquizado.

A história política e eleitoral de Moçambique foi instituída por eleições em um contexto de partido único (Lavroff 1975; Hayward 1987; Southall 2003). Como tal, em 1977 foram realizadas as primeiras eleições em contexto do sistema de partido único, para escolha de membros do Congresso Popular. Estes membros deveriam ser eleitos a partir das escolhas populares em plebiscito, contudo os escolhidos deveriam ser aceites pelo partido no poder, neste caso a FRELIMO. De alguma forma, as escolhas ou simplesmente a indicação advinha do partido FRELIMO, que se constituía partido-Estado. Situação similar aconteceu em 1986, mais uma vez pelas eleições, também em contexto de partido único, para eleição dos membros do Congresso Popular, cujo processo foi similar ao de 1977, mas com algumas singularidades (José 2005; Nuvunga 2007; Terenciano et al. 2015)⁵.

No período em que prevaleceu o Partido-Estado com ideologia Marxista, Pitcher (2004), Manning (2002) Terenciano (2016) explicam que atravessou se um período de crise e subsequente transição, bem como mudanças ocasionais do modelo socialista de governança, ao mesmo tempo que o Governo Socialista lutava pela sobrevivência aos dezessete anos de conflito contra Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)⁶. O movimento RENAMO surgiu em 1976/7⁷,

[...] com objetivo de destituir o poder do país que estava nas mãos do partido-Estado FRELIMO. No mesmo quadro sócio-político da polarização

5 Em 1986, apesar de terem realizado eleições nos moldes de 1977, sobretudo na eleição dos membros da Assembleia Popular, houve alguma ligeira e singela mudança. Por exemplo, a própria escolha dos membros para compor os Assentos na Assembleia Popular, foi com base em eleições indiretas baseadas em comícios em todo o país.

6 Para Dias (2012) o processo de democratização de Moçambique culminou com o processo de construção de paz que veio terminar com quase duas décadas de guerra. Seguindo a independência, o partido-Estado FRELIMO não conseguiu aglutinar os diferentes anseios e grupos, que culminou com a guerra civil entre RENAMO e FRELIMO.

mundial com a Guerra Fria, a RENAMO é criada pelo regime de Ian Smith na antiga Rodésia (atualmente Zimbábue) como resposta a ajuda que a FRELIMO dava a Zimbabwe a quando a luta pela independência, e na sua maioria era composta inicialmente por colonos portugueses que se mudaram para a Rodésia após a independência de Moçambique, porém, ainda tinham interesses financeiros no País. Por outro lado, a RENAMO era constituída por cidadãos moçambicanos que fizeram parte do antigo exército português [...] (Geffray 1991; Jardim s/d; Hermele 1990 apud Terenciano 2016, 47).

contra o poder centralizado da FRELIMO, cujos líderes como André Mantsangaisa, Urias Simango e outros organizaram desde então intensa resistência ao poder autoritário da FRELIMO.

Como forma de corrigir estes problemas, o governo liderado pela FRELIMO inicia um processo de reformas econômicas que foi acompanhada pela liberalização política. Esta passagem é ilustrada quando em 1989, no Vº Congresso do Partido, quando a FRELIMO abandonou sua ideologia marxista-leninista e transformou-se em um partido de frente mais ampla. Explica-se que a partir daquele momento, possibilitava-se um caminho aberto para que as condições estruturais seguissem finalmente o modelo capitalista. E o oponente duradoura da FRELIMO na guerra civil, a RENAMO assinou um Acordo Geral de Paz (AGP) com a FRELIMO em 1992 e começou a edificar se como partido político para concorrer nas 1ªs eleições de 1994, que a FRELIMO ganhou com 44% dos votos para Assembleia da República, porém a RENAMO se transformou na maior força da oposição, ganhando 38% dos votos nas eleições legislativas (Manning 2002; Phiri e Macheve 2015; Terenciano 2016; Visentini 2016).

No entanto, após as primeiras eleições de 1994, a RENAMO foi posteriormente violando os termos do AGP. Nas eleições presidenciais e parlamentares 1999, dois candidatos disputaram as eleições, do partido FRELIMO e da RENAMO-UE⁷. O partido no poder, a FRELIMO, foi acusado de manipular votos e falta de transparência, levando RENAMO a reclamar sobre as regras de contagem de votos (Pitcher 2004; Manning 2002; Macuane 2010; Phiri e Macheve 2004; Visentini 2016).

7 RENAMO-UE se constituiu uma coligação de vários partidos da oposição, com dupla percepção: para os partidos pequenos, significava que poderiam ter oportunidade de conseguir alguns assentos parlamentares ou influenciar o jogo político. O contrário, a RENAMO, tinha o objetivo de limpar o terreno da eleição presidencial dos candidatos de pequenos partidos cujos líderes recebiam em troca lugares elegíveis nas listas da coligação para o parlamento.

Transição e Multipartidarismo em 2D (duas dimensões) na Zâmbia

Uma explicação de Ali Mazrui, na história da África (2010), aponta que a Zâmbia primeiramente Rodésia do Norte, foi administrada pela Companhia Britânica da África do Sul, na época em que passa ao domínio direto do Reino Unido. Em 1953, então as duas Rodésias (Rodésia do Norte e do Sul), fundem-se com a colônia britânica de Niassalândia (atual Malawi) e formam a Federação da Rodésia e de Niassa, sob tutela britânica. Em 1963 a federação se dissolve e no ano seguinte, a antiga Rodésia do Norte torna-se independente com o nome de Zâmbia, transformando-se em República; Estado unitário, governado por um presidente e uma Assembleia Nacional unicameral e dentro dos moldes da democracia multipartidária. Entretanto, o primeiro presidente foi Kenneth Kaunda do partido União Nacional da Independência (UNIP), (Kabemba 2004).

A história pós-independência da Zâmbia, tem algumas singularidades que a diferencia dos demais países da região da África Austral. Primeiro, porque não houve um conflito armado antes e após o colonialismo. Segundo, grande parte do protesto contra a administração direta do governo Britânico foi sem recurso e uso da violência, não obstante, alguns episódios recorrentes de agitação social. Historicamente comprova-se que houve tendências de resistência de alguns moradores à administração colonial no Vale do Gwembe em 1958 e os graves surtos de indisciplina entre os alunos em 1960 e entre os habitantes rurais entre julho e agosto de 1961.

Novamente, Zâmbia, difere de muitos países da África Austral, uma vez que existiram dois principais movimentos de libertação, a *United National Independence Party (UNIP)* e o Congresso Nacional Africano da Zâmbia (ZANC), que anos próximos da independência, reuniu e organizou protestos populares contra o domínio britânico. Depois da independência, os dois partidos participaram da eleição multipartidária direta tanto para a Assembleia Legislativa, assim como para as presidenciais (Rasmussen 1974; Sanches 2014). A UNIP foi fundada em 1959 pelos nacionalistas Mainza Chona e Kenneth Kaunda, este último mais tarde foi presidente do país. Kabemba e Eiseman (2004) ilustram que a história da Zâmbia e de alguns países africanos, após independência experimentaram o multipartidarismo (Hyden e Leys 1972; Lavroff 1975; Darnhof 1997), onde os partidos da oposição foram autorizados a participar na competição política e eleitoral (Olk 2003; Southall 2003).

Durante as eleições da Zâmbia independente, em 1964, o UNIP do Kenneth Kaunda, venceu tendo 55 dos 65 assentos parlamentares. A configuração do parlamento incluía dois partidos minoritários,

nomeadamente o ZANC e o Partido Federal Unido (FPU). Apesar do domínio da UNIP no campo político do País, a Zâmbia teve uma democracia vibrante até 1972, quando a liderança política do UNIP optou por um Estado de partido único, seguindo o modelo socialista de governança. Do mesmo modo, havia convicção que tendo o modelo de partido único, seria possível lidar com crescente facção da sociedade baseadas nas divisões étnicas do país (Kabemba e Eiseman 2004). Com adoção do sistema de partido único, o país passou a ter um presidente que era o chefe de Estado e de Governo, como se sucedeu na maior parte dos países dessa Região da África⁸. No período do sistema de partido único, legalmente instituído a partir da constituição de 1973, que conferiu amplos poderes ao Presidente da República. Por exemplo, ele estava acima de qualquer outra autoridade política, e em determinadas circunstâncias os tribunais tinham o poder de questionar suas ações e declará-las lícitas ou ilícitas. E o parlamento, teve um papel apenas de legislar.

Os dois partidos (UNIP e ZANC) especialmente o segundo, cujos membros eram conhecidos por sua disciplina partidária no parlamento, proporcionou uma democracia multipartidária na Zâmbia e aumentou o prestígio e a reputação do Parlamento zambiano. No parlamento, onde os membros do partido do governo aprovavam tudo e nunca questionavam o Governo, os membros do partido da oposição ZANC, desempenharam um papel importante ao fazer barganhas e negociações parlamentares eficazes sob o sistema multipartidário de partido único. Que se verificou na Zâmbia, foi que oposição se manteve continuamente no parlamento e ocupando alguns ministérios, como acontece em democracias com sistema presidencialista ou parlamentarista de coalizão (Mainwaring 1993; Ames 2003; Elgie 2005; Power 2015).

Retorno do partido único: Significou um intervalo do Multipartidarismo?

Considerando a trajetória histórica e política do país, Kabemba e Eiseman (2004) explicam que a introdução de um Estado de partido único, em 1972, matou a jovem e vibrante democracia Zambiana, que abraçou após a independência do País em 1964. Havia muitos fatores em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 que enfraqueceram os princípios democráticos e ideais de liberal democracia consagrados no estado e na Constituição de 1964. Entretanto, para estes autores, a principal razão para a introdução de democracia de um único partido era para lidar com a crescente facção que

8 Para mais detalhes e de forma comparativa, veja em: Sartori, G, 1982. p: 290-291. Onde o autor faz uma comparação dos sistemas partidários e políticos na África após as independências dos países, e Zâmbia, está incluindo.

surgia na sociedade na base em divisões tribais e étnicas no país.

No início de 1970, o governo e a incapacidade do partido UNIP de lidar com as divisões políticas no país, especialmente dentro do partido UNIP, convenceram o presidente Kaunda da ideia de que tinha chegado o momento de introduzir o estado de partido único. A nova constituição de 1973 transformou a UNIP em único partido legal da Zâmbia, governando o país por 17 anos (Kabemba e Eiseman 2004). Nestes termos, o partido UNIP alegou que era um Estado de partido único, mas uma democracia em que pessoas poderiam participar. O maior teste para esta afirmação veio quando as pessoas tiveram que eleger os seus representantes⁹.

Embora o país tenha deixado de ser uma democracia multipartidária em 1972, ainda permaneceu uma democracia participativa de partido único, o que significava que as pessoas ainda poderiam participar de eleições para apenas escolher seus líderes. Explica-se que a competição eleitoral, sobretudo para a eleição legislativa e dos governos locais, permaneceu muito elevada, porém não se notou mesma dinâmica para a eleição do presidente da República, onde efetivamente não existia nenhuma concorrência. Importante salientar que depois de duas décadas de regime de partido único (1972 a 1991), a Zâmbia voltou à democracia multipartidária, com as eleições de 1991.

Transição política-democrática e o retorno ao multipartidarismo na Zâmbia depois de 1991

A democratização da terceira onda, ou seja, a transição democrática na segunda metade do século XX teve vários estudos relevantes com destaque para O'donnell e Schmitter (1986); *Huntington* (1991) e Carothers (2002). Contudo, os eventos na Europa Oriental agitaram e influenciaram os latentes movimentos em favor da democracia na África, que de alguma forma, provocaram demandas generalizadas para o que é chamado atualmente de pluralismo político (Darnholz 1997; Olk 2003; Sothall 2003).

Durante fins de 1989 e princípios de 1990, novos movimentos foram iniciados por homens e mulheres em vários países do continente (OLK op. cit.; Wantchekon e Jensen 2004), e foi nesta vaga que surgiu um novo partido na Zâmbia, o Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD). Apesar de ter começado como movimento pró-democracia de

9 Kabemba e Eiseman (2004) criticam o fato de acreditar-se que este sistema permitia a escolha de representantes. Em uma democracia verdadeira as pessoas devem ser capazes de escolher os seus representantes sem medo ou interferência de qualquer trimestre, o que não acontecia na Zâmbia.

base ampla, integrando sindicatos e estudantes e apoiado pela igreja, o MMD transformou-se em um partido político e concorreu nas eleições multipartidárias da Zâmbia em 1991. Estas eleições foram ganhas pelo Movimento recém-formado para a Democracia Multipartidária (MMD), que substituiu o UNIP que era o partido político dominante na Zâmbia, e o líder do MMD, Frederick Chiluba, um ex-líder sindical, foi eleito presidente. O partido MMD conquistou 131 dos 150 assentos no parlamento, reduzindo UNIP a dezenas de parlamentares em todo país, e seu candidato presidencial, o ex-líder sindical Frederick Chiluba, ganhou a presidência em uma vitória majoritária. É importante salientar que o partido MMD tinha mais de dois terços dos assentos na Assembleia Nacional, logo, calcula-se que o primeiro governo do MMD, tinha o poder de alterar a Constituição de forma unilateral. Aproveitando-se desta situação, o partido MMD, introduziu em 1995 algumas alterações cosméticas na Constituição, o que foi considerado 3ª República na Zâmbia desde a independência¹⁰.

Competição Política-Eleitoral em comparativa: os casos de Moçambique e Zâmbia

O caminho percorrido pelos dois países apresentou diferenças e similaridades. Considerando a trajetória histórica, a herança colonial e a estrutura social da própria democratização, viu-se que Moçambique pós-independência implanta o regime de partido único - FRELIMO, e que seguiu a governança com ideologia socialista, da centralização da economia e da política nos maus do Estado e do controle de todos os segmentos da sociedade. Diferentemente, a Zâmbia, post independente, reinou a democracia multipartidária e havia eleições competitivas, e mais tarde, houve a introdução do regime de partido único, neste caso a UNIP. Do mesmo modo que evidenciamos as diferenças, recorrer à própria herança colonial nos dois países, que foi fundamental para estruturar os estados Africanos como um todo. A *tabela 1* faz uma descrição em perspectiva comparada do sistema político, e formato da competição política e eleitoral nos dois países (Zâmbia e Moçambique) desde a independência. Em termos práticos, evidencia-se que os dois países apresentam sistemas partidários

10 Como explica Kabemba e Eiseman (2004), a intenção ao alterar a constituição era clara. Verificou-se que uma das mudanças na nova Constituição, foi que era necessário que qualquer um que aspira à candidatar-se a presidência deveria provar que os seus pais eram zambianos. Isso de fato, era uma regra percebida por muitos para ser destinado a impedir a candidatura de Kaunda, cujo pai nasceu no Malawi. Além disso, ninguém deveria se candidatar, caso os pais não tenham morado/vivido na Zâmbia durante pelo menos 20 anos. Esta segunda regra o alvo era o Congresso Democrático da Zâmbia (ZDC) e seu líder Dean Mungomba.

inicialmente, de partido único e multipartidarismo, e posteriormente à redemocratização, um sistema multipartidário que começou a emergir a partir de grupos endógenos aos partidos no governo. Este caminho coincidiu com as crises econômicas e sociais que os dois países atravessavam, aliada as exigências externas oriundas do fim da guerra fria e a predominância das Nações Unidas com os seus programas de ajustamento via BM e FMI, bem como o fim da apartheid na África do Sul (OLK, 2003; Southall 2003; Nuvunga 2007; Pavia s/d). Assim, tanto Moçambique, quanto Zâmbia, houve necessidade da elaboração de novas Constituições e novos arranjos institucionais, que redesenhavam o quadro político e institucional, a um sistema político e eleitoral que seria possível à participação democrática e multipartidária de todos os segmentos da sociedade.

Tabela 1 - Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique e Zâmbia (1991 a 2014)

	Moçambique	Zâmbia
Sistema Eleitoral	Representação Proporcional para Parlamento; lista fechada com distritos que variam a sua magnitude: são 250 assentos parlamentares. Nos distritos com maior magnitude eleitoral, a distribuição de assentos varia de 49 a 52. E os de menor magnitude variam de 10 a 14 assentos.	First past the post FPTP para o Parlamento; Parlamento com 158, dos quais 150 são eleitos pelo voto popular e 8 escolhidos indicados pelo presidente;
	Majoritário de dois turnos para presidente (Não há segunda volta caso um candidato receba 50% + 1 voto);	Majoritário simples para Eleição do Presidente.
Formato da Competição Partidária	Dominante (1994 a 2014) FRELIMO, com uma tendência do Bipartidarismo (1994 a 1999); Tendência quase de dois partidos e meio (1994; 2009 e 2014).	Dominante: 1991-2001 MMD; Multipartidarismo fragmentado: De 2001 até hoje, com algumas variações: PF, MMD, UNPD, UDA, FDD, UNIP, ZRP, HP, ZDC, ADD.

Fonte: Compilado pelos autores. Com base nos dados African Elections DataBase (<http://africanelections.tripod.com>) 2016.

Os dois países tiveram trajetórias diferentes e seus sistemas político e eleitoral, seguem esta estrutura, em razão de duas explicativas. Primeiro, o fato de Moçambique teve sua primeira experiência em Processos Eleitorais multipartidários, nos meados da década de 1990, especificamente em 1994. Segundo, Zâmbia diferentemente já teve situação experiência multipartidária em 1964 e 1968, que se veio retomar em 1991. Destacamos que os dois países tiveram experiências de sistemas de partido único, mas que se diferenciam no momento de adoção. No caso de Moçambique, o sistema unipartidário seguiu a lógica de muitos países da África Lusófona, destacando Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, onde os movimentos de guerrilha, que lutaram em favor da independência, se (auto) intitularam os responsáveis do povo. No caso da Zâmbia, o sistema de partido único foi introduzido como a partir da influência da ala radical do partido UNIP (Scarritt 2007; Scarritt 2012). Isto é, dentro do partido, alguns segmentos convenceram o presidente Kenneth Kaunda com a ideia de que já teria chegado o momento certo para introduzir e construir um Estado de partido único. Como nota Kabemba e Eiseman (2004), a adoção legal do sistema de partido único, tinha em vista tentar lidar com a crescente fragmentação com base em divisões tribais e étnicas no País.

Em termos de participação política, os dois casos evidencia que havia participação popular na escolha dos membros do parlamento, mesmo em períodos de partido único. Isso é ilustrado com a realização das eleições, onde o povo participava na escolha dos representantes, mas em conformes do Partido-Estado, ou seja, mesmo que o povo participasse, a escolha recaía em última instância ao Partido-Estado. Em Moçambique, a história política e eleitoral demonstra que mesmo nas situações que a população escolhia certo representante, se o partido FRELIMO tivesse persuasão de que não compartilha dos mesmos ideais da revolução, não era escolhido. Isso ocorreu, por exemplo, nas eleições 1977 e 1986, na província de Nampula, no distrito de Êrati, conforme os depoimentos disponíveis no livro “A causa das Armas em Moçambique” de Geffray (1992).

Moçambique e Zâmbia, apesar das suas diferenças nos processos políticos eleitorais, têm mostrado que desde a realização das eleições multipartidárias no início da década de 90, do século XX, estão em uma caminhada considerável dentro dos parâmetros da democracia eleitoral. Apesar das dificuldades e problemas inerentes à desconfiança entre a oposição e o partido no poder (Donge 2006; Pitcher 2004) não existe interdição e muita violência nos processos eleitorais. Até ao momento, Moçambique realizou cinco eleições gerais para Presidente da República e Deputados e quatro pleitos locais, para representantes os municípios. E a Zâmbia, tem sete experiências eleitorais de democracia multipartidária,

para eleições legislativas e presidenciais, que incluem se nesta lista, as eleições de 1964 e 1968, consideradas multipartidárias.

Dinâmicas da competição política-eleitoral nos dois países

Neste estudo, para fins teóricos e metodológicos, a competição eleitoral é avaliada de eleição para eleição, como forma de evitar generalizações que podem enviesar nossa análise mais geral do formato da competição. A partir de uma análise contextual e considerando os condicionalismos contextuais, nosso objetivo é avaliar a competição política a partir dos resultados eleitorais de cada eleição, considerando o número de partidos no parlamento e a alternância no poder. Todavia, verificamos as tendências mais gerais postuladas por Duverger (1954), Sartori (1982), sobre partidos e competição eleitoral, na sua relação com o sistema partidário (pré) dominantes, bipartidário, multipartidário que foram verificados em cada processo eleitoral nos dois casos.

Em Moçambique, desde as primeiras eleições fundadoras em 1994, houve uma tendência para o bipartidarismo. Os estudos na década de 90 (De Brito 1995; Pereira 1996), ilustravam que Moçambique era um sistema bipartidário. Entretanto, na nossa análise, este pressuposto não se confirma, visto que, as características típicas de um sistema bipartidário, do ponto de vista teórico, não se enquadram em Moçambique. *Por quê?* Em princípio, o sistema bipartidário tem inegavelmente dois partidos que estão em competição por uma maioria absoluta, e esta está ao alcance dos ambos (Rae, 1967; Sartori 1982; Tavares 1994). E o sistema bipartidário apresenta vários partidos e apenas dois, entre os quais a força eleitoral se distribui com equilíbrio estável, e com probabilidades de conquistar o governo por via de eleições. Até então, estes elementos teóricos descreveriam Moçambique nas primeiras duas eleições (1994 e 1999) como um bipartidarismo, contudo não institucionalizado¹¹.

11 Moçambique ainda não consolidou o seu sistema partidário. Até o momento, teve 5 experiências eleitorais, e que significa que, ainda é um espaço de tempo muito curto para se afirmar o formato do sistema partidário. O que se verifica são tendências mais gerais da competição política e eleitoral.

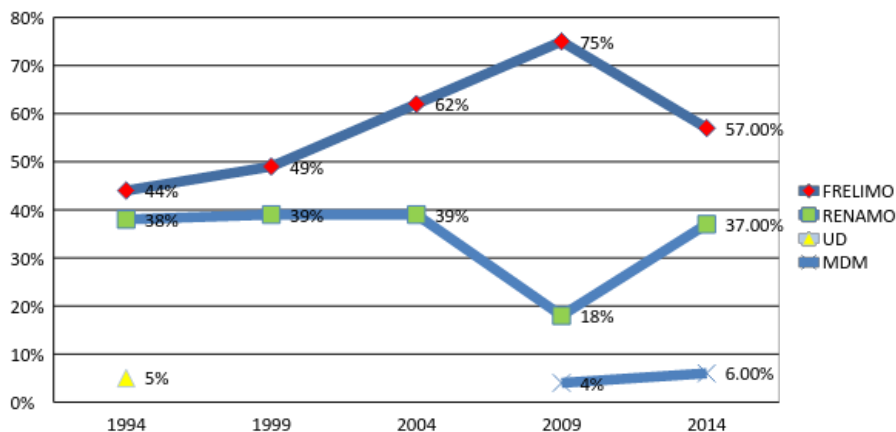
Tabela 2 - Distribuição de Assentos Parlamentares em Moçambique: 1994-2014

Partidos	1994	1999	2004	2009	2014
FRELIMO	129	133	160	191	144
RENAMO	112	117	90	51	89
UD	9	-	-	-	-
MDM	-	-	-	8	17
Total de Assentos	250	250	250	250	250

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados CNE, 2016.

A indicação ambígua do bipartidarismo encontrou sua limitação pelo fato de não existir alternância nem efetiva e nem parcial no poder. Do ponto de vista teórico e empírico, o bipartidarismo tende ao *duopólio partidário*, isto é, dois partidos dominam o camp político e há efetivamente alternância no governo. Todavia, Sartori (1982) mostra que o mais importante não é efetivamente alternância no governo, mas, *o partido na oposição poder razoavelmente esperar tal alternância*. Neste caso, Moçambique não deve ser negado a sua tipificação bipartidária, pois os resultados eleitorais de 1994 e 1999 evidenciam um equilíbrio da força eleitoral dos dois maiores partidos – FRELIMO e RENAMO.

Outro autor, Rae (1967) elucida que bipartidarismo, pode ser mensurado a partir dos resultados de uma eleição, onde o primeiro partido deve obrigatoriamente obter quase 70% das cadeiras legislativas e se conjugado com o segundo partido, os dois devem detém pelo menos 90% das cadeiras. Em certa medida, Moçambique ao menos nas eleições de 1994, 2009 e 2014, pode ser considerado um sistema bipartidário, pois o partido FRELIMO conseguiu acima de 70% dos Assentos parlamentares, e combinado com o partido RENAMO, obtinham 90%. Algumas pesquisas de opinião indicavam que Moçambique passasse de um estado bipartidário para o sistema de dois partidos e meio como indicado por Sartori (1982), Rae (1967). Desta forma, previu-se que a RENAMO poderia seu espaço para o novo partido “Movimento Democrático de Moçambique” (MDM). Entretanto, os resultados eleitorais de 2009 e 2014, assinalaram que a estrutura do campo político moçambicano é leal e longe de se redefinir.

Gráfico 2 - Competição Eleitoral para Parlamento em Moçambique: 1994-2014

Fonte: Compilado pelos autores, com base nos dados oficiais da CNE-STAE, 2016.

Várias razões ilustram a tendência do bipartidarismo, porém não é menos verdade dizer que o formato da competição em Moçambique passou de um estado de quase bipartidário, para hegemônico em 2004. Sublinhamos o fato de a FRELIMO ser o único partido em várias esferas que conta mais em detrimento dos demais, o que valeu a nossa tipificação de hegemonia¹². Ao mesmo tempo em que a FRELIMO sempre permitiu que existissem outros partidos satélites, mas o monopólio do governo, quer dizer, o governo central, sempre esteve sob sua alçada.

Em relação à Zâmbia, caminhamos seguindo o argumento de que as propriedades da competição política e eleitoral a priori apresenta duas dicotomias: é um sistema de partido (pré) dominante (1991 a 2001) e um sistema partidário competitivo e multipartidário (a partir das eleições de 2001). É com base nestes pressupostos analíticos (Sartori 1982; Tavares 1994) que neste estudo mostramos que a partir de 2001 houve tendência a um multipartidarismo ou (sistema pluripartidário) na tipologia de Sartori. Neste período, o que se verificou na Zâmbia foi que nenhum partido obteve maioria absoluta, e o governo do partido Movimento para a Democracia Multipartidária precisou de coalizões. Do mesmo modo os resultados eleitorais mostram que a tendência da alternância no poder que em si constitui um elemento para análise a competitividade eleitoral (Scarritt 2012). Desde 1991, o Partido MMD vence as eleições, e continuamente

¹² Recordar que a tipificação que está sendo feita da ideia da hegemonia da FRELIMO, devemos tomar cautela ao colocar numa linha contínua imaginária, porque efetivamente em 2004, partido FRELIMO quase se constitui um partido Hegemônico. Vide: Forquilha e Orre (2011).

foi alargando sua influência na cena política, que culminou na sua predominância (1991 a 2011), altura que perde a sua supremacia, em termos de assentos parlamentares, mas o seu candidato presidencial continuou vencendo até em 2011 (Donge 2006; Scarritt 2007). O partido UNIP, depois de ter perdido as eleições de 1991, quase desaparece da cena política, e só voltaria em 2011, mas com uma força política insignificante¹³.

Tabela 3 - Assentos Parlamentares nas disputas legislativas na Zâmbia: 1991-2011

Partidos	1991	1996	2001	2006	2011
MDD	125	131	69	72	55
UNIP	25	-	13	-	-
ZDC	-	2	-	-	-
NC	-	-	-	-	-
AZ	-	2	-	-	-
MDP	-	-	-	-	-
NP	-	5	-	-	-
NLD	-	-	-	-	-
SDP	-	-	-	-	-
NCC	-	-	-	-	-
PF	-	-	1	44	60
HP	-	-	4	-	-
FDD	-	-	12	-	1
UPND	-	-	49	-	28
ZRP	-	-	1	-	-
Independent	-	10	-	2	-
UDA	-	-	-	27	-
NDF	-	-	-	1	-
ULP	-	-	-	2	-
ADD	-	-	-	-	1
Total de Assentos	150	150	150	150	150

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados African Elections Data Base (2016)

O sistema eleitoral zambiano permite a representatividade de quase a totalidade dos partidos, o que lhe configura o pluripartidarismo,

¹³ O partido UNIP voltou em 2001 a concorrer nas eleições legislativas e os resultados mostram que obteve o. 69%, do total da votação, e o candidato Presidencial do mesmo partido (Tiyenji Kaunda) obteve o.36%. A nossa descrição. A nossa descrição aqui do partido UNIP, é pelo fato de ter sido o partido dominante de 1964 a 1991, e partido único no período de 1972 à 1991. Após perder as eleições multipartidárias de 1991, o partido desapareceu no mapa Político.

mas de fato, o que ocorre é a predominância de um, dois e três partidos como aconteceu em 2001 e 2011. Neste contexto, com exceção do partido MMD, na Zâmbia, há uma tendência de alguns partidos relevantes ou não relevantes em desaparecer de uma legislatura a outra¹⁴. Dito isto, um dos reflexos evidentes da competição política e eleitoral na Zâmbia é a alternância no poder. Recordar que entre 1991 a 2011, ocorreu alternância no poder (saída do poder do MMD e entrada do partido Frente Patriótica - PF). Neste caminho, desde 2001 a 2011, a competição eleitoral por via da representação de diferentes partidos nos ciclos legislativos tem aumentado. Este aumento se deu em função da perda do apoio eleitoral do partido MMD e propiciou uma competição política e eleitoral apertada, tipicamente dos sistemas multipartidários e quase fragmentados.

Conclusões

Neste estudo, procurou-se mostrar que os processos de transição e democratização na África apresentam algumas similaridades e singularidades. Do ponto de vista de similaridades, destacou-se a trajetória histórica da própria herança colonial e a estrutura social da democratização, e as singularidades, foi a maneira que os partidos passaram de um estado não democrático de partido único, para as democracias dos finais de 1980. Assim, a abertura política dos países africanos significou o início do processo de transição e implantação das eleições multipartidárias, porém, o mesmo não pode ser dito em relação a Zâmbia, porque após a independência do país em 1964, viverá uma democracia multipartidária.

A partir da análise histórico-comparativa, entende-se que a escolha institucional (modelo de governo, sistema eleitoral) depois da independência dos dois países, foi um dos fatores explicativos da trajetória que os partidos políticos percorreram. Por exemplo, nos dois países, mesmo de forma diferenciada, houve experiências de sistemas unipartidários (Moçambique: 1975 a 1994 e Zâmbia 1972 a 1991), mas a sua efetivação teve trajetória diferenciada. Seguidamente, temos evidências dos fatores internos, tais como crises econômicas e sociais, que influenciaram também o processo de troca de regime e redemocratização nos dois países.

Havia várias razões para o processo de democratização. No caso de Moçambique, o processo de abertura política e consequente eleições

¹⁴ Este cenário se sucedeu com o UNIP (entre 1991 que só voltaria em 2001), Agenda para Zâmbia-AZ (existiu em 1996 e jamais voltou à cena política com mais visibilidade), Congresso Democrático Zambiano-ZDC (existiu em 1996, desaparecendo na cena política com maior visibilidade).

multipartidárias laureou o Partido-Estado FRELIMO, e no caso da Zâmbia, o recém-partido formado MMD derrotou o então Partido-Estado UNIP, com uma larga vantagem (MMD obteve 76% dos votos contra 24% do UNIP). Na decorrência disso, Moçambique consegue consolidar o sistema bipartidário, com tendências de dois partidos e meio, enquanto na Zâmbia as suas propriedades enfatizaram uma tendência de domínio do MMD de forma predominante, ocupando acima de 80% dos assentos de entre 1991 e 1996.

A alternância no poder foi empregada neste estudo como um dos indicadores para analisar a competição política e eleitoral. No caso de Moçambique, ocorridas cinco eleições (1994 a 2014), ainda não teve alternância no poder. Fragilizando deste modo, uma das dimensões do sistema bipartidário. No entanto, a Zâmbia, passado 20 anos após a realização de (novas) eleições multipartidárias, houve alternância. Entretanto, a competição eleitoral na Zâmbia principalmente a composição do parlamento, constitui em si, um indicador de um sistema pluripartidário. Razão pela qual, neste trabalho, demonstramos que, se é verdade que Moçambique vive um sistema bipartidário de fato, então não é menos verdade que em 2004, Moçambique vivenciou um sistema partidário hegemônico. De outra forma, a Zâmbia, ao longo do tempo tem sido um sistema multipartidário, quase fragmentado e com flutuações constantes na composição parlamentar.

REFERÊNCIAS

- Ames, B. 2003. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Bratton, M., e Van de Walle. N. 1997. *Democratic experiments in Africa: Regime transitions in Comparative perspective*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Carothers, T. 2002. "The end of the transition paradigm". *Journal of democracy*, 13. 2002.
- Carpizo, J. 2007. *Concepto de democracia y sistema de gobierno en América Latina*. México: UNAM.
- Cintra, A. 2007. "Sistema Eleitoral". In AVRITZER, L e ANASTASIA, F (org). *Reforma Política no Brasil*; Belo Horizonte; Editora UFMG; p: 128-132.
- Crus, M. (org.). 1998. *Sistemas eleitorais: Um debate científico*. Edição Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.

- Dahl, R. 1996. *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Darnhof, S. 1997. *Democratic Electioneering in Southern Africa: The Contrasting Cases of Botswana and Zimbabwe*. Goteborg University, Sweden.
- De Brito, L. 1995. “O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique”. In B. Mazula, ed. *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.
- De Brito, L. 2014. “Uma reflexão sobre o desafio da Paz em Moçambique”. *Desafios para Moçambique*. IESE.
- Dias, A. 2012. *A Competição Eleitoral nas Democracias Emergentes da África Subsaariana*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa.
- Elgie, R. 2005. “From Linz to Tsebelis: three waves of presidential/parliamentary studies?” *Democratization*. V. 12, n. 1.
- Feres, Jr. e Pogrebinsc, T. 2010. “Democracia, cidadania e justiça”. In: Capítulo 12. *Coleção Explorando o Ensino; Sociologia – Volume 15*.
- Furtado, C. 1998. “Democracia em África: Possibilidades e Limites”. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo.
- Gaxie, D. 1996. *La démocratie représentative*. Clefs Politique. Paris: Montchrestien.
- Geffray, C. 1991. *A Causa das Armas*. Edições Afrontamento. Porto
- Hawkins. K. 2016. “Chavismo, Liberal Democracy, and Radical Democracy”. *Annual Review of Political Science*. Vol. 19: 311-329.
- Hayward, D. (ed). 1991. “Elections in independent Africa”. West review Press, Boulder.
- Held, D. 1991. “Sistema Global e Democracia. A democracia, o estado-nação e o sistema global”. *Lua Nova* no. 23, São Paulo.
- História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.1272.
- Horowitz, D. 1991. *A democratic South Africa? Constitutional Engineering in a Divided Society*. California University Press. Berkeley. Oxford.
- Huntington, S. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Ibrahim, J. s/d. “Transition Démocratique en Afrique: Le défi d’un nouveau programme,” In:
- JOSÉ, A. 2006. “Autoridades Arditosas e Democracia em Moçambique. O cabo dos Trabalhos”. *Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/FEUC/FLUC*.

- Kabemba, C e Eiseman, M. 2004. *MULTIPARTYISM IN ZAMBIA; in Elections and democracy in Zambia*. in EISA research report.
- Lavroff, D. 1975. *Os partidos Políticos de África Negra*. Tradução p/ Português. Amadora Livraria Bertrand.
- Macuanne, J. 2010. “Reforma, Contestação Eleitoral e Consolidação da Democracia em Moçambique”. Revista Científica Inter-Universitária. Economia, Política e Desenvolvimento. CAP-CENTRO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS DA FLCS / UEM.
- Mafeje, A. 1995. *Théorie de la démocratie et discours africain: Cassons la croute, mes compagnons de Voyage*. In Chole e Ibrahim, J. (Org). Processus Démocratique en Afrique: Problemas et perspectives. Dakar, Condesia.
- Mainwaring, S. 1993. “Presidentialism, multipartism and democracy: the difficult combination.” Comparative political studies, n. 26.
- Manning, C. 2002. “The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000”. Westport, CT, Praeger Publishers.
- Morlino, C. 1986. “Consolidación democrática. Definición, modelos, hipótesis”. En: Revista Española de Investigaciones Sociológicas 35, 7-61.
- Nuvunga, A. 2000. “Experiências com Partidos Políticos em Novas Democracias: O deixa andar no quadro institucional em Moçambique”. Cadernos ADENAUER VIII, nº 3.
- O’donnell, G. e Schmitter, P. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- PAavia. J. s/d. “A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead”. S/l.
- Pereira, J. 1996. *Comportamento Eleitoral em Marromeu*. Maputo. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Dissertação de Licenciatura.
- Phiri, Z e Macheve Jr. 2015. *A. Mozambique’s peace decades since the end of the conflict: Inclusive or managed democracy?* Madalitso Pretoria, South Africa.
- Pippa, N. 1997. “Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems”. International Political Science Review, 18 (3): 297-312.
- Pitcher, M. A. 2002. *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pitcher, M. A. 2004. “Conditions, Commitments and the Politics of Restructuring in Africa”. Comparative Politics. 379-398.
- Pitkin, H. 1967. *The concept of representation*. Berkeley: University of Cali-

- fornia Press.
- Power, T. 2015. 'Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora?'. In Sathler, A. e Braga, R. Legislativo pós 1988: reflexões e perspectivas. Câmara dos deputados, Edição Câmara.
- Rae, D. 1967. *The political consequences of electoral laws*. New haven and London, Yale University Press.
- Rasmussen, T. 1974. *The Popular Basis of Anti-Colonial Protest in Politics in Zambia*. Ed. William Tordoff. Manchester: Manchester University Press.
- Sahr, J. 1992. *Democratization in Africa*. Washington, DC: National Academy Press.
- Sanches, E. 2014. "Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia". Universidade de Lisboa, Portugal.
- Sartori, G. 1982. *Partidos e Sistemas Partidários*. Tradução de Sérgio Bath. Editora Brasilia. UnB.
- Southall, R. 2003. "Democracy in Africa: Moving Beyond a Difficult Legacy". In Democracy and Governance Research Programme. Occasional Paper 2. Series Editor: Prof. Roger Southall, Executive D. Director: Democracy and Governance Research Programme, Human sciences Research Council. By HSRC. South Africa.
- Tavares, J. 1994. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: Teoria, Instituições e estratégias*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Terenciano, F. 2016. *Competição Política e Geografia Eleitoral em Moçambique (1994-2014)*. Programa de Pós Graduação em Ciência Política - Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- Visentini, P. 2016. "Revoluções e Relações Internacionais: O caso Africano". Revista Brasileira de Estudos Africanos e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.1, Jan./Jun.
- Wantchekon, L e Jensen, N. 2004. *Resource Wealth and Political Regimes in Africa*. Yale University press.
- Ware, A. 1996. *Partidos Políticos y Sistemas de Partido*. Série Ciência Política. Colección. Madrid-Espanã.
- Whitehead, L. 2001. *The International Dimensions of Democratization*. Oxford University Press, Oxford.
- Wiseman, J. 1997. *The Rise and Fall and Rise (and Fall?) Of Democracy in Sub-Saharan African Potter*. The Open University, Cambridge.

Zovatto, D. 2007. “Las instituciones de democracia directa”. En: Nohlen, D. e Zovatto, D. Orozco, J. e Thompson, J. (Comp.): Tratado de derecho electoral comparado de América Latina, 2ª edición, México: Fondo de Cultura Económica, 134-161.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os processos de democratização e competição política na África em dois estudos de caso: Moçambique e Zâmbia. O trabalho parte da evidência de que a democracia é um sistema que deve permitir a confrontação das diversas forças políticas e sociais e a sua legitimidade advém do reconhecimento dos atores envolvidos em seus processos políticos e eleitorais como um todo. Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido numa perspectiva comparativa, seguindo a análise de dados secundários existentes sobre os resultados eleitorais na África Austral, auxiliou-se com a discussão teórica sobre história política da África e dos sistemas eleitorais e partidários. Ao mesmo tempo, reinterpretemos os dados eleitorais agregados, demonstrando as variações ao longo da competição política e partidária nos dois casos. Assim, o estudo conclui que há uma relação entre a trajetória histórica e política e os padrões da competição eleitoral nos dois países, e que foram determinantes no processo da transição para a democracia. De forma diferenciada, os dois países tiveram experiências de sistemas de partido único (Moçambique: 1975 a 1994 e Zâmbia 1972 a 1991), contudo o processo de efetivação e abertura política foi diferencial.

PALAVRAS-CHAVE

Democratização; Eleições; Competição Política; África.

*Recebido em 14 de agosto de 2016.
Aprovado em 7 de novembro de 2016.*

PSICOLOGIA AFRICANA: DIÁLOGOS COM O SUL GLOBAL

Simone Gibran Nogueira¹
Raquel Souza Lobo Guzzo²

Este trabalho busca localizar a produção da Psicologia Africana³ dentro do contexto de produções científico-culturais do Sul Global. Para tanto, evidenciaremos diálogos que são possíveis de serem articulados entre a referida área de investigação e outras perspectivas suleadoras⁴ das Ciências Humanas e da Psicologia, entre elas: Psicologia Crítica, Psicologia da Libertação Latino-Americana, Descolonização da Psicologia, Psicologia Indígena e Estudos Africanos.

Interessante notar que cada uma destas referências foram produzidas em diferentes espaços e tempos sociais, nos cinco continentes, o que caracteriza uma diversidade de propostas e contextos que, no entanto, podem ser interligadas por alguns fios condutores de reflexão. Um destes fios, que permite o diálogos entre estas diferentes perspectivas de ciência, é a postura crítica em relação à hegemonia eurocentrista, racista e brancocêntrica da/na ciência ocidental colonial/moderna (Cunha Jr. 2013; Ferreira & Hamlin 2010; Quijano 2005; Santos 2002). Outro fio condutor são as posturas ético-políticas fundadas na busca pela libertação, descolonização e produção

1 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil. E-mail: capoeira.psico@gmail.com

2 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil. E-mail: rguzzo@mpc.com.br

3 Este artigo é um desdobramento da tese de doutorado intitulada “Psicologia Crítica Africana e Descolonização da Vida na Prática da Capoeira Angola” defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2013 (Nogueira, 2013).

4 O termo sulear, utilizado por Paulo Freire (1987), denota que a orientação que este pensamento assume vem de perspectivas oriunda do hemisfério sul, historicamente marginalizado e oprimido. É uma atitude de resistir à utilização de termos como nortear, que trazem em sua origem um significado que pode ser relacionado com processos de dominação, já que faz referência ao norte geográfico ou simbólico.

de conhecimentos que atendam às demandas locais urgentes, bem como respeitem a maneira de ser, ver e viver no mundo dos diferentes grupos e povos, apesar da dominação capitalista ocidental colonial/moderna (Adams et. al. 2015; Parker 2015 e 2009; Paredes-Canilao et al. 2015; Dargenos et. al 2013; Santos & Menses 2010; Darfenos et al. 2006; Lander 2005; Martín-Baró 2009a, 2009b, 1996, 1998).

Neste sentido, este trabalho está circunscrito dentro do movimento das *Epistemologias do Sul*, formulado por Boaventura de Sousa Santos (2006) e compartilhado por/com outros pensadores do Sul Global (Santos & Menses 2010; Gonzáles-Rey 2009). Este movimento denuncia criticamente a crise do paradigma epistemológico eurocêntrico, racista e brancocêntrico, formulado desde o século XVI e consolidado no século XIX (Lander 2005). Segundo esta análise, o referido paradigma produziu, e ainda produz, um *epistemicídio*, ou seja, a supressão destruidora de alguns modelos de saberes locais, por meio de uma *lógica da exclusão*, que desvaloriza e hierarquiza saberes, “o que levou ao desperdício – em nome dos desígnios colonialistas – da rica variedade de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multiformes cosmovisões por elas produzidas” (Gomes 2012, 45).

Este posicionamento pode ser relacionado ao do filósofo Charles Mills (2007) quando este se refere à *epistemologias da ignorância*. Segundo ele, apesar de muitas vezes pensarmos a ignorância como a ausência de conhecimento (e imaginamos que o trabalho dos educadores é para preencher essa ausência), pode ser mais produtivo pensar em ignorância como um tipo de conhecimento (alienador), ou seja, ideias que promovam a incapacidade de reconhecer as coisas – como a diversidade de saberes locais – que poderiam ser óbvias, só que no entanto são silenciadas e/ou apagadas do imaginário social pela soberania institucionalizada e o monopólio epistêmico da ciência (Adams 2014; Gomes 2012). Nesse mesmo sentido, Parker (2014), disserta sobre o conhecimento que aliena como uma ferramenta ideológica.

Não obstante à denúncia da crise do paradigma epistemológico eurocêntrico, racista e brancocêntrico, o movimento das Epistemologias do Sul também anuncia a emergência de um novo paradigma de ciência, que reconhece uma “pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (Santos 2010, 54). Segundo Gomes:

O que se propõe, então, a partir da diversidade do mundo, trata-se de um pluralismo epistemológico que reconheça a existência de múltiplas visões que contribuam para o alargamento dos horizontes da experiência humana no mundo, de experiências e práticas sociais alternativas. (Gomes 2012, 49)

Este *pluralismo epistemológico* pode ser descrito por quatro princípios orientadores, que contém uma postura ético-política correspondente à uma *lógica inclusiva*, são eles: 1) todo o conhecimento científico-natural é científico-social; 2) todo o conhecimento é local e total; 3) todo o conhecimento é autoconhecimento; 4) todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum (Santos, 2010). Tais princípios levam a um novo modo de compreensão da dimensão histórica da produção de conhecimentos. Eles contrariam a ideia de uma história linear e se fundam na proposta de que a contemporaneidade é simultaneidade. Em outras palavras, o conhecimento científico colonial/moderno não é, necessariamente, o melhor nem o mais avançado, mas sim, é contemporâneo, simultâneo e tão importante quanto outros conhecimentos/saberes que foram historicamente desqualificados, desvalorizados, silenciados, apagados do imaginário social global (Adams et al. 2015; Parker 2015; Paredes-Canilao et al. 2015; Santos & Menses 2010; Lander 2005).

Esta lógica, inclusiva e plural, está associada a uma postura ético-política de indissociabilidade entre produção do conhecimento e ação transformadora do mundo. De tal modo, se configuraria como uma práxis. Segundo Gomes, “o conhecimento tem como um dos seus principais critérios de validade não mais os paradigmas da ciência moderna, mas sua capacidade de efetividade em dada realidade local (2012, 52)”. O autor diz mais:

Um dos maiores desafios será, então, o de pensar o Sul para além de um produto do império. “Assim, só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado” (Santos 2004, 18)... A aprendizagem com o Sul somente logrará êxito na medida em que se contribuir para que ele deixe de ser mero produto imperial do Norte. (Gomes 2012, 52)

Importante ressaltar que (mais do que uma postura crítica e de denúncia em relação ao eurocentrismo, racista e brancocêntrico) a perspectiva de valorização das pluralidades epistemológicas no mundo, ou seja, o reconhecimento das resistências à dominação do Norte colonizador e a busca pelos saberes e práticas que não foram totalmente desfigurados pela colonialidade, se configuram como um anúncio de renovadas possibilidades de libertação do/no/para o Sul Global. O paradigma da pluralidade inclusiva abre caminho para o desenvolvimento dos Estudos Africanos em Psicologia, da mesma forma que as outras referências com as quais irei dialogar neste trabalho, a saber: Psicologia Crítica, Psicologia da Libertação Latino-Americana, Descolonização da Psicologia e Psicologia Indígena. Este texto será apresentado pelas perspectivas crítica, libertadora,

descolonização e indigenização; e finalizado com uma breve apresentação dos Estudos Africanos no mundo e o surgimento da Psicologia Africana.

Psicologias insurgentes no âmbito das Epistemologias do Sul

De forma bem breve e ilustrativa, serão apresentadas aqui algumas perspectivas de Psicologia que podem ser circunscritas no âmbito das Epistemologias do Sul e que corroboram para localizar e apoiar o desenvolvimento da Psicologia Africana no contexto do Sul Global.

Psicologia Crítica

O termo “Psicologia Crítica” começa a ser utilizado em Berlim na década de 1970 associado à Teoria Crítica. Outros termos também estão associados a este, como: Psicologia Radical, Anti-Psiquiatria, Psiquiatria Crítica. Na década de 1990, esta perspectiva toma mais consistência com uma onda de publicações sobre Psicologia Crítica, marcada pela publicação do livro *Critical Psychology* de Dennis Fox e Isaac Prilleltensky, e pesquisas no Reino Unido. A partir de 2000, Ian Park potencializa ainda mais este movimento por meio dos *Journal of Radical Psychology* e da organização do *Annual Review of Critical Psychology*. Segundo Parker (2009), a Psicologia Crítica não é uma vertente teórica ou uma ramificação da ciência psicológica, mas sim, uma postura ético-política diante do serviço que a psicologia ocidental moderna tem prestado à manutenção do poder das minorias em detrimento das desigualdades sociais vividas pelas maiorias no mundo. Para os fins deste trabalho, é importante delinear dimensões da Psicologia Crítica que podem ser correlacionadas ou sustentadoras da Psicologia Africana, enquanto uma Epistemologia do Sul.

Parker (2009, 3-4, t.a.) aponta que a Psicologia Crítica “é o exame sistemático de como algumas variedades da ação e experiência psicológica são privilegiadas em contraposição a outras, e como os discursos dominantes da psicologia operam de maneira ideológica a serviço do poder”. Este campo investiga “as maneiras em que todas as variedades da psicologia são construídas historicamente e como as variedades alternativas da psicologia podem confirmar ou resistir” aos modelos dominantes. Nesse sentido, esta perspectiva pode ser relacionada ao primeiro fio condutor das Epistemologias do Sul.

No entanto, Parker (2009, 5) indica que a Psicologia Crítica vai

além, e estuda as “modalidades de vigilância e autorregulação da vida cotidiana e as maneiras em que a cultura psicológica opera para além dos limites da prática acadêmica e profissional”. Nesse sentido a Psicologia Crítica está preocupada com a vida cotidiana, com o dia-a-dia das pessoas e grupos e a maneira como eles resistem à dominação. Segundo o autor, “ela estrutura o trabalho acadêmico e profissional da Psicologia e como as atividades diárias podem prover a base para resistir às práticas disciplinares contemporâneas”. Em outras palavras, esta perspectiva psicológica está preocupada com os problemas e necessidades locais, com as maneiras próprias de cada grupo resistir aos processos opressivos de dominação e exploração coloniais/modernos, e assim, podemos dizer, caracteriza-se por uma arqueologia de conhecimentos locais que busca ser consistente e coerente com a diversidade cultural dos grupos e povos no mundo. É a partir destas dimensões que o diálogo entre a Psicologia Crítica e a Psicologia Africana pode ser desenvolvido.

Psicologia da Libertação e Descolonização da Psicologia

O termo “Psicologia da Libertação” foi utilizado pela primeira vez por Ignacio Martín-Baró em 1976 na cidade de El Salvador. Esta perspectiva teórica foi desenvolvida a partir do contexto latino-americano da década de 1970, por psicólogos sociais preocupados com a opressão das maiorias das populações. Eles criticavam, e ainda criticam: 1) a visão da ciência como neutra, 2) a afirmação da universalidade, e 3) a irrelevância social da psicologia para atender as necessidades das maiorias oprimidas. Entre seus principais colaboradores estão Maritza Montero (Venezuela), Ignacio Dobles (Costa Rica), Bernardo Jiménez Domínguez (Colômbia/México), Jorge Mario Flores (México), Edgar Barrero (Colômbia) e Raquel Guzzo (Brasil) (Guzzo & Lacerda 2009).

Anterior à Psicologia da Libertação foi o trabalho Franz Omar Fanon. Na verdade ele inspirou movimentos da libertação na América Latina, no continente Africano e mundo afora, influenciando o trabalho de Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido, o de Orlando Fals-Borda nas metodologias de pesquisa-ação participativa e, consequentemente, o de Martín-Baró na Psicologia da Libertação.

No entanto, por muito tempo seu trabalho foi desqualificado como ativismo político fora dos limites das atividades da própria ciência. Fanon se preocupava com problemáticas como: psicopatologia gerada pelo colonialismo e as consequências humanas, sociais e culturais da descolonização. Atualmente, psicólogos críticos estão retomando os trabalhos

de Fanon para desenvolver a perspectiva da Descolonização da Psicologia. Uma publicação importante que marca esta retomada da obra fanoniana é a Seção Temática Especial sobre “Descolonização da Ciência Psicológica” do *Journal of Social and Political Psychology*, em 2015. Aqui no Brasil, o grupo de pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação”, também está engajado nesta perspectiva desenvolvendo o projeto de pesquisa mãe 2015-2020 “Descolonizando a Psicologia: processos de participação na escola e comunidade” (Guzzo 2015).

Voltando à referida seção temática especial, esta aponta recursos conceituais importantes para o trabalho de Descolonização da Ciência Psicológica: a perspectiva da Psicologia da Libertação e os Estudos da Psicologia Cultural. Segundo Adams, Dobles, Gomez, Kurtis & Molina, a psicologia da libertação possui uma característica central que é uma maneira de saber que privilegia a posição epistemológica de pessoas em condições de opressão ou marginalização. “Outra característica central é um processo participativo de ética em pesquisa que enfatiza práxis sobre a teoria esterilizada” (2015, 216, t.a.).

Nesse sentido, estão preocupados com a desideologização das realidades cotidianas, com a recuperação da memória histórica, privilegiando a perspectiva das maiorias marginalizadas. A desideologização das realidades cotidianas “implica a utilização de investigação empírica para colaborar para que as pessoas possam revelar a verdade cotidiana de sua experiência (Adams et. al. p. 217)”. Segundo os autores:

A recuperação da memória histórica neutraliza a negação institucional ou o esquecimento coletivo da violência histórica; aumenta a consciência de alternativas viáveis à violência colonial da ordem mundial moderna; e promove a construção de uma identidade que proporcionam um senso de unidade e propósito em torno dessas ideias alternativas da história e do progresso. (Adams et al., 217)

Para que este trabalho seja desenvolvido, Adams et. al. (2015, 18) sugere que devemos dar “ênfase ao conhecimento local como um instrumento epistemológico para contrariar discursos universalizantes da ciência hegemônica”. É nesse ponto que a perspectiva da Psicologia da Libertação compartilha esforços com perspectivas da Psicologia Cultural. O autores chamam a atenção para diferentes visões e posições teóricas dentro desta última, e destacam aquela mais consistente para o objetivo da descolonização da psicologia.

Em contraste, a versão de análise da Psicologia Cultural que informa a nossa abordagem ao tema da descolonização da ciência psicológica reflete um compromisso com as configurações das maiorias do mundo

e as perspectivas de conhecimento consciente de identidade como a dos Estudos Africanos (por exemplo, Bates, Mudimbe, & O'Barr, 1993; ver também Adams, 2014), Teoria Racial Crítica (Crenshaw, Gotanda, Peller, & Thomas, 1995; ver também Adams & Salter, 2011) e Feminismos Descoloniais (por exemplo, Mohanty, 1988; ver também Kurtis & Adams, 2015, esta sessão). (Adams et al. 2015, 219, *itálicos das autoras*)

O que estas vertentes de pensamento têm em comum são os mesmos fio condutores das Epistemologias do Sul, a saber: 1) uma preocupação com as formas de violência epistêmica que alimentam a soberania das instituições globais, fortalecendo os poderosos centros geopolíticos em detrimento das periferias relativamente impotentes, mantendo os sistemas de exploração e dominação; 2) atenção voltada aos problemas dos grupos sociais locais, com ênfase no conhecimento local como um instrumento epistemológico para gerar maneira inovadoras de resolução dos problemas com vistas à transformação e superação dos processos opressivos coloniais/modernos. Fica destacado nesta proposta de Descolonização da Psicologia que as referências dos Estudos Africanos, da Teoria Racial Crítica e dos Feminismos Descoloniais podem trazer contribuições substanciais em diálogo profícuo com psicólogos que têm esta intencionalidade. Em outras palavras, trabalhar em diálogo com a Psicologia Africana pode ser bastante frutífero para toda a psicologia crítica com pretensões de descolonização. De acordo com Adams et. al.:

A intersecção de perspectivas da Psicologia Cultural com o ponto de vista epistemológico das comunidades no Sul Global oferece uma plataforma em que os estudiosos e cientistas criticamente conscientes podem se submeter/aderir para revelar e resistir a essas formas de violência epistêmica. Adams et. al. (Adams et al. 2015, 219)

Dizendo de outra maneira, dentro do paradigma da pluralidade epistêmica no mundo, regido pela lógica da inclusão, conforme proposto pelo movimento da Epistemologias do Sul, podemos encontrar parcerias fecundas e aproximar posturas críticas em relação à colonialidade do poder e do saber (Quijano 2005); bem como somar forças para produzir conhecimentos mais libertos e libertadores, pautados pelas necessidades da vida cotidiana das maiorias oprimidas do mundo e informados pelas experiências sociais, culturais, políticas, geográficas, de cada local.

Psicologias Indígenas

O *Handbook of Critical Psychology* organizado por Parker (2015) é uma fértil referência para o desenvolvimento de Psicologias dentro

de um paradigma crítico, plural e inclusivo, conforme proposto pelas Epistemologias do Sul. Consideramos que este trabalho coletivo representa uma tendência de produção do Sul Global na referida área de conhecimento. Vários trabalhos investigativos oriundos dos cinco continentes caracterizam o que está sendo chamado de *Psicologias Indígenas*.

O movimento das Psicologias Indígenas inicia-se como pontos de resistência de antigas colônias dos impérios ocidentais desde a década de 1960. Elas foram e ainda são desenvolvidas a partir de povos indígenas de nações relativamente livres e economicamente estáveis. Conforme descreve Paredes-Canilao, Babaran-Diaz, Florendo, Salinas-Ramos & Mendoza, apesar de estarem sub-representadas na literatura se comparadas à Psicologia ocidental *mainstream*, ainda sim, elas são legítimas, plurais, contemporâneas, simultâneas:

Psicologias Indígenas têm ‘raízes’ nos continentes da África (Camarões, Zâmbia); Américas (EUA, Canadá, América Latina, México, Venezuela); Ásia (Hong Kong, Índia, China, Japão, Coreia, Filipinas, Taiwan); Europa (França, Alemanha, Escandinávia); Médio Oriente: (Irã, Turquia), e Oceania (Fiji, Papua Nova Guiné). (Paredes-Canilao et al. 2015, 356, t.a.)

Assim como foi descrito sobre as Epistemologias do Sul, o termo *Psicologias Indígenas* abarca uma pluralidade de visões de mundo a partir de uma lógica inclusiva. Ele é operacionalizado a partir de fios condutores semelhantes aos descritos anteriormente, neste caso a Descolonização e a Indigenização. Dentro da dimensão da descolonização, psicólogos indígenas censuram a irrelevância das Psicologias acadêmico-científicas ocidentais, que foram implantadas colonialmente, para atender às necessidades dos grupos e povos locais/colonizados. Paredes-Canilao et. al. , resumem esta crítica da seguinte maneira, ressaltando que podem estar correndo o risco de simplificação:

a psicologia ocidental detém suposições questionáveis sobre pressupostos ou orientações em relação à natureza do mundo e dos seres humanos (ontologia), sobre o que conta como conhecimento verdadeiro e como adquiri-lo (epistemologia), e sobre o que tem valor ou o que é desvalorizado (ética). A Psicologia Ocidental é embebida em: (1) uma visão de mundo alienante (atomística mecanicista), que corta o mundo em partes distintas, e enxerga totalidades como redutíveis às partes (individualismo metodológico) ou as partes como nada além de totalidades (holismo metodológico, o funcionalismo); (2) uma epistemologia despida do contexto (objetivista, empirista racionalista) que conta apenas duas fontes de conhecimento válido – razão algorítmica e/ou experiência sensorial; e (3) um sistema de valores calculista (materialista economicista), que está escondido/escamoteado em apelos pelo de valor neutralidade. (Paredes-Canilao et al. 2015, 358, *itálico do texto original*)

Como resultado desse processo de produção de conhecimentos, a Psicologia Ocidental é caracterizada como um projeto colonialista, racista e de imperialismo cultural. Ela serviu, e ainda serve, como um aparelho das Ciências Sociais Neo Coloniais para promover o *cativeiro mental, a dependência acadêmica ou a imitação cega*. Essas características foram analisadas por Alatas (2006) em *Alternative Discourses in Asian Social Science: Responses to Eurocentrism*. Segundo Paredes-Canilao et. al (2015, 358), “muitas vezes estas são formas piores de perda de poder do que as que foram experimentadas durante a colonização, que ocorrem dentro do contexto da educação formal, considerado como o maior legado dos regimes coloniais, o que as torna mais insidiosas/traíçoeiras/desleais”. Este posicionamento se aproxima do que Quijano (2005) denomina na América Latina de Colonialidade do Saber.

Outra crítica das Psicologias Indígenas é em relação ao valor de neutralidade das Ciências Ocidentais, no sentido de que este valor permitiu que a Psicologia Ocidental se tornasse um aparato acadêmico-científico do império para classificar nativos como genética, comportamental e mentalmente inferiores, através de práticas que patologizam automaticamente povos não-brancos. Entre essas práticas estão: o aconselhamento (Naidoo 1996), e os instrumentos como testes de IQ. Pesquisadores da Psicologia Africana também compartilham destas e outras críticas sobre a prática profissional ocidental colonial/moderna (Durojaiye 1993; Akbar 2005; Nobles 2006; Nsamenang 2007).

Em contraposição, o segundo fio condutor que unifica a pluralidade de visões de mundo dentro da proposta paradigmática das Psicologias Indígenas é o movimento de Indigenização. No contexto das Filipinas, Mendonça (2002; 2006) utilizou o conceito nativo de *Pantayong Pananaw*, para uma reconstrução da ciência psicológica informada pela visão de mundo local. Isto significa, ‘nós falando-entre-nós-mesmos, usando nossas próprias categorias e para o nosso próprio interesse’. Ela argumenta, que as pluralidades (de subjetividades, as diferenças culturais e étnicas, bem como interesses políticos) começam a surgir e exigem um envolvimento e contestação (Paredes-Canilao et al. 2015).

Corroborando com esta proposta de produção de conhecimento, a partir do contexto África Subsaariana, Nsamenang procura uma maneira de fortalecimento, por meio da superação da psicologia recebida colonialmente por eles. Como mecanismos de fortalecer pessoas e grupos, perspectivas de indigenização desenvolvem psicologias que “fazem sentido em suas próprias culturas e pelas quais eles podem ganhar entendimento de suas subjetividades, experiências e funcionamento sócio emocional” (2007, 19).

Estas perspectivas estão em contraste gritante com a Psicologia Ocidental eurocêntrica, racista e brancocêntrica regida pela lógica da exclusão da diferença. Aquelas afirmam que os objetos da recuperação programática nas Psicologias Indígenas são: a dinâmica indígena, sua complexidade e suas formas relacionais de vida, conhecimento e valorização, que foram marginalizados ou eliminados sob o jugo da colonização (Paredes-Canilao et al. 2015).

Em concordância com a lógica da inclusão dentro de um paradigma que reconhece a pluralidade epistemológica no mundo, a partir de uma perspectiva crítica, Paredes-Canilao et. al (2015) destaca a emergente postura amigável ou de relações de igualdade que se busca estabelecer entre o alvo e a origem da Psicologia Ocidental, ou seja, a busca por reconhecer a Psicologia Indígena Europeia, se é que tal coisa seja possível. Isto implicaria que os próprios psicólogos indígenas europeus deveriam se reconhecer como produtores de mais uma Psicologia Indígena no mundo, abandonando o imperialismo universalizante e a falácia da neutralidade científica, para adotar uma postura dialógica horizontal, inclusiva, plural e de justiça social. Dessa forma, assim como outras Psicologias Indígenas, a europeia adotaria os processos autocríticos de descolonização e indigenização sobre sua produção de conhecimentos, modalidades de pesquisa e práticas profissionais.

Por fim, psicólogos indígenas destacam que “ao enfatizar a ‘diversidade intelectual’, e alternativas aos modelos lineares, o foco muda de forma mais apropriada para o que é “relativo”, mas relevante, útil, aplicável e adequado na compreensão do comportamento e dos processos mentais de determinadas populações sujeitas (Paredes-Canilao et al. 2015, 361)”. Sendo assim, há uma preocupação clara de manter uma unidade dentro da Psicologia, não mais com bases imperialistas, dominadoras, racistas, mas com contornos renovados. Existe um modelo de paradigma que vem sendo construído na Ásia e está sendo chamado de *relacionalismo metodológico*, que leva em conta relações, ao invés de indivíduos, como dado primário (Ho et al. 2001). Segundo Paredes-Canilao:

Relacionalismo metodológico não é apenas uma nova abordagem da personalidade e da psicologia social; ele está desafiando a psicologia como um todo, que tem sido tradicionalmente apoiada no individualismo metodológico e ontológico. Para mostrar quão potente o relacionalismo metodológico é enquanto um paradigma, ele torna inteligível uma classe de conceitos indígenas do leste asiático que enfatizam a relação humana, utilizando a palavra chinesa, japonesa e coreana para “ser humano”, que é, literalmente, traduzido como “humano entre” (Kim e Park em Allwood e Berry 2006, 250). (Paredes-Canilao 2015, 361)

Os psicólogos indígenas já incorporaram e desenvolveram teorias com inúmeros conceitos nativos que colaboram para compreensão e resolução de problemas enfrentados pelo povos locais de uma maneira mais consistente e coerente com suas experiências e leituras do mundo culturais. É dentro desta mesma perspectiva do relacionalismo metodológico que a Psicologia Africana pode e vem sendo desenvolvida, como por exemplo, no uso do conceito de “Ubuntu”, que significa “eu sou porque nós somos, e porque nós somo, então eu sou” (Bono 2015; Nogueira 2013; Ramose 2010; Nobles 2006; Akbar 2004). Dando sequência à proposta deste trabalho, seguem agora algumas dimensões históricas e posturas características dos Estudos Africanos e da Psicologia Africana que abrem possibilidades de diálogo com todas as referências aqui apresentadas.

Contexto Histórico de Surgimento dos Estudos Africanos no Mundo

“Agora devolvemos ao obstinado segmento ‘branco’ da sociedade brasileira suas mentiras, sua ideologia de supremacismo europeu, a lavagem cerebral que pretendia tirar nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebrando o advento da libertação quilombista”. (Abdias do Nascimento 2009, 206)

A libertação quilombista celebrada por Abdias do Nascimento representa a resistência africana à colonização do poder e do saber impingida por europeus durante o colonialismo escravocrata. Esta resistência política foi se transformando e se fortalecendo enquanto conhecimento acadêmico e político no mundo inteiro. Este trabalho descreve parte desse processo numa perspectiva de Sul Global e alguns desses impactos na Psicologia.

Desde a década de 60 e 70 pesquisadores africanos do continente e da diáspora vêm produzindo sistematicamente uma ciência multi-intertransdisciplinar culturalmente consistente com a visão de mundo africana, ou seja, a forma de sentir, pensar e agir própria de um povo. Esta ciência tem recebido alguns nomes que identificam mais as escolas de pensamento do que propriamente diferenças significativas de conteúdo, entre eles: estudos africanos, africênticos, afrocentrados ou *africana*⁵. Segundo Karanja Keita Carroll (2010), estes estudos são organizados em uma área de conhecimento interdisciplinar preocupada com o desenvolvimento de uma descrição precisa

5 O termo “africano” refere-se sempre ao conjunto formado pela África e sua diáspora. A palavra africana, grafada em itálico, vincula-se a tudo que diz respeito àquele conjunto, visto de seu interior. A frase “estudos africana” indica o campo de conhecimento que estuda, de forma multidisciplinar e por meio de um ponto de vista africano, aquilo que se relaciona com o conjunto formado pela África e sua diáspora (Nascimento E.L. 2009).

das condições de vida dos povos africanos no continente e na diáspora, ao mesmo tempo em que buscam soluções prescritivas para a transformação da realidade africana. Em outras palavras, os Estudos Africanos podem ser considerados como parte das Epistemologias do Sul, pois possuem uma dimensão acadêmica interdisciplinar que considera a indissociabilidade entre teoria e prática; bem como, uma dimensão social, trabalhando com temas como acesso ao poder, distribuição de riqueza, identidade e alienação, autoimagem, saúde mental, oportunidades educacionais, família e relações de gênero (Silva & Silva 2006).

Embora esse movimento científico tenha tomado forma e consistência a partir da década de 60⁶, seu início é muito anterior a esta data e aconteceu em diversas partes do continente e da diáspora africana. Elisa L. Nascimento & Charles S. Finch III (2009, 38) apontam que, “a tradição de pensamento afrocentrado desenvolvida no contexto intelectual do Ocidente consiste, com efeito, num ato de resistência.” Para estes autores, o ponto de partida deste movimento intelectual data desde as insurreições afrodescendentes no Haiti, em todo o Caribe e nas Américas. Eles se repetem nos quilombos, nos *cumbes*, nos *palenques* e nos *marroons* de toda a região e são caracterizados pela “presença da matriz africana de filosofia religiosa inspirando a luta contra a dominação colonial eurocentrista.”

Nascimento & Finch III (2009) apontam documentos e ações históricas que marcam e representam estes processos anteriores ao século XX, alguns deles são: a resistência do quilombo de Palmares no Brasil por volta de 1624; a poesia de Phillis Wheatley, senegalesa escravizada nos EUA por volta de 1761; o poeta afro-americano Jupiter Hammon que nasceu escravizado nos EUA em 1711; a carta da escravizada Esperança Garcia do Piauí; a voz da escritora, educadora e compositora Maria Firmina dos Reis nascida no Maranhão em 1825; a revolução haitiana no século XIX; a luta por libertação dos afrodescendentes em Cuba no século XIX; o surgimento do pensamento pan-africanista, notadamente no Caribe e Estados Unidos no século XIX. Este último com um papel histórico importante que reconectou a África à diáspora, fortalecendo a luta por libertação colonialista no mundo.

O século XX marcou definitivamente o desenvolvimento dos Estudos Africanos com intelectuais afrodescendentes e africanos de diversas partes do mundo. Entre os intelectuais mais marcantes e influenciadores da ciência com perspectiva africana encontram-se: W. E. B. Du Bois, Booker T. Washington, Richard Wright, Martin Luther King, Malcom X, dos EUA; Kwame Nkruma de Gana; Amílcar Cabral de Guiné-Bissau; Abdias

6 A década de 60 foi marcada por movimentos de insurgência africana no continente mãe com as lutas pela libertação e independência, na Europa com os movimentos da Negritude, nos EUA com a luta pelos direitos civis, entre outros.

do Nascimento do Brasil; Marcus Garvey da Jamaica; Jean Price-Mars do Haiti; Aimé Césaire e Albert Memmi da França; Lamine Senghór e Cheikh Anta Diop do Senegal; Frantz Fanon da Martinica; Carlos Moore e Gustavo Urrutia de Cuba; Nnamdi Azikiwe da Nigéria; Théophile Obenga do Congo; entre outros (Nascimento & Finch III 2009).

O físico, historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1991), por exemplo, contribuiu de forma consistente e definitiva para a reconstrução da história africana e mundial a partir de uma perspectiva afrocentrada. Seu último trabalho *Civilization or Barbarism – an authentic anthropology* publicado em 1981, resultado de 30 anos de pesquisa, oferece um desafio crítico à interpretação ortodoxa acadêmica sobre o Egito como uma civilização branca. Interpretação esta que surgiu no século XIX para reforçar o racismo e imperialismo europeu. Diop reuniu evidências linguísticas, arqueológicas, históricas, matemáticas, filosóficas, entre outras, que comprovam que o Egito era uma civilização negra e que os negros são os herdeiros legítimos do legado de orgulho do Egito. Inclusive o verdadeiro nome dessa civilização era KMT ou Kemet, que significa “Terra Negra”. Egito foi um nome atribuído à Kemet pelos gregos séculos depois.

Mais ainda, Diop mostra através de uma documentação soberbamente detalhada que a civilização grega, muito reverenciada como o “berço do pensamento ocidental”, tem um dívida substancial com as ideias, pensamento e conquistas egípcias. Ele relata minuciosos marcos históricos e conhecimentos que datam a partir de 2.600a.c. e comprova que pensadores gregos como Platão, Aristóteles, Heródoto, Pitágoras, entre outros, foram iniciados em Kemet (Egito Antigo) e utilizaram os conhecimentos que aprenderam lá para produzir suas famosas teorias, sem fazer referência à fonte original ou em muitos casos estas referência foi apagada a partir do século XIX. Este pesquisador confirma o que o sul-americano guianense George G. M. James, matemático, linguista e historiador, escreveu em 1954 no polêmico livro *Stolen Legacy*. Neste trabalho James (2010) também demonstra que importantes doutrinas da filosofia grega foram baseadas na teologia da antiguidade kemética.

Este é apenas um exemplo que representa a potência e o impacto que os Estudos Africanos centrados nos processos históricos e culturais desde a antiguidade kemética podem ter na produção de conhecimento científico mundial, em qualquer área de conhecimento. Ao refutar a tão propagada ideia de que a Grécia foi o “berço do pensamento ocidental”, e ao desvelar que esta história iniciou-se na verdade na civilização kemética que data mais de mil anos anterior, provoca no mínimo uma revisão e provavelmente uma reformulação do que acredita-se ser a história da humanidade e da ciência moderna hoje. Este é um exemplo do rompimento com a história

linear, que valoriza a contemporaneidade e a simultaneidade de outros conhecimentos e saberes nos últimos cinco séculos, conforme a proposta das Epistemologias do Sul.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que os estudos africanos, em todas as áreas de conhecimento, possuem uma dimensão histórica particular e uma dimensão universal em suas proposições. A dimensão histórica particular relaciona-se com os sucessivos processos de colonização árabe e europeia que impingiram ataques genocidas aos povos africanos e seus conhecimentos. Nisso inclui-se os roubos intelectuais denunciados por James e Diop e processos de desqualificação e desumanização de tudo o que é oriundo de África. Devido a esta dimensão particular há a necessidade de demarcar o lugar original e histórico dos Estudos Africanos, como um processo de resistência e afirmação política contra a opressão étnico-racial na busca por libertação. Em outras palavras, os Estudos Africanos são conhecimentos que foram, historicamente, particularizados por ataques e desqualificações étnico-raciais, por isso a necessidade de afirmá-los como tal.

Apesar da dimensão histórica particular, originalmente os princípios e proposições filosóficas, culturais, políticas, sociológicas africanas são universais. Em outras palavras, os estudos africanos podem servir para qualquer ser humano ou sociedade, se isto fizer sentido em outros contextos. Vale destacar que o sentido da palavra universal neste caso é em termos de potencial humano e não uma determinação obrigatória, não quer dizer que serve necessariamente em qualquer contexto. Dessa maneira, difere-se, fundamentalmente, do sentido empregado à palavra universal pela ideologia eurocentrista racista colonial/moderna, na qual proposições universais têm que valer independente do contexto histórico e cultural onde está sendo aplicada.

James e principalmente Diop foram pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento de um conceito operacional científico que evidenciasse a verdade sobre a história da África e do mundo. Além disso, seus trabalhos esclarecem as profundas inter-relações entre as variadas nações africanas de norte a sul, e de leste a oeste do continente, que formam, segundo ele, a África negra. Para Diop, a história do pensamento africano torna-se uma disciplina científica indispensável para o estudo da evolução das sociedades no mundo e o meio para transitar entre o nível etnológico e o nível sociológico.

Não é objetivo deste estudo aprofundar, demasiadamente, na problemática apontada, apenas ressaltar a importância e relevância que estes estudos têm para africanos e descendentes, bem como para a humanidade em geral. Estes e outros intelectuais constituíram e ainda constituem

fundamento e base filosófica, cultural e política para o desenvolvimento do paradigma centrado na África ou afrocentrado e sua consequente ciência. Este paradigma coloca ideias e valores africanos no centro da investigação científica e o pesquisador encontra-se situado sócio historicamente, ocupando um lugar de sujeito histórico (Silva & Silva 2006).

Surgimento da Psicologia Africana como Campo de Estudo Contemporâneo

A Psicologia Africana começa a ser pensada e estruturada enquanto campo de estudo contemporâneo a partir da criação da Association of Black Psychology (ABPsi) nos Estados Unidos na década de 1960, dentro do contexto dos movimentos pelo Direitos Civis e do Poder Negro (Black Power). Segundo Nobles (2015), um dos fundadores da ABPsi e da própria Psicologia Africana enquanto campo de estudo, esta associação era formada por psicólogos negros e tinha como principais objetivos: 1) organizar suas competências e habilidades para influenciar mudanças necessárias e 2) abordar os problemas sociais significantes que afetam a comunidade negra e outros segmentos da população cujas necessidades a sociedade não supria. Segundo o autor, a ABPsi foi formada como uma instituição independente da American Psychological Association (APA):

Estes homens e mulheres acusavam a American Psychological Association por fazer apologias ao caráter branco racista da sociedade estadunidense e por fracassar no oferecimento de modelos e programas conducentes à resolução de problemas afro-americanos decorrente dos opressivos efeitos do racismo americano. É extremamente importante pontuar e destacar que nós declaramos a primazia e a importância da nossa negritude acima do nosso status como psicólogos. (Nobles 2015, 400, t.a.)

Naquele momento, apesar de terem fundado a ABPsi, esses psicólogos negros ainda precisavam criar a disciplina da Psicologia Negra. Segundo Nobles (2015), durante as próximas duas décadas muitos pesquisadores contribuíram na “escavação” de ideias africanas como fundamento para emergência e advento da disciplina da Psicologia Negra, entre eles: King, Dixon, and Nobles (1976); Akbar (1984, 1990); Azibo, (1989); Hilliard (1986); Nobles (1972, 1986a, 1986b, 1997); Myers (1988); Kambon (1992); Wilson (1993); Grills and Rowe (1996).

No contexto estadunidense da luta antirracista e pelos Direitos Civis o paradigma centrado na África encontrou terreno fértil e constituiu-se como uma disciplina, a partir dos anos 60. Os estudos em Psicologia feitos por afrodescendentes, sobre afrodescendentes e na perspectiva da comunidade

afrodescendente, foram os que mais produziram orientações e pesquisas afrocentradas de forma sistemática, contribuindo para fundar e consolidar a “nova disciplina” dos Estudos Africanos (Nobles 2006; Karenga 1986).

No contexto dos EUA as duas dimensões citadas no tópico anterior continuam presentes, tanto a dimensão histórica particular que determina o lugar de origem e afirma a resistência política dos Estudos Negro/ Africanos, como a dimensão universal das suas proposições. Só que neste contexto histórico, devido à severa segregação racial, a dimensão particular dos Estudos Africanos enquanto resistência a opressão racial é ressaltada.

Vale destacar que “da mesma maneira que busca-se as origens do pensamento europeu na Grécia e em Roma, o pensamento, a história e as experiências dos negros devem ser resgatados no Egito e nas várias culturas do continente africano”, conforme apontam Silva & Silva (2006, p. 46). No final da década de 1980 e começo dos anos 1990, psicólogos afro-estadunidenses como Na'im Akbar estavam produzindo conhecimentos que, entre outras preocupações, apresentavam dois componentes básicos: um componente de desconstrução, que criticava as dimensões do paradigma ocidental para as ciências sociais e pesquisa científica, que podemos correlacionar com a proposta de descolonização da Psicologia; e o de reconstrução, uma abordagem que começava a identificar as dimensões do paradigma afrocentrado, que pode ser associado a proposta da indigenização da Psicologia (Adams et al. 2015).

Estes estudos em Psicologia foram denominados de Black Psychology, Psicologia negra. Maulana Karenga define esta área ciência da seguinte maneira:

Os interesses da Psicologia negra giram em torno do desenvolvimento de uma disciplina que não só estuda o comportamento de pessoas negras, mas busca também transformá-las em agentes conscientes sobre si mesmos e sua própria libertação mental e política. Isto é adquirido por meio de: 1) uma crítica e rejeição severa à psicologia branca, nos termos de sua metodologia, conclusões e premissas ideológicas nas quais repousa; 2) provisões de modelos afrocentrados de estudo e terapia; 3) intervenções autoconsciente nos esforços sociais para promoção de um ambiente mais negro e humano. (Karenga 1986, 322, t.a.)

A perspectiva de produção da Psicologia negra apontada por Karenga (1986) aproxima-se das proposições epistemológicas sugeridas pelos cientistas sociais da América Latina, do movimento de Epistemologias do Sul, da Psicologia Crítica, da Psicologia da Libertação e da Psicologia Indígena. É possível identificar o primeiro fio condutor que é a postura de descolonização do pensamento e da lógica eurocentrista, ao assumir uma leitura crítica e rejeição severa à Psicologia branca informada pela ideologia da supremacia racial branca.

Além disso, fica evidente a intenção de produzir outros marcos e outras marcas a partir da recuperação da memória histórica dos povos africanos desde o Egito Antigo (Santos & Meneses 2010; Martín-baró 2009a; 2009b), que se relaciona ao segundo fio condutor. Isto implica análises e avaliações complexas das diferentes formas de interpretação e intervenção no mundo produzidas a partir da visão de mundo africana e das experiências de afrodescendentes anteriores e posteriores ao período colonial no continente e na diáspora. Período que marcou a história das sociedades ocidentais modernas por um processo de mundialização e que teve diferentes consequências para os diversos povos envolvidos (Lander 2005).

A postura de desenvolver intervenções sociais autoconscientes para a promoção de “um ambiente negro e humano” está mais relacionada com uma preocupação de reparar a consciência sobre a história e cultura africana que foi propositadamente desqualificada, silenciada e apagada nos últimos 400 anos, do que com uma postura segregacionista, conforme podemos notar na descrição do segundo objetivo da ABPsi (Nobles 2015). Denota, na verdade, um compromisso ético com a valorização da dimensão étnica africana que historicamente sofreu ataques genocidas pelos movimentos coloniais anti-africanos. Bem como, demonstra o envolvimento com processos de construção de experiências humanizadoras e interculturais, por meio da valorização de saberes que resistiram com êxito aos ataques racistas e genocidas (Santos & Meneses 2010). Ressaltamos a postura intercultural desses pensadores e pesquisadores da Psicologia negra e dos Estudos Africanos em geral, pois diferentemente da ideologia eurocêntrica que se arroga como único modelo de humanidade válido, a perspectiva centrada na África reconhece e assume a pluralidade epistemológica no mundo. Mais ainda, afirma a importância e necessidade da visão de mundo africana para pesquisar e trabalhar com povos afrodescendentes tanto no continente como na diáspora com vistas a promoção da libertação física, mental e espiritual (Nobles 2006; Akbar 2004; Karenga 1986).

Dessa maneira, apesar de a Psicologia negra ter sido sistematizada, mais consistentemente, nos Estados Unidos, ou seja, no hemisfério norte, ela ainda sim se constitui como uma Epistemologia do Sul. Tal afirmação é possível, pois não é a sua localização geográfica no norte imperialista que determina o seu paradigma filosófico cultural, mas sim a história e visão de mundo africana desde Kemet. Esta é uma perspectiva subalternada desta ciência (Santos & Meneses 2010; Freire 1987; 1992).

Por fim, é possível concluir que a Psicologia negra/africana contribui para a promoção da libertação da Psicologia como um todo, no sentido apontado por Martín-Baró (2009a;2009b). Isto acontece porque ela

assume para si as tarefas de recuperação da memória histórica e cultural dos povos africanos e afrodescendentes. Nesse processo ela contribui para a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana que inferioriza esta população no mundo; bem como, valoriza e potencializa virtudes tradicionais encontradas na visão de mundo africana desde Kemet, que resistiram aos ataques genocidas coloniais/modernos. Não obstante, ela também se caracteriza como uma superação do pragmatismo dominante, pois não se detém somente em constatar os prejuízos físicos, mentais e espirituais causados pelo eurocentrismo na vida de africanos no mundo. Pelo contrário, a Psicologia negra/africana busca iluminar as negatividades deste contexto, ou seja, o que não está dado, a humanidade e a humanização da população afrodescendente a partir de sua própria história, cultura e experiência. Nas palavras de Martín-Baró (2009a; 2009b), compromete-se com ‘o que há por fazer’ para libertar os povos afrodescendentes da escravidão física, mental e espiritual.

À guise de conclusão

Parece-nos bastante significativo notar, destacar e colocar em diálogo horizontal a insurgência de vários movimentos acadêmico-científico-culturais que surgem a partir das décadas de 1960 e 1970 em todo o Sul Global nas Ciências Humanas e na área da Psicologia, especificamente. Além disso, fica evidente a tensão entre o Norte dominador e o Sul insurgente na esfera global da produção acadêmico-científica, sendo que estes sempre resistiram e ainda resistem em variados contextos, países, nos cinco continentes planeta. Todos estes, Epistemologias do Sul, Teoria Crítica, Libertação, Descolonização e Indigenização podem ser correlacionados e postos em diálogo pelos dois fios condutores destacados ao longo de todo o trabalho, o de denúncia ao imperialismo ocidental colonial/moderno e o de anúncio de possibilidades renovadas dentro de um paradigma plural, inclusivo e de justiça social. Considerando estes movimentos na atualidade, concluímos este trabalho, apontando que o século XXI poderá ser o marco histórico da derrocada do eurocentrismo, racista, brancocêntrico na Psicologia e Ciências Humanas e Sociais, e o advento de construção de um paradigma acadêmico-científico-cultural regido por uma lógica mais inclusiva, dialógica e de justiça social.

REFERÊNCIAS

- Adams, Glenn. 2014. Beyond Prejudice: The (Cultural) Psychology of Racism in Education. In: *Equity Alliance Blog* published in 07/06/2014. Visto em 22/02/2016. Link: <http://www.niusileadscape.org/bl/beyond-prejudice-the-cultural-psychology-of-racism-in-education-by-glenn-adams//>
- Adams, G.; Dobles, I.; Gomez, L. H.; Kurtis, T.; & Molina, L. E. 2015. Decolonizing Psychological Science: introduction to the special thematic section. In: *Journal of Social and Political Psychology*. Special Thematic Setion on “Decolonizing Psychological Science” Vol. 3(1).(p. 213-238)
- Akbar, N. 2004. *Akbar Papers in African Psychology*. Tallahassee: Mind Productions & Associates.
- Alatas, S. F. 2006 *Alternative Discourses in Asian Social Science: Responses to Eurocentrism*. London: SAGE.
- Azibo, D. 1994. The kindred fields of black liberation theology and liberation psychology: a critical essay on their conceptual base and destiny. *Journal of Black Psychology*, 20, 334-356.
- Bono, E. L. 2015. Muntuísmo: a ideia de “pessoa” na filosofia africana contemporânea. Luanda (Angola), Maputo (Moçambique): Paulinas.
- Carroll, K. K. 2010. A Genealogical Analysis of the Worldview Framework in African-centered Psychology. *The Journal of Pan African Studies*, 3, pp. 109-126.
- Cunha Junior, H. 2013. Africanidades e Afrodescendência na Educação Brasileira. In: Luz, N. C. do P. (org.) *Descolonização e educação: diálogos e proposições metodológicas*. 1ª. Edição. Curitiba: CRV. (p. 45-68)
- Dafermos, M.; Marvakis, A; Mentinis, M.; Painter, D; Triliva, S. (editors). 2013. Issue 10: Critical Psychology in a Changing World: Building Bridges and Expanding the Dialogue. In: *Annual Review of Critical Psychology* (online). <https://discourseunit.com/annual-review/> visto em: 15/07/2015.
- Dafermos, M.; Marvakis, A; Triliva, S. (editors). 2006. Issue 5: Critical Psychology in a Changing World (Contributions from different geo-political regions, 2006). In: *Annual Review of Critical Psychology*. University of Crete, Department of Psychology. <https://discourseunit.com/annual-review/> visto em: 15/07/2015.
- Diop, C. A. 1991. *Civilization or Barbarism: an authentic anthropology*. (L. H. Books, Trad.) New York: Lawrence Hill Books.
- Durojaiye, M. O. 1993 ‘Indigenous psychology in Africa: the search for mean-

- ing', in U. Kim and J. W. Berry (eds) *Indigenous Psychologies: Research and Experience in Cultural Context*. Newbury Park, CA:Sage.
- Fanon, F. 1963. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press.
- Fanon, F. 1983. *Pele Negra Mascaras Brancas* (Vol. Coleção outra gente). (A. Caldas, Trad.) Rio de Janeiro: Fator.
- Ferreira, J. e Hamlin, C. 2010. Mulheres Negros e Outros Monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis 18(3). 336, setembro-dezembro. P. 811-836.
- Freire, P. 1987. *Pedagogia do oprimido*. 17 edição. Rio de Janeiro, Paz de Terra.
- Freire, P. 1992. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, F. de M. 2012. As epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. Em: *Revista Páginas de Filosofia*, v. 4, n. 2, p. 39-54. jul./dez.
- Gonçalves, I. A. O.; Silva, p. B. G. e. 2006. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 112 p. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- Gonzalez Rey, F. 2009. 'La Psicología en la America Latina: algunos momentos criticos de su desarrollo. Psicología para América Latina', *Revista de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología*, 17/ agosto, 1-22, <http://www.psicolatina.org/17/america-latina.html>
- Guzzo, R. S. L. 2015. Descolonizando a Psicologia: processos de participação na escola e comunidade. Projeto de pesquisa elaborado para o processo de Bolsa Produtividade Edital CNPq 2014. Aprovado.
- Guzzo, R. S. & Lacerda, F. 2009. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Ho, D.Y.F., Lai, A. C., Peng, S. Q. and Chan, S. F. 2001 'Indigenization and beyond: methodological relationalism in the study of personality across cultural traditions', *Journal of Personality*, 69, 925-953.
- James, G. G. 2010. *Stolen Legacy*. Lexington: Feather Trail Press.
- Karenga, M. 1986. *Introduction to Black Studies*. Los Angeles: Sankore Press.
- Lander, E. 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- Martín-Baró, I. 2009a. Para uma Psicologia da Libertação. In: R. S. Guzzo, & F. Lacerda, *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 189-198). Campinas: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. 2009b. Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Ameri-

- cana. In: R. S. Guzzo, & F. Lacerda, *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 199-220). Campinas: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. 1996. *Writings for a Liberation Psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Martín-Baró, I. 1998. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Mendoza, S. L. 2002/2006. Between the Homeland and the Diaspora: the Politics of Theorizing Filipino and Filipino-American *Identities: a Second Look at the Poststructuralism-Indigenization Debates*. New York and London: Routledge. Reprinted by University of Santo Tomas Press, Manila.
- Mills, C.W. 2007. White Ignorance. In S. Sullivan and N. Tuana, eds. *Race and Epistemologies of Ignorance* (pp. 13-38). Albany, NY: SUNY Press
- Naidoo, A. V. 1996. 'Challenging the hegemony of eurocentric psychology', *Journal of Community and Health Sciences*, 2(2), 9-16.
- Nascimento, E. L., & Finch III, C. S. 2009. Abordagem Afrocentrada, História e Evolução. In: E. L. Nascimento, Afrocentricidade: uma epistemologia inovadora (Vol. Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, pp. 37-70). São Paulo: Selo Negro.
- Nsamenang, A. B. 2007. 'Origins and development of scientific psychology in Afrique', in M. J. Stevens and D. Wedding (eds) under the supervision of John G. Adair. *Psychology: IUPsyS Global Resource* (Edition 2007). London: Psychology Press, <http://www.psypress.com/iupsys/contents.asp>
- Nobles, W. 2006. *Seeking the Sakhu - foundational writings for an African Psychology*. Chicago: Third Word Press.
- Nobles, W. 2015. From Black Psychology to Sakhu Djaer: implication form the further developmentof a Pan African Black Psychology. In: *Journal of Black Psychology*. Vol. 41(5) 399-414.
- Nogueira, S. G. 2013. *Psicologia Crítica Africana e Descolonização da Vida na Prática da Capoeira Angola*. Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
- Paredes-Canilao, N.; Babaran-Diaz, A.; Florendo, N. B.; Salinas-Ramos, T. & Mendoza, L. 2015. Indigenous psychologies and critical-emancipatory psychology. In: Parker, I. (org.). *Handbook of critical psychology* (p. 356-365). New York: Routledge.
- Parker, I. 2014. *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas: Alínea.
- Parker, I. (org.) 2015. *Handbook of critical psychology*. New York: Routledge.

- Parker, I. 2009. Psicología crítica: Qué és y qué no és?. *Revista Venezuelana de Psicología Clínica Comunitária*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 8, pp. 139-159.
- Quijano, A. 2005. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 1ª. Edição. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- Ramose, M. B. 2010. Globalização e Ubuntu. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 175-220.
- Santos, B. S. 2010. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 31-83
- Santos, B. S. 2006. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, (2ª edição).
- Santos, B. d., & Meneses, M. P. 2010. *Epistemologias do Sul*. Porto Alegre: Cortez.
- Santos, G. A. 2002. *A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo e Rio de Janeiro: EDUC/ FAPESP e Pallas.
- Silva, L. A., & Silva, P. B. 2006. *O jogo das diferenças - multiculturalismo e seus sentidos*. Belo horizonte: Autêntica.
- Smith, P. B. 2009. 'Is there a European indigenous psychology?', *International Union of Psychological Sciences (IUPsyS) Global Resource*, 2009 edition, <http://e-book.lib.sjtu.edu.cn/iupsys/Origins/Adair/adairo5.htm>

RESUMO

Este trabalho busca localizar e colocar em diálogo a produção da Psicologia Africana dentro do contexto de produções científico-culturais do Sul Global. Neste caso, o diálogo é estabelecido entre perspectivas suleadoras de Ciências Humanas e Psicologia, são elas: Psicologia Crítica, Psicologia da Libertação Latino-Americana, Descolonização da Psicologia, Psicologia Indígena e Estudos Africanos.

PALAVRAS-CHAVE

Pensamento Africano; Psicologia; Sul Global.

*Recebido em 9 de agosto de 2016.
Aprovado em 26 de outubro de 2016.*

QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE FORNECIMENTO DE BANANAS DE CAMARÕES

Kingsly Awang Ollong¹

Introdução

Camarões é um país que dispõe de uma rica natureza. O país possui um grande potencial de recursos naturais, como solo fértil, capacidades hídricas e minerais, que o predispõe a ser um verdadeiro Jardim do Éden no campo agropastoril. Como resultado, a estrutura de sua força econômica foi construída sobre esse potencial. As autoridades políticas e institucionais, que controlam os altos cargos do Estado desde sua independência em 1960 e 1961, têm, de fato, feito da agricultura o principal ramo do desenvolvimento econômico camaronês (Bella 2009).

A opção de organizar o desenvolvimento econômico de Camarões em torno da agricultura, como meio preferencial de desenvolvimento, habilitou tanto autoridades do setor privado quanto do setor público a terem uma valiosa fonte de renda financeira, enquanto possuem certeza que as populações rurais, cuja principal atividade é a agricultura, igualmente se beneficiam dessa fonte de receita. Promover a melhora nas condições de vida da população rural foi o elemento chave no estabelecimento de uma política planejada, que objetivava promover um aumento substancial na produtividade agrícola, de alimentos e agro-industrial. Desde então, esse setor tem empregado entre 50 e 60% da população trabalhadora de Camarões (Atanga 2006). Em 2003 a agricultura gerou em torno de 1300 bilhões de francos CFA de produto interno bruto (PIB) ou 20% do PIB global, mais que um terço dos ganhos com comércio exterior do país (Bella 2009).

O cultivo de banana, por muito tempo, vem sendo um aspecto

¹ Departamento de História, Universidade de Bamenda, Bamenda, Camarões. E-mail: awangollong@yahoo.fr

chave no desenvolvimento agrícola de Camarões, tendo vantagem nesse impulsionado incentivo criado para o desenvolvimento da agricultura. No fim dos anos 1970, o Escritório Camaronês para Banana (OCB, sigla em francês), uma empresa paraestatal, foi estabelecido a fim de regular a indústria da banana em Camarões. Seu mandato visava organizar as cadeias de comercialização das bananas camaronesas (UNECA 1981). Para melhor cumprir a missão designada pelo Estado, foi fornecida para a OCB uma autonomia financeira, garantida através da alocação de subsídios, assegurando a cadeia de produção, a supervisão dos produtores e o acesso ao crédito e as entradas da agricultura para os operadores do setor das bananas em Camarões. As perspectivas atraentes e persuasivas de um mercado crescente no cultivo de bananas, além da oportunidade de adquirir novas terras nesse campo, que vinha sendo visto como terra *nullius*, despertaram o interesse de muitos operadores internacionais para esse setor em Camarões. Até 1988, o setor das bananas em Camarões foi organizado em torno da coexistência entre o cultivo alimentar e o cultivo industrial. Desde 1988, a organização do sistema produtivo mudou com a dissolução do OCB em 1993 – efetivamente assinalando o fim das pequenas fazendas produtoras de banana (Anania 2014, 173). Consequentemente, o campo foi deixado livre para as grandes corporações multinacionais do agronegócio. Sob o impulso desses grandes grupos, a indústria de bananas camaronesas experimentou um grande crescimento. Assim, ela despontou como a primeira maior cultura de exportação, impondo-se como uma atividade econômica fundamental (Atanga 2006).

A indústria camaronesa de bananas estava entre as maiores produtoras mundiais do setor, possuía a ambição de ser a maior exportadora do produto na região da Ásia-Caribe-Pacífico (ACP). Esse setor foi um dos principais fornecedores de emprego em Camarões. Em 2011, perto de 297.210 toneladas de banana foram exportadas, enquanto o comércio gerou cerca de 170 bilhões de francos CFA por ano, para uma produção média de 300.000 toneladas. No centro das atividades do setor das bananas, em Camarões, estão as concessões de terra exploradas pelos maiores grupos agroindustriais, que operam na Divisão de Mungo na região litorânea e em Tiko, na Divisão de Fako, na região sudoeste de Camarões (Anania 2014, 179).

A implicação dessas regiões na indústria de bananas foi motivada pela fertilidade do solo vulcânico, clima ameno e disponibilidade de mão de obra, bem como um enraizamento dessa cultura na economia de *plantation*, que havia sido instalada na era colonial. Essas áreas foram as terras escolhidas para as agroindústrias do setor das bananas em Camarões: ambas possuíam um histórico econômico longo e rico no cultivo de bananas

como principal atividade de plantio (Anania 2014, 182). Durante diversas décadas, Njombe-Penja e Tiko têm servido como hospedeiros para muitos operadores, engajados no cultivo e na exportação de banana. Os principais atores neste setor foram a Corporação de Desenvolvimento em Camarões, com plantações em Tiko e a *Plantation de Haut Penja (PHP)*, que é uma das afiliadas a gigante francesa do setor de frutas, *Compagnie Fruitiere*, com plantações em Njombe-Penja. Embora essa atividade tenha gerado muitos benefícios para as corporações multinacionais que operam as plantações, os trabalhadores e as comunidades em que estas são fundadas têm sofrido injustiças nas mãos das companhias. É neste contexto que este artigo se propõe a fazer uma avaliação de algumas questões de sustentabilidade que têm, por muito tempo, afetado a vida dos trabalhadores e comunidades.

Para entender algumas das questões de sustentabilidade na indústria de bananas em Camarões, esse estudo irá contar com entrevistas orais em documentários, como *The Big Banana* (A Grande Banana) que critica o impacto humano e ambiental das plantações de banana em Camarões. O documentário começa por apresentar uma vista aérea da comunidade de Njombe-Penja, onde a riqueza proveniente da economia da banana vai para a companhia multinacional *Plantation du Haut Penja (PHP)*, enquanto a maioria dos membros da comunidade continuam pobres. Os trabalhadores da PHP são mostrados cortando e transportando as bananas para a estação de processamento. O lucro gerado pela empresa, às custas dos trabalhadores, que são pagos com salários irrisórios, contrastam com os altos salários e benefícios recebidos pelos expatriados. Portanto, não é surpreendente que os consumidores europeus de banana se choquem ao escutar o salário real dos trabalhadores das plantações dessa commodity. Um consumidor do Reino Unido, apropriadamente, denomina a situação como “trabalho escravo”, enquanto outra expressa seu “desgosto” em relação às condições de trabalho dos empregados (The Big Banana 2009). Esses trabalhadores não são somente mal pagos; sua saúde também está em risco pela exposição a materiais químicos tóxicos (pesticidas, fungicidas, fertilizantes e outros agroquímicos). O filme indica que quatro de cada cinco agricultores sofrem de problemas oftalmológicos devido aos materiais tóxicos da PHP e, além disso, apresenta um ex-trabalhador da empresa que ficou cego. Ele foi demitido pela PHP por causa de sua deficiência e sem receber uma compensação adequada.

A saúde dos membros da comunidade em geral foi posta em risco pelas operações da PHP, especificamente a pulverização aérea de químicos, que é prejudicial para humanos, plantas, animais e córregos. Um membro da comunidade recorda ter sido pulverizado e internado no hospital por alguns dias; sem surpresa, a PHP se recusou tanto a pagar a

conta do hospital quanto a compensar a vítima. Outro lamentou como essas pulverizações contaminaram sua comida. O sistema de processamento da banana lava os químicos da fruta, entretanto a água contaminada não é bem descartada, e dessa forma, contamina as fontes de abastecimento de água potável da localidade.

O deslocamento de pessoas foi outro movimento oscilante dos procedimentos das plantações. Como uma corporação multinacional, a PHP conseguiu sufocar a concorrência das companhias menores. O baixo custo de produção e o incentivo à exportação proporcionada pela empresa permitiram que ela suplantasse os agricultores locais. Enquanto alguns foram pressionados a vender ou arrendar suas terras para a PHP, os mais resilientes testemunharam suas terras sendo expropriadas por oficiais do governo que conspiravam com a PHP. O Chefe Daniel Nsuga sintetiza a elite corrupta suscitada aqui. Ao longo do filme, ele minimizou as consequências adversas das plantações, indicando, ao mesmo tempo, que a comunidade está feliz com a presença da PHP. Além da questão levantada no filme, essa sessão providenciará um panorama geral e uma avaliação de alguns problemas recorrentes de sustentabilidade que afetam o setor de bananas em Camarões. Essas questões foram identificadas através de revisão bibliográfica existente, documentários e entrevistas com trabalhadores e especialistas corporativos, que estão direta ou indiretamente envolvidos no cultivo e exportação de banana em Camarões.

Teoria de Agricultura de Plantation aplicada a Camarões

Analisando profundamente a literatura existente, constata-se que as principais teorias sobre as *plantations*, tais como modernização, dependência e a articulação dos modelos de produção têm tentado avaliar o papel delas no processo de acumulação de capital, bem como a sua relação com camponeses e sociedades (Konnings 1993). Uma breve discussão acerca dessas teorias pode contribuir para o nosso entendimento sobre o papel dominante que o setor das agroindústrias em geral e da indústria de bananas em particular possuem na economia política de Camarões.

A *escola de modernização do pensamento* sempre defendeu a difusão do capital ocidental, do conhecimento, da tecnologia e dos valores como pré-requisitos necessários para o desenvolvimento e acumulação de capital em países em desenvolvimento (Long 1977; Varma 1980). Ela afirma que as *plantations* são unidades econômicas eficientes de produção, que se beneficiam das economias de escala e do progresso técnico e devem ser vistos como agentes importantes de desenvolvimento e acumulação de capital

(Graham & Floering 1984; Goldthorpe 1985). Contudo, deve-se notar que essas reivindicações, com frequência, têm sido contestadas. Por exemplo, de Silva (1982) e Rote (1986) demonstram de maneira convincente que a maioria das *plantations* quase não experienciaram inovações tecnológicas e tem amplamente preservado suas técnicas de produção através de trabalho intensivo. A *teoria da sociedade dual e da economia dual*, de considerável importância para o estudo das *plantations*, é uma conhecida variante da teoria da modernização (Boeke 1953; Lewis 1954). Argumenta-se que não há quase ligações entre um setor capitalista dinâmico e um enclave pré-capitalista. Alguns desses teóricos (Lewis 1954), entretanto, não excluem a possibilidade de um efeito adverso das modernas *plantations* no setor camponês tradicional (Konnings 1994). Essa teoria tem sido atacada severamente pelas escolas da dependência e da articulação dos meios de produção.

A grande parte dos estudos sobre a agricultura de *plantation* em Camarões têm sido implícita ou explicitamente escritas sob o ponto de vista da modernização (Epale 1985). O livro de Epale sobre a história das *plantations* e o CDC em Camarões anglófono foi claramente inspirado na teoria da economia dual. As circunstâncias especiais em Camarões Ocidental, e a introdução de um sistema de *plantation* moderno como enclave na economia relativamente atrasada e desarticulada da região, na virada do século 19, e o desenvolvimento desse enclave ao seu estado atual, teve, em equilíbrio, um efeito salutar sobre a economia (Epale 1985, 7).

Ao contrário da teoria da modernização, a *teoria da dependência* afirma que a promoção do meio de produção capitalista através das *plantations* na “periferia” conduziu, inevitavelmente, a um crescente subdesenvolvimento e a dependência em relação a países capitalistas do norte (Frank 1967, 1969; Leys 1975). Esta perspectiva de dependência das *plantations*, como agentes do subdesenvolvimento e exploração, tinha sido elaborada nos estudos especializados sobre *plantations* na América Latina (Oxaal 1975; Benn 1974), Ásia (de Silva 1982; Bagchi 1982) e África (Brett 1973; Leys 1975). O trabalho mais influente nesta escola de pensamento é, sem dúvida, o de Beckford: *Pobreza persistente: Subdesenvolvimento em Economias de Plantation do Terceiro Mundo* (1972). Ele caracteriza as *plantations* como enclaves devido ao seu domínio por empresas multinacionais ocidentais, que estão interessadas em drenar o capital da periferia para os países industrializados. Sua especialização exclusiva em commodities para exportação tem resultado em padrões de cultivo monoculturais, negligência da produção de alimentos e uma dependência perigosa dos preços do mercado mundial.

De acordo com Beckford (1972: 215), esta natureza de enclave das *plantations* causou uma série de subdesenvolvimentos injustos na economia

doméstica e na sociedade, além de criar uma síndrome de dependência crônica, que se manifesta como um sistema de valores caracterizado pela dependência e baixa motivação, bem como por fortes tradições autoritárias. Surpreendentemente, vários estudos (Epale 1985; Molua 1985; Jua 1990) sobre *plantations* em Camarões tendem a apoiar a sua avaliação negativa das consequências desse sistema para as sociedades locais e para as economias e o desenvolvimento de uma síndrome de dependência crônica entre a população local.

A perspectiva da escola da dependência sobre o sistema de *plantation* parece ser capaz de superar algumas das deficiências da teoria da modernização. Isso nos ajuda a situar o estudo das *plantations* num contexto histórico e internacional, com a introdução desse modo de produção no período colonial, quando foi um importante método de acumulação de capital das metrópoles, sua dominação (antiga) do capital estrangeiro, sua administração e sua dependência vulnerável ao preço do mercado mundial de commodities. No entanto, a teoria da dependência não prestou atenção suficiente às mudanças que ocorreram no sistema de *plantation*, a luz das transformações no sistema capitalista mundial e a independência dos Estados coloniais. Por um lado, as corporações multinacionais agora controlam o mercado e o comércio capitalista mundial dos produtos das *plantations*. Elas também controlam parte do processo necessário, embora elas tendam a “desinvestir” nas produções (arriscadas) das *plantations per se* (Barker 1984).

Por outro lado, os Estados pós-coloniais têm tentado estabelecer uma maior medida de controle sobre as suas economias nacionais. Intervêm no controle, regulamentação e estímulo as *plantations* e tentam integrar os pequenos produtores nesse sistema, desafiando a tese da escola da dependência, da existência de uma classe política compradora nos Estados recém independentes e da impossibilidade de um desenvolvimento capitalista mais autônomo na periferia (von Muralt & Sajhau 1987; Sajhau & von Muralt 1987). Em alguns casos, Estados pós-coloniais tomaram medidas que levaram a nacionalização parcial ou completa (Bolton 1985), enquanto em outros casos, eles agiram em parcerias com joint-ventures, com capital privado estrangeiro ou local. Entretanto, seguindo a liberalização da economia camaronesa nos anos 1990, as *plantations* têm sido dominadas por multinacionais no nível de cultivo e exportação. Dado que a principal busca dessas empresas é a maximização do lucro, a exploração se tornou a ordem do dia, como veremos mais adiante (Awang 2011, 2013).

A terceira escola de pensamento, que fez significativas contribuições para o estudo do papel das *plantations* na acumulação de capital e sua relação com a produção e a sociedade camponesa, tem sido a chamada de

teoria da articulação dos modos de produção, como propagado por estudiosos como Laclau (1971), Meillassoux (1972, 1975, 1977), Rey (1971, 1973, 1976, 1979), Terray (1969, 1975, 1979), Wolpe (1972, 1980) e van Binsbergen & Geschiere (1985). Eles não aceitam a visão da teoria da dependência de que as sociedades pré-capitalistas têm sido destruídas ou totalmente transformadas, seguindo a incorporação ao sistema capitalista mundial. Em vez disso, eles argumentam que o sistema pré-capitalista foi, ao menos parcialmente, preservado desde o domínio colonial, embora subordinado ao modo de produção capitalista dominante. Alguns deles, particularmente Meillassoux (1975) e Wolpe (1972, 1980), enfatizaram que esta preservação (parcial) dos modos de produção pré-capitalista podem ser benéfica para os setores capitalistas dominantes, como a mineração e as *plantations*. A acumulação de capital pelas *plantations* depende, e é salvaguardada, do suprimento de terras baratas, de trabalhadores e de commodities pela comunidade doméstica. Os donos das *plantations* podem transferir os custos da reprodução da força de trabalho para as comunidades domésticas e dessa forma reduzir os seus custos de produção.

A maioria dos estudiosos clama que o estabelecimento da dominação capitalista e a subordinação dos modos de produção pré-capitalistas nem sempre foram fáceis ou automáticos nos processos da formação social africana. Rey (1971) em particular afirma que o “modo de produção por linhagem” ofereceu (inicialmente) resistência à dominação capitalista em defesa de sua própria autonomia e o capitalismo enfrentava consideráveis obstáculos na sua tentativa de enraizar-se nos modos de produção pré-capitalistas. Ele tentou demonstrar a existência de uma variedade de mecanismos para integrar os modos de produção pré-capitalistas no sistema capitalista, mecanismos que ocorrem em diferentes formas e combinações, e explicam as enormes variações no processo de articulação na África: (inicialmente) a violência estatal, contradições de classe dentro do modo pré-capitalista de produção, o estabelecimento de alianças entre as classes dominantes e setores pré-capitalistas, e a (gradual) operação das forças de mercado (Geschiere 1978, 1985).

Ao contrário das escolas da modernização e da dependência, a escola do modo de produção foi capaz de demonstrar os problemas que acompanham a subordinação da autonomia das sociedades pré-capitalistas aos imperativos da acumulação de capital e fornecer um quadro mais detalhado do impacto variado da produção capitalista de *plantation* nas comunidades domésticas circundantes. Ao mudar do nível da troca para a produção, foi capaz de explicar a existência contínua de modos de produção pré-capitalistas, que ao invés de serem destruídos, são reformados e subordinados aos modos capitalistas de produção.

Essas três escolas de pensamento fornecem um ponto de partida útil para examinar o interesse de alguns Estados pós-coloniais em continuar com a produção por *plantation*. O setor agro-industrial em camarões tornou-se um dos principais pilares das políticas agrícolas dos Estados pós-coloniais. Courade (1984) e Konings (1993a) têm, convincentemente, demonstrado que o Estado camaronês pós-colonial continuou a alocar uma porção substancial de seu orçamento agrícola para a expansão do setor agro-industrial, em particular para a criação e expansão do setor de agroindústrias paraestatais, que conta com, aproximadamente, 60% de seu orçamento agrícola durante o terceiro e quarto plano de cinco anos do país (1971-1981).

Teóricos da modernização vêem o apoio do Estado pós-colonial camaronês à expansão agro-industrial como uma clara expressão do altruísmo das elites políticas e do destacado compromisso com a modernização da produção agrícola. A tardia promoção do modo de produção de *plantation* foi mais para contribuir com a saída e a acumulação de capital que a produção camponesa “arcaica”. Contudo, com a drástica queda nos preços das commodities agrícolas no começo dos anos 1980, Camarões ficou enfraquecido e foi forçado a sofrer um ajuste estrutural, que após eclipsou o Estado de maiores decisões a respeito da comercialização de produtos agrícolas (Ngoh 1998).

Os teóricos da dependência (Molua 1985), ao contrário, argumentam que o interesse do Estado camaronês pós-colonial, encorajando a expansão agro-industrial, reflete os interesses da classe das elites políticas. Eles alegam que as elites que governam estão colaborando de perto com o capital estrangeiro, visando estimular a expansão da agro-industrial, uma vez que tem sua própria participação no projeto que, inevitavelmente, leva a profunda dependência e ao subdesenvolvimento.

A teoria de articulação dos modos de produção é, também, potencialmente capaz de ajudar a explicar os interesses pós-coloniais do Estado camaronês na expansão agro-industrial. Esta escola assume que a intervenção estatal foi somente requisitada no processo *inicial* da articulação dos modos de produção (Rey 1971, 1973; Meillassoux 1972, 1975). A intervenção estatal inicial ajudou a estabelecer a supremacia do modo capitalista de produção e a subordinação final do modo de produção pré-capitalista aos imperativos da acumulação de capital colonial: o suprimento da terra, trabalho e commodities agrícolas para setores capitalistas, em especial o das *plantations*. Parece ter ignorado a possibilidade do Estado pós-colonial se interessar na produção expandida e na acumulação de capital levando a renovar a intervenção estatal de modo incorporar a comunidade doméstica relativamente autônoma no modo de produção capitalista (Hyden 1980; Konings 1986a).

Essas três maiores teorias ajudam a explicar o papel das *plantations* no processo de acumulação de capital, sua relação com as sociedades pré-capitalistas e o interesse político de alguns Estados pós-coloniais, como Camarões, em sua expansão. As questões de sustentabilidade levantadas por esse estudo são a continuação dos motivos de exploração que levam a emergência do capitalismo e a eventual colonização do continente africano. Essas tendências de exploração, como expressas pela escola da dependência, foram muito visíveis na cadeia de fornecimento industrial de bananas em Camarões.

A economia política da indústria de banana em Camarões

O setor das bananas é um cubículo chave e maior agroexportador na política econômica de Camarões. É um circuito de lucros e poder. Essa sessão dará ênfase ao lugar que o setor de bananas ocupa na economia global através de um exame da, recorrente chamada, guerra da banana, análise das origens coloniais da indústria da banana e finalmente, fará uma avaliação dos atores principais que são a Cameroon Development Corporation, a Del Monte e a Plantation du Haut Penja, que é uma subsidiária da *La Compagnie Fruitière* na França.

Produção e comércio internacional de banana

A banana, como uma commodity agrícola, é um dos principais produtos do comércio internacional. Ocupa um lugar importante no comércio agrícola, depois de cereais, açúcar, café e cacau. É uma das principais fontes de alimentação dos países em desenvolvimento. A banana tem crescido em importância no jogo geopolítico, como será apresentado no parágrafo abaixo, em níveis nacionais e internacionais nos quais os países produtores estão inseridos. A cultura da banana está baseada em uma economia a qual a estrutura simboliza a persistência das dinâmicas neo-imperialistas ou neo-colonialistas na globalização da economia agrícola.

Seis países (Índia, Brasil, Equador, Filipinas, Indonésia e China) dominam o mapa econômico da produção de banana (55%). Contudo o comércio internacional de banana é dominado por três grandes corporações multinacionais (Chiquita Brands, ex-United Fruit, Del Monte e Dole Food Inc.). Este trio controla 65% das exportações mundiais de banana, configurando-se como um oligopólio global. A indústria global de bananas é marcada por alguns países como Índia e Brasil, que estão entre os principais produtores, mas raramente estão envolvidos no comércio internacional. O

argumento de consumo interno é regularmente invocado como justificativa para essa ausência, confirmando a predominância da fruta amarela na dietas das populações. O setor das bananas é uma indústria muito dinâmica. A produção mundial mais do que dobrou desde 1990, de em torno de 47 milhões para 107 milhões de toneladas em 2013; o comércio internacional de bananas mostrou crescimento similar, aumentando de nove milhões de toneladas em 1990 para 20 milhões de toneladas em 2013 (Anania 2014, 183)

Em 2013 os seis principais produtores de banana representaram quase dois terços (62,4%) da produção global; eles eram, por ordem de importância: Índia (27.6 milhões de toneladas), China (12.1), Filipinas (8.6), Brasil (6.9), Equador (6) e Indonésia (5.4). Os maiores exportadores líquidos de banana e seu ranking não coincidem com aqueles baseados na produção, como a Índia e China, os dois maiores produtores, são comerciantes internacionais marginais e importadores líquidos (504 000 toneladas em 2013) respectivamente. O maior exportador líquido em 2013 foi o Equador (5.5 milhões de toneladas, 27,7% do total mundial de exportações), seguido de Filipinas (3.2, 17,2%), Guatemala (2.0, 16,3%), Costa Rica (1.9, 9,8%) e Colômbia (1.6, 8,2%). Em 2013, os cinco maiores países exportadores sozinhos representavam 79% do mercado mundial (Anania 2014, 185).

A concentração do mercado para importações é ainda maior que para exportações. A União Europeia, com 4.9 milhões de toneladas de bananas importadas em 2013 (25% do mercado mundial), é o maior importador, seguido dos EUA com 4.3 milhões de toneladas (22% do mercado). Outros importadores líquidos importantes foram a Federação Russa (1.3 milhões de toneladas), o Japão (1 milhão de toneladas), Canadá (557 000 toneladas) e a China (Anania 2014, 187). Os fluxos comerciais do comércio da banana mostram um claro padrão de regionalização. Ao menos em parte, esse é o resultado dos regimes de importação de bananas, passado e presente, da União Europeia. Praticamente todas as exportações do grupo de países africanos, caribenhos e pacíficos (ACP) se destinam à UE, enquanto a exportação de bananas de países latino americanos se destinam a Europa, Rússia e Américas do Norte e do Sul. Praticamente todas as importações de banana dos EUA e do Canadá vem da América Central e Sul, e acima de 95% das importações de bananas da Rússia, em 2013 vieram, sozinhas, do Equador. O mercado asiático é caracterizado como um mercado regional separado do resto do mundo e com uma grande capacidade das importações serem satisfeitas por exportadores da própria região. Por exemplo, em 2013, o Japão, maior importador na região, importou 93% de suas bananas das Filipinas (FAO 2014).

Os países na região da África-Caribe-Pacífico (ACP) em 2010

representaram por volta de 23% do total das exportações do comércio internacional da fruta. As bananas do ACP são exportadas, primariamente, para países da União Europeia, principalmente pois os produtos desta área têm recebido acesso preferencial desde 1993 (FAO 2014). Este privilégio, que opera contra as atuais regras sobre competitividade que organizam o comércio internacional no quadro neoliberal na Organização Internacional do Comércio (WTO), é devido aos seus laços de origem colonial.

As origens coloniais da Indústria Camaronesa de Bananas

Três argumentos foram avançados para indicar com autenticidade a origem do cultivo de banana na África. O primeiro argumento sustenta que a banana foi introduzida na África por marinheiros portugueses no século 16. O segundo considera que foram os árabes e persas quem foram os responsáveis por introduzir a banana na África por volta do século oito AD. A terceira visão, de acordo com Norma Simmons, é a de que a banana foi introduzida por volta do século dez. As descobertas arqueológicas sugeriam traços de cultivo há cerca de 2500 anos.

É com o estabelecimento da economia de *plantation* pelos alemães (1889-1916) que nós podemos datar a organização industrial do cultivo de banana em Camarões. O desenvolvimento do território camaronês sob o protetorado alemão (Schutzgebiet), baseado em planos agrícolas e infra-estruturais, veio materializar o assentamento alemão. Nesse contexto de dominação e exploração colonial, foram implementadas grandes *plantations* de produtos para exportação, como café, borracha, óleo de palmeira, cacau e banana, a fim de suprir a metrópole. Essa economia agrícola, baseada em concessões, encorajou a apropriação de terra e a desumanização das condições de trabalho. Esses fenômenos levaram a revoltas nas *plantations* ao redor da região de Douala e igualmente desencadearam uma greve fiscal. No entanto, o domínio colonial alemão não foi contestado. Mesmo com o advento do sistema de mandato que surgiu após a derrota dos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, as concessões agrícolas ainda eram mantidas, apesar da mudança dos planos de mandato (1914-1946) e de tutela (1946-1960), pelos interesses corporativos das novas potências coloniais, França e Grã-Bretanha (Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA 1984).

Com o advento da independência de Camarões Francês em 1960 e a subsequente reunificação com Camarões Britânico do Sul, um ano depois, surgiu uma dinâmica de transformação econômica e política da paisagem agroindustrial. Nesse contexto, as novas autoridades pós-coloniais instruíram as autoridades públicas a fazerem da agricultura uma

alavanca para o crescimento e desenvolvimento em Camarões. Ao fazê-lo, limitou os regimes coloniais de exploração e gestão da indústria da banana (Kaptue 1986). Seguiu-se a coabitação entre os operadores da indústria privada do sector da banana e os produtores locais (pequenos proprietários), coordenados por uma entidade estatal conhecida como *Organization Camerounaise de Banane (OCB)*. Esta coexistência foi desafiada com a dissolução da OCB em 1988, levando à extinção da produção camponesa.

O desaparecimento da OCB marcou uma mudança radical no sector da banana em Camarões, para um regime liberal de produção e comércio. Isto porque a Associação Camaronesa da Banana (*ASSOBACAM*), criada em 1988 para substituir a OCB, não conseguiu assumir as funções de *coaching* da produção camponesa (*ASSOBACAM* 2015). Neste contexto, os operários camponeses estavam condenados a desaparecer por não terem conseguido enfrentar os desafios da concorrência liberal que levaram grandes corporações multinacionais envolvidas na indústria da banana à publicidade. O desaparecimento da OCB deixou a porta aberta a operadores privados, que na maioria dos casos eram grandes grupos industriais estrangeiros. Essas grandes empresas, especializadas na produção de bananas, beneficiaram-se da situação para reforçar a sua posse nas *plantations* de bananas existentes em Camarões. Esse movimento promoveu o fato de que certas áreas de produção, como a de Njombe-Penja, se tornaram a reserva exclusiva do grupo PHP. Este grande grupo aumentou a sua concessão em vastos hectares de terra em Njombe-Penja e arredores, produzindo principalmente bananas e abacaxis para mercado da UE e pimenta para vender nos mercados locais. A Cameroon Development Corporation (CDC) veio com um projeto que permitiu a Del Monte gerenciar as plantações de banana de Likomba em Tiko.

Atores na economia da banana em Camarões

A produção de bananas para a sobremesa em Camarões é extremamente concentrada; no passado recente quatro empresas produziram virtualmente todas as bananas exportadas do país: a *Société des Plantations du Haut Penja (PHP)*, a Cameroon Development Corporation (CDC), a BOH Plantations Limited (BPL) e a *Société des Plantations de Mbanga (SPM)*.

O grupo Plantation du Haut Penja é o maior operador, com 57% das exportações totais de bananas de Camarões em 2010 e uma quota que permaneceu acima de 40% entre 1994 e 2003. O grupo é uma combinação de duas empresas, a própria PHP e a SBM. O PHP pertence inteiramente à *Compagnie Fruitière*, uma empresa franco-americana possuída pela família francesa Fabre (60%) e pela Dole (40%). O PHP controlou 51% a

empresa SBM, com os investidores de Camarões e a firma italiana Simba possuindo os restantes 13% e 36%, respectivamente (ASSOBACAM 2015). A Compagnie Fruitière tem estado presente em Camarões desde o início dos anos 80. É um ator importante no setor de banana em outros países da região, principalmente Costa do Marfim e Gana (www.compagniefruitiere.com). Embora a principal atividade do PHP permaneça no cultivo e exportação de bananas, também esteve envolvida na exportação de flores e pimenta em Camarões. De acordo com o Relatório de Responsabilidade Social Empresarial da La Compagnie Fruitière, todas as bananas PHP são certificadas pela GlobalGAP e pelo ISO14001, enquanto que 800 dos 3 300 hectares que cultivam e quatro das suas embalagens são certificadas pelo Comércio Justo; As bananas PHP também atendem aos padrões de qualidade “Nature’s Choice” da Tesco, um padrão privado que é mais rigoroso do que o GlobalGAP em termos dos produtos químicos que podem ser usados. O PHP está fortemente empurrando para a introdução de um rótulo “africano” para bananas de alta qualidade da região da África Ocidental (Camarões, Costa do Marfim e Gana), um certificado de garantia de qualidade para ser usado em conjunto com rótulos de empresas privadas. O PHP paga a seus funcionários um salário que está significativamente acima do salário mínimo. A Compagnie Fruitière possui instalações de amadurecimento em vários países europeus e na African Express Line (AEL), uma companhia marítima que opera uma frota de guarda-marinha. O PHP está em processo de expansão da produção de bananas, aumentando suas terras cultivadas em quase 25%. Atualmente, o PHP está fornecendo a CDC e BPL, as únicas duas outras empresas produtoras de banana no país, de forma contratual, assistência técnica no campo. Além disso, a Compagnie Fruitière lida, com base em comissões, com todas as exportações da BPL e com parte das da CDC (Ouma & Jagwe 2010).

A Cameroon Development Corporation (CDC), por sua vez, responde por cerca de 40% da produção e exportação de bananas de Camarões. A baixa produtividade e a liberalização do setor agrícola em Camarões levaram à aquisição do projeto de banana do CDC pela Del Monte em 1992. A CDC é uma das maiores empresas do país no setor agroindustrial com o maior número de funcionários após o Estado. Suas operações estão concentradas na agricultura, principalmente na produção e exportação de bananas, óleo de palmeira e borracha. As plantações de bananas da CDC cobrem cerca de 3 900 ha (16 000 ha são dedicados à produção de óleo de palmeira, 24 000 à borracha). O governo fez esforços para privatizar a CDC desde 1998, sem sucesso, e isso deixou a gerência da CDC em um cenário de médio prazo muito incerto, que teve efeitos negativos nas decisões de investimento, incluindo aqueles relacionados com planos de rotação de

bananas e gerenciamento de drenagem. Grande parte das *plantations* da CDC foram caracterizadas por uma qualidade do solo relativamente baixa e uma alta precipitação, o que criou condições favoráveis à propagação da sigatoka negra. Entre 1988 e 2011, graças à parceria com a Del Monte, a CDC empregou 6 500 trabalhadores em suas operações de banana. Os trabalhadores recebem um salário de 36.700 que é ligeiramente acima do salário mínimo de 28.000 ao qual tem direito por lei (Ntube 2013). De 1988 até 2011, a CDC atuou em estreita parceria com a Del Monte Fresh Fruit, que prestou assistência técnica na área de produção e exportou a maioria das bananas da CDC a um preço fixo, pré-determinado a bordo (FOB) pelo porto de Douala. Após a expiração do contrato, e a recusa da De Monte em renovar o contrato, a CDC foi obrigada a buscar assistência técnica, primeiro da SPM e depois da PHP. As bananas vendidas através da Del Monte foram rotuladas de ‘Del Monte Cameroun’. Algumas exportações da CDC também estavam ocorrendo sob o rótulo ‘banana CDC’ (Azengela 2013). A CDC lançou sua própria marca de bananas de alta qualidade em 2010, rotulado ‘Makossa’. A partir de 2011, a CDC conseguiu comercializar 3.000.000 caixas de bananas (o equivalente a 54.400 toneladas) por ano, através da Del Monte, a um preço FOB pré-fixado – que é estabelecido por uma base anual – enquanto o resto da produção, incluindo as bananas de alta qualidade etiquetadas com o rótulo Makossa, é exportado pela Compagnie Fruitière, por uma comissão (Azengela 2013). As bananas Makossa são vendidas principalmente no sul da França, onde o reconhecimento do consumidor é maior. Todas as bananas da CDC são certificadas pela GlobalGAP. No passado, a CDC usava *containers* refrigerados para enviar suas bananas, quando Maersk oferecia um bom negócio, uma vez que precisava enviar os *containers* carregados ao invés de retorná-los vazios para a Europa. Enquanto a CDC não considerava obter o certificado de Fair Trade para suas bananas no passado – a Del Monte nunca viu isso como uma estratégia que valesse a pena perseguir (Anania 2014, 189).

Questões de sustentabilidade na cadeia de fornecimento de banana em Camarões

As questões de sustentabilidade na cadeia de fornecimento de bananas em Camarões são divididas em questões de direitos trabalhistas, delinquência fiscal, questões de direitos à terra, questões de saúde/segurança e degradação ambiental. Isto, no entanto, não deve ser visto como uma lista exaustiva de questões de sustentabilidade que afetam o cultivo, produção e comercialização de bananas em Camarões. Para uma melhor compreensão de algumas questões de sustentabilidade testemunhadas na

cadeia de fornecimento de bananas de Camarões, optamos por tratar um estudo de caso específico do principal produtor de banana de Camarões. Para este efeito, será analisada a Plantation du Haut Penja (PHP), uma filial da Compagnie Fruitière. A pesquisa realizada para este estudo de caso concentra-se em condições de trabalho da PHP sem se preocupar em examinar o que acontece no último nó da cadeia de suprimentos que lida essencialmente com a comercialização. Além disso, ele traz à tona informações de comunidades ao redor das *plantations* em NjombePenja que acusam a empresa de tomar sua terra ancestral, que era usada para a agricultura de subsistência. Este estudo de caso apresenta resultados de entrevistas realizadas em 2014 e 2015 e avalia todas as mudanças e desenvolvimentos ocorridos durante o período de pesquisa.

O lugar do trabalhador na cadeia de fornecimento de bananas em Camarões

As análises sob esta rubrica vão focar mais na categoria de trabalhadores, horas de trabalho/horas extras e remuneração. A PHP terceirizou a maior parte de seu trabalho de plantio para empreiteiros, que se envolveram em um processo de licitação e então recrutaram seus próprios trabalhadores, que não conseguiram assinar quaisquer contratos escritos. Esta categoria de trabalhadores foi referida como trabalhadores de agência. O número real de trabalhadores de agência é desconhecido, mas há mais de dez empresas contratantes que fornecem trabalhadores para PHP. Os trabalhadores da agência não pertencem ao sindicato dos trabalhadores e não gozam de quaisquer benefícios. Eles não têm direito a serviços médicos gratuitos, subsídios alimentares, alojamento gratuito ou bônus. Sempre que ficam doentes ou feridos, mesmo que em plantações da PHP, embora tenham acesso as clínicas da empresa, são obrigados a pagar as contas médicas, as quais muitos trabalhadores não são capazes de arcar (Nzimbi 2014).

De acordo com alguns agentes anônimos entrevistados, as empresas contratantes só anotam os nomes das pessoas que se oferecem para o emprego, para dar-lhes o equipamento necessário e implantá-los onde forem necessários. Esses trabalhadores são o grupo mais vulnerável. Eles não são sindicalizados e não têm segurança no emprego. Na ausência de um contrato, estes trabalhadores correm maior risco de demissões injustas e são impedidos de obter qualquer reparação, uma vez que não têm prova de estarem empregados (Chefe Nsonga 2014).

Horas de trabalho e hora extra

Em Camarões, de acordo com o código do trabalho (Code de Travail 1992), uma semana normal de trabalho é de 40 horas e cinco dias úteis. Todas as horas trabalhadas acima de 40 horas são tratadas como horas extras e devem ser pagas à taxa de pelo menos 150% dos salários de horários normais. Durante as entrevistas realizadas em 2013, os trabalhadores relataram que deveriam trabalhar aos domingos. Embora as horas extras fossem pagas, proporcionando um complemento muito necessário aos rendimentos dos trabalhadores, aqueles que se recusassem a trabalhar aos domingos poderiam esperar ações disciplinares ou mesmo demissão. A PHP alegou que os trabalhadores aceitaram voluntariamente as mudanças de domingo e que o Tribunal de Relações Industriais recusou um pedido de um trabalhador para que se continuasse a trabalhar sete dias por semana (Pigeaud 2009).

Entrevistas recentes (agosto - setembro de 2015) revelaram algumas mudanças importantes em relação ao horário de trabalho e horas extras. O mais significativo é a remoção de horas extras e pagamentos em quase todos os departamentos. Além disso, as informações fornecidas pelos trabalhadores inquiridos sugerem que a PHP tornou isto possível deslocando parte do trabalho anteriormente realizado pelos seus trabalhadores permanentes e sazonais para os seus trabalhadores de agências (Oxfam 2009).

Para todos os trabalhadores permanentes e sazonais, as horas extras obrigatórias aos domingos não são mais necessárias; trabalhadores agora desfrutam de um dia de folga aos domingos. Além disso, a semana de trabalho foi reduzida para cinco dias. No entanto, as semanas de trabalho para os trabalhadores permanentes e sazonais ainda totalizam até 48 horas. Três dias por semana; eles trabalham 8 horas por dia, enquanto dois dias por semana trabalham por 12 horas por dia. O Código do Trabalho de Camarões (1992) não faz menção a esta prática de submeter os trabalhadores a turnos de 16 horas. A ênfase está em 48 horas por semana; Portanto, os empregadores podem aproveitar essa lacuna (La Nouvelle Expression, Fevrier 2012).

De acordo com os trabalhadores permanentes e os de agência entrevistados, esta remoção de horas extras tem reduzido significativamente a sua renda mensal. A empresa observa que introduziu um “subsídio de deslocamento” para compensar a perda dos pagamentos de horas extras. Ainda assim, o fato de não ter havido qualquer referência a esta medida nas entrevistas sugere que esta medida não compensa totalmente a perda de rendimento, derivada do menor número de horas extras. Os trabalhadores reclamaram que a supressão das horas extras e dos pagamentos obrigou-os a encontrar alternativas, fontes de renda adicionais. Segundo os trabalhadores,

eles agora dependem de credores informais de dinheiro, que podem cobrar até 100% de juros para qualquer quantidade de dinheiro emprestado apenas por um mês (Ewane 2015).

As horas de trabalho entre os trabalhadores de agência muitas vezes podem exceder as oito horas por dia, e eles são obrigados a completar objetivos diários. Por exemplo, os colhedores de banana têm de completar um objetivo diário de 100 a 150 cachos antes de receberem o salário diário de 400 francos CFA (€ 0,88). Se o objetivo não for alcançado, o trabalhador pode optar por continuar trabalhando ou a tarefa será adicionada a sua meta para o dia seguinte. Aqueles que não conseguem cumprir a meta são eventualmente penalizados, e podem ter parte do seu salário deduzido (Manu 2015). Uma vez que o trabalho de plantação é muito difícil, a maioria dos trabalhadores, especialmente as mulheres, não atinge os objetivos e, portanto, sofrem de cortes salariais ou mesmo de perda dos postos de trabalho.

Remuneração

Através de visitas de campo às plantações, descobrimos que os salários da PHP estavam abaixo do salário mínimo legal de 28.700 francos CFA (€ 36) por mês naquela época. Em 2013, a média mensal dos salários base dos trabalhadores da PHP era de cerca de 24.000 francos CFA (€ 29, com base em 48 horas de trabalho). Além disso, os trabalhadores de agências receberam 4000 francos CFA (7 euros) em horas extras por mês (as horas extras eram remuneradas a 150 francos CFA (0,30 euros) por hora, enquanto os trabalhadores permanentes recebiam 5200 francos CFA (11 euros) como subsídio alimentar. O salário líquido mensal entre 2009 e 2012, incluindo salários e subsídio de alimentação, foi de cerca de 36.000 francos CFA (€ 50) (Ekane 2014).

Em Janeiro de 2012, o salário mínimo legal em Camarões foi ajustado de 300 francos CFA (€ 0,50) para 520 francos CFA (€ 0,88) por dia. O salário mínimo mensal foi assim elevado para 33.326 (€ 57) por mês. Em resposta, a PHP aumentou os salários (até 28%) para todos os trabalhadores contratados diretamente pela empresa (trabalhadores permanentes e sazonais). O salário médio diário para os trabalhadores da PHP era de 900 francos CFA (€ 1,43) por dia e o salário base mensal era de cerca de 31.000 francos CFA (€ 47). O salário líquido mensal médio em 2015 para um trabalhador permanente era de cerca de 33.000 francos CFA (€ 55). Isso é um pouco acima do salário mínimo legal (Simeu 2015).

Os trabalhadores reconheceram que houve alguma melhoria quando comparam o seu pacote salarial em 2013 com o que ganharam

em 2015, uma série de desenvolvimentos foi observada. Por exemplo, o subsídio alimentar foi ajustado de 5.200 francos CFA em 2013, e subiu para cerca de 6.000 (€ 13) em 2015. Além disso, o subsídio para habitação de 4.353 francos CFA (€ 7) foi introduzido nos ganhos dos trabalhadores, que não vivem em casas fornecidas pela empresa. No entanto, a mudança mais significativa é que não há mais pagamentos de horas extras ou bônus de participação para os trabalhadores da PHP. De fato, enquanto os salários básicos aumentaram, os pagamentos mensais totais líquidos diminuíram cerca de 10%, já que os trabalhadores permanentes e sazonais deixaram de ganhar salários extras ou um bônus de assiduidade (Njume 2015).

Todos os trabalhadores permanentes e sazonais entrevistados queixaram-se da supressão das horas extras e do pagamento delas. Segundo eles, a remoção reduziu significativamente sua renda mensal. Não está claro por que a PHP removeu as horas extras e até introduziu um dia extra além do domingo, mas é provável que isso tenha sido feito para economizar custos (Ndifor 2015). De acordo com alguns funcionários da empresa que foram entrevistados, não há pagamentos de horas extras, porque a PHP transferiu algumas das tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores permanentes e sazonais para os trabalhadores da agência.

Além disso, observou-se que, apesar de os trabalhadores permanentes e sazonais receberem subsídios iguais (subsídio de casa, subsídio alimentar, etc.), existem diferenças nas rendas mensais entre as duas categorias. De acordo com os trabalhadores sazonais, todos eles pertencem ao mesmo grau e recebem pagamentos iguais. Em contrapartida, os trabalhadores permanentes são classificados e, portanto, recebem uma remuneração mais elevada.

Outra observação é que, embora os pagamentos por parte da PHP tenham sido ligeiramente superiores ao salário mínimo do governo e também acima da média dos salários em outros setores, eles não foram suficientes para sustentar um trabalhador e sua família durante todo o mês. O custo de vida diário para um camaronês rural a partir de janeiro de 2014 foi calculado em 1.531 francos CFA (€ 2.63) para trabalhadores sem benefícios de alguma espécie, 1.408 francos CFA (€ 2.42) para trabalhadores com benefícios de alguma espécie e 1.193 francos CFA (€ 2.05) para os trabalhadores que recebem mais benefícios. Os empregados na lista de pagamento da PHP recebem uma série de benefícios e seu salário médio diário para casa ficou em 1.192 francos CFA (€ 1.90) em 2015. Assim, os salários na PHP são um pouco abaixo do salário necessário para suprir o custo de vida. De acordo com a empresa, os salários de nível de entrada são bem acima do nível do salário necessário. No entanto, não está claro exatamente como a empresa chega a essa conclusão.

Uma visita de campo a PHP para entrevistas com trabalhadores de agência estabeleceu que os incrementos dos salários de 2015 só afetavam os trabalhadores diretamente contratados pela companhia. Os trabalhadores de agência que constituem a maioria da força de trabalho da PHP não foram cobertos por este incremento salarial.

Os trabalhadores de agência entrevistados indicaram que recebem um salário diário de 851 francos CFA (1,15 euros) por uma jornada de trabalho de oito horas, o que equivale ao salário mínimo legal e muito abaixo dos níveis de salários diários calculados. Como observado antes, o seu dia de trabalho de oito horas só existe no papel, uma vez que na prática eles podem trabalhar muito mais tempo para atingir sua meta. Os trabalhadores de agência recebem seus salários uma vez por mês, mas não recebem boletins de pagamento. Ao contrário de outras categorias de empregados na PHP, os trabalhadores de agência não se beneficiam de privilégios como alojamento gratuito, serviços médicos e subsídios alimentares. Eles alugam casas nas aldeias vizinhas que estão a cerca de 3-5 quilômetros das plantações. A maioria deles vai até os escritórios da agência, e são transportados de lá até suas estações de trabalho designadas (Big Banana 2012).

Claramente, os trabalhadores de agência ganham muito menos do que os trabalhadores contratados diretamente pela PHP, sofrendo também de completa falta de segurança no trabalho. A administração da PHP, como reação a algumas acusações feitas sobre suas atividades, declarou que os empregados “contratados independentes” eram obrigados a receber o equivalente aos “salários negociados” da PHP e que, quando os contratados pagam seus trabalhadores com base na conclusão de tarefas, “isto requer um acompanhamento sob uma perspectiva de direitos humanos”. No entanto, a partir das entrevistas dos empregados, torna-se claro que, tendo em conta o número de horas trabalhadas, os trabalhadores de agências são frequentemente pagos com valores abaixo do salário mínimo legal e obviamente ganham menos do que os trabalhadores contratados diretamente pela PHP. Parece existir uma clara lacuna entre a política e a prática da empresa a este respeito. Os trabalhadores camaroneses ganham pouco, mas, no entanto, trabalham muito para abastecer os mercados franceses e britânicos, que representam os principais consumidores das exportações de bananas de Camarões. O trabalho começa às seis da manhã e termina por volta das cinco ou seis da tarde. Mas para um trabalhador camaronês do setor da banana não é incomum ficar até dez horas da noite em períodos de alta demanda. Os salários não são baseados em uma taxa horária, mas sim na tarefa atribuída pelos gestores a cada dia. Se a quota estabelecida não for atingida, o salário é retido. A diferença entre os salários oficiais (a partir de 31.777 CFA para um trabalhador não qualificado) e o salário real

recebido pode ser significativo. Portanto, muitos como Caroline, acabam ganhando menos do que o mínimo legal de 28.000 francos. Além disso, os problemas de saúde muitas vezes restringem o horário de trabalho. Ao mesmo tempo, a proteção dos empregados no local de trabalho é altamente insuficiente. Embora a etiqueta europeia GlobalGap garanta os padrões sociais e ambientais da produção de banana de Camarões, proibindo a pulverização de fungicidas aéreos - essa prática ainda é utilizada enquanto os trabalhadores estão nos campos. O equipamento de proteção obrigatório nem sempre é utilizado. A maioria dos catadores de bananas explica que eles têm que comprar botas novas regularmente, necessárias para proteção contra cobras mortais nas plantações. Na unidade de condicionamento, onde as bananas são tratadas antes de serem embaladas, as mulheres passam as horas de trabalho com as mãos embebidas em cloro, muitas vezes sem luvas, exceto durante as visitas de inspeção que são, é claro, anunciadas antecipadamente. As prescrições médicas são, supostamente, cobertas pela empresa, embora na prática, os trabalhadores devem comprar regularmente os seus próprios remédios (Rigobert 2015).

Pelo menos os trabalhadores do setor da banana de Camarões têm liberdade sindical. O Sindicato de Trabalhadores de Fako (Fawu) - Fako é a divisão na região sudoeste onde opera principalmente a CDC - tem 4.000 membros, dos quais 2.000 trabalham na indústria da banana. Esta união independente, formada em 1947, concomitante a CDC, é puramente financiada por contribuições de seus membros (1% de seu salário). Sua pequena equipe de sete funcionários lida com muitas infrações legislativas relativas ao trabalho na produção de banana: de demissões abusivas a casos de discriminação por idade (FAWU 2011).

Seu relacionamento com o conselho da empresa permanece, no entanto, correto, diz Charles MbideKude, encarregado dos assuntos jurídicos da Fawu: “Seis casos em cada dez estão amigavelmente resolvidos. Quando uma queixa vai ao tribunal, ganhamos em 90% dos casos, porque muitas vezes são devido a pessoas ignorando o código de trabalho” (FAWU 2011).

A legislação social de Camarões prevê que para uma função de trabalho igual, haverá igualdade de remuneração, sem discriminação de gênero, mas a estrutura salarial SMIG e SMAG continua a ser aplicável. O salário mínimo legislado em 2008 é fixado em 28.216 FCFA. Os vários trabalhadores de setores econômicos das Associações patronais e das Confederações Sindicais melhoram o salário mínimo através da negociação coletiva. A Negociação Coletiva para o setor Agrícola, a qual cabe o setor das plantações de banana, fixou o Salário Mínimo Agrícola em 30.777 FCFA. As disposições da Convenção Coletiva no Setor Agrícola relativas

ao salário mínimo e ao salário mínimo legalizado não são respeitadas e, por emboscada, os trabalhadores recebem menos que os dois salários mínimos estabelecidos. A emboscada é levada a cabo através do pagamento por resultados, o que implica pagamentos com variações. Este sistema é desvantajoso para os trabalhadores da banana em geral e as trabalhadoras, em particular, cujo salário de repouso devido as variações é geralmente 40% - 50% mais baixo do que o salário mínimo legislado (Gibbon 2011).

Devido a eles não serem pagos com um salário mínimo necessário, sofrem consequências tais como: incapacidade de educar seus filhos até o ensino médio; incapacidade de prover para si e para a família pelo menos duas refeições equilibradas por dia; incapacidade de contratar acomodação adequada, resultando em superlotação das acomodações de quarto único, devido ao fato de que 25% do seu salário básico, pago a eles como Subsídio de Habitação, é extremamente inadequado; e por último, 25% de 30.777FCFA resulta em 7.675FCFA, e um único quarto custa 12.000FCFA.

A situação contradiz o Acordo Coletivo Nacional das Empresas Agrícolas, que prevê o avanço dos trabalhadores de uma categoria a outra, na base do mérito bi-anual. As avaliações dos desempenhos para as mulheres, para fins de aumento de mérito por seus Chefes Seccionais são uma ferramenta usada para o assédio sexual, enquanto os Líderes de Linha usam os pagamentos com variações como outra possível ferramenta de assédio sexual (Emilia 2015).

Condições de trabalho precárias

Indo além dos níveis salariais baixos, outras preocupações fundamentais para os trabalhadores são as suas condições de trabalho. As questões incluíam a falta de pausas adequadas; a ausência de transparência no que se refere ao registro do número de horas trabalhadas em folhas de pagamento; a falta de saneamento, como as instalações sanitárias (cujo uso é apenas com a permissão de um gerente sênior que detém a chave) sem papel higiênico ou sabão, e a cultura da irresponsabilidade imprudente no armazenamento e aplicação de agroquímicos. O tema, em toda parte, foi um dos relatórios dos trabalhadores, conflitando com as alegações da gestão, esta disparidade muitas vezes é apoiada pela delegação, que testemunhou a situação durante as visitas a plantação.

Saúde e segurança

De acordo com funcionários da PHP, foram realizadas sessões diárias de segurança para reforçar essas medidas; esforços constantes são aplicados para inculcar uma consciência a respeito desta questão em

todas as áreas do negócio. Além disso, peças de teatro na empresa são usadas para destacar o comportamento seguro. A sinalização visível tem sido introduzida em locais estratégicos, como um lembrete constante de uma cultura de segurança em primeiro lugar. No entanto, a nossa visita à plantação em 2013 revelou que, apesar de todos estes esforços para garantir a segurança, malversações de segurança ainda são comuns. Assistimos a uma mulher grávida de nove meses, apenas alguns dias de começar a licença de maternidade, usando uma tampa de plástico para aplicar à mão o fertilizante, e luvas de borracha foram seu único equipamento de proteção. Ela nos disse que tem trabalhado de 4/5 horas no calor tropical sem uma pausa. Ela estava trabalhando ao lado de um colega do sexo masculino que estava misturando grandes quantidades do fertilizante para aplicação, novamente sem o equipamento de proteção apropriado. Foi esse tratamento casual dado a utilização de agroquímicos, aparentemente endêmico em todas as operações da PHP, que foi tão chocante. O nível de consciência dos perigos de manusear e aplicar uma gama de fungicidas, fertilizantes, nematicidas e pesticidas parece terrível em nível de gestão, com a sensação de que estes produtos químicos são um símbolo de progresso e desenvolvimento (Bonte 2011).

Embora tenhamos apreciado ver os trabalhadores na garagem usando equipamentos de proteção pessoal melhorados (PPE), a maioria dos trabalhadores em outras áreas relatou não ter PPE ou novos equipamentos, apenas uma vez por ano, quando a plantação recebe visitantes. Muitos trabalhadores de campo relataram ter que comprar seu PPE, como botas, por exemplo, custando 5000 francos CFA. Responsáveis por fumegar as plantações, em particular, relataram não receberem luvas, resultando em feridas repetidas em suas mãos. Trabalhadores declararam que, embora concebidas para um único uso, sua roupa de proteção é usada muitas vezes antes de ser descartada e é lavada repetidas vezes. Apesar de ter sido negada a permissão para visitar as instalações de lavanderia, deduzimos que os trabalhadores lavando a roupa de proteção para reutilização estão fazendo isso sem luvas ou outras roupas de proteção adequadas. Nós testemunhamos os trabalhadores que descarregam e que abrem os pacotes azuis de sacos forrados com Chlorpyrifos, um organofosfato, sem nenhum equipamento protetor. Isso incluiu mulheres grávidas abrindo as embalagens de sacos à mão, apesar do risco pré-natal de desenvolvimento neurocomportamental. Também parece haver uma falta de consulta com os trabalhadores sobre a adequação dos EPI fornecidos, dadas as condições tropicais em que as pessoas estão trabalhando. A qualidade também foi questionada com as botas que alguns tinham, durando apenas 3-4 meses antes de precisar de substituição. Nós testemunhamos mulheres trabalhando apenas com

chinelos de dedo, deslizando sobre o solo áspero da plantação (Yamileth 1998).

No que diz respeito à pulverização aérea de bananas para proteger contra a Sogatoka Negra, fomos informados pela gerência da PHP que a pulverização só ocorre pelas manhãs (por causa dos padrões de vento) e que as fazendas são informadas com antecedência para garantir que os trabalhadores sejam removidos do campo, nas 2/3 horas que a pulverização pode tomar. Uma reivindicação da gerência era que a pulverização só ocorresse em domingos. No entanto, nós filmamos o ciclo de uma aplicação de pulverização, a partir do avião sendo reabastecido e recarregado com pesticida na base aérea da PHP, para a aplicação deste pesticida no campo. Sinais podem avisar claramente que a pulverização aérea ocorre, mas a nossa experiência mostrou que, quando o faz, nenhum esforço é feito para impedir que as pessoas entrem na plantação. Por exemplo, os trabalhadores ao fim do dia passavam enquanto o avião pulverizava do alto, assim como outras pessoas, levando comida, possivelmente destinada à venda. Assistimos aos trabalhadores no campo enquanto este era pulverizado, e mais tarde nos dizendo, como muitos outros fizeram em entrevistas fora do local, que eles simplesmente se abrigavam sob folhas de bananeira (Dole 2012).

Um dos aspectos mais chocantes da visita foi a negação por parte do pessoal médico empregado pela PHP, de quaisquer impactos negativos para a saúde do manuseio de agroquímicos. Dada a extensa pesquisa nesta área e que muitos produtos químicos utilizados na indústria de banana são classificados como “perigosos” pela OMS, isso foi bastante surpreendente. Portanto, é difícil entender como pode haver um tratamento eficaz se não houver transparência sobre as possíveis causas dos problemas de saúde dos trabalhadores da plantação.

Todos os trabalhadores devem receber treinamento trimestral, incluindo conselhos sobre como lidar com produtos químicos. No entanto, parece haver uma ignorância cultural e uma inércia em toda a estrutura de gestão sobre os perigos colocados pelo manuseio, armazenamento e aplicação de agroquímicos tóxicos para os trabalhadores ou para o meio ambiente. Lá, por exemplo, parecia haver uma ausência de zonas tampão em torno de cursos de água em várias plantações da PHP. Em cada turno, flagrava-se a falta de segurança no manuseio e aplicação de agroquímicos, que foi negada a nível de gestão, assim como quaisquer impactos negativos para a saúde por parte do pessoal médico.

A PHP forneceu os cuidados de saúde especificados na Seção 98 do Código do Trabalho, com um hospital que atende aos trabalhadores, suas famílias e a comunidade, oferecendo uma gama de serviços incluindo assistência pré e pós-natal e um programa de vacinação. Os trabalhadores

expressaram uma ampla gama de preocupações sobre os cuidados de saúde prestados. Havia muitas queixas de suprimentos insuficientes de medicamentos e os trabalhadores tomavam doses incompletas ou combinações erradas de drogas devido a suprimentos irregulares. Isto empurrou os trabalhadores a comprarem os seus próprios medicamentos e não são posteriormente reembolsados. Houve um posto de primeiros socorros em cada plantação, mas estes estão apenas disponíveis por algumas horas, quando os trabalhadores estão no local. Não há medicamentos disponíveis quando os postos não estão atendendo.

Os trabalhadores relataram que 1-2 empregados desmoronaram em um mês e sendo levados para a clínica. Muitos trabalhadores preocupavam-se com a falta de ambulâncias suficientes para transportar trabalhadores doentes ou feridos para elas. As contribuições para a saúde de 800 francos CFA foram deduzidas dos baixos salários, mas os trabalhadores também tiveram de pagar uma taxa de consulta de 300 francos CFA e ter outros custos associados, como pagar alimentos para pacientes hospitalares. Os trabalhadores expressaram receios de que lhes fosse dada uma licença de doença insuficiente para se recuperarem de uma doença, que também contribuiria para a baixa produtividade, caso os trabalhadores em situação de má saúde tivessem que voltar ao trabalho. O pessoal de enfermagem também compartilhou uma série de preocupações, nomeadamente o atraso nas investigações de laboratório, unidades de esterilização não funcionando (autoclaves) (deixando uma clínica para usar um fogão a gás de dois anéis) e a falta de sala de secagem que é um problema particular da estação chuvosa. Eles também enfatizaram sua crença de que havia uma necessidade de 24 horas de provisão clínica.

Questões de gênero

Na PHP, 23% dos trabalhadores são mulheres com uma proporção de 60:40 mulheres para homens no setor de empacotar. Esta é uma taxa muito maior de mulheres empregadas nas plantações do que na América Latina. As mulheres começam sua licença de maternidade de quatro meses três semanas antes da data de nascimento do filho. O seguro social cobre o salário de maternidade. As mães em fase de amamentação recebem uma pausa de uma hora por dia para amamentar, que pode ser tomada no início ou no final do dia. Elas também têm o direito de começar a trabalhar às 8h, mas esses direitos não são respeitados. Essas mães recebem tarefas de campo quando retornam ao trabalho, para que elas terminem mais cedo. No entanto, as exigências de, por exemplo, retomar logo após o parto, tiveram graves efeitos para a saúde das mulheres, incluindo dores abdominais. A

gerência descreveu a remoção de mulheres de certas tarefas em resposta a sua hospitalização com essas dores. As mulheres grávidas poderiam trabalhar seis horas sem uma ruptura, aplicando o fertilizante, fumegando ou mesmo limpando canais da drenagem. As mulheres sentiam fortemente que - se fossem consultadas - poderiam propor melhores empregos para mulheres grávidas e mães que amamentavam durante os primeiros seis meses de volta ao trabalho, permitindo que as mulheres trabalhassem sentadas, como preparando materiais e lavando plásticos e espumas. As mulheres empregadas no setor de empacotar também sofrem uma série de queixas de saúde, incluindo dores nas costas e menstruação irregular (Nsoh 2011).

Infelizmente, as longas horas que as mulheres passam a trabalhar na casa de carga, especialmente à noite, significam que muitas vezes estão ausentes de casa e a incidência de violência doméstica parece estar aumentando como resultado. Além disso, se as mulheres recusarem favores sexuais a seu supervisor, elas temem que suas horas trabalhadas possam ser cortadas ou o emprego contínuo ameaçado.

Implicação da PHP na Inadimplência Fiscal

As companhias que operam no setor da banana em Camarões tinham um verdadeiro poder de influenciar, corromper e manipular os funcionários do governo para fins de conluio para se libertarem das suas obrigações fiscais. Njombe-Penja acolhe as atividades de dois dos três maiores operadores privados da indústria das bananas de Camarões: são os grupos da PHP e da SPM, com volumes de negócios anuais superiores a um bilhão de francos CFA. No entanto, apesar da presença destas gigantescas corporações do setor de bananas, as comunidades locais, nas quais elas operam, mantêm um orçamento incrivelmente baixo, enquanto possuem no seu território estruturas produtivas capazes de desenvolver significativamente o seu potencial de arrecadação fiscal, que podem ser utilizados para desenvolver as comunidades.

Dado o paradoxo de um plano orçamentário baixo, fornecido ao município, apesar da presença de antigas estruturas que são dos grupos da PHP/SPM, Kingué Eric Paul (o então prefeito da dita cidade) decidiu contratar os serviços de uma empresa de imposto, com sede em Yaoundé, a fim de obter uma avaliação confiável acerca das possibilidades fiscais do seu município. O estudo da questão pela empresa de consultoria revelou que o município de Penja perdeu cerca de dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de francos CFA de tributos e outros impostos devido à inadimplência fiscal praticada pelos grupos PHP, PMS e CAPLAIN, que

não cumpriram quaisquer das suas obrigações fiscais por cerca de 30 anos. Os esforços feitos pelo prefeito Kingué para corrigir a situação, só levaram a um ligeiro aumento do orçamento do município, que passou de 150 milhões de francos CFA para 256 milhões de francos CFA em 2008 (Oxfam 2009).

Do ponto de vista pessoal, a isenção concedida às empresas agroindustriais que operam no Moungoarea foi baseada em complacência, revelando a existência de manobras conspiratórias que tiveram um efeito adverso nos recursos fiscais. As isenções concedidas indevidamente às indústrias baseadas em produtos agro-alimentares em Penja violavam as disposições legais previstas no artigo 160.º do Código Geral dos Impostos, que sujeita as empresas acima à licença. No entanto, o não pagamento desta patente, que é de propriedade total do município de Penja, nos termos do artigo 156 do Código Tributário, impediu a elegibilidade do município à dedução diferida de 3% do saldo das sobretaxas municipais previstas na Ordem nº 0013 / MINAT de 13 de janeiro de 1999.

Além do óbvio, outros 13 impostos municipais diretos e duas deliberações comunais não foram pagos pelas empresas operadoras. Nesta conjuntura, pode-se deduzir que essas empresas têm uma longa história de inadimplência fiscal, o que reduziu drasticamente o potencial fiscal que a cidade de Njombe-Penja poderia usar, a fim de garantir um orçamento estabilizado que poderia ser explorado para dar início a projetos de desenvolvimento na comunidade. A recorrência dessas práticas de inadimplência revela graves deficiências das empresas que exerceram suas obrigações em termos de governança, combate à corrupção e responsabilidade social corporativa e à probabilidade de conspirações prejudiciais e corruptas no município de Penja (Afite 2008).

Para ver mais claramente neste caso, Paul Eric Kingue decidiu buscar o consentimento do Gerente Geral da PHP através de uma correspondência escrita. Este pedido de informação feito pelo prefeito de Njombe-Penja provocou uma resposta sob a forma de negócios corruptos iniciados pelas empresas de banana. Notificados de que deveriam esclarecer sua posição fiscal perante o conselho de Penja, a PHP e a SPM, como alternativa a escolherem por proteger sua estratégia de evasão fiscal, buscaram concluir um pacto de corrupção com o ex-prefeito do município de Penja, depois em escritório.

Uso da Terra em Njombe-Penja

Três categorias de atores foram identificadas a partir das entrevistas, como criadores de conflitos relacionados à terra na comunidade de Njombé-Penja. Eles incluem: elites, proprietários das *plantations* e pequenos

agricultores. As elites que desejam terras para a agricultura comercial (como uma fonte de renda durante o período de aposentadoria) usam sua riqueza e poder para adquirir com força vastas extensões de terra, incluindo fazendas de alguns pequenos produtores para o cultivo, predominantemente, de palmeiras. Os agricultores em pequena escala, que são pobres e politicamente impotentes, geralmente são deixados sem terra, especialmente se eles não são compensados ou recebem terras agrícolas alternativas. Esta situação representou 16,9% dos conflitos relacionados a terra em Njombé. A presença de plantações agro-industriais como a da PHP, com uma superfície de aproximadamente 1250 hectares de terra em Njombé (Boa 2007, 29) é outra causa de disputas de terras na região. Enquanto a PHP utiliza grandes extensões de terra para a produção de bananas e abacaxis, e flores ornamentais para exportação, o seu desejo de expandir sua área de produção direta ou indiretamente leva a conflitos de terra. Perto de 11,3% de todas as disputas de terra em Njombé resultam diretamente da apropriação de terras de pequenos proprietários, especialmente terras que fazem fronteira com as grandes plantações, como a da PHP, sem compensação justa. Isso leva a disputas entre pequenos agricultores e proprietários de fazendas, já que cada ator está tentando proteger seu interesse de terras. A expansão da PHP indiretamente resulta em escassez de terra e aumento da pressão populacional sobre a terra, devido ao afluxo de migrantes para trabalhar nas plantações. Isso agrava a situação de conflito da área. Esses conflitos, de acordo com os agricultores, continuarão enquanto a plantação estiver se expandindo e se apropriando de suas terras.

O padrão de uso da terra na área é um efeito direto do passado e, portanto, como a terra é usada hoje é determinada por como ela foi usada no passado (período colonial). A terra em Njombé é usada para vários fins, incluindo agricultura de subsistência, agricultura comercial, ensaios experimentais, agricultura de plantação, imobiliário e outros projetos de desenvolvimento. A presença das plantações agro-industriais no centro da cidade dificulta o acesso às terras agrícolas, uma vez que os pequenos produtores são forçados a ir muito longe na floresta em busca de terras agrícolas.

Embora os pequenos produtores representem mais de 80% da produção interna de alimentos (FIDA 2008, 4), a presença de plantações agroindustriais no centro de Njombé tem algumas consequências negativas sobre os meios de subsistência dos pequenos produtores. Por exemplo, os agricultores achavam que a presença de plantações enfraquece o acesso e o controle dos recursos da população local agora e/ou no futuro, pois ocupa as melhores terras que levam o povo rural a cultivar em terras marginais que dificilmente produziriam o suficiente para alimentá-los e garantir

excedentes para o mercado. Isso afeta, portanto, seus direitos a padrões de vida adequados e aumenta sua vulnerabilidade à fome e à pobreza, uma vez que dependem fortemente da terra para sua subsistência (Pemunta 2014).

Em segundo lugar, os agricultores consideravam que as plantações deslocavam os produtores locais (pequenos agricultores) que muitas vezes têm o conhecimento de produzir de forma sustentável e estariam em condições de fazê-lo, com rendimentos ainda mais elevados se tivessem uma política agrícola favorável meio ambiente. Além disso, os inquiridos observaram que a sua saúde está ameaçada, uma vez que a pulverização aérea de bananas leva à poluição do ar. A água do rio, anteriormente usada pelos habitantes, agora é confiscada e usada para irrigar plantações. Os canais de irrigação dessas plantações estão sendo esvaziados nas áreas residenciais, que levam a doenças transmitidas pela água, especialmente durante a estação chuvosa. Isso reduz a capacidade dos agricultores de investir em outras atividades produtivas, como dizem “saúde é riqueza”.

Conclusão

O consumo de banana está aumentando em todo o mundo. Entretanto, há muito menos atenção na mídia para as condições ambientais e socioeconômicas, muitas vezes mais problemáticas do que as associadas à produção de cana-de-açúcar. Este trabalho teve como objetivo sensibilizar as empresas de fornecimento, como supermercados, sobre essas preocupações de sustentabilidade e delinear sugestões para melhores políticas empresariais. Relatórios recentes sobre diferentes países produtores de banana indicam que as condições de trabalho na indústria são muitas vezes problemáticas: trabalho forçado, trabalho infantil, falta de segurança no emprego, baixos salários e problemas de saúde e segurança. A indústria de bananas, como indicado no documento, está também ligada a uma série de impactos ambientais nocivos, incluindo a perda de habitats de animais, a biodiversidade e a poluição da terra e da água. O conflito de terra é um dos maiores problemas associados à produção de banana. Em Camarões registaram-se casos de tomada de terra. O inventário de relatórios que o presente documento consultou mostra que tais questões de sustentabilidade foram generalizadas. Um estudo de caso sobre o cultivo e exportação de bananas em Njombe-Penja pelo Haut Plantation du Njombe-Penja revela muitos dos mesmos problemas e também traz novos temas à mesa.

Este artigo conclui que entre os países consumidores de banana na Europa e na América do Norte, há pouca consciência ou interesse na origem da banana que eles comprem. Isso levanta dúvidas sobre a

disposição e capacidade das empresas de venda de bananas para verificar se as políticas de sustentabilidade que podem impor aos seus fornecedores são efetivamente implementadas. Os principais supermercados europeus e norte-americanos geralmente têm políticas para mitigar o risco de práticas insustentáveis em suas cadeias de suprimentos. Contudo, abordar o alcance e a complexidade das questões de sustentabilidade que afetam a produção de bananas requer políticas mais ambiciosas.

Para os países produtores e exportadores de bananas, como Camarões, beneficiarem-se desta atividade, o documento trouxe com várias recomendações. Dado que as empresas envolvidas na produção de banana fizeram da exploração dos trabalhadores e das comunidades locais um princípio dentro da sua cadeia de abastecimento, este trabalho propõe as seguintes recomendações aos supermercados envolvidos na comercialização de bananas para o consumidor final:

- Recomenda-se aos supermercados que comprometam-se a se abastecer com bananas certificadas de forma sustentável, como um primeiro passo na implementação apropriada da manutenção dos direitos humanos;
- Investigar os direitos humanos e os impactos ambientais negativos em suas cadeias de suprimento de bananas; identificar plantações de bananas na origem de sua cadeia de suprimentos; verificar o cumprimento de suas políticas na origem de sua cadeia de suprimento de bananas;
- Mitigar os impactos negativos dos direitos humanos e ambientais em sua cadeia de suprimentos através de um compromisso direcionado e coordenado com diferentes partes interessadas, incluindo comunidades locais, ONGs, sindicatos e governos nos países produtores e importadores;
- Apoiar as empresas produtoras de bananas que tenham sido identificadas pela empresa como tendo impactos negativos específicos sobre direitos humanos e ambientais em seus esforços de remediação que envolvem comunidades e trabalhadores afetados e, finalmente,
- Publicar os nomes das empresas que produzem as bananas que vendem, para que sua responsabilidade possa ser examinada publicamente, e seu progresso possa ser avaliado independentemente.

REFERÊNCIAS

- Afite, M. 2008. *Rapport partiel ACAT*, p.1.
- Amin, S. 1974. *Accumulation on a world scale: A critique of the theory of underdevelopment*. New York/London: Monthly Review Press.
- Anania, G. 2014. "The role of trade policies, multinationals, shipping modes and product differentiation in global value chains for bananas: the case of Cameroon". *African Journal of Agricultural and Resource Economics Volume 10 Number 3: (174-191)*
- Ardener, S.G. 1958. "Banana Co-operatives in Southern Cameroons". In: *Conference Proceedings*. Ibadan: Nigerian Institute of Social and Economic Research, 10-25.
- Assobacam, 2015. Trade statistics. Acesso em 10 de outubro, 2015. <http://www.assobacam.com/index.php>.
- Atanga J. 2006. Social and Environmental Issues in Cameroonian Banana Production, Environmental System Analysis, Energy and Development, Göteborg, Sweden, 2006, p.29.
- Bagchi, A.K. 1982. *The political economy of underdevelopment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bananalink, 2011. Banana Trade News Bulletin 46, February. Acesso em 23 de outubro, 2015. <http://www.bananalink.org.uk>.
- Barbier, J.-C., Courade, G & Tissandier, J.(1980). *Complexes agro-industriels au Cameroun*. Paris: ORSTOM.
- Barker, J., ed. 1984. *The politics of agriculture in tropical Africa*. Beverly Hills: Sage.
- Bates, R.H. 1981, *Markets and states in tropical Africa: The political basis of agricultural policies*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Beckford, G.L. 1972. *Persistent poverty: Underdevelopment in plantation economies of the Third World*. New York/London: Oxford University Press.
- Bederman, S.H. 1971. "The demise of the commercial banana industry in West Cameroon". *Journal of Geography* 70 (4): 230-234.
- Bella, H. 2009. "Agriculture et croissance économique au Cameroun". Mémoire Institut Sous régional de Statistique et d'Economie Appliquée Yaounde(ISSEA).
- Bernstein, H. & Pritt, M. 1974. "Book review: Plantations and modes of exploitation". *Journal of Peasant Studies* 1 (4): 514-526.

- Boeke, J.H. 1953. *Economics and economic policy of dual societies*. New York: Institute of Pacific Relations.
- Bonte, Marie-Elisabeth. 2011. *The Banana: A Fruit Living on Borrowed Time*. Brussels: Belgium Development Agency.
- Brett, E.A. 1973. *Colonialism and underdevelopment in East Africa: The politics of economic change*. London: Heinemann.
- Clarence-Smith, W.G. 1989. "From plantation to peasant production in German Cameroun". In: P. Geschiere & P. Konings, eds. *Proceedings/ contributions of the conference on the political economy of Cameroon – Historical perspectives, Leiden, June 1988*, Leiden: African Studies Centre, Research Report (2 vols), 483-502.
- Cooper, F. 1981. "Africa and the world economy". *African Studies Review* 24 (2): 1-86.
- Corporation, London: James Currey.
- Courade, G. 1981/82. "Marginalité volontaire ou imposée: Le cas des Bakweri du Mont Cameroun". *Cahier ORSTOM, sér. Sci. Hum.* 18 (3): 357-388.
- Courade, G. 1985. *les plantations d'Unilever au Cameroun: plantations Pamol du Cameroun limited ou la croissance d'une firme multinationale dans une région marginales*. Yaoundé: ORSTOM.
- Courtenay, P. 1965. *Plantation agriculture*. London: G. Bell & Co.
- De Silva, S.B.D. 1982. *The political economy of underdevelopment*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Delancey, M.W. 1974. "Plantation and migration in the Mount Cameroon region". In: H.F. Illy, ed., *Kamerun: Strukture und Probleme der sozio-ökonomischen Entwicklung*, Mainz: Hase und Koehler Verlag, 181-236.
- "Dole: Behind the Smoke-screen". 2012.
- Economic Commission for Africa. 1984. *Transnational Corporations in the Banana Industry in Cameroon*. New York: United Nations.
- Epale, S.J. 1978. "The mobilization of capital in a rural milieu: The example of the Bakweri of the South-West Province of Cameroon". *Rural Africana* 2 (n.s.): 69-88.
- FAO. 2014. *The changing role of multinational companies in the global banana trade. Intergovernmental group on bananas and tropical fruits*. Rome: FAO.
- Frank, A.G. 1967. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York/London: Monthly Review Press.

- Gibbon, P. 2011. "Experiences of Plantation and Large-Scale Farming in 20th Century Africa". DIIS Working Paper 2011:20.
- Goldthorpe, J.E. 1985. *The sociology of the Third World: Disparity and development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Graham, E. & Floering, I. 1984. *The modern plantations in the Third World*. London/Sydney: Croom Helm.
- Heinzen, B.J. 1984. "The United Brands Company in Cameroon: A study of the tension between local and international imperatives". Ph.D. Thesis, University of London.
- Hyden, G. 1980. *Beyond ujamaa in Tanzania: Underdevelopment and an uncaptured peasantry*. London/Ibadan/Nairobi: Heinemann.
- Jones, W.O. 1968. "Plantations". In: D.L. Sills, ed., *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. 12, 154-159.
- Kaptue, L. 1986. *Travail et main-d'oeuvre au Cameroun sous régime français 1916-1952*. Paris: L'Harmattan.
- Konings, P. 1986a. *The state and rural class formation in Ghana: A comparative analysis*. London/Boston: Kegan Paul International.
- La Nouvelle expression. Février 2012. *Banane : atteindre 500.000 tonnes de bananes par an*, édition du 06 février 2012.
- Laclau, E. 1971. "Feudalism and capitalism in Latin America", *New Left Review* 67: 19-38.
- Leys, C. 1975. *Underdevelopment in Kenya: The political economy of neo-colonialism*, London: Heinemann.
- Long, N. 1977. *An introduction to the sociology of rural development*, London: Tavistock Publications.
- Mahamat, K. D. 2014. "Multinational Companies in Global Banana Trade Policies", *Journal of Food Processing Technology*, Number 8, Vol.5, 1-8.
- Meillassoux, C. 1977. *Terrains et théories*, Paris: Maspero.
- Molua, H.N. 1985. "The Bakweri land problem, 1884-1961: A case study", M.A. Thesis, University of Ibadan.
- Nsoh, S. 2011. "Working Conditions of Female Banana Workers in the Republic of Cameroon". FAWU Gender Report for Bananalink.
- Ouma, E. & Jagwe. 2010. "Banana Value Chains in Central Africa: Constraints and Opportunities" Paper presented at the Joint 3rd African Association of Agricultural Economists (AAAE) and 48th Agricultural Economists Association of South Africa (AEASA) Conference, Cape Town, South Africa, September 19-23, 2010.
- Oxaal, I. 1975. "The dependency economist as grassroots politician in the

- Caribbean'. In: I. Oxaal, T. Barnett & D. Booth, eds, *Beyond the sociology of development: Economy and society in Latin America and Africa*, London/Boston: Routledge & Kegan Paul, 28-49.
- Oxfam France. 2009. "Des Sociétés à Irresponsabilité Illimitée", (Pp. 35)
- Pemunta, N. 2014. "New forms of land enclosures: multinationals and state production of territory in Cameroon". *Studia Sociologica*, LXI(2): 35-58.
- Pigeaud, F. 2009. "Indigestion de terres pour la République bananière". *Défis Sud n° 89*, Bimestriel juin-juillet
- Rey, P.-P. 1971. *Colonialisme, néo-colonialisme et transition au capitalisme: Exemple de la 'Comilog' au Congo-Brazzaville*, Paris: Maspero.
- Rote, R. 1986. *A taste of bitterness: The political economy of tea plantations in Sri Lanka*, Amsterdam: Free University Press.
- Sajhau, J.-P. & Von Muralt, J. 1987. *Plantations and plantation workers*, Geneva: ILO.
- Sajhau, J.-P. 1986. 'Employment, wages and living conditions in a changing industry: Plantations', *International Labour Review* 125 (1): 71-85.
- Skalidou, D & Labouchere, H. 2012. "Living and Working Conditions in the Banana sector in South West Cameroon". Final Report for BananaLink
- Stock at Stake. 2003. *Banana companies: A Corporate responsibility survey*, October 2003.
- Striffler, S. and Moberg M. (Ed). 2003. *Banana Wars: Power, Production, and History in the America*. London: Duke University Press.
- Terray, E. 1969. *Le marxisme devant les sociétés 'primitives': Deux études*, Paris: Maspero.
- Van Binsbergen, W.M.J. & Geschiere, P. eds. 1985. *Old modes of production and capitalist encroachment: Anthropological explorations in Africa*, London/Boston: Kegan Paul International.
- Wolpe, H., ed. 1980. *The articulation of modes of production: Essays from 'Economy and Society'*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Yamileth, A. 1998. Current Environmental Impact of the Banana Industry <http://www.bananalink.org.uk/pdffdocuments>, Acesso em 10 de julho, 2014.

Apêndice: Entrevistas

- Bernado, Ekane, Njombe-Penja, 18 de outubro de 2014.
- Chief Nsonga, Njombe Penja, 21 de outubro de 2014.

Emilia Lima, Tiko, 20 de abril de 2015.
Ewane Robert, Tombel, 26 de fevereiro de 2015.
Ndifor Ransome, Njombe-Penja, 10 de abril de 2015.
Njume Epie, 16 de março de 2015.
Nzimbi Moses, Loum, 11 de outubro de 2014.
Rigobert Ndjimma, Melong, 12 de março de 2015.
Simeu Alexandre, Loum, 11 de março de 2015.

RESUMO

Um dos principais produtos cultivados nos países em desenvolvimento são as bananas, cuja receita por safra se configura como uma importante fonte de renda, uma vez que tal fruta é mais consumida na Europa e América do Norte. Por décadas, a economia das bananas tem sido um exemplo de injustiça comercial. A concentração de poder nas mãos de poucas companhias multinacionais afeta negativamente a vida de milhares de trabalhadores do setor das bananas e pequenos fazendeiros. Enquanto essa atividade tem gerado consideráveis lucros as corporações multinacionais que operam as plantações, os trabalhadores e as comunidades nas quais essas plantações estão assentadas têm sofrido injustiças. O artigo, nesse contexto, pretende avaliar algumas das questões de sustentabilidade que, de longa data, tem afetado a vidas dos trabalhadores e das comunidades na área de Njombe-Penja a qual é uma das principais áreas de produção de bananas em Camarões.

PALAVRAS-CHAVE

Corporações Multinacionais; sustentabilidade; cadeia de fornecimento na agricultura; desenvolvimento.

*Recebido em 30 de agosto de 2016.
Aprovado em 26 de outubro de 2016.*

Traduzido por Amabilly Bonacina

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT está localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE - UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma “diplomacia ativa, afirmativa e propositiva” no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral *Conjuntura Austral* e a semestral e bilíngue *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo:

realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRI-CA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências” e “As relações interafricanas”.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista:
www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

13. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
14. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
15. URLs para as referências foram informadas quando possível.
16. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
17. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
18. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

